

Natália Mara Arreguy Oliveira

**ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS EM BELO HORIZONTE:
UM ESTUDO DAS RELAÇÕES ESTABELECIDAS ENTRE O USO E A FORMA**

Belo Horizonte

Escola de Arquitetura UFMG

2012

Natália Mara Arreguy Oliveira

**ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS EM BELO HORIZONTE:
UM ESTUDO DAS RELAÇÕES ESTABELECIDAS ENTRE O USO E A FORMA**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais como pré-requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Área de Concentração: Teoria, Produção e Experiência do Espaço.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Celina Borges Lemos

Belo Horizonte

Escola de Arquitetura UFMG

2012

FICHA CATALOGRÁFICA

O48e Oliveira, Natália Mara Arreguy.
Espaços livres públicos em Belo Horizonte
[manuscrito] : um estudo da relação entre uso e forma / Natália Mara
Arreguy Oliveira. - 2013.
320f. : il.

Orientadora: Celina Borges Lemos.

– Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

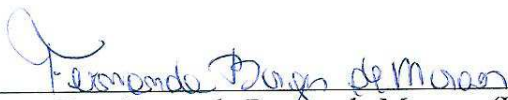
1. Espaço urbano. 2. Arquitetura paisagística. 3. Renovação urbana. 4. Planejamento urbano. 5. Parques. 6. Praças. I. Lemos, Celina Borges. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título.

CDD 711.13

Dissertação defendida junto ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais e aprovada em 22 de junho de 2012 pela Comissão Examinadora:



Professora Dra. Celina Borges Lemos (Orientadora - EA-UFMG)



Professora Dra. Fernanda Borges de Moraes (EA-UFMG)



Professora Dra. Paula Barros (Centro Universitário Izabela Hendrix)

A todos os anônimos que, sem saber, compartilharam parte de suas vidas e me permitiram compreender que as diferenças entre as pessoas são a grande riqueza da humanidade.

AGRADECIMENTOS

À minha estimada orientadora, Professora Celina Borges Lemos, por me acompanhar muito atentamente nos momentos de desenvolvimento deste trabalho.

Aos queridos colegas de mestrado André Soares, Álvaro Sales, Aziz Pedrosa, Beatriz Fialho, Carolina Soraggi, Camila Zynger, Paula Cury e Porfírio Valladares, por compartilharem da mesma condição de apaixonados pela teoria da arquitetura e urbanismo.

Ao Rodrigo, meu amigo de todas as horas, por me acompanhar nas visitas aos espaços selecionados como objeto de estudo e acreditar em minha capacidade.

Aos amigos André Maciel e Elisa The Huew, pela revisão dos textos em língua inglesa.

À amiga Anne Patrice, pela seleção de fontes para a diagramação do trabalho.

Aos colegas de profissão Eduardo França e Sulamita Lino, pelas considerações e participação na banca intermediária.

Aos funcionários e professores do Núcleo de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo.

Aos bibliotecários da Escola de Arquitetura da UFMG, pela presteza e atendimento sempre solícito.

À FAPEMIG, pela concessão da bolsa de estudos.

Aos alunos dos cursos de graduação em Arquitetura e Urbanismo do Instituto Metodista Izabela Hendrix e Design de interiores da Escola de Design da Universidade do Estado de Minas Gerais, por cederem algumas fotos para este trabalho.

Aos usuários anônimos do espaço público de Belo Horizonte que se permitiram ser fotografados.

Aos milhões e milhões de usuários das redes sociais, sem cujos *posts* este trabalho jamais teria sido concluído.

RESUMO

Os usos dos espaços livres de Belo Horizonte acompanharam o desenvolvimento da cidade. Alguns já haviam sido previstos no projeto original proposto pelo Engenheiro Aarão Reis e pela Comissão Construtora da Nova Capital (responsáveis pelo projeto urbano original) e outros foram criados posteriormente, durante o processo de ocupação das áreas periféricas. Mesmo tendo sido projetados em contextos históricos anteriores ao atual, os espaços livres dispostos na área central (localizados dentro da Avenida do Contorno, núcleo germinal de Belo Horizonte) mantiveram condições de usos adequadas também às atividades que surgiram com as condições de vida contemporâneas.

Por um lado, o que se percebe em Belo Horizonte, ao menos, por ser o foco de estudo deste trabalho, é que as pessoas têm se adaptado, mantendo a prática de suas atividades de convívio social em lugares já existentes. De outro lado, nota-se que alguns espaços públicos que foram projetados no passado para abrigar um estilo de vida daquele momento histórico — que continha atividades como o *footing*, as apresentações de bandas e os desfiles cívicos — têm se tornado obsoletos e em alguns casos deixaram de ser frequentados, dependendo da intervenção do Poder Público para serem reestabelecidos como espaço livre de uso público efetivo.

Observando as praças e parques que permanecem vivos após muitas décadas depois da inauguração, acredita-se que seja necessário investigar os aspectos projetuais e as soluções das condições espaciais encontradas nestes locais que permitiram a manutenção destes lugares no cotidiano dos belo-horizontinos. Através de estudos de caso, espera-se compreender quais aspectos são importantes para a construção de uma "essência espacial" e aplicá-los em reflexões sobre os rumos do projeto de espaços livres do futuro.

Diante deste desafio, o pressuposto admitido é o de que, para que seja adequado às infinitas possibilidades de uso que a sociedade contemporânea demanda, o espaço livre urbano deve permitir tanto a coexistência da diversidade de usuários quanto a pluralidade de usos. Deste modo, compreende-se que tanto o estudo da relação do usuário com o espaço público, quanto a compreensão da forma do lugar sejam fundamentais para a análise da dinâmica de ocupação destes lugares.

Neste contexto, este trabalho se desdobra no estudo da importância da qualidade de projeto tanto da microrregião ocupada pelo usuário ao interagir com o espaço urbano quanto na relevância da forma do espaço público resultante da justaposição/sobreposição das pequenas porções ocupadas. Tem-se como hipótese de que a relação do usuário com o espaço é tão relevante para a vivacidade do espaço público quanto a conexão deste objeto (praça, parque, etc.) com o contexto urbano.

Palavras-chave: Espaço público. Arquitetura paisagística. Desenho urbano. Praças e Parques.

ABSTRACT

The use of Belo Horizonte's free spaces followed the development of the city. Some had already been foreseen in the original project proposed by the engineer Aarão Reis and by the Construction Commission of New Capital (responsible for the original urban design) and others were created later, during the occupation of the peripheral areas.

Even though it was designed in previous historical contexts than the current one, the free spaces disposed in the central area (located within Avenida do Contorno, germinal core of Belo Horizonte) maintained usage conditions also suitable to the activities that appeared with the conditions of contemporary life.

On one hand, what can be seen in Belo Horizonte, at least, being the focus of study of this paper is that people have adapted, maintaining the practice of their social interaction activities in places that already exist. On the other hand, it can be noted that some public spaces that were designed in the past to house a lifestyle from that historical moment - that contained activities such as footing, band presentations and civic parades - had become obsolete and, in some cases, are no longer frequented, depending on the intervention of the Public Authorities to be reinstated as free space for public use effective.

Observing the squares and parks that are still alive after many decades after the inauguration, it is believed that it is necessary to investigate the project aspects and the solutions of the spatial conditions found in these places that allowed the maintenance of these places in the daily life of those born in Belo Horizonte. Through the case studies, it is expected to understand which aspects are important to the construction of a "space essence" and apply them on reflections about the direction of the future free space project.

Faced with this challenge, the admitted assumption is that to be suitable to the endless possibilities of use demanded by the contemporary society, the free urban space should allow both the coexistence of diversity of users and the plurality of usage. Therefore, it is understood that both the study of the relationship of the user with the public space and the understanding of the shape of the place are fundamental to the analysis of the occupation dynamics of these places.

In this context, this paper unfolds in the study of the importance of quality of the project from both the micro-region occupied by the user when interacting with the urban space and the relevance of the shape of public space resulted from the juxtaposition / superposition of the small portions occupied. It has been a hypothesis that the relationship of the user with the space is as relevant to the liveliness of public space as it is the connection of this object (square, park, etc.) with the urban context.

Key words: Public space. Landscape architecture. Urban design. Squares and Parks.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - "Cercadinho" localizado na Avenida Tereza Cristina próximo ao Bairro Coração Eucarístico.....	27
Figura 2 - Pista de caminhada do "Cercadinho".....	27
Figura 3 - Vista aérea da Praça Pedro de Melo.....	28
Figura 4 - Vista panorâmica da Praça Pedro de Melo.....	28
Figura 5 - Estudos de Sitte para a desembocadura de vias nas Praças de Ravena e Mântua.....	32
Figura 6 - Ilustração de Sitte para a expectativa do observador antes de chegar à praça da cidade medieval.....	33
Figura 7 - Estudos de Rob Krier sobre a forma dos espaços livres dentro da malha urbana.....	34
Figura 8 - Estudo de Rob Krier sobre a variação de desembocaduras de vias em espaços livres urbanos.....	35
Figura 9 - Estudo de interferência da volumetria na configuração dos espaços vazios.....	36
Figura 10 - Distribuição dos espaços selecionados como objeto deste estudo.....	42
Figura 11 - Fluxogramas de classificação das atividades quanto à motivação do usuário e quanto ao tipo.....	46
Figura 12 - Show do músico Hermeto Pascoal.....	48
Figura 13 - Porção espacial da Praça Israel Pinheiro onde ocorreu o show do músico Hermeto Pascoal.....	49
Figura 14 - Seção esquemática da Praça Israel Pinheiro onde ocorreu o show do Músico Hermeto Pascoal.....	49
Figura 15 - Público distribuído na Praça do Papa durante o Show de Hermeto Pascoal.....	50
Figura 16 - Carro participante da corrida RedBull SoapBox.....	51
Figura 17 - Vista superior da Praça Israel Pinheiro com indicação da localização da pista de corrida do evento RedBull Soapbox.....	51
Figura 18 - Carro participante da corrida Redbull Soapbox.....	52
Figura 19 - Esquema de expansão da área utilizada na Praça Diogo Vasconcelos durante a festa do <i>Saint Patrick's Day</i>	53
Figura 20 - Praça Diogo Vasconcelos durante o encontro <i>Saint Patrick's Day</i>	54

Figura 21 - Pessoas com seus cachorros durante o Encontro do <i>Bulldog</i> Francês no Parque Juscelino Kubitschek.....	55
Figura 22 - Vista superior do Parque Juscelino Kubitschek com a indicação da área ocupada pelo Encontro do <i>Bulldog</i> Francês.....	55
Figura 23 - Interação entre indivíduos de camadas sociais distintas no Parque Eduardo Couri.....	57
Figura 24 - Foto panorâmica da Praça Raul Soares.....	58
Figura 25 - Vendedor de cachorro-quente na Praça do Papa.....	60
Figura 26 - Corte esquemático da região da Praça Israel Pinheiro ocupada por um vendedor de cachorro-quente.....	61
Figura 27 - Vista aérea da Praça Israel Pinheiro com a demarcação da área ocupada por um vendedor de cachorro-quente.....	61
Figura 28 - Jovens tocando violão na Praça do Papa.....	62
Figura 29 - Corte esquemático da região da Praça Israel Pinheiro ocupada por um grupo de jovens tocando violão.....	63
Figura 30 - Esquina da Praça Sete de Setembro ocupada pelo pastor Leandrinho em sua pregação.....	63
Figura 31 - Pastor Leandrinho realizando pregação na Praça Sete de Setembro.....	64
Figura 32 - Amigas na Barragem Santa Lúcia.....	65
Figura 33 - Rapaz fazendo discurso de despedida para a mãe no Parque Eduardo Couri.....	66
Figura 34 - Travestis apresentando o Programa Estação 2000 <i>Talkshow</i>	67
Figura 35 - Comércio informal na Praça Sete de Setembro.....	69
Figura 36 - Conflito entre policiais e ambulantes na Praça Sete de Setembro.....	70
Figura 37 - Conflito entre policiais e ambulantes na Praça Sete de Setembro.....	70
Figura 38 - Vista aérea do quarteirão fechado da Rua Rio de Janeiro da Praça Sete de Setembro onde artesãos utilizam o espaço para comércio informal.....	70
Figura 39 - Vista aérea da Praça Diogo Vasconcelos.....	71
Figura 40 - Ambulante próximo ao playground da Praça Israel Pinheiro.....	72

Figura 41 - Coletânea de imagens de sorveteiros nas praças Carlos Chagas e Papa e no Parque Juscelino Kubitschek, respectivamente.....	72
Figura 42 - Aparelhos de ginástica no Parque Juscelino Kubitschek.....	74
Figura 43 - Jovem praticando <i>Le Parkur</i> no Parque Juscelino Kubitschek.....	74
Figura 44 - Playground da Praça Israel Pinheiro.....	76
Figura 45 - Playground na Praça Carlos Chagas.....	76
Figura 46 - Vista panorâmica do Parque Eduardo Couri.....	77
Figura 47 - Seção esquemática do Parque Eduardo Couri.....	77
Figura 48 - Região da quadra de futebol do Parque Eduardo Couri.....	78
Figura 49 - Imagem do campo de várzea do Parque Eduardo Couri.....	78
Figura 50 - Skatista descendo o talude da Praça do Papa.....	80
Figura 51 - Skatista saltando degraus da Praça do Papa.....	80
Figura 52 - Rapaz praticando BMX na Praça do Papa.....	81
Figura 53 - Motoqueiro no Parque Eduardo Couri.....	81
Figura 54 - Fluxograma comparativo entre características de ações originárias de uma mesma atividade.....	84
Figura 55 - Pictograma representando ato de andar de bicicleta dentro de uma visão baseada no senso comum.....	87
Figura 56 - Coletânea de registros de pessoas utilizando uma bicicleta nos espaços livres de Belo Horizonte.....	87
Figura 57 - Pictograma representando o ato de assentar.....	91
Figura 58 - Coletânea de situações em que pessoas utilizam os bancos da Praça Raul Soares.....	92
Figura 59 - Mulher fazendo alongamento da Praça Raul Soares.....	92
Figura 60 - Cão preso à placa de sinalização que instrui sobre formas de alongamento.....	93
Figura 61 - Movimento Praia da Estação.....	93
Figura 62 - Prática de <i>Slackline</i> na Praça Carlos Chagas.....	94

Figura 63 - Fluxograma ilustrativo das relações entre as características espaciais e as componentes da ação.....	98
Figura 64 - Estudos de disposição de usuários em relação à variação da forma de bancos.....	100
Figura 65 - Banco no Parque Eduardo Couri.....	101
Figura 66 - Banco disposto próximo à área de circulação na Praça da Liberdade.....	101
Figura 67 - Banco disposto no espaço de passagem na Praça Raul Soares.....	102
Figura 68 - Mesa de xadrez no Parque Rosinha Cadar.....	102
Figura 69 - Bancos distribuídos em concavidade na Praça Professor Godoy Betônico.....	103
Figura 70 - Bancos desalinhados na Praça Raul Soares.....	103
Figura 71 - Banco convexo na Praça do Papa.....	103
Figura 72 - Usuários no Parque Eduardo Couri.....	104
Figura 73 - Planta esquemática da região próxima ao bar do Parque Eduardo Couri.....	104
Figura 74 - Corte esquemático da região próxima ao bar do Parque Eduardo Couri.....	105
Figura 75 - Sorveteiro no Parque Eduardo Couri.....	106
Figura 76 - Sorveteiro próximo ao coreto da Praça Carlos Chagas.....	106
Figura 77 - Planta esquemática da região representada pelas Figura 68 e 69. A seta indica a seção esquemática da Figura 71.....	107
Figura 78 - Corte esquemático da região ocupada por moradores de rua na Praça Carlos Chagas.....	108
Figura 79 - Foto panorâmica da região ocupada por moradores de rua na Praça Carlos Chagas.....	108
Figura 80 - Pátio da Porque Juscelino Kubitscheck.....	109
Figura 81 - A disposição dos pátios configura condições espaciais diferentes. A Avenida Bandeirantes está fora do desenho na parte superior.....	109
Figura 82 - Rapaz praticando BMX na Praça Israel Pinheiro.....	110

Figura 83 - Vista aérea da região da Praça Israel Pinheiro utilizada como espaço para a prática de BMX. A seta indica a região do corte esquemático da Figura 77.....	110
Figura 84 - Corte esquemático da região da Praça Israel Pinheiro utilizada como espaço para a prática de BMX.....	111
Figura 85 - Jovens Praticando BMX na Praça Israel Pinheiro.....	111
Figura 86 - Estudo de variação do campo de visão de acordo com a diferença de altura.....	112
Figura 87 - Estudo de visibilidade em relação a um palco.....	113
Figura 88 - Talude na Praça Israel Pinheiro.....	113
Figura 89 - Estudo de visibilidade de acordo com a variação da altura de um edifício.	114
Figura 90 - Vista do platô superior da Praça Israel Pinheiro.....	115
Figura 91 - Casal de namorados na crista do talude da Praça Israel Pinheiro.....	115
Figura 92 - Paisagem avistada da Praça Israel Pinheiro.....	116
Figura 93 - Morador de Rua da Praça Carlos Chagas.....	117
Figura 94 - Planta esquemática da região ocupada por morador de rua da Praça Carlos Chagas.....	117
Figura 95 - Estudo de visibilidade relacionado à volumetria da vegetação.....	118
Figura 96 - Moradores de rua na Praça Raul Soares.....	119
Figura 97 - Casal de namorados na Praça Raul Soares.....	119
Figura 98 - Corte esquemático da região ocupada por um casal na Praça Raul Soares.....	120
Figura 99 - Casal de namorados na Praça Carlos Chagas.....	120
Figura 100 - Rapazes sob a sombra de uma árvore na Praça Israel Pinheiro.....	121
Figura 101 - Moça acomodada nas raízes de uma árvore na Praça Raul Soares.....	121
Figura 102 - Estudo de visibilidade em relação à distribuição dos cones de luz projetados por postes de iluminação.....	122
Figura 103 - Fluxograma analítico das diferenças entre aspectos qualitativos e quantitativos da velocidade.	123
Figura 104 - Caminho estreito, no Parque Rosinha Cadar.	125

Figura 105 - Caminho largo na Praça Raul Soares.....	125
Figura 106 - Pátio no Parque Rosinha Cadar.....	126
Figura 107 - Estudo de variações de desenho de caminhos.	127
Figura 108 - Jardim Japonês da Fundação Zoobotânica de Belo Horizonte.....	128
Figura 109 - Canteiro na Praça da Liberdade.	128
Figura 110 - Estudo de deslocamento de usuários sobre o canteiro da Praça da Liberdade.....	129
Figura 111 - Canteiro da Praça da Liberdade.....	129
Figura 112 - Estudo de deslocamento dos usuários da Praça da Liberdade.....	130
Figura 113 - Rapaz praticando skate no Parque Eduardo Couri.....	131
Figura 114 - Rapaz patinando no Parque Eduardo Couri.....	131
Figura 115 - Criança andando de bicicleta na calçada circundante à Praça do Papa.	131
Figura 116 - Calçada portuguesa na Praça Professor Godoy Betônico.	132
Figura 117 - Adolescentes utilizando o gramado como espaço de socialização na Praça do Papa.....	132
Figura 118 - O piso de raspas de pneu cobre o piso do playground evitando que as crianças se machuquem com a queda.	133
Figura 119 - Coletânea de texturas de revestimentos de pisos.....	134
Figura 120 - Rebaixo de piso com sinalização podotátil na Praça Chuí.....	136
Figura 121 - Criança brincando no talude do Parque Eduardo Couri.....	137
Figura 122 - Garota sentada em talude suave na Praça do Papa.....	138
Figura 123 - Pai e filho soltando pipa no talude da Praça Israel Pinheiro.....	138
Figura 124 - Rampa de acesso à Praça Carlos Chagas.....	139
Figura 125 - Apropriação da escada no Parque Eduardo Couri.....	139
Figura 126 - Mirante na lagoa do Parque Eduardo Couri.....	140

Figura 127 - Crianças bebendo água no Parque Eduardo Gouri.....	140
Figura 128 - Variação da espacialização em função de tipos de percurso.....	142
Figura 129 - Crianças se divertindo com quadriciclos na Praça Juscelino Kubitschek.....	143
Figura 130 - Vista aérea com indicação do pátio utilizado pelas crianças andando de quadriciclo no Parque Juscelino Kubitschek.....	143
Figura 131 - Estudo de referência espacial em função do distanciamento.....	144
Figura 132 - Fluxograma analítico sobre os tipos de limites e os elementos que os definem.....	145
Figura 133 - Esquema de subdivisão do espaço proposto por Romero.....	147
Figura 134 - Palmeira empregada como elemento vertical na Praça Carlos Chagas.....	148
Figura 135 - Maciço de buxinhos na Praça da Liberdade.....	148
Figura 136 - Espaço livre no Parque Juscelino Kubitschek com insolação direta no pátio registrado em primeiro plano.	149
Figura 137 - Espaço com insolação indireta na Praça Raul Soares.....	149
Figura 138 - Espaço sombreado na Praça Chuí.....	150
Figura 139 - Iluminação geral (postes) e iluminação de destaque embutida no piso.....	150
Figura 140 - Estudo de limite de microespacialidades gerado a partir de elementos de iluminação.....	151
Figura 141 - Escultura em forma de Cruz na Praça Israel Pinheiro.....	151
Figura 142 - Escultura em forma de ave na Praça Pedro de Melo.....	152
Figura 143 - Coletânea de exemplos de coretos das Praças Chuí, Carlos Chagas e Liberdade.....	152
Figura 144 - Coletânea de exemplos de Lixeiras encontradas durante visitas.....	152
Figura 145 - Passeio da Praça Israel Pinheiro.....	153
Figura 146 - Limite entre passeio e pista de rolamento na Praça Israel Pinheiro.....	153
Figura 147 - Tenda na Praça de Serviços da Universidade Federal de Minas Gerais.....	154

Figura 148 - Corte esquemático da Região da Praça de Serviços da Universidade Federal de Minas Gerais.....	154
Figura 149 - Piso na Praça Carlos Chagas.....	155
Figura 150 - Simulação da mudança de paginação do Piso da Praça Carlos Chagas.....	155
Figura 151 - Estudo de alteração da leitura da condição espacial em função do desenho de piso.....	156
Figura 152 - Travessia de Pedestres na Praça da Estação.....	157
Figura 153 - Estudo de distribuição de vegetação como ponto de referência para a compreensão de uma dimensão espacial.....	157
Figura 154 - Inserção da Praça Chuí na malha viária do bairro Alto dos Pinheiros.....	162
Figura 155 - Praça Chuí numa quarta-feira à tarde.....	162
Figura 156 - Praça José Cavallini antes da requalificação.....	163
Figura 157 - Proposta de requalificação da Prefeitura de Belo Horizonte para a Praça José Cavallini.....	163
Figura 158 - Estudo comparativo entre os espaços livres fluidos da Praça Chuí e Praça José Cavallini.....	164
Figura 159 - Praça da Bandeira.....	165
Figura 160 - Vista aérea da Praça da Bandeira.....	166
Figura 161 - Vista aérea da Praça Raul Soares.....	167
Figura 162 - Desproporção do canteiro desencoraja rotas alternativas de pedestre na Praça Raul Soares.....	167
Figura 163 - Estudo de inserção urbana da Praça Raul Soares.....	168
Figura 164 - Esquema de ocupação da Praça Raul Soares.....	169
Figura 165 - Criança passeando na Praça Raul Soares.....	171
Figura 166 - Porção interna da Praça Raul Soares.....	171
Figura 167 - Estudo de visibilidade em relação à altura dos arbustos da Praça Raul Soares.....	171
Figura 168 - Arbustos da Praça Raul Soares.....	172
Figura 169 - Ocupação no em torno da Praça Raul Soares.....	172

Figura 170 - Jovens desenhando na Praça Raul Soares.....	173
Figura 171 - Jovens se refrescando na fonte da Praça Raul Soares.....	173
Figura 172 - Foto panorâmica da Praça Raul Soares próximo à fonte.....	174
Figura 173 - Moradora de rua na Praça Raul Soares.....	174
Figura 174 - Casal de namorados na Praça Raul Soares.....	175
Figura 175 - Grupo de idosos caminhando na Praça Raul Soares.....	176
Figura 176 - Praça Carlos Chagas (Praça da Assembleia).....	177
Figura 177 - visão do limite do quarteirão da Praça Carlos Chagas.....	178
Figura 178 - Vista aérea da Praça Carlos Chagas.....	179
Figura 179 - Foto panorâmica do pátio diante da entrada da Igreja de Nossa Senhora de Fátima.....	179
Figura 180 - Porção lateral da Praça Carlos Chagas.....	179
Figura 181 - Foto panorâmica do pátio posterior à Igreja de Nossa Senhora de Fátima.....	180
Figura 182 - Limite da Praça Carlos Chagas.....	180
Figura 183 - Praça Israel Pinheiro (Praça do Papa).....	181
Figura 184 - Porção inferior da Praça Israel Pinheiro.....	181
Figura 185 - Estudo de Inserção urbana da Praça da Liberdade.....	183
Figura 186 - Vista aérea da Praça da Liberdade.....	184
Figura 187 - Alameda central da Praça da Liberdade enquadrando o Palácio da Liberdade.....	185
Figura 188 - Alameda central da Praça da Liberdade enquadrando o Palácio da Liberdade.....	185
Figura 189 - Professores da rede estadual de ensino durante manifestações na Praça da Liberdade.....	189
Figura 190 - Manifestação dos policiais civis de Minas Gerais na Praça da Liberdade.....	190
Figura 191 - Vista aérea da Praça da Liberdade com demarcação da área utilizada para manifestações.....	190

Figura 192 - Estudo de ocupações na Praça da Liberdade.....	191
Figura 193 - Jovens ocupando o meio-fio da alameda central da Praça da Liberdade.....	193
Figura 194 - Ensaio fotográfico de noiva na Praça da Liberdade.	194
Figura 195 - Jovens assentados nos degraus do coreto da Praça da liberdade.....	195
Figura 196 - Guerra de travesseiros na Praça da Liberdade.....	195
Figura 197 - <i>Flash Mob</i> cristão na Praça da Liberdade.	196
Figura 198 - Morador de rua dormindo sob árvores na Praça da Liberdade.	196
Figura 199 - Vendedor de cocos na Praça da Liberdade.	197
Figura 200 - Lutador de taekwondo na Praça da Liberdade.	197
Figura 201 - Pessoas caminhando na Praça da Liberdade.....	198
Figura 202 - Morador de rua dormindo envolto em saco plástico na Praça da Liberdade.....	198
Figura 203 - Adro da Igreja da Sé de Mariana.....	200
Figura 204 - Implantação do Parque Rosinha Cadar.	201
Figura 205 - Limite do Parque Rosinha Cadar. Vista da esquina da Rua Araguari com Matias Cardoso.....	202
Figura 206 - Vista aérea da Praça da Estação.....	203
Figura 207 - Vista aérea da Praça Rui Barbosa com a Praça da Estação ao fundo.	203
Figura 208 - Estudo de Inserção urbana da Praça da Estação.....	204
Figura 209 - Estudo de ocupações encontradas na Praça da Estação.....	205
Figura 210 - Carreteiros na Praça da Estação.	206
Figura 211 A e 211 B - Fotos comparativas entre a Praça da Estação com e sem os esguichos de água ligados	206
Figura 212 - Porção do pátio da Praça da Estação onde ocorrem shows musicais.....	207
Figura 213 - Monumento à terra Mineira.....	207

Figura 214 - Ensaio fotográfico na Praça da Estação.....	208
Figura 215 - Sorveteiro na Praça da Estação.	208
Figura 216 - Acesso ao túnel da estação central do metro de Belo Horizonte	209
Figura 217 - Acesso à passagem subterrânea para a Rua Sapucaí.....	209
Figura 218 - Imagem aérea da Praça Rui Barbosa e Praça da Estação.....	210
Figura 219 - Vista aérea da <i>Piazza Castello</i> com a demarcação do pátio diante do <i>Pallazzo Madama</i>	211
Figura 220 - <i>Piazza Castello</i>	211
Figura 221 - Praça-dilatação na Avenida Prudente de Moraes na altura do número 773.....	213
Figura 222 - -dilatação no cruzamento das Avenidas Amazonas e Barbacena.	213
Figura 223 - Vista aérea da Praça São Francisco de Assis.	214
Figura 224 - Nicho na Praça São Francisco.....	214
Figura 225 - Vista aérea da Praça Diogo Vasconcelos antes da requalificação.	216
Figura 226 - Vista aérea da Praça Sete de Setembro.....	217
Figura 227 - Praça 21 de Abril (Praça Tiradentes).	217
Figura 228 - Estudo de Inserção urbana da Praça Sete de Setembro	219
Figura 229 - Estudo de apropriações da Praça Sete de Setembro	220
Figura 230 - Região onde os jogadores de dama se reúnem.....	222
Figura 231 - Pessoas na fila do Banco Itaú S.A. Próximo às pessoas paradas na fila havia um senhor pregando doutrinas religiosas.....	223
Figura 232 - Região da Rua Rio de Janeiro ocupada por pessoas comuns.....	223
Figura 233 - Visão do pedestre ao atravessar a Av. Afonso Pena.....	224
Figura 234 - Quarteirão fechado da Rua dos Carijós próximo ao posto do UAI.	225
Figura 235 - Usuários aglomeradas nos bancos do quarteirão fechado da Rua dos Carijós	226

Figura 236 - Fila gerada diante do Edifício Joaquim de Paula.....	226
Figura 237 - Vendedores de Flores no quarteirão fechado da Rua dos Carijós.....	227
Figura 238 - Estudo de ocupação das vendedoras de flores do quarteirão fechado da Rua dos Carijós.....	227
Figura 239 - Posto da Unidade de Atendimento Integrada (UAI). A foto ilustra a fila na porta do edifício.....	228
Figura 240 - Esquema de insolação na Av. Amazonas no período de inverno.....	229
Figura 241 - Copas das Árvores do quarteirão da Av. Amazonas à esquerda do obelisco.....	229
Figura 242 - Quarteirão fechado da Rua Rio de Janeiro.....	230
Figura 243 - Vendedores hippies no quarteirão fechado da Rua Rio de Janeiro.....	230
Figura 244 - Passem de pedestres no quarteirão fechado da Rua rio de Janeiro.....	231
Figura 245 - Planta esquemática do quarteirão fechado da Rua Rio de Janeiro.....	231
Figura 246 - Guarda-corpo na esquina da Praça Sete de Setembro.....	232
Figura 247 - Esquema de fluxos diante do guarda-corpo.....	233
Figura 248 - O guarda-corpo provoca um deslocamento no eixo de caminhada do pedestre.....	233
Figura 249 - Grupo de idosos na Rua dos Carijós.....	234
Figura 250 - Pórtico da Rua dos Carijós.....	234
Figura 251 - Esquina da Rua dos Carijós com Rua Espírito Santo.....	235
Figura 252 - Esquina da Rua Rio de Janeiro com Avenida Afonso Pena.....	236
Figura 253 - Ponto de ônibus na Avenida Amazonas.....	236
Figura 254 - Esquema de circulação em torno de pontos de ônibus lotados.....	237
Figura 255 - Estudo de distribuição de microespacialidades nas formas de praça presentes em Belo Horizonte.....	239
Figura 256 - Estudo de possíveis expansões do espaço livre fluido sobre as formas de praça encontradas em Belo Horizonte.....	240

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Tabela analítica das atividades desempenhadas com bicicleta.....	88
Tabela 2 - Tabela comparativa entre as componentes de ações encontradas no Parque Eduardo Couri	104

LISTA DE ABREVIATURAS

ABAP	Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas
ANP	Associação Nacional de Paisagismo
BMX	<i>Bicycle MotoCross</i>
DETRAN	Departamento de trânsito
IBMEC	Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais
IEPHA	Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais
QUAPÁ	Quadro do Paisagismo no Brasil
UAI	Unidade de Atendimento Integrado

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	24
2 AS ATIVIDADES ENCONTRADAS NO ESPAÇO LIVRE DE BELO HORIZONTE	43
2.1 Ações de lazer, ócio e socialização	47
2.1.1 Socialização de grandes grupos	48
2.1.2 Socialização de pequenos grupos.....	54
2.1.3 Manifestações de individualidade	64
2.2 Atividades de comércio	68
2.3 Atividades Esportivas	73
2.4 O "desvio de uso previsto"	82
3 A DECOMPOSIÇÃO DAS AÇÕES E A RELAÇÃO DAS COMPONENTES COM AS CARACTERÍSTICAS AMBIENTAIS DO ESPAÇO	97
3.1 A influência das condições físico-ambientais sobre a componente visibilidade.....	100
3.2 A influência das condições físico-ambientais sobre a componente velocidade	123
3.3 A influência das condições físico-ambientais sobre a componente espacialização.....	141
3.4 Considerações sobre a influência das microespacialidades na composição dos objetos do espaço livre.....	158
4. AS RELAÇÕES ESTABELECIDAS ENTRE OS USOS, AS CONDIÇÕES DAS MICROESPACIALIDADES, AS FORMAS DAS PRAÇAS E SEUS RESPECTIVOS "ESPAÇOS LIVRES FLUIDOS"	160
4.1 Praça-rotatória.....	161
4.1.1 O caso da Praça Raul Soares	166
4.2 Praça-quarteirão.....	177
4.2.1 O caso da Praça da Liberdade.....	183
4.3 Praça-pátio	199

4.3.1 O caso da Praça da Estação	202
4.4 Praça-dilatação.....	212
4.4.1 O caso da Praça Sete de Setembro	218
4.5 A relação entre as formas das praças contemporâneas e suas condições de uso e inserção urbana	238
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	243
REFERÊNCIAS	250
ANEXO A	DVD anexo ao trabalho

1 INTRODUÇÃO

As discussões que envolvem a conceituação dos termos "espaços" e "lugar" abrangem principalmente a diferença entre tratar a inclusão ou não de um indivíduo que vivencia uma porção tridimensional do mundo. Ocorrem variações no termo ou expressão utilizado para sintetizar cada conceito, mas em suma, o que se avalia é a existência ou não de interpretação subjetiva de um indivíduo sobre onde ele se encontra.

Na filosofia, Bollnow (2008), por exemplo, diferencia essas duas situações com os termos "espaço matemático" e "espaço vivenciado" definindo-os do seguinte modo:

"Quando na vida diária falamos de espaço sem uma reflexão mais cuidadosa, iremos pensar costumeiramente no espaço matemático, o espaço mensurável em suas três dimensões, em metros e centímetros, assim como o conhecemos na escola e o tomamos por princípio sempre que, na vida prática, tenhamos de fazer uso das relações espaciais mensuráveis (...) o espaço concreto, vivenciado diretamente na vida prática, de modo algum coincide com esse espaço abstrato, matemático (...). O espaço em si é contínuo e uniforme, e assim se estende para todos os lados até o infinito. Já para o espaço vivenciado essas determinações não valem. (...) Cada lugar no espaço vivenciado tem seu significado para o homem." (BOLLNOW, 2008, p. 14-17).

Na geografia, estabelece-se esta diferença ao se utilizar os termos "espaço físico" e "espaço geográfico". O espaço físico é caracterizado como aquele em que as condições ambientais se materializam e o "espaço geográfico" como sendo a soma da condição físico-ambiental com as práticas sociais, a lógica e a coerência construída pelo homem (CABRAL, 2007).

Na arquitetura, inclui-se ainda o termo "lugar", que de acordo com Tuan (1983) "é qualquer objeto estável que capta nossa atenção". Com esta afirmativa, deixa-se claro a necessidade da preexistência de um indivíduo que atribua significado àquilo que ele percebe. Sendo assim, os lugares podem ter pouca notoriedade física, mas são resultado da percepção subjetiva.

Esta discussão tem valia na medida em que motiva a questionar mais profundamente a relação do indivíduo com o espaço físico e o como esta interação o leva a estabelecer um significado a ele. Mas, independente do campo do conhecimento do qual o conceito tem origem, nota-se o valor dado à distinção entre o fato de o espaço existir por si só e o espaço ter incluído em si o indivíduo, sua influência ou sua percepção.

Infelizmente, em alguns momentos, as discussões incluem o indivíduo como um ser genérico, uma pessoa de quem não se sabe o nome ou nenhuma outra característica. No entanto, no campo da arquitetura e do urbanismo, em que é necessário mediar soluções projetuais para o espaço, capazes de abrigar pessoas reais, é preciso estar atento ao fato de que estes indivíduos têm identidades diferentes, vontades, gosto, limitações e anseios.

Partindo da motivação de estudar a realidade do espaço público em Belo Horizonte e de incluir os usuários como seres únicos que interage com o ambiente, este trabalho tem como objetivo analisar o comportamento do usuário no espaço e compreender as motivações que o levam a escolher certos lugares para desempenhar determinadas ações. Espera-se investigar quais tipos de atividades estão sendo desenvolvidas atualmente nas áreas de uso público da cidade e correlacioná-las às propriedades físico-ambientais do espaço.

Para tanto, é necessário estabelecer conceitos iniciais que norteiem as análises que serão feitas nos capítulos a seguir. Estabelece-se, então, inicialmente, que o valor das expressões "espaço" e "lugar" serão diferenciadas pelo grau de intimidade do indivíduo com a porção tridimensional em questão, sendo o *espaço* definido como: onde o indivíduo se situa, e o *lugar* como: onde ele se situa e se manifesta. Sempre que se utilizar esses termos, admitir-se-á como prerrogativa, a relação do usuário com o espaço físico, uma vez que a consciência da existência de um ser que utiliza e se apropria do espaço — o usuário — é premissa para esta pesquisa, afinal o "espaço urbano", sem o usuário, não tem razão de ser.

Quando, então, se estabelece a expressão "espaço urbano", torna-se indissociável a relação da sociedade com o espaço, uma vez que a cidade só é criada a partir da necessidade humana de interação, tanto entre os indivíduos quanto com o espaço físico (MUMFORD, 1998).

Avançando na conceituação, estabelece-se que o espaço urbano pode, então, do ponto de vista físico, de acordo com Cavalheiro e Nucci (1998), e dentro de uma abordagem da geografia, ser dividido em: a) *com construção*. ocupados com edificações propriamente ditas; b) *livres de construção*. ocupados com praças, parques e águas superficiais; e c) *de integração urbana*. rede rodoferroviária. Mas, ainda assim, a classificação proposta não resolve termos importantes neste trabalho como *área ajardinada* e *espaço livre*. Desse modo, para que se tenha uma abordagem de acordo com as discussões que ocorrem no campo da arquitetura e urbanismo, e para que fique claro qual tipo de abrangência se refere cada raciocínio, é importante diferenciar algumas esferas de manifestação socioculturais, como: "espaço verde", "espaço livre", "espaço vazio" e "alhures", os quais serão desdobrados a partir da classificação de Cavalheiro e Nucci (1998).

A expressão *espaço livre* definirá áreas que correspondem a logradouros públicos, jardins particulares, parques federais, estaduais e municipais e praças, entre outras. Em suma, aqueles espaços que interessam a este estudo como lugar de socialização e prática de atividades socioculturais e políticas. Essa classificação é importante, pois permite esclarecer, pelo menos em parte, por que alguns locais carregam consigo um caráter de espaço público e outros não. O *espaço livre* é, portanto, um ambiente com um significado construído pela intervenção humana, uma área de uso paisagístico efetivo, ainda que não tenha recebido projeto. Assim, um campo de várzea, um gramado utilizado para tomar sol ou uma pracinha de bairro são todos "espaços livres".

Em contrapartida, lotes vagos sem ocupação, alças de viadutos, porções residuais de parcelamento e implantação de vias e outras glebas que não apontam uma vocação de uso serão tratadas apenas como "alhures"¹ ou "áreas residuais".

O espaço livre público, por sua vez, é o lugar da diversidade social, onde é permitido o livre acesso à população. Por isso, colocam-se aqui em uma mesma categoria aquelas que Cavalheiro e Nucci chama de "Espaço livre de construção" e "Espaços de Integração urbana", uma vez que atualmente não se podem definir precisamente os limites claros entre os equipamentos urbanos (praças, parque, etc.) e as ruas propriamente ditas. O espaço livre público elimina de sua esfera os espaços livres que são de caráter coletivo, e são de propriedade particular, como clubes esportivos e jardins privados.

Sempre que for citado "espaço verde", deve-se ter em mente um ambiente aberto e provido de vegetação, sendo eliminados do conceito espaços de pista de rolamento de carros e caminhos pavimentados. A expressão *espaço verde* será utilizada daqui por diante como sinônimo de "área permeável". Para definir áreas não impermeabilizadas que tenham tido tratamento paisagístico efetivo, utilizar-se-á a expressão *área ajardinada*.

Tendo-se definido o conceito de *espaço livre público*, pode-se definir o que são "objetos do espaço livre público". Considerando que o espaço livre urbano é uma malha que soma os espaços livres de construção e os espaços de integração urbana, pode-se dizer, numa linguagem mais simples, que a cidade é construída de nódulos onde o espaço livre se amplia e conexões que os articulam. Neste sentido, estes nódulos podem ser, inicialmente, associados ao conceito da praça e do parque, mas, como será discutido nos capítulos a seguir, não correspondem, necessariamente, a esta forma.

Um exemplo deste tipo de contradição é o chamado "Cercadinho", no bairro Coração Eucarístico, na região Noroeste de Belo Horizonte (Figura 1). Resultante da geometria de um retorno na Avenida Tereza Cristina, o "Cercadinho" recebeu tratamento paisagístico e se tornou o principal centro público de prática de esportes da região. A área ficou conhecida por este nome por ter sido delimitada por uma cerca de alambrado, a fim de manter o controle e a segurança.

¹ O "alhures" ou "não lugar" é um termo estabelecido por Lefèbvre (2004, p. 45.) com a seguinte consideração: "há também o alhures, o não-lugar que não acontece, e entretanto, procura seu lugar.

Figura 1 - "Cercadinho" localizado na Avenida Tereza Cristina próximo ao Bairro Coração Eucarístico.



Fonte: Disponível em: <<http://maps.google.com.br/>> Acesso 03/01/2012.

Nota: A Ilha triangular no centro da imagem corresponde ao lugar em questão. Na Figura 1, observa-se, à esquerda, parte da área residencial do Bairro Coração Eucarístico; ao centro, a ilha triangular que configura o Cercadinho; e à direita, a ilha circular que configura um dos pátios de recolhimento de veículos do Departamento de Trânsito de Minas Gerais (DETRAN MG).

Figura 2 - Pista de caminhada do "Cercadinho".



Fonte: Disponível em: <<http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/>> Acesso: 19/01/2012

Nota: Na

Figura 2, a pista de caminhada do "Cercadinho" está sendo utilizada por moradores da região, e ilustra-se assim, a intensidade das apropriações existentes num local que, a princípio, poderia ser inóspito devido às condições de conforto ambiental e acústico.

Embora seja conformado por uma via de trânsito muito intenso e rápido, a falta de locais desse tipo no bairro levou os moradores a se apropriarem rapidamente do espaço. Mesmo assim, apesar de ser altamente frequentado, o Cercadinho não é institucionalizado como um logradouro do tipo "praça". Deste modo, não se pode denominá-lo "praça" neste estudo. Mas, dentro da vivência cotidiana das pessoas que o frequentam, não poderia ser o Cercadinho denominado "praça"? Em contrapartida, é possível também encontrar o contrário, espaços que não são utilizados pela população para práticas de atividades cotidianas, mas que recebem o título de "praça".

A Praça Pedro de Melo também conhecida como "Praça da Usiminas", por se localizar diante do edifício sede da empresa de mesmo nome, não propicia uma possibilidade de uso muito vasta, mas recebe esta classificação.

Figura 3 - Vista aérea da Praça Pedro de Melo



Fonte: Disponível em: < <http://maps.google.com.br/> > Acesso 03/01/2012.

Nota: A imagem (Figura 3) mostra, à esquerda, o edifício-sede da Usiminas; ao centro, a porção em forma de ilha que constitui a Praça; e, à direita, parte da mata que integra o Campus da Universidade Federal de Minas Gerais.

A Praça Pedro de Melo é uma área ajardinada com um projeto paisagístico muito bem executado, com manutenção constante e que serve de elemento para o embelezamento urbano. Quanto ao uso, todavia, resume-se a um espaço de admiração, para ser observado preferencialmente de dentro do veículo enquanto se transita na Avenida Presidente Carlos Luz. É importante pontuar que as faixas de pedestre existentes direcionam o caminhar para outras ilhas próximas que não a que configura a ilha central da praça.

Figura 4 - Vista panorâmica da Praça Pedro de Melo.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2011. Autoria: Breno Basílio e Dayana Cândido.

Nota: A montagem intitulada "Figura 4" mostra a sobreposição de fotografias tiradas de dentro do veículo ao se fazer o retorno em torno da praça.

Observa-se assim, que esta situação leva a questionar o real significado da palavra *praça*, pois muitos espaços são assim nomeados pelo simples fato de terem bancos ou áreas ajardinadas, mas outros não o são mesmo sendo realmente utilizados como espaço de socialização, troca comercial ou reunião.

A partir do momento em que se atribui a qualquer espaço ajardinado o título de praça, acredita-se falsamente que se tem grande número de espaços livres de qualidade dentro da cidade, quando em verdade, existem locais denominados como praça e parque que, dado a sua forma, não abrigam as atividades fundamentais para a caracterização de um

espaço livre público como o comércio, lazer/esporte, socialização e mobilidade. Assim, para que não haja conflito de termos, praças, parques e áreas como o "Cercadinho" e a Praça Pedro de Melo, serão todas intituladas "objetos do espaço livre público" com o objetivo de se referir àqueles nódulos dentro da malha urbana que possuem maior ou menor potencial de ocupação pelo usuário.

Sobre este aspecto, Queiroga (2003) introduz o conceito de pracialidade:

"A pracialidade é, como categoria, uma abstração, mas voltada à interpretação de concretudes, existências que se situam no tempo-espaço, participando da construção e metamorfose da esfera pública.

Pode-se falar em sistemas de objetos potencialmente mais ou menos aptos a se prestarem à condição de praça, mas só diante de uma prática espacial efetiva da esfera de vida pública caracterizadora da praça é que se concretiza a sua pracialidade. Desta forma, vários logradouros oficialmente denominados como praças não o serão se não estiverem comportando um sistema de ações voltado ao encontro e convívio no âmbito da esfera de vida pública.

Situações de 'pracialidade' poderão ocorrer em diferentes logradouros, além daqueles oficialmente denominados como praças ou largos, em função de apropriações eventuais que transcendem a funcionalidade mais específica dos sistemas de objetos (QUEIROGA, 2003 p. 6-7)."

O *objeto do espaço livre público* é, então, a porção espacial dotada de pracialidade, ou seja, o conceito contempla todos os espaços que se tornam convidativos à permanência ou a outra atividade cotidiana pertencente à vida pública do usuário. Por esta razão, nem todos os espaços que são utilizados como "praça" podem, neste estudo, ser denominados "praça" ou "parque", mas todas as praças e parques providos de "pracialidade" serão considerados "objetos do espaço livre público".

Para prosseguir a discussão, é preciso fazer uma revisão da conceituação dos termos *rua*, *praça* e *parque*, uma vez que, o estudo da forma dos *objetos dos espaços livres*, em Belo Horizonte, revela que, principalmente duas destas grandes categorias - a rua e a praça- têm perdido sua clareza de leitura e entendimento.

A indefinição dos termos, no contexto urbano contemporâneo, mostra que, apesar de terem origens formais diferentes, o modo como estes elementos têm se inserido na malha urbana não permite, muitas vezes, determinar o limite entre uma forma e outra, gerando espaços livres indissociáveis dos conceitos de rua e praça ou parque e praça. Acredita-se que a dificuldade em classificar os objetos do espaço livre público tenha surgido, especialmente, com a inserção do automóvel na cidade, quando a forma dos quarteirões, e da própria organização da malha viária, altera, particularmente, a morfologia das praças, que passam a ser fortemente delimitadas pelo desenho das ruas.

Como análise auxiliar para a discussão dos termos em questão, pode-se utilizar a divisão da área de atuação do arquiteto paisagista proposta por Macedo (1999), em que as escalas de projeto do espaço livre são divididas em quatro grandes categorias: jardim, logradouro público, espaços especiais e paisagem.

O jardim, na Europa, é a porção do espaço livre que se separa sutilmente do logradouro público, já no fim do Renascimento, no início do Barroco, e se configura como o espaço ajardinado imediato à construção (ALIATA e SILVESTRI, 2008). Em teoria, o jardim é definido pelo espaço livre localizado imediatamente no entorno da edificação e que ainda mantém uma relação direta com a construção e a implantação do edifício no terreno. As soluções projetuais, neste caso, aproximam-se das resoluções de design e do detalhamento de piso e mobiliário. Assim, exigem uma escala de trabalho próxima aos cânones do corpo: braçadas, palmo, pés, etc.

Desse modo, percebe-se que:

“à medida que a escala de intervenção vai diminuindo e nos aproximamos do pequeno espaço, a importância das componentes não diretas ligadas à expressão vai diminuindo relativamente às composições formais, assumindo estas um peso cada vez maior nas propostas” (MASCARÓ, 2008 p. 16).

O logradouro público, por conseguinte, corresponde aos espaços urbanos de uso cotidiano inseridos nas proporções da rua: praças, recantos e quarteirões fechados. Nesta esfera, as preocupações projetuais devem se aproximar da escala de caminamento e do quarteirão. Essa noção é bastante importante no momento do projeto, pois se devem levar em consideração os deslocamentos e as relações dos usuários com a preexistência física do sítio antes de interferir bruscamente em suas ações diárias.

Na mesma escala de trabalho, mas com origem tipológica diferente, podem-se inserir também os espaços especiais, que são áreas projetadas direcionadas ao lazer ou à preservação ambiental, como: parques urbanos, jardins zoológicos, jardins botânicos, quadras esportivas, cemitérios e outros equipamentos de maior porte (MACEDO, 1999).

A diferença essencial entre o espaço livre do logradouro público e os equipamentos especiais não se prende necessariamente ao porte, apesar de, em geral, os espaços especiais terem áreas um pouco maiores que quarteirões. O aspecto que os diferencia envolve a forma de acesso e a inserção desses objetos na malha urbana, sendo o logradouro prioritariamente um objeto articulado com os caminhos cotidianos existentes na cidade, ocorrendo naturalmente nos trajetos dos usuários, enquanto o equipamento especial pode fazer parte de trajetos cotidianos, mas tem essencialmente a vocação de ser um destino final.

O quarto nível projetual abrange a escala do olhar e pressupõe um tipo de interação menos imediato com o indivíduo, abrangendo a atuação social de uma coletividade sobre um dado território, que resulta em alterações da paisagem; ou seja, interação entre o meio urbano ou rural e o seu entorno natural. Alguns autores nomeiam essa esfera de "Paisagem cultural", pois tem como elemento diferencial da paisagem natural a ação antrópica sobre o meio físico (DELPHIM, 2005).

Das categorias apresentadas por Macedo (1999), interessam neste estudo o logradouro público e os espaços especiais. Na discussão, a definição parque, como uma forma de espaço especial é clara, mas a definição de rua e praça, mesmo que, no senso comum, pareça óbvia, não é tão simples.

De acordo com a Prefeitura de Belo Horizonte, o logradouro público é "o conjunto formado pelo passeio e pela via pública, no caso da avenida, rua e alameda; a passagem de uso exclusivo de pedestre e, excepcionalmente, de ciclista; a praça; e o quarteirão fechado." (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2001 p. 5.). Esta definição baseia-se num princípio de regulação urbana, onde é preciso definir tecnicamente o espaço público de circulação existente entre as áreas loteadas que constituem o que se chama de quarteirões. Por sua vez, a via pública é: o conjunto formado pela pista de rolamento; pelo acostamento; pelas faixas de estacionamento, ilha e canteiro central, se existentes" (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2001 p. 5.).

Neste contexto, se a praça é um tipo de logradouro, admite-se que ela é um espaço de uso público, mas, sem definições mais específicas. Então, como diferencia-la morfológicamente, ou funcionalmente da avenida, rua, alameda e travessia de pedestre, uma vez que dentro do censo comum ela também pode ser constituída de passeio (ou alargamento dele) e demais elementos, e limitada por uma via pública?

A conclusão a que se chega é que, esvaziando o conceito de praça de um sentido associado ao uso, o máximo que se pode dizer é que a praça, do ponto de vista morfológico, é um intervalo na continuidade da rua. É um espaço de permanência sobre o passeio, limitado pela via pública, ou pela linha de divisa dos lotes, e que não pode ser dissociada da malha urbana.

Esta síntese é importante, pois mostra que não há uma forma pra que se molde o espaço e assim se possa chama-lo de praça, há apenas uma indicação de que quando os passeios se alargam e se articulam com os trajetos dos veículos e das pessoas, existe ali um convite à permanência que pode ou não consolidar-se como ocupação.

Recorrendo-se às origens históricas das formações urbanas, é possível perceber indícios de como o objeto do espaço público que recebe o nome de praça tem uma relação imediata com o uso a que serve. A partir da análise de Mumford (1998) começa-se a traçar um significado para o termo "praça" baseado em dois aspectos principais: o uso (atividades sociais, políticas, culturais, etc.) e a forma que tende à centralidade.

Na cidade antiga, entre os séculos VIII e V a.C., a conformação dos edifícios em torno de uma centralidade permitia o controle e a acessibilidade pela comunidade que a configurava. A escolha de clareiras para passar a noite ou para reunião em torno de uma fogueira é bastante instintiva no que diz respeito ao comportamento de instalação de um grupo e não pode ser deixada de lado quando se estabelecem as funções mais fundamentais da urbanidade. Nesse

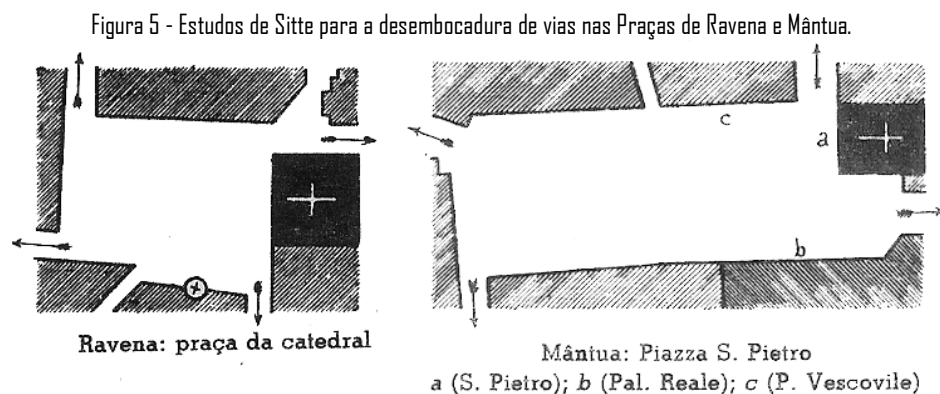
sentido, nada mais natural que o pátio da aldeia primitiva fosse uma centralidade que ia além de um significado geométrico, construindo-se como lugar da coletividade, espaço da manifestação social e da reunião (MUMFORD, 1998).

No mundo ocidental, o cerne da criação das cidades está nas aldeias primitivas, o que explica que o tratamento dos "espaços vazios" entre as construções está também, intrinsecamente, ligado às necessidades humanas de relacionamento. Seja por questões comerciais ou simplesmente de convívio, as praças, largos, ruas e avenidas abrigaram ao longo do tempo as mais diversas atividades – políticas, militares, econômicas, sociais e religiosas (MUMFORD, 1998). Dentre estes locais que propiciam o encontro, a praça, por excelência, talvez seja o espaço público mais representativo da civilização, em termos de sociabilidade. Numa escala generalizada, percebe-se pelas narrativas históricas a repetição de comportamentos sociais semelhantes dos indivíduos frequentadores de praças, desde a Antiguidade Clássica até os dias de hoje. Em todos os casos, o uso do espaço livre urbano para o lazer, o consumo, a manifestação de um discurso e a socialização permanece existindo.

Sitte (1992), no final do século XIX, em sua análise sobre a forma das cidades europeias antes da revolução industrial, também dá indícios do que seria uma configuração de praça quando estuda a desembocadura das avenidas no vazio do espaço livre urbano que constitui o que se chama de praça.

Nos estudos fica claro que a relação do objeto do espaço livre público com o ambiente urbano não é dissociável, pois a própria articulação entre a via e aquilo que se chama de praça é um fator de construção da relação do usuário com este espaço.

É exatamente pela falta de limite explícito entre onde acaba a rua e inicia-se a praça que o usuário é capaz de perceber o contexto urbano como um todo.



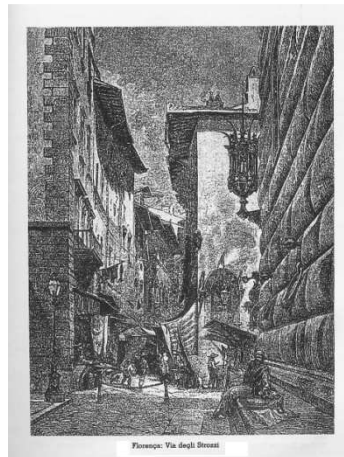
Fonte: SITTE, 1992, p. 49.

Nota: A imagem mostra como a chegada do indivíduo em cada ponto da praça pode causar-lhe uma sensação diferente. O fato dos eixos das vias e do vazio não estarem alinhados, permite sempre ao observador encanta-se ao descobrir que no entorno do vazio da praça há uma igreja (demarcada pelo retângulo preto com uma cruz).

Sitte acrescenta considerações sobre aspectos sensoriais, explorando o como as proporções das ruas e das praças são fundamentais também para a o estímulo ou não da ocupação destes lugares. Por exemplo, quanto à largura das

ruas que desembocam nesses intervalos chamados por Sitte de "praças", pondera-se que quanto mais largas menor o efeito de teatralidade do espaço (Figura 6). Como solução inapropriada para os espaços livres, estabelece-se ainda uma forte crítica à implantação dos objetos arquitetônicos (igrejas) no centro das praças e faz-se uma analogia da situação com a disposição de bolos em bandejas, contrariando a teatralidade da morfologia urbana medieval.

Figura 6 - Ilustração de Sitte para a expectativa do observador antes de chegar à praça da cidade medieval.



Fonte: SITTE, 1992, p. 45.

Mas, a preocupação do autor não se restringe apenas à forma ou à percepção. Sitte (1992), analisa as praças medievais da Europa e as classifica em três tipos baseado no conjunto de atividades que abrigavam. Podem-se mapear as funções da aglomeração para o rito religioso, o espaço da socialização e o espaço do comércio, que geram em decorrência do comportamento das pessoas, formas espaciais que promovem a aglomeração. Eram elas:

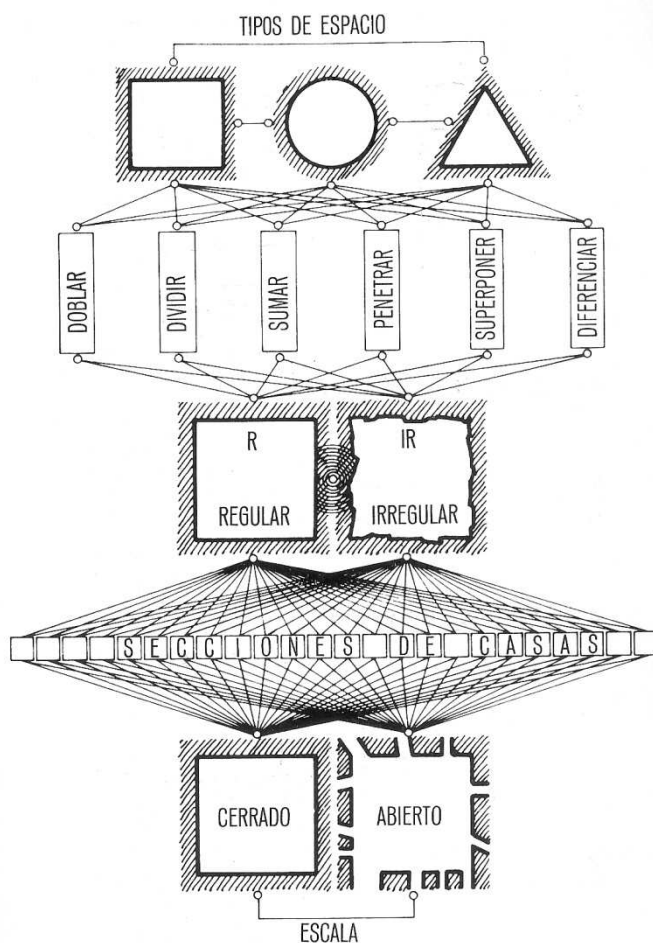
- *Praça da catedral* — tipologia que acompanhava a igreja matriz e continha o batistério, a campanilha e o palácio episcopal.
- *Praça laica* (a *signoria*) — que era o átrio da residência principesca, rodeada pelos palácios dos senhores da região e onde eram anunciadas as principais leis.
- *Mercato* — praça das trocas comerciais, onde sempre havia uma fonte e a prefeitura.

Admite-se, porém, que estes três tipos de praça se combinavam de todas as formas possíveis gerando outros espaços em que havia a mescla das funções. Assim, ainda nos estudos iniciais sobre o assunto, já se percebia que não poderia haver uma forma pura de praça, mas sim a sobreposição/justaposição de espaços adequados a determinados usos.

Nos estudos de Sitte, no entanto, observa-se que o grande acervo de exemplos objetos do espaço público (praça) apresentados pelo autor tem um perímetro irregular, mas que tende à forma retangular, o que curiosamente não é observado na análise feita por Krier (1981) sobre os espaços livres públicos da cidade moderna.

Nos meados da década de 1970, seguindo uma metodologia parecida, Krier (1981) inicia sua análise morfológica do espaço livre a partir das formas primárias do quadrado, do círculo e do triângulo.

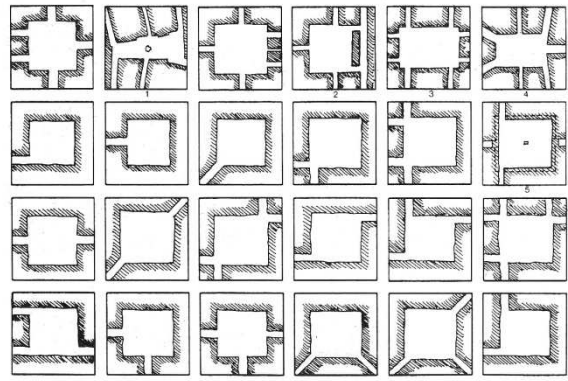
Figura 7 - Estudos de Rob Krier sobre a forma dos espaços livres dentro da malha urbana.



Fonte: KRIER, 1981, p. 31.

A partir de combinações por meio da duplicação, divisão, adição, penetração, sobreposição e diferenciação destas formas primárias de espaço (Figura 7), o autor mostra resultados de novas formas que podem ser espaços com limites regulares, ou irregulares. Tendo, então, obtido o espaço correspondente ao vazio que compõe a praça; Krier estuda as formas de articulação deste elemento com a malha viária, ensaiando diversas desembocaduras das ruas no espaço vazio e analisando as condições espaciais decorrentes disto (Figura 8).

Figura 8 - Estudo de Rob Krier sobre a variação de desembocaduras de vias em espaços livres urbanos.



Fonte: KRIER, 1981, p. 32.

Assim, os espaços livres criados pelas áreas livres sempre partem dessa geometria primordial, mesmo que ao se incluir variações se obtenha uma forma mais complexa, composta pela interação desses elementos. É ponderado o fato de que a relevância dessa conformação não ocorre somente pelo fato de as praças serem espaços de reunião, mas por serem áreas com origens também em táticas de organizações militares e por isso tendem a reproduzir uma mesma tipologia espacial de pátio.

Os estudos de Krier são pertinentes no que diz respeito à discussão da relação da praça com seu entorno imediato e a relação estabelecida com a malha viária, mas parte de uma direção não muito natural. O autor começa os ensaios da forma da praça para conectá-la por fim à cidade, enquanto que nos estudo de Sitte contempla-se o processo dialético e simultâneo de estabelecimento dos espaços livres com as ruas, que os conectam.

Sitte e Krier partem de exemplos europeus de praça, que têm sua origem num desenvolvimento urbano contínuo e que passa por uma sobreposição de raciocínios desde a organização da aldeia, até a organicidade da cidade medieval chegando à cidade planejada moderna que deixam cicatrizes na malha da cidade.

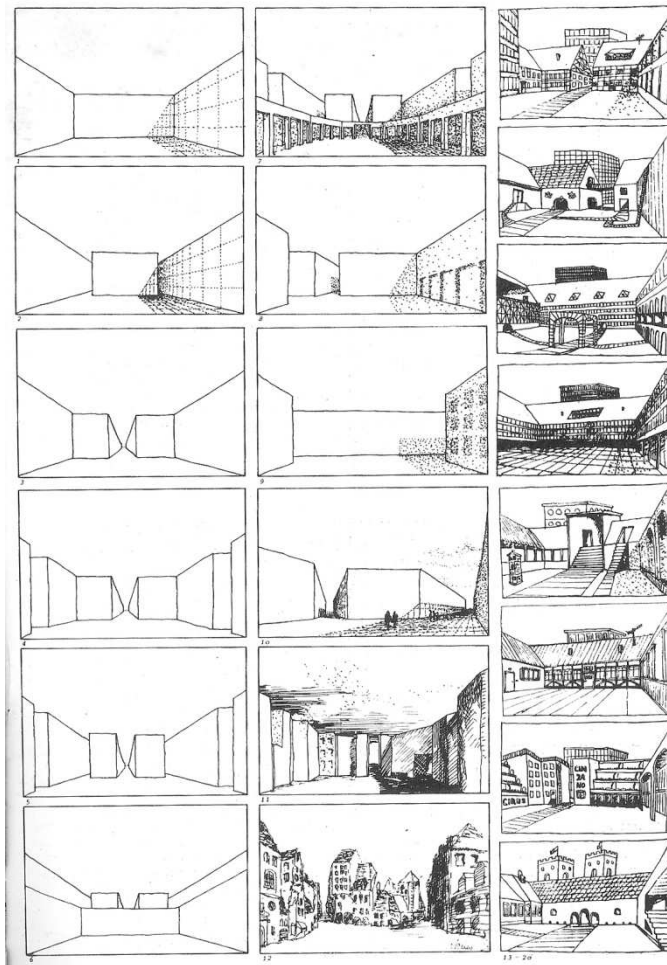
No contexto de Belo Horizonte, estas cicatrizes são menos profundas e o processo de criação da forma urbana já tem em seu início o pensamento da cidade planejada com preceitos racionais e funcionais. Portanto, não se pode dizer que os desenhos dos espaços públicos de Belo Horizonte são evoluções formais vindas de momentos anteriores.

A inclusão de praças com perímetros circulares e triangulares no rol de exemplos trabalhados por Krier mostra claramente uma alteração significativa no traçado da malha urbana desde o estudo de Sitte. A inclusão dos automóveis revoluciona a concepção de espaço livre público na medida em que permite qualquer espaço delimitado por uma via ser classificado como praça, independente da ocupação que ocorra nele. Haja vista os exemplos citados anteriormente como a Praça Pedro de Melo e o "Cercadinho" do Bairro Coração Eucarístico.

No entanto, no estudo de Krier, pondera-se que os elementos, que constroem o entorno dessa "área vazia" definida como objeto do espaço livre, é fundamental para determinar limites (sejam eles físicos ou visuais) e demonstrar como

sua variação pode causar diferenças nas percepções e modos de interação do usuário com o espaço. São pontuados dois elementos fundamentais nesse caso: a desembocadura das ruas no espaço livre da praça, já citada em análise anterior, e os edifícios circundantes. Estudos realizados por meios de croquis revelam que a maior ou menor permeabilidade no limite da praça permite alteração significativa na percepção espacial do usuário. Ou seja, analisa-se como o maior número de concordâncias várias num mesmo vazio e edifícios circundantes de menor altimetria podem permitir uma leitura espacial mais clara e com um acesso conseqüentemente mais fácil (Figura 9).

Figura 9 - Estudo de interferência da volumetria na configuração dos espaços vazios.



Fonte: KRIER, 1981, p. 33.

Nota: A figura mostra como o intervalo entre as edificações e a variação de altimetria faz com que a percepção espacial se altere. A sensação de confinamento quando se observa planos contínuos é maior do que quando existem passagens entre os edifícios.

A avaliação de Krier é baseada fortemente em uma análise visual do ponto de vista de quem está dentro do objeto do espaço livre, o que não permite uma análise da relação do vazio que conforma as praças em relação à cidade, mas pode ser estendida para uma análise mais ampla quando casada com as reflexões sobre o encontro das ruas com o espaço vazio.

É claro que a existência de um limite com maior número de intervalos entre as construções, ou passagens para "fora do vazio" da praça, diminui o sentido de confinamento. Mas, muito além da percepção visual ou sensorial, a existência

de intervalos entre os edifícios torna o perímetro da praça mais permeável e permite que ela se misture ainda mais com a malha viária, o que, em tese, pode torna-la mais acessíveis e conseqüentemente mais utilizados.

Mesmo apontando conseqüências negativas da inclusão do automóvel na cidade para o pedestre, e apontando o início da discussão sobre a percepção espacial no contexto urbano, o próprio autor admite a dificuldade de incluir as pessoas nos estudos de forma no espaço livre e conclui que o estudo da morfologia a partir dos olhos do técnico não possui serventia se nele não se inclui a vivência do espaço.

A indefinição do modo com que se circula, ou do estudo da ação humana sobre a forma da praça, acaba por distanciar o estudo da realidade atual, em que a grande maioria das praças, ao menos em Belo horizonte, é um lugar de convívio íntimo entre pedestres e veículos. Sem as pessoas o estudo morfológico é apenas uma coleção de croquis de simulação de formas.

Então, como incluir não um indivíduo genérico, mas um ser com valores, gosto e hábitos cotidianos nesta análise? Esta inquietação tem como resposta inicial a crítica feita pelos pós-modernos. Um dos ícones deste movimento, Jane Jacobs (2008), afirma em *Morte e vida nas grandes cidades* que o urbanismo corbusiano tirava as pessoas da rua e as colocava em parques, onde a sensação de segurança era diminuída pela falta dos olhares de vizinhos. Tudo em função de uma lógica de planejamento e construção do ambiente urbano que priorizava o trânsito rápido de veículos e pessoas.

Criticava-se nesse período, entre os anos de 1960 e 1980, também, o desenvolvimento das práticas de planejamento utilizadas naquele momento. Acreditava-se que a falta de critério para a expansão da cidade, pensando sempre ainda no aproveitamento do solo urbano, e não nas condições espaciais, prejudicava a qualidade de vida das pessoas. Algumas décadas mais tarde, ainda apontavam-se temores de que os planos urbanísticos continuassem a implantar vias cada vez mais rápidas, sem que os urbanistas refletissem sobre isso, e dizia-se que o uso do automóvel deveria ser repensado, transformando o trabalho do arquiteto e urbanismo numa "medida corretora" da Carta de Atenas (KRIER, 1981).

Em meio a este embate, sob a grande influência dos urbanistas modernos europeus do começo do século XX, inicia-se o processo de replanejamento das grandes cidades da América Latina. Mas, com a experiência de Brasília, impede-se a dispersão das ideias de embelezamento do espaço urbano e reapropriação da cidade por parte do pedestre. Desse modo, apenas no fim dos anos de 1990 é que começam a chegar, ainda que atrasadas, novas possibilidades de interpretação do planejamento urbano nos países da América do Sul (ROMERO, 2001).

Tal influência pode ser ilustrada em Belo Horizonte, por exemplo, com as ações recentes do poder público (na figura da prefeitura) voltadas à promoção de programas de revitalização do centro comercial. As soluções priorizam o trânsito

de pedestres e a redução da velocidade dos veículos nas áreas com grande tráfego de pessoas e priorizam a implantação de soluções de acessibilidade universal nas calçadas.

Este breve histórico mostra como o conceito de praça, é complexo e delicado, incluindo não só o aspecto ligado à forma de um objeto do espaço livre, mas também a um intervalo indissociável na malha urbana que carrega funções diferentes das atribuídas às vias. Propõe-se então, neste trabalho, que para analisar os espaços livres urbanos, abandone-se a concepção de praça e rua como objetos estanques e limitados, mas como porções de espaço que abrigam funções que se justapõem e se sobrepõem. Deste modo, pode-se estabelecer o conceito de *espaço livre-fluido*, ou seja, aquele espaço formado pela zona dotada de sentido de praça, mas que se expande além dos limites formais ou visuais perceptíveis ao usuário.

O espaço livre fluido é então uma forma de dissociar o conceito de praça de um espaço com limites bem estabelecidos e propor a associação desta categoria a um objeto amorfo do espaço livre que se estabelece como uma região ou zona dentro da malha viária. Desta forma aproxima-se a discussão do modo como o pedestre entende a cidade, como um caminho contínuo que ora se dilata (em forma de praça) e ora se estreita (em forma de via).

Somando-se então os espaços livres fluidos e os caminhos que os conectam, obtém-se a concepção de espaço livre urbano que se tem neste trabalho, uma designação que abrange o espaço percebido e vivenciado.

Neste contexto, a rua e a praça são espaços de circulação (de veículos e pessoas) devem ser vistos como elementos fundamentais da dinâmica urbana, do ponto de vista tanto da sociabilidade como da criação de referências de memória e localização. Por isso, acredita-se que a unidade de planejamento do espaço não deveria ser baseada no quarteirão ou num projeto que ilustra o espaço em vista aérea, mas naquilo que é percebido pelas pessoas, o espaço livre fluido. A percepção dos cidadãos é da rua por completo, e não do quarteirão (JACOBS, 2008).

No entanto, por mais que a percepção do usuário se dê de uma forma contínua, sua vivência não abrange todo o espaço livre urbano. Nem mesmo quando está inserido dentro de um espaço livre fluido, ele é capaz de apropriar-se dela por completo. Então, mesmo que se queira tratar o espaço livre como uma continuidade, não se pode ignorar o fato de que o usuário utiliza efetivamente em suas atividades cotidianas apenas pequenas porções da "praça" ou da "rua". Mas, o que interessa não é apenas estudar a praça em si. É perceber, como o usuário se relaciona com a cidade por meio dela. Apesar de o ambiente urbano ser percebido como uma continuidade são estas microespacialidades (ou porções de espaço que estão incluídas dentro da praça) os ambientes que são de fato apropriados pelo usuário. Está aí então o indício de como se podem associar as condições individuais das pessoas à apropriação do espaço livre.

Enquanto o espaço livre for tratado somente como um objeto urbano, o usuário sobre o qual se discute não possui identidade. Ele é apenas mais um elemento pertencente a um sistema complexo. Quando se admite que o espaço livre é

constituído de objetos (praça, vias, caminhos, etc.) e que estes por sua vez são constituídos de porções de espaço que são apropriados por pessoas e que as escolhas das apropriações são decisões individuais, só então, pode-se incluir um usuário real na análise.

Estando o usuário situado numa porção espacial condizente com sua dimensão corporal, é possível analisar como pequenas soluções arquitetônicas de desenho (disposição de bancos, pavimentação, arborização, etc) podem gerar grande influência na construção do objeto do espaço livre e consequentemente da cidade, e como a dinâmica da cidade pode interferir na qualidade do desenho final de uma praça.

A praça, neste contexto, comporta-se, então, ora como elemento urbano (quando tratada como objeto do espaço livre), ora como elemento arquitetônico (quando tratada como uma justaposição/sobreposição de microespacialidades). Por isso, acredita-se que, para que seja fluida e esteja inserida na cidade de modo acessível — no sentido de ser cotidiana ao trânsito de pedestres — deve trazer em sua forma arquitetônica (desenho) a permissividade à flexibilidade de usos e a consequente diversidade de públicos.

Para que se compreendesse a reflexão a ser proposta neste trabalho, o raciocínio até agora partiu da percepção macro da praça (no contexto urbano) chegando à micro, (compreendendo-a também com um conjunto de microespacialidades). Com o marco teórico estabelecido, far-se-á o caminho inverso nos estudos de caso para se chegar a conclusões sobre este assunto, uma vez que interessa a aproximação ao aspecto humano do ambiente urbano (a relação entre o micro e o macro) e não apenas o aspecto técnico-filosófico que engloba a discussão.

No primeiro capítulo serão feitas análises por meio de situações reais em que as pessoas se relacionam com o espaço livre, discutindo as relações de desenho e ambiência que as levam a escolher cada microespacialidade. A partir desta observação será possível levantar aspectos fundamentais da compatibilização da apropriação e da forma nos espaços selecionados pelos usuários.

Inicialmente, toma-se como base a discussão de Jean Ghel sobre a humanização dos espaços urbanos para categorizar os tipos de atividades existentes no espaço público. Estas atividades são, então, agrupadas e analisadas quanto à motivação do usuário e quanto ao tipo (função).

As atividades descritas são praticadas em porções do espaço cujas características são interpretadas por um usuário como ideais para o desempenho de um ato qualquer. Quando se analisa cada atividade levando em consideração o modo como cada usuário se comporta, nota-se que existem diferenças nas práticas. Então, passe-se a ter não mais a atividade genérica, mas o ato realizado com as características atribuídas pelo perfil do usuário. A análise leva a uma discussão mais profunda, onde se destaca a importância de considerar o comportamento humano nos espaços livres

não como uma atividade genérica, mas sim uma ação praticada individual ou coletivamente pelo usuário com as manifestações de suas características de personalidade, idade, sexo, classe social, etc.

As situações tomadas como exemplo foram selecionadas a partir de vídeos confeccionados pelos próprios usuários que participaram da atividade e que foram disponibilizados no Youtube². A escolha por esta fonte de pesquisa se justifica devido à espontaneidade do registro, o que retira de certa maneira o recorte do olhar do técnico e permite observar a realidade de uma forma autêntica.

Os locais onde estes vídeos foram gravados se distribuem na região centro-sul de Belo Horizonte, devido ao fato de esta ser a região que possui alguns espaços livres projetados no momento da inauguração da cidade (incluídos no plano de Aarão Reis) e ao mesmo tempo outros mais recentes, inaugurados na última década. Esta escolha permite observar como um mesmo público se comporta diante de espaços criados em locais concebidos em contextos históricos diferentes.

A partir da análise da relação existente entre a ação do usuário e das características espaciais da microespacialidade, propõe-se uma metodologia de análise do espaço em função de parâmetros genéricos (nomeados aqui de componentes), que permitem comparar como atividades genéricas, ao serem desempenhadas por indivíduos diferentes, resultam em ações distintas.

No segundo capítulo, parte-se para a análise das ações desmembradas nas três componentes que a descrevem. São elas: visibilidade, velocidade e espacialização. Por visibilidade, entende-se a condição do que se vê e se é visto; a velocidade relaciona-se às condições de rapidez do deslocamento ou ainda fatores que convidam à permanência; e a espacialização é a relação estabelecida entre o ato e a área ocupada no espaço.

A nomenclatura e a metodologia de análise criada a partir de componentes faz parte da hipótese deste trabalho e serve como ferramenta para definir, a partir da relação estabelecida entre as componentes e as condições espaciais, quais características dos lugares são ou não apropriadas à ação. As componentes podem, então, ser interpretadas como as responsáveis pela "aderência" da ação ao espaço. Deste modo, o estudo de caso das condições específicas de comportamento no espaço público de determinados usuários analisado sob a ótica dessas componentes genéricas servirá para compreender como o projeto de um lugar de propriedade coletiva pode atender à condição do comportamento individual.

O estudo encaminha-se, assim, para apontamentos de como soluções projetuais e elementos do desenho urbano (vegetação, iluminação, mobiliário, caminhos, etc.) influenciam na condição ambiental da microespacialidade e consequentemente nas componentes da ação.

² Os vídeos utilizados estão disponíveis no Anexo I deste trabalho.

Para esta análise utilizados materiais audiovisuais e fotografias de artistas amadores e profissionais disponíveis em sites especializados neste tipo de material. Os recursos audiovisuais selecionados incluem fotografias e vídeos realizados durante o período de desenvolvimento da pesquisa, somados a outras fontes de mídias digitais livres (Youtube®, Flickr® e outros).

As fotografias coletadas foram em parte retiradas do site Flickr³, que pertence ao grupo Yahoo, e em parte, produzidas ou retiradas pela autora de sites diversos. Outra fonte de informação de grande ajuda foi o Youtube, canal de compartilhamento de vídeos hoje controlado pela Google. Assim como as fotografias, os vídeos disponíveis no Youtube permitiram analisar os espaços em diversos momentos do dia e da noite. Por meio deles, se pôde descobrir eventos importantes que certamente seriam ignorados sem a utilização desta fonte.

As visitas de campo foram feitas no período diurno na sexta-feira, sábado, domingo ou segunda-feira de acordo com a vocação do espaço. Aqueles que apresentavam dinâmica de funcionamento intimamente ligada ao comércio foram visitados preferencialmente na sexta ou segunda-feira. Os que apresentavam vocação para o lazer foram visitados preferencialmente no final de semana.

A troca de informações sobre a dinâmica dos espaços visitados não ocorreu somente por observação. Foram feitas entrevistas informais por meio de abordagens sutis aos usuários. A entrevista sem um roteiro estabelecido foi um ótimo instrumento, pois permitiu uma maior aproximação dos entrevistados em situações em que se pôde adquirir informações importantes sobre suas motivações e anseios ao utilizarem as microespacialidades em que se encontravam.

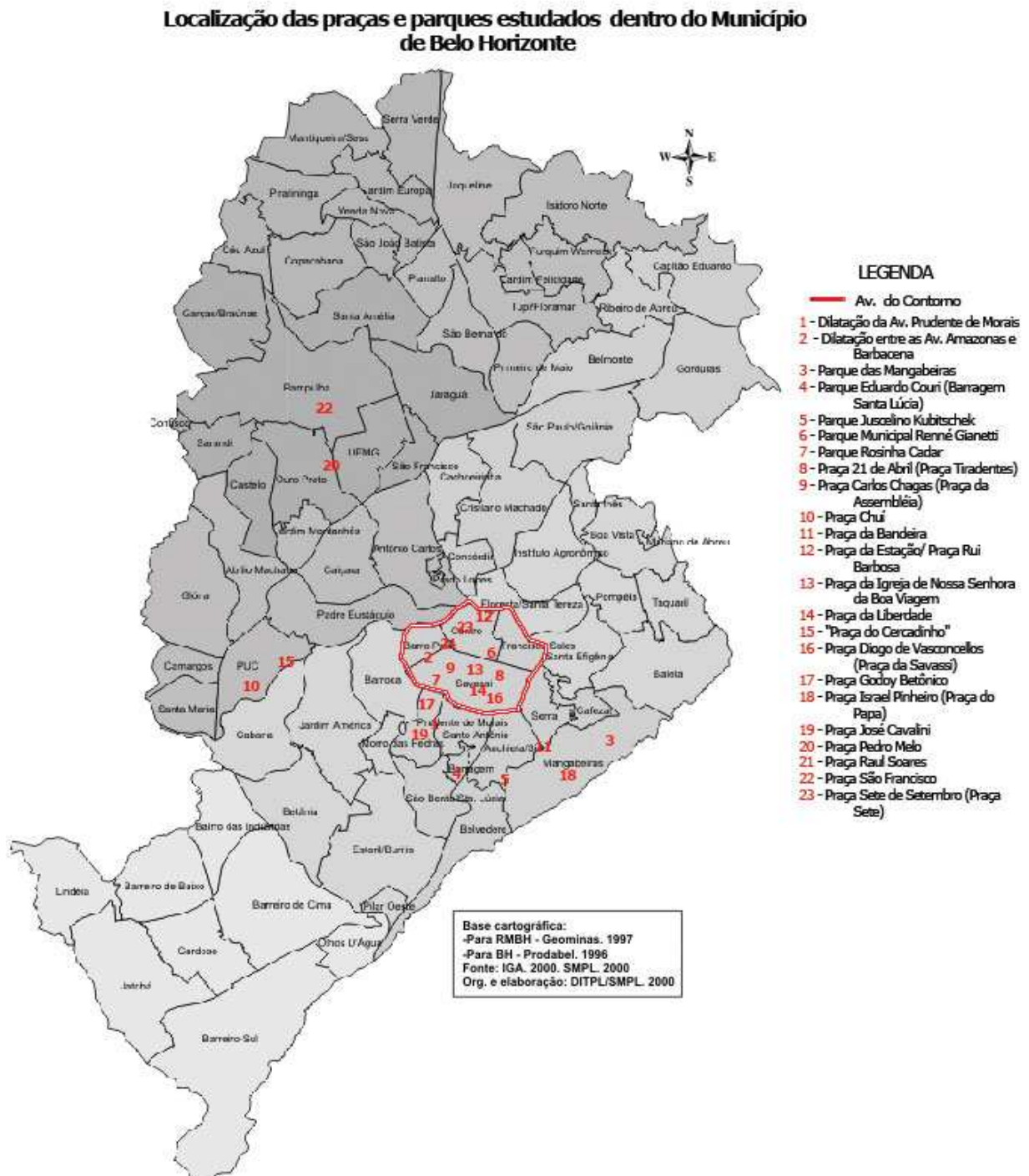
Tendo-se observado as microespacialidades a partir do ponto de vista de quem as utiliza, parte-se para o estudo da forma resultante da justaposição/sobreposição das microespacialidades, ou seja, as "praças" propriamente ditas.

Durante a apresentação dos exemplos, nota-se que as praças em Belo Horizonte, não têm uma única forma específica, mas podem ser agrupadas em categorias com configurações semelhantes. Por isso, propõe-se uma reclassificação dos objetos do espaço livre que possuem o "sentido de praça". Promove-se, assim, uma revisão das categorias de análise propostas por autores que atuaram nos últimos anos na área de projeto de espaço livre e adéqua-se o pensamento, focando em potenciais de apropriação, e não exclusivamente na morfologia.

³ Nestes sites, fotógrafos e cineastas amadores e profissionais compartilham imagens e vídeos de espaços, pessoas e objetos. É um ciberespaço democrático, pois para ter uma conta não é necessário pagar mensalidade ou contribuir com nenhum tipo de doação. Existem fóruns sobre tipos de câmeras e lentes, e sobre efeitos sobre as características das fotos postadas. É uma comunidade virtual, um espaço de interlocução entre pessoas que se interessam pelo mesmo assunto: fotografia. As fotografias postadas abordam diversos assuntos e são classificadas por informações chamadas de "tags", ou "etiquetas", em português, as quais podem ser descritas pelo próprio autor ou por outros internautas. Assim, ao mesmo tempo em que se têm fotografias artísticas ou conceituais, têm-se também fotografias de cunho científico, como fotografias de células tiradas com microscópios eletrônicos. Já o Youtube permite a um usuário cadastrado gratuitamente postar vídeos de autoria própria, sem grandes critérios de seleção, exceto aqueles que depõem a favor da imoralidade sexual ou contém caráter discriminatório.

A seguir, o mapa (Figura 10 - Distribuição dos espaços selecionados como objeto deste estudo.) mostra a distribuição dos espaços selecionados para o estudo na cidade de Belo Horizonte.

Figura 10 - Distribuição dos espaços selecionados como objeto deste estudo.



Fonte: Elaborado pela autora, sobre a base cartográfica disponível em: <www.pbh.gov.br>. Acesso: 04/02/2012.

Nas considerações finais são estabelecidas relações entre as visões do projeto do espaço livre ora descrito como objeto urbano e ora arquitetônico, levando em consideração a consequência das decisões em cada campo do conhecimento para a ampliação ou redução do rol da apropriação.

2 AS ATIVIDADES ENCONTRADAS NO ESPAÇO LIVRE DE BELO HORIZONTE

Na contemporaneidade, observa-se o surgimento de novos hábitos de vida. Os comportamentos sociais, o gosto e os hábitos de consumo vêm se modificando frequentemente, dadas as grandes alterações nos campos da ciência e da tecnologia. Em poucas décadas, ocorreram revoluções significativas nas telecomunicações e nas áreas de armazenamento de informações. Assistiu-se à consolidação de grandes teorias e pesquisas científicas, descobertas tecnológicas, avanços quanto às técnicas construtivas e novas formas de organizar o ambiente doméstico.

A utilização das técnicas e da ciência modificou a ação reflexiva com a teoria dos jogos (estudos baseados na cooperação e competitividade) e das escolhas limitadas, as ciências cognitivas (estudo das relações e cognições criadas pela mente humana) e as teorias da complexidade, do acaso e do caos (estudo de sistemas complexos e suas ações em rede). Estas teorias serviram de base para o desenvolvimento das tecnologias informacionais e influenciaram diretamente os campos da economia e da produção industrial, do projeto e do planejamento urbano. As mudanças em alta velocidade e a contínua reformulação de processos e teorias tornam a condição de vida contemporânea não um novo momento histórico, mas uma nova fase de um processo. Esse processo define a diferença entre a sociedade moderna e as outras no que diz respeito ao essencial e constante estado de transformação, sem a perda da tradição e da relação com o passado ou os fundamentos da construção do futuro. (ASCHER, 2010).

Atualmente, vêm sendo discutindo como essas grandes mudanças alteram o cotidiano no que diz respeito a hábitos de vida e quais são os reflexos destas alterações para o convívio social e a concepção dos espaços arquitetônicos e urbanos. Os novos modos de vida requerem tratamento diferenciado, o que já foi percebido pelas indústrias de bens de consumo e pelos prestadores de serviços. Tais setores investem agora na criação de itens diferenciados, que, ao mesmo tempo, permitem a manifestação das diferenças e mantêm no indivíduo a sensação de pertencimento a um grupo.

Assim como a escolha dos tipos de bens consumidos são manifestações de personalidade altamente valorizadas, também as experiências são destacadas como manifestações peculiares a cada indivíduo. Comprar, namorar e passear não são mais hábitos corriqueiros. Qualquer ação significa passar por uma vivência que traduza prazer, deleite, euforia, desprezo, etc. No campo do design de produto, por exemplo, a indústria investe em nichos de mercado, procurando características específicas dos consumidores. Essas ações promocionais tornam os eventos sociais verdadeiras experiências de manifestações de individualidade, o que acaba caracterizando-os como rituais de afirmação de exclusividade de um grupo de consumidores de determinados produtos.

Sobre esse fato, Ascher comenta:

Da mesma forma que os produtores privados enfrentam uma segmentação fina e flutuante, do mercado, que obriga o desenvolvimento de um marketing personalizado, os serviços públicos, tradicionalmente concebidos para servir a todos, devem responder à falta de atualização de seus equipamentos e prestações ante a diversificação das necessidades sociais. (ASCHER, 2010, p. 74).

Seguindo as tendências sociais e mercadológicas atuais, a arquitetura também tem apresentado essa diferenciação. As incorporadoras investem em estratégias de marketing que têm como apelo a valorização do cliente, mesmo que isso signifique apenas um discurso e não a prioridade do conforto ou qualidade de vida efetiva do ser humano. Os lançamentos das construtoras enfatizam a possibilidade de alterar os espaços de apartamentos com base em estratégias de construção, como quartos reversíveis, dependências de empregada que viram escritórios e suítes reversíveis. Um sem-número de novas tipologias de apartamento também surge: apartamentos do tipo estúdio, *home-offices*, imóveis com adendos do tipo espaço gourmet, academias particulares, adegas, espaço relax e muitos outros. Mas, e os espaços públicos, como têm se manifestado diante dessas mudanças?

Para se tratar de espaço público, atualmente, não se pode evitar mencionar as características relacionadas ao juízo de valor e ao gosto. As conclusões a que se chega quando se pressupõe o que as pessoas fazem no espaço livre público, sem observar cuidadosamente o que acontece - como se posicionam, como se distribuem no espaço, em que locais preferem permanecer e principalmente como as condições sociais em que se inserem as fazem agir deste ou daquele modo - se resumem somente a especulações sobre a estanqueidade do espaço. Sem observar situações reais, é muito comum negligenciar as possibilidades de uso deste espaço que dependem da habilidade criativa do usuário de enxergar condições espaciais adequadas à ação que se pretende desempenhar.

Aqueles espaços livres que são amplamente frequentados não apenas dão condições às pessoas de fazerem o que pretendem fazer no espaço livre, mas aumentam a motivação das pessoas em praticar ações em função de estarem ao ar livre. Por exemplo, se uma pessoa faz um determinado trajeto a pé todos os dias para chegar ao trabalho, e neste trajeto não há bancos ou possíveis locais em que ela possa descansar, sua ação se resume à passagem pelo local. Por outro lado, se este trajeto possui, por exemplo, uma fonte de água com um banco ao lado, ela pode se sentir convidada a reduzir sua velocidade de caminhada e parar durante a trajetória para refrescar-se ou beber água. Neste sentido, o bom projeto pode ser também interpretado como aquele que promove possibilidades de boa circulação com um potencial de possíveis paradas.

Como contraexemplo, tem-se a situação oposta, em que a condição do local expulsa o usuário. Esta mesma pessoa que caminha até o serviço, se, ao voltar do expediente, encontrar, à noite, um caminho mal iluminado, fará, possivelmente, duas opções: ou buscará uma rota em que a sua visibilidade seja maior, por meio da iluminação ou pelo próprio movimento de pessoas; ou passará o mais rápido possível por este trecho, até que se sinta segura novamente.

Com a intenção de analisar as atividades vivenciadas no espaço livre atualmente, Ghel (2010) classifica-as em três grupos a partir da motivação que leva o usuário a interagir com o espaço livre. Ao contrário de outras análises, a teoria de Ghel (2010) propõe categorias generalistas que servem de parâmetro para se compreender qualquer atividade praticada no espaço livre sem grandes dificuldades reduzindo inclusive as ambiguidades ou a necessidade de criação de categorias que não querem dizer nada como "atividades mistas". A divisão está bem adaptada à vida contemporânea, pois não descrevem a atividade do ponto de vista objetivo, encaixando-as em rótulos, mas parte da condição do comportamento do indivíduo que a pratica.

As atividades são distribuídas nos seguintes grupos:

- *Necessárias* — aquelas que as pessoas *precisam* praticar, como ir ao trabalho, levar as crianças a escola e esperar o ônibus.
- *Opcionais* — aquelas atividades que as pessoas *gostam* de realizar, como olhar a cidade, observar as pessoas, caminhar, ver vitrines e praticar esportes.
- *Ocasionais*⁴ — aquelas atividades de *interação*, que incluem todas as formas de convívio humano decorrentes do fato de se estar no espaço público, como conhecer novas pessoas e efetuar uma compra de conveniência.

Assim, Ghel (2010) associa a frequência com que essas ações ocorrem com a qualidade do espaço público e diz que as *atividades necessárias* são desempenhadas com mais ou menos conforto de acordo com a condição do lugar, mas não deixam de ser praticadas por fazerem parte da condição de subsistência dos indivíduos.

Por outro lado, mostra que as *atividades opcionais* só ocorrem se o espaço tem uma forma adequada, convidativa e que permita ao indivíduo estar confortável e em segurança. Neste caso, o fator segurança é fundamental, pois a sua falta é o que expulsa as pessoas do espaço público e as faz procurar espaços livres particulares. Este fenômeno leva à particularização dos espaços de lazer e acaba configurando o esvaziamento da rua.

Por fim, as *atividades ocasionais* só podem ocorrer em função de as pessoas terem motivações para estarem por vontade própria utilizando o espaço público. Assim, conclui-se que as condições físicas não impedem as pessoas de utilizar o espaço público, mas, seguramente, com melhores condições, as pessoas diversificam o tipo de atividade praticada, inclusive se propondo a interagir com outras pessoas e condições que não conhecem.

A fim de conflitar o pensamento de Ghel (2010) com a categorização comumente proposta por outros autores, foram levantadas e analisadas atividades que tomam espaço nas áreas livres de Belo Horizonte⁵. A organização dos exemplos

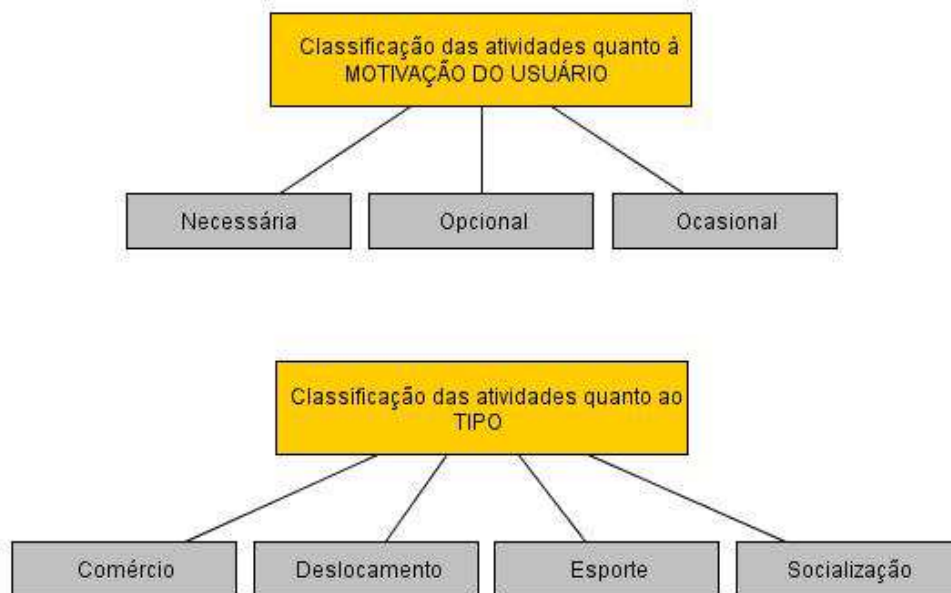
⁴ A tradução literal do termo seria social, correspondendo ao termo determinado pelo autor em inglês *social activity*. No entanto, optou-se por um termo que se adéqua melhor ao conceito em português: ocasional.

está vinculada aos grupos de atividades que estão comumente associados ao espaço público, sendo elas: o lazer, o ócio e a socialização; o comércio e a prática esportiva. É importante observar que estas categorias foram definidas a partir de uma lógica comumente apresentada por aqueles que estudam o espaço livre em diferentes contextos temporais, como Lynch (2008), Jacobs (2008), Ghel (2010) e etc., o que não significa que não se admita que a maneira com que as pessoas socializam, se deslocam, comercializam, ou praticam esportes vêm se alterando ao longo dos anos.

Acredita-se que o olhar técnico tem grande importância nas discussões sobre o caráter do espaço livre, mas a inclusão da visão do usuário é indispensável quando se pretende tratar do espaço contemporâneo. A multiplicidade de interpretações mostra que o espaço livre deve ter a capacidade de responder as características individuais e de servir de abrigo para manifestações das personalidades tanto de individualidades e grupos menores, quanto de comunidades numerosas.

O Fluxograma a seguir (Figura II) mostra, então, a classificação das atividades propostas por Ghel (2010), que as organiza quanto à motivação do usuário, e a classificação mais comum de se encontrar em discussões sobre o assunto, baseadas no tipo de função que o espaço abriga.

Figura II - Fluxogramas de classificação das atividades quanto à motivação do usuário e quanto ao tipo.



Fonte: Elaborado pela autora, 2011.

As duas lógicas partem de raciocínios diferentes, a primeira, proposta por Ghel (2010), toma como referencial o usuário, e a segunda toma como ponto de partida o uso atribuído ao lugar.

5 Alguns dos exemplos que serão descritos a seguir foram registrados pela própria autora em vistas de campo e outros são resultado de registros espontâneos postados pelos usuários do Youtube®.

Na lógica de Ghel (2010), o usuário tem a motivação da prática da atividade em função da condição espacial, ou seja, dependendo da qualidade do espaço, o usuário se restringe a fazer somente o que lhe é necessário, ou abre possibilidades de inventar funções para o espaço. Por outro lado, a segunda lógica se estrutura sobre um pensamento de adequação do espaço à atividade sobre a qual se pressupõe que o usuário se sente motivado a praticar, ou seja, primeiro ocorre ao usuário a proposta de ação e depois ele encontra o espaço adequado para a prática da ação.

Os dois raciocínios não se excluem, pois a relação forma-função é mesmo dialética. Ora o usuário escolhe o espaço, ora o espaço convida o usuário à atividade. Deste modo, uma *atividade comercial* pode ser *necessária* na medida em que é uma fonte de renda para um determinado usuário, mas pode ser ao mesmo tempo uma *atividade opcional* para quem consome algum tipo de produto que não lhe é fundamental. E, ainda, pode ser uma *atividade ocasional* quando ocorrem em função de o usuário estar próximo ao vendedor, o que seria uma troca comercial por impulso. Estas inter-relações entre tipo de atividade e a motivação do usuário em praticá-la sempre serão pontos de vista complementares na análise sobre uma mesma prática.

Observando-se os exemplos a seguir, nota-se que a relação existente entre o espaço escolhido e o como a atividade ocorre, dá-se principalmente por duas razões principais: uma ligada à localização do objeto do espaço livre (rua, praça, parque, etc.) em relação à malha urbana (se por estar próximo à residência ou percurso cotidiano do usuário ou por lhe ser simbolicamente familiar) e outra ligada à condição físico-ambiental do local (condições de conformação da porção espacial, sombreamento, pavimentação, dimensões, proporções, etc.).

2.1 Ações de lazer, ócio e socialização

As ações de lazer, ócio e socialização são, talvez, as mais complexas de serem analisadas e compreendidas porque dizem respeito à interação humana pelo simples razão da necessidade de conhecer e se aproximar de outras pessoas. São muito mais um processo gerido pelas forças de ação e reação dos indivíduos envolvidos do que, de fato, um resultado lógico de interações sociais.

Para analisar este tipo de atividade, os exemplos serão divididos em três grandes grupos: um que trata de relações entre uma grande quantidade de pessoas (coletividade), um que aborda as relações de grupos afins e outra que trata do posicionamento individual.

Estas manifestações serão estudadas sempre levando em consideração quais tipos de espaços estão sendo escolhidos para abrigá-las e quais as qualidades do lugar levam o usuário a ser considerados adequados.

2.1.1 Socialização de grandes grupos

As atividades de lazer e socialização são classificadas a partir das categorias de Ghel (2010) como *opcionais* e *ocasionais*, que manifestam uma identidade individual ou coletiva e utilizam o espaço livre como abrigo para tal. Nos vídeos levantados, observam-se eventos de médio e de grande porte como shows e torneios esportivos. Os registros de festas de carnaval, rodas de capoeira e outros, ilustram manifestações dos aspectos da identidade das comunidades e dos grupos aos quais os indivíduos que confeccionaram o vídeo pertencem.

No vídeo "*Hermeto Pascoal & Grupo*" (Figura 12), o autor registra o show do cantor e sua interação com o público. A filmagem foi produzida, à noite, na Praça Israel Pinheiro, também conhecida como Praça do Papa. É interessante perceber que a Praça do Papa tem uma forma espacial que condiz com a atividade.

Figura 12 - Show do músico Hermeto Pascoal.



Fonte: HERMETO PASCOAL... [2010]

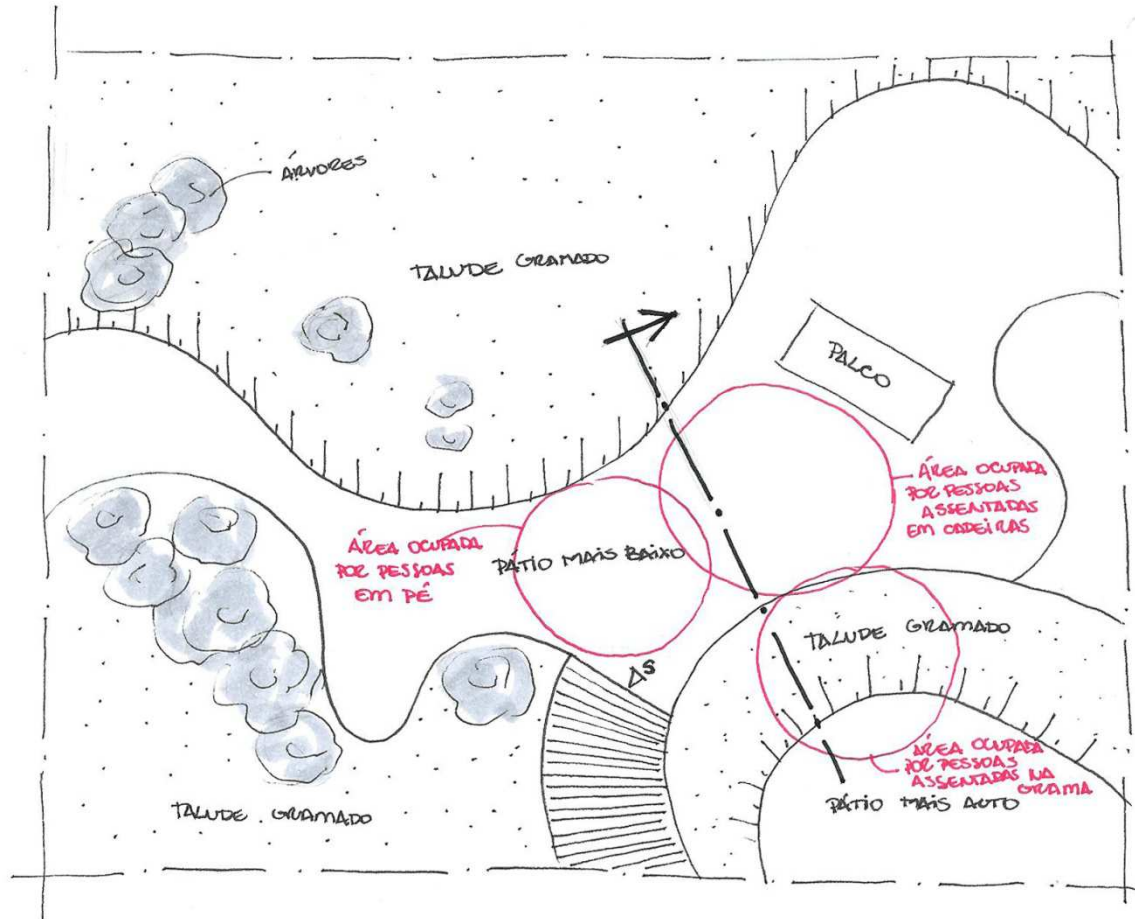
O show não aconteceu ali sem razão. O cantor Hermeto Pascoal é um compositor que desenvolveu uma musicalidade erudita e sabidamente admirada por um grupo de pessoas de alto nível de desenvolvimento intelectual. Portanto, mesmo sendo um show aberto ao público geral, pode-se dizer que atraiu um público predominantemente de classe média e alta.

O evento poderia ter ocorrido na Praça da Estação, por exemplo, espaço que tem comumente abrigado shows populares em Belo Horizonte, mas ele foi locado na Praça Israel Pinheiro, espaço público localizado no Bairro Mangabeiras, uma região predominantemente residencial e de classe alta.

Dentro da Praça, foi escolhida uma porção espacial que tivesse condições de receber um grande número de pessoas e acomodar o palco. As diferenças de nível entre dois platôs propiciam boas visadas do palco a partir de diversos pontos da Praça. A Figura 13 mostra, em planta esquemática, a distribuição das pessoas em relação ao palco. No pátio mais baixo, as pessoas ocupam a parte mais próxima ao palco com cadeiras dispostas pela própria organização do evento.

Mais atrás, ainda no mesmo pátio, as pessoas que não têm cadeira se aglomeram em pé. E no talude entre o platô mais baixo e o mais alto, as pessoas se acomodam assentadas no gramado.

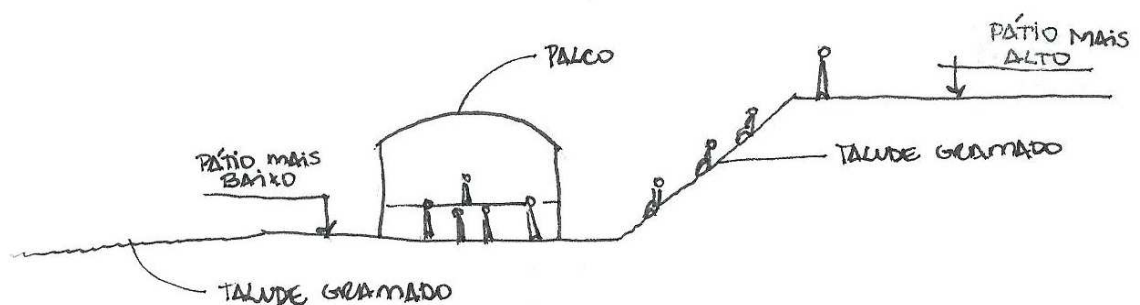
Figura 13 - Porção espacial da Praça Israel Pinheiro onde ocorreu o show do músico Hermeto Pascoal



Fonte: Elaborado pela autora, 2011.

A Figura 14 mostra um corte esquemático que ilustra a diferença de altimetria entre os dois pátios e a disposição do palco. As condições espaciais permitem a aglomeração em torno do palco. Nota-se que a disposição do palco foi feliz na medida em que esse permite mais pessoas se distribuírem mais próximas a ele, aproveitando-se da conformação côncava em torno do cantor e da banda.

Figura 14 - Seção esquemática da Praça Israel Pinheiro onde ocorreu o show do Músico Hermeto Pascoal.



Fonte: Elaborado pela autora, 2011.

Figura 15 - Público distribuído na Praça do Papa durante o Show de Hermeto Pascoal.



Fonte: HERMETO... [2010]

Nota: A Figura 15 mostra como a aglomeração ocorreu. As pessoas em primeiro plano estão muito próximas ao palco. As pessoas em segundo plano, na esquerda da foto estão assentadas no talude de transição entre o plano mais alto e o mais baixo.

O sucesso do evento é dado, então, pela somatória das condições físicas do espaço, a inserção da praça na cidade e pelo tipo de atividade (show.). A compatibilidade entre a necessidade de aglomerar muitas pessoas em um mesmo espaço e permitir que a maioria delas tenha uma boa visibilidade durante o show, fez com que a organização setorizasse os espaços (palco, plateia conformada por diferentes grupos) desta maneira. No entanto, mesmo estando todas as pessoas em torno de um mesmo palco, elas tiveram motivações diferentes para escolherem as regiões da praça para assistir a apresentação.

A riqueza desta experiência mostra como as pessoas se distribuem no espaço de acordo com sua conveniência e motivadas por razões que só ela própria pode justificar. Algumas preferiram estar mais longe e ter uma visão panorâmica, outras escolheram estar mais próximo do palco para observar as feições do cantor e outras, apenas optaram por um local confortável, que lhes permitisse assentar-se. Fato é que, dentro do contexto da praça, cada um optou por uma porção espacial diferente, uma microespacialidade compatível com sua atividade de assistir ao show.

Ainda com referência à Praça do Papa, no Youtube, têm-se registros do *Red Bull SoapBox Race*. O evento foi promovido para fazer propaganda da marca do energético.

Nos vídeos que registram o evento, nota-se um público significativo e de faixa etária bastante variada. As motivações principais para a participação do evento são as mais diversas. Por parte dos competidores, espera-se vencer a disputa; e por parte do público, espera-se ter divertimento com os "acidentes" de percurso dos competidores e com os modelos dos veículos que representam os temas mais variados. Claro que, neste caso, a atividade é totalmente opcional, o que não deixa de permitir a interação entre desconhecidos. É comum neste tipo de evento encontrar amigos com os quais não se esperava encontrar, conhecer pessoas novas, etc.

A Figura 16 mostra o carro em forma de "Angry Bird" personagem de um jogo disponível como aplicativo de celular. As pessoas se distribuem em torno da barreira de feno construída para a segurança do público. O comportamento das pessoas e o próprio modo como os usuários fazem os registros das situações, mostra que o fato de os indivíduos estarem imersos em uma grande massa de pessoas faz com que se sintam livres para manifestar seu juízo de gosto e de valores. São comuns comentários ao fundo do tipo: "Estou curtindo muito!" ou "Esse cara é muito louco!", mas as opiniões das pessoas não são muito importantes para o cinegrafista. O objeto em torno do qual as pessoas se aglomeraram é o elemento principal da cena.

Figura 16 - Carro participante da corrida RedBull SoapBox.



Fonte: REDBULL SOAPBOX.. [200-?]

Durante a competição, os inscritos deviam apresentar seus protótipos de veículos artesanais produzidos sem motor, descer um trecho da Avenida Agulhas Negras e chegar à linha de chegada, no menor tempo. O evento já ocorreu em outros locais do mundo e o pré-requisito do espaço para sediar a corrida é a alta declividade das ruas que compõe o trajeto da corrida, uma vez que há uma exigência de que os veículos não tenham motores.

Figura 17 - Vista superior da Praça Israel Pinheiro com indicação da localização da pista de corrida do evento RedBull Soapbox.



Fonte: Disponível em: <<http://www.overmundo.com.br/guia/praca-do-papa>> Acesso: 18/01/2012.

Nota: A Figura 17 mostra, marcado, em vermelho a porção da rua utilizada como pista de corrida durante o evento.

Figura 18 - Carro participante da corrida Redbull Soapbox.



Fonte: REDBULL SOAPBOX... [200-?]

Nota: Na Figura 18 é possível observar que os espectadores se organizam em linha em torno do guarda-corpo de feno. No canto da imagem, um rapaz está sobre a caçamba de uma caminhonete procurando a melhor forma de ver a descida dos carros. O declive do terreno é o fator responsável por facilitar o acompanhamento da corrida pelos espectadores.

Em contraponto ao show do cantor Hermeto Pascoal, observa-se neste evento, a ocupação de uma área diferente da praça. A região ocupada pelo público é outra, não mais na porção central praça, mas sim as porções periféricas. A distribuição das pessoas não ocorre mais em torno de um ponto único (no caso do show o palco), mas ao longo de um percurso linear.

Esta comparação inicial já mostra a adaptabilidade do espaço a atividades distintas. Alterando-se o tipo de evento, a região ocupada da praça e horário, atraiu-se nitidamente outro tipo de público, propôs-se uma dinâmica de funcionamento mais dinâmica e permitiram-se apropriações diferentes.

Outro evento deste tipo que tomou lugar em Belo Horizonte foi a festa de *Saint Patrick's*, tradição Irlandesa que foi assimilada por um grupo de pessoas em Belo Horizonte. A atividade foi abrigada pela Praça Diogo Vasconcelos, na região da Savassi.

O sucesso do evento deve-se à promoção do encontro pela internet via spam⁶. Curiosamente, a organização havia divulgado que quem não estivesse de roupa verde levaria beliscões de gnomos e esta é a razão pela qual grande parte dos usuários está vestida desta maneira.

A festa de *Saint Patrick* foi patrocinada pela marca de cerveja *Heineken*, e a divulgação ocorreu principalmente por meio de um movimento de emails que correu as caixas de correios eletrônicos dos jovens de classe média da capital mineira através de uma multiplicação em nível exponencial da informação, e por isso atraiu uma grande massa de pessoas.

A Praça Diogo Vasconcelos situa-se em torno de um cruzamento, o que já pressupõe um espaço de alta circulação tanto de pessoas quanto de veículos. Ocorrem na Praça Diogo Vasconcelos, atividades culturais desenvolvidas nos

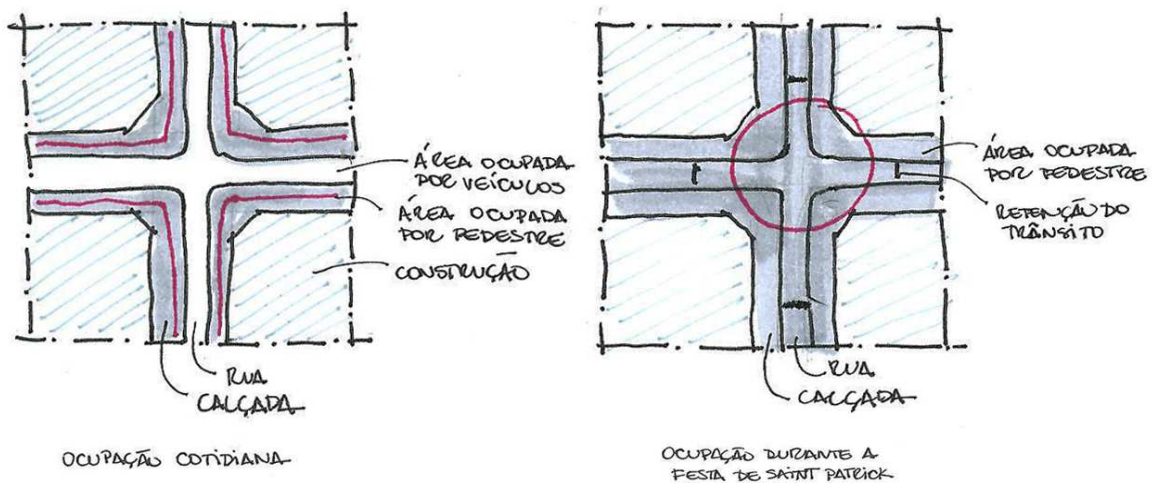
⁶ O Spam é um tipo de ação publicitária enviada por email, que atinge, geralmente, um grande número de pessoas. Equiparando a ação com a publicidade tradicional, seria algo como uma mala-direta.

finais de semana. Neste período, algumas das ruas têm o tráfego de veículos interrompido temporariamente para a apresentação, gratuita ou com ingressos a preços módicos, de bandas de jazz, como medida de desestímulo ao uso do carro. Durante esses eventos, a Praça Diogo Vasconcelos é predominantemente ocupada por um público jovem de classe média que anseia por atividades culturais.

É importante observar que esse tipo de acontecimento contraria a vocação cotidiana da Praça, que, a princípio, tem um caráter de espaço comercial, ocupado por pessoas de todas as classes sociais, que a utilizam para fazer compras ou descansar depois do almoço ou em algum momento de folga.

O exemplo da Praça Diogo Vasconcelos, mostra que a forma do espaço livre também depende da intenção do usuário. Os exemplos anteriores de microlocalidades tinham configuração em pátio, no caso da Praça Israel Pinheiro; e linear, no caso da corrida do *Red Bull Soapbox Race*. Ambas as formas se mostraram desenhos apropriados para uma aglomeração de muitas pessoas, por terem grandes áreas livres. Mas, quando se observa a apropriação da Praça Diogo Vasconcelos (Figura 19), nota-se que, no uso cotidiano, a forma da praça tende a manter os pedestres nos cantos do cruzamento. Com o fechamento das vias, ao se impedir o trânsito de veículos, essa característica é totalmente alterada e o espaço passa de um caráter de praça-cruzamento para uma praça que se expande sobre a pista de rolamento (Figura 19).

Figura 19 - Esquema de expansão da área utilizada na Praça Diogo Vasconcelos durante a festa de *Saint Patrick's Day*.



Fonte: Elaborado pela autora, 2011.

Nota: A Figura 19 mostra a diferença das duas ocupações, a que ocorre cotidianamente e a outra que ocorre quando existem eventos do tipo da festa de *Saint Patrick's Day*. Na ocupação cotidiana, as pessoas ficam restritas aos passeios e os caminhos possíveis são prioritariamente lineares sem a apropriação por parte dos pedestres do centro geométrico da praça. Nos dias em que o trânsito de veículos é interrompido, o espaço configura-se mais como pátio, tendo o centro do cruzamento da pista de rolamento como um centro passível de ocupação.

Figura 20 - Praça Diogo Vasconcelos durante o encontro *Saint Patrick's Day*.



Fonte: Disponível em: <http://www.jornalwebminas.com.br/minas_noticia.php?noticia=78984> Acesso 13/11/2011.

Nota: A Figura 20 foi tirada nos arredores da praça, antes de se atingir o centro do cruzamento ocupado efetivamente pelo que se chama de Praça Diogo Vasconcelos. Nota-se que a grande aglomeração de pessoas esconde o caráter de via arterial da Avenida Cristóvão Colombo. A ocupação da rua permite ao usuário vivenciar o espaço de um modo diferente, menos restrito aos passeios.

Nos três casos - show do músico Hermeto Pascoal na Praça Israel pinheiro, *Red Bull Soapbox* e Festa de Saint Patrick's - as atividades requerem espaços com grande amplitude para que se consiga aglomerar uma quantidade significativa de pessoas. Neste caso, a disposição do lugar dentro da malha de Belo Horizonte é importante para que o evento ocorra, atraindo públicos determinados, mas por se tratarem de eventos de grande porte, a chance de que as pessoas se desloquem até lá é maior.

Além das condições ambientais e de desenho do espaço, como adequação do mobiliário, arborização, infraestrutura e outros, têm-se duas grandes questões ligadas à escolha do local. Uma diz respeito à amplitude do lugar e outra a como este lugar está incluído na malha urbana que envolve desde a forma das praças até a vocação de uso da região em que estão inseridas.

2.1.2 Socialização de pequenos grupos

A internet foi uma ferramenta que introduziu a possibilidade de socialização não presencial no cotidiano das pessoas. Ainda se discute se esse meio será capaz de comprometer a interação no espaço público, mas o que se percebe até antes é que a internet surgiu como uma ferramenta capaz de ampliar as formas de interação humana, não eliminando ou reduzindo as já existentes. Em decorrência desta situação, observa-se um grande número de vídeos sobre encontros de pessoas interessada sobre um mesmo tema e que se encontram exatamente em função de descobrirem afinidades via redes sociais. Um vídeo, em particular, chama a atenção entre os encontrados no Youtube exatamente por ilustrar esta situação.

De acordo com o que o próprio vídeo indica, o espaço do Parque Municipal Juscelino Kubitschek é anualmente ocupado por um evento que reúne donos de cachorros da raça *bulldog* francês (Figura 21).

Figura 21 - Pessoas com seus cachorros durante o Encontro do *Bulldog* Francês no Parque Juscelino Kubitschek.



Fonte: ENCONTRO... [2000-?].

O local escolhido para o encontro mostra mais uma vez que a relação entre atividade e espaço é uma questão fundamental para os usuários. O Parque Juscelino Kubitschek está localizado numa região residencial e de classe média alta. Apesar de ser denominado "parque", os moradores da região o conhecem popularmente como "Praça JK".

O Parque tem uma extensão que se estabelece entre as dimensões de uma praça de quarteirão e um pequeno parque de preservação, por isso, ainda guarda características de praça. Dentro do parque existem microespacialidades que, ao serem sobrepostas, resultam na leitura do espaço como uma totalidade.

A microespacialidade ocupada, especificamente, pelos usuários e cães presente na Figura 21 está marcada na Figura 22 com um círculo vermelho. A área está limitada à direita, pela pista de caminhada, e à esquerda por dois pátios circulares que são áreas muito utilizadas por crianças.

Figura 22 - Vista superior do Parque Juscelino Kubitschek com a indicação da área ocupada pelo Encontro do *Bulldog* Francês



Fonte: Disponível em: <<http://maps.google.com.br/>>. Visitado em: 02/04/2012.

A escolha do lugar é compatível com a ação na medida em que permite aos usuários se protegerem do sol sob as árvores enquanto observam os cães brincando sem coleira. O gramado está localizado numa porção mais interna do parque, onde a relação de proximidade com a rua não acontece. Esta característica traz certa segurança ao dono do cão, pois uma vez sem coleira, ele precisa percorrer uma grande distância para chegar à rua, onde pode ser

atropelado ou roubado. O gramado também permite aos cães fazerem suas necessidades fisiológicas sem causar transtorno a quem está caminhando ou utilizando a praça de outra maneira.

A reunião de pessoas com interesses em comum é uma atividade recorrente nos espaços livres pesquisados. Mas, nota-se também que as escolhas dos espaços públicos para a realização destes eventos tem muito a ver com a classe social dos indivíduos e com a localização de suas residências. Neste sentido, a escolha do lugar passa também não apenas pela condição espacial do ponto de vista arquitetônico - condições de passeios, qualidade ambiental, dimensões espaciais, mas também por como se articulam na cidade.

Dentre os vídeos encontrados, podem-se citar os seguintes eventos: Encontro do Clube do Opala, Encontros dos Donos de Santana, Encontro de Interessados em Aeromodelo, todos na Praça do Papa, local, que, como descrito anteriormente está inserida em um bairro de classe média alta. Em contrapartida, o Encontro dos Donos de Fusca, ocorre na Praça Raul Soares, localizada no centro comercial de Belo Horizonte. Simbolicamente o local carrega consigo um caráter de espaço popular e "ordinário", por estar próximo ao mercado central e ser, historicamente, um local associado a grupos marginais como homossexuais e moradores de rua. Esta pode ser uma das razões da escolha para o encontro do fusca, já que o próprio modelo do automóvel também é associado a um carro popular e que tem, no Brasil, uma relação de nostalgia muito forte.

Alguns desses eventos, pelas próprias informações dos vídeos, são organizados via redes sociais. Com o auxílio da divulgação pela internet, as pessoas interessadas em participar se deslocam em direção aos espaços combinados para servir de sede do encontro. Esse tipo de ação é interessante na medida em que mostra que um espaço pode ter uma importância cotidiana muito forte para a população local e, ao mesmo tempo, servir de espaço de uso público para pessoas de regiões muito distantes, mas que o associam a alguma qualidade.

A partir da concepção de que a construção do significado depende da interpretação individual, Serpa (2007) defende que a sensação de pertencimento aos lugares evolui para uma relação patrimonial. Ou seja, as conexões existentes entre o indivíduo e o lugar passam a ser estabelecidas não mais pelo seu uso momentâneo, mas também por meio de suas memórias. Quando esse vínculo entre imaginário e realidade se rompe e o usuário não se identifica mais com o espaço, tem-se a sutil separação do significado do espaço público como aquilo que é um bem coletivo e o que é espaço abandonado. Por essa razão, acredita-se que a intervenção ideal para a recuperação de áreas degradadas deva buscar ações que mostrem que existe a presença da atuação do Poder Público, na medida em que desconstruem a imagem de um espaço abandonado que não pertence a ninguém e inserem no inconsciente coletivo a percepção de um espaço que pertence a todos.

Fica claro, assim, que a linha que separa a sensação de propriedade coletiva de um espaço livre e da percepção do abandono diante da má conservação do espaço é bastante tênue e depende principalmente da materialização de sinais da individualidade de uma sociedade e de soluções projetuais que permitam aos usuários se identificarem também como elementos construtivos fundamentais para a construção do significado do espaço público como: valorização do pedestre, criação de espaços agradáveis de permanência, inserção de mobiliário adequado e respeito às normas de acessibilidade universal.

A foto a seguir foi tirada em um final de semana, pela manhã, no Parque Eduardo Couri (Figura 23). Em conversa com as personagens da foto, identificou-se que eram moradores de bairros diferentes. As crianças, moradoras do aglomerado, brincavam com o cachorro do senhor, que mora num dos bairros de classe média, localizados no entorno do parque. Eles conversaram durante algum tempo sem manifestação de nenhum tipo de preconceito por nenhuma das partes.

Figura 23 - Interação entre indivíduos de camadas sociais distintas no Parque Eduardo Couri.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2011.

O desenho do parque é um dos fatores que contribui para que ocorram atividades *ocasionais* em decorrência do fato de as pessoas estarem no espaço livre. A pista de caminhada que contorna o lago do Parque Eduardo Couri, por exemplo, é um lugar democrático, em que moradores das duas regiões frequentam e usufruem simultaneamente. Esse tipo de relação cria a sensação de segurança, pois se sabe que enquanto houver interação entre as pessoas, a chance de assaltos, furtos e sequestro, entre outros crimes, está afastada. É o sentido que Jacobs chamou, ainda na década de 1960, de "olhos da rua".

Para a autora, somente a confiança nos vizinhos estimula as pessoas comuns a combaterem a violência, pois há uma troca entre os membros de uma comunidade. "A confiança na rua forma-se com o tempo, a partir de inúmeros pequenos contatos públicos nas calçadas" (JACOBS, 2008, p. 60). Atualmente, essa sensação, tornou-se fator decisivo para a compra de imóveis, pois se compra o fato de pertencer a uma comunidade. "Como a recriação de uma situação

de comunidade de outros tempos, nos colocamos numa falsa realidade para nos sentirmos seguros" (BAUMAN, 2003, p. 110).

A sensação de insegurança e o risco iminente de perigo são fatores fundamentais para a apropriação do espaço livre público. No caso da Praça Raul Soares, por exemplo, a requalificação recente do espaço atraiu grupos de usuários que estavam afastados dela o que diminuiu a sensação de insegurança e tornou-a apropriada ao papel de suporte para algumas atividades que antes não eram possíveis.

Figura 24 - Foto panorâmica da Praça Raul Soares



Fonte: Disponível em: <www.flickr.com.br> Acesso: 31/01/2012

Nota: A Figura 24 mostra as condições atuais da praça, com boa conservação dos canteiros, presença de mobiliário urbano adequado e com a fonte funcionando.

No momento da inauguração, o espaço conformado pelo encontro de quatro eixos importantes para o trânsito da cidade – Av. Amazonas, Av. Olegário Maciel, Av. Augusto de Lima e Av. Bias Fortes – foi batizado de "Praça 14 de Setembro", tendo seu nome alterado, em 1936, para homenagear o advogado Raul Soares de Moura, que exerceu a função de presidente do Estado de Minas Gerais entre 1920 e 1922. A construção desse espaço público enfatizava a transferência da Capital das Minas Gerais de Ouro Preto para Belo Horizonte, que se deu em função das mudanças requeridas pela República, instalada no Brasil em 1889. Apesar de já estar com o uso consolidado por volta de 1920, o espaço apenas adquiriu o caráter de praça projetada dezesseis anos mais tarde, quando a Capital mineira demandava um abrigo para um evento de grande porte: o II Congresso Eucarístico Nacional.

A partir da década de 1940, com a Praça Raul Soares já estabelecida como marco no tecido urbano, ocorreu um processo de ocupação do seu entorno, principalmente nos eixos das quatro avenidas que a cruzam. Tal processo culminou com uma valorização dos terrenos adjacentes ao seu entorno, creditada em parte pela decisão do então governador Juscelino Kubitschek de se construir na praça um conjunto habitacional, projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer.

Ao longo das décadas seguintes, as condições de segurança expulsavam as pessoas do centro do rotor. O espaço esvaziou-se gradativamente, até que em determinado momento a população não se sentia mais dona daquele lugar. Em 1988, a Praça Raul Soares foi tombada pelo Instituto estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais

(IEPHA) na tentativa de frear o processo de degradação e despertar a consciência da necessidade de recuperá-la. A partir daí, a preocupação em manter o projeto original criou um conflito entre as restrições de intervenção exigidas pelos órgãos responsáveis pelo patrimônio, as necessidades da população e a responsabilidade de conservação por parte da Prefeitura.

A relação dual entre o afastamento da população e o processo de aumento da degradação gerava grande insegurança na população, que passou a evitar circular na área central do rotor, independentemente da hora do dia. Como um dos fatores determinantes para esta situação, aponta-se o aumento do tráfego, que caracterizou um trânsito intenso de veículos, alterando profundamente as condições ambientais de ruído da praça.

Como reação, ocorreram tentativas de intervenções, entre 1980 e 1990, que pareciam sempre tentar resolver a sensação de não pertencimento da população com medidas paliativas, com alocação de pouco recurso e que se restringiam à expulsão de moradores de rua, à implantação de postos policiais temporários e a promoção de atividades de recuperação apenas da matéria física, sem abordar efetivamente as questões simbólicas negativas instaladas no imaginário dos frequentadores.

Em 2002, o Projeto Centro-Vivo, ao contrário das intervenções pontuais anteriores, fez com que se iniciassem as obras relativas ao Mercado Central e entorno. Logo, se efetivou uma ação de conservação integrada, que inseria a conservação do patrimônio cultural no planejamento urbano. Essa intervenção pretendia aumentar o potencial econômico e despertar a importância turística da região, fechando o trânsito de veículos em alguns quarteirões, melhorando as condições da arborização urbana e priorizando a trajetória de pedestres, com a elevação das travessias nas pistas de rolamento.

Em 2006, a comunidade belo-horizontina elegeu com base no Orçamento Participativo digital, a intervenção na Praça Raul Soares como uma das obras prioritárias para a recuperação da área central de Belo Horizonte. Após o processo de negociação, a reforma foi iniciada em agosto de 2007. Em julho de 2008, a Praça Raul Soares foi, finalmente, entregue à população. As principais ações para sua recuperação consistiram em: troca da iluminação; elevação da travessia de pedestres na pista de rolagem, para facilitar a fluidez de entrada e saída da rótula; aumento do policiamento e instalação de câmera de TV para monitoramento; inserção de irrigação por aspersão, facilitando a manutenção dos jardins; recuperação da fonte de água; poda e supressão de algumas árvores; aumento do contraste dos canteiros de flores e do desenho das calçadas portuguesas, para facilitar a compreensão do desenho original; adaptação do traçado original às normas de acessibilidade; instalação de novos mobiliários urbanos (lixeiras, bancos e bebedouro); e, principalmente, a conseqüente sensação de segurança na população.

Com este exemplo, percebe-se que em tempos de efemeridade o consumo das coisas evolui num nível mais abstrato para o consumo do espaço. Do mesmo modo que a sedução por um novo objeto de consumo acarreta o descarte da mercadoria obsoleta, o abandono de práticas para as quais um espaço livre estava projetado especificamente para abrigar culmina na decadência do lugar que servia de suporte para essa atividade, e vai-se em busca de outro lugar que seja adequado para a prática das novas ações cotidianas. Assim, é comum ver espaços antes usados como lugar de troca e recreação, que abrigavam atividades ao ar livre, serem abandonados e considerados inóspitos.

Mesmo que haja grande semelhança entre o como a sociedade consome bens e em como consome espaços, uma porção territorial não é objeto que se descarta e se transfere para um lixão ou se abandona nas profundezas oceânicas. O espaço não pode se tornar outra coisa que não espaço, mesmo que vazio. Novas intervenções podem vir a requalificá-lo e a torná-lo novamente passível de apropriação a partir da ação de interferências no desenho urbano e na arquitetura paisagística do espaço. Desse modo, pode-se dizer que os espaços, mesmo que abandonados, ainda podem guardar um potencial de apropriação capaz de ser despertado pela intervenção humana.

A percepção da existência de cuidado ou conservação de um espaço aumenta a sensação de segurança, pois se entende que há ação humana naquele lugar, que existem pessoas que zelam por aquela área, ainda que elas não estejam lá a todo o momento.

A sensação de segurança, ou de vigilância gerada pela presença ou não de pessoas, interfere diretamente na escolha do período do dia que as atividades acontecem. Como exemplo, foram encontradas em espaços livres, à noite principalmente, registros de grupos de jovens adultos e adolescentes.

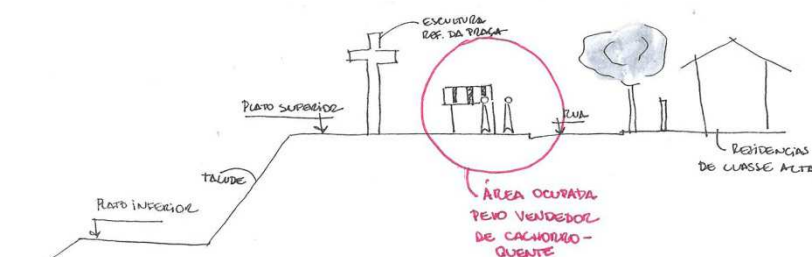
Figura 25 - Vendedor de cachorro-quente na Praça do Papa.



Fonte: BRAD PITT DD... [200-?].

Nota: A Figura 25 foi extraída de um vídeo e mostra adolescentes na Praça Israel Pinheiro interagindo com um vendedor de cachorro-quente, à noite.

Figura 26 - Corte esquemático da região da Praça Israel Pinheiro ocupada por um vendedor de cachorro-quente.



Fonte: Elaborado pela autora, 2011.

Nota: A Figura 26 mostra um corte esquemático da região.

Voltando à Praça Israel Pinheiro, ela é um mirante por excelência, localizado num dos pontos mais altos do município de Belo Horizonte. Além de ter uma paisagem muito bonita, a condição de privacidade dada pela ineficiência da iluminação pública torna o local convidativo a casais de namorados em busca de privacidade.

Em função de ser frequentada também no período noturno, a praça conta com vendedores de lanches do tipo pipoca e cachorro quente, que não têm horário para interromper o funcionamento. Por isso, o espaço também é procurado por grupos de jovens no fim de noite, quando os bares da cidade já estão encerrando suas atividades.

O vídeo do qual o frame foi retirado, ilustra esta situação. O grupo de garotos está na porção mais alta da praça, marcado na Figura 27 pelo círculo vermelho.

Figura 27 - Vista aérea da Praça Israel Pinheiro com a demarcação da área ocupada por um vendedor de cachorro-quente.



Fonte: <http://maps.google.com.br/>

Este local está próximo às casas de classe média e alta que cercam a praça. No ponto em que se encontram, os rapazes não podem ver o platô inferior que constitui a praça, mas têm a oportunidade de permanecer em um dos pontos mais escuros do ambiente, situação criada pela densidade das copas das árvores existentes.

A ação dos jovens só ocorre em função de estarem no espaço público. O fato de fazerem piadas com o vendedor e interagirem com ele, ao que tudo indica, não é um fato programado.

Na mesma praça, no mesmo platô, mas em outra microlocalidade, outro vídeo (Figura 28) mostra um grupo de jovens tocando violão. O frame mostra que o ponto da praça que escolhem é propício para ver as luzes da cidade à noite. Ao fundo, observam-se os pontos iluminados compondo a paisagem. Toda a situação é uma forma de manifestação do gosto do grupo. Desde o local que escolhem dentro da praça até o tipo de música que tocam e o como se comportam são forma de expressar juízo de gosto e valores.

Figura 28 - Jovens tocando violão na Praça do Papa.



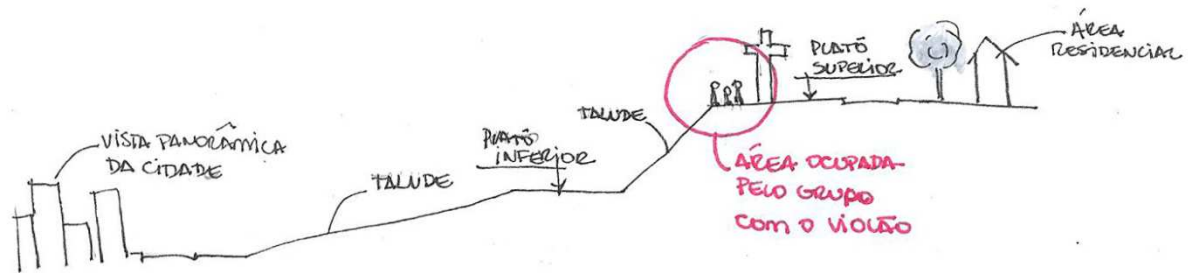
Fonte: LUAL... [200-?].

Eles escolhem a porção da borda de um dos pátios que compões a praça e utilizam a iluminação noturna para dar dramaticidade ao vídeo. O resto da praça está escuro e eles se colocam sobre o ponto de luz utilizado como ferramenta de destaque da cruz, símbolo da praça.

A Figura 28 mostra como no caso do grupo que toca violão, a relação com a paisagem é importante para criar uma atmosfera de romantismo e um ambiente de descontração. Enquanto que na situação anterior o importante para os jovens é onde está o vendedor de cachorro-quente, que é a peça principal do acontecimento.

A Figura 29 mostra como se posicionam em relação ao resto do platô. As condições da situação descrita anteriormente - em que os adolescentes interagem com o vendedor de cachorro quente - ocorrem muito próximos ao local escolhido pelo grupo da situação da Figura 25. No entanto, mesmo com faixas etárias próximas e condições espaciais e ambientais semelhantes, eles praticam atividades diferentes e de formas diferentes, pois cada grupo tem uma identidade que se manifesta de acordo com o como suas ações neste espaço.

Figura 29 - Corte esquemático da região da Praça Israel Pinheiro ocupada por um grupo de jovens tocando violão.



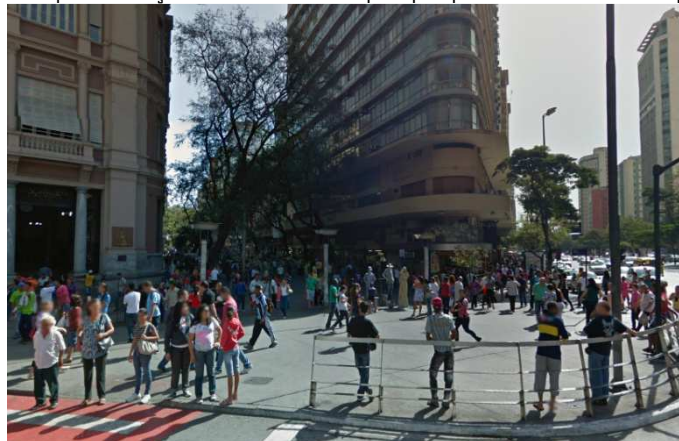
Fonte: Elaborado pela autora, 2011.

Além das manifestações de identidade dos grupos, encontram-se também entre os vídeos levantados, manifestações ideológicas. Na Praça Sete de Setembro, por exemplo, grupos religiosos aproveitam a grande diversidade de pessoas para disseminar seu pensamento.

Eles escolhem um ponto da praça em que existe uma intensa e constante circulação de pessoas, próximo a um edifício público que serve como posto de emissão de documentos, a Unidade de Apoio Integrada - UAI.

Neste local, as pessoas se aglomeram em filas ou ocupam os bancos que existem ao redor da entrada do edifício. Oportunamente, estando elas ali paradas, são transformadas em espectadores para as pregações de jovens pastores. A esquina do quarteirão em que a ação ocorre é conformada pela Av. Amazonas - eixo viário importante para a conexão leste-oeste de Belo Horizonte-, e pela Rua dos Carijós, via que abriga uma grande quantidade de edifícios comerciais e de serviços.

Figura 30 - Esquina da Praça Sete de Setembro ocupada pelo pastor Leandrinho em sua pregação.



Fonte: <http://maps.google.com.br/>

Nota: A Figura 30 registra a esquina em que o pastor faz sua pregação às pessoas. Pelo que se pode observar a esquina é bastante movimentada e permite o contato com pessoas de diversos segmentos sociais e praticantes de diversos estilos de vida.

O frame a seguir (Figura 31) foi retirado de um vídeo que trata de um grupo de jovens pastores refletindo sobre a necessidade de conquistar novos fiéis em Belo Horizonte. Eles estão na Praça Sete e interagem com as pessoas que estão passando, tentando despertar nelas o interesse pela vida espiritual.

Figura 31 - Pastor Leandrinho realizando pregação na Praça Sete de Setembro.



Fonte: EVANGELISMO... [200-?]

Nota: No vídeo, o pastor discute que, na Praça Sete, cerne do centro comercial de Belo Horizonte, existem centenas de pessoas que precisam ser salva e escutar as palavras da doutrina cristã.

As atividades descritas como ações de socialização de grupos menores, mostra que existem questões ambientais que reforçam o caráter e a identidade dos grupos que realizam as ações. A atmosfera, composta pela iluminação, relação com a paisagem e com as condições espaciais das porções espaciais em que as ações ocorrem são fundamentais para que os usuários se sintam confortáveis ao usar o espaço livre. Mas, simultaneamente, os pontos da cidade que escolhem para praticar tais ações estão também diretamente ligados ao fato de elegerem determinados locais como apropriados para as ações que praticam.

Um passeio com o cão pode ocorrer próximo à sua residência. Um encontro entre amigos para um lual deve ocorrer em um local romântico. E a pregação de um pastor deve ocorrer onde haja uma grande aglomeração de pessoas. Assim, a escolha do espaço, não ocorre tão somente pela condição física, nem só pela localização da praça ou parque dentro da cidade. Ela depende de ponderações sobre os dois aspectos, tanto a localização do local e sua relação com o entorno quanto o quanto se vê e é visto durante ação.

2.1.3 Manifestações de individualidade

Como as referências de vídeo foram retiradas da internet, as atividades de manifestação de individualidade estão muito ligadas a um prolongamento do espaço livre para o espaço virtual. De um modo geral, a atividade ocorre no espaço real, onde as imagens são captadas discretamente, mas a postagem dos vídeos e sua distribuição gratuita afirma a necessidade dos indivíduos de ganhar visibilidade.

O acesso aos aparelhos de telecomunicações, pela população em geral, é cada vez mais fácil. O grande questionamento sobre o assunto pondera se a função social dos espaços públicos poderá ser substituída pelos aparelhos eletrônicos. De acordo com Gehl (2010), o que se observa nas cidades atualmente é exatamente o contrário, pois as experiências que acontecem nos espaços virtuais apenas estimulam as pessoas a se encontrarem presencialmente. Após a

introdução das comunicações eletrônicas, não se deixou de praticar os encontros presenciais; apenas surgiu a demanda de associar ambas as condições - reais e virtuais - para que as interações sociais ocorram.

Ascher (2010, p. 37) aponta que existe atualmente a redução da espacialidade das relações humanas. "De um lado a presença física e a proximidade não são mais necessárias para certo tipo de troca ou prática social, pois é possível telecomunicar-se ou deslocar-se mais rapidamente". Mas, entende-se, nesta dissertação que a postagem de vídeos de atividades desempenhadas em espaços livres é uma forma de ampliar essa rede de comunicação, pois sem a experiência nos espaços livres, sua divulgação no espaço virtual não ocorre. Ou seja, os vídeos indicam ser um meio para a interação virtual via compartilhamento de experiências reais.

A apropriação está hoje, então, muito além da forma física do espaço. O que antes era o espaço da troca de mercadorias e informações e de socialização atualmente assume novo papel, por exemplo, no abrigo para as relações sociais, que tomam vida no espaço real, mas só vem a ser estabelecidas efetivamente no mundo virtual.

O terceiro subgrupo de atividades de socialização está relacionado às relações afetivas individuais. Alguns dos vídeos são confeccionados com a intenção de serem divulgados por amigos e conhecidos e, neste caso, o espaço livre é utilizado principalmente como pano de fundo. O primeiro vídeo foi elaborado a partir de fotografias de duas amigas no Parque Eduardo Couri. Na montagem, aparecem mensagens declarando amizade eterna (Figura 32).

Pelo que parece, a escolha do parque como o local apropriado para as fotos se dá devido ao fato de este espaço público estar localizado próximo à residência de uma das meninas, que no caso seria o aglomerado do Morro do Papagaio.

Figura 32 - Amigas na Barragem Santa Lúcia.



Fonte: AMIZADE... [200-?]

Os tipos de atividades em que as meninas se encontram, nas fotos que montam o vídeo, mostra que elas participam de eventos populares como festas de carnaval na quadra comunitária, réveillon na orla da lagoa do parque e caminhadas pelas redondezas da entrada do aglomerado. Os registros mostram os hábitos das duas garotas e como seu universo

está próximo a um uso cotidiano e recorrente do parque. Pelo que parece, ele é peça fundamental para a reiteração de sua amizade.

Em outro vídeo, a personagem principal se despede da mãe, que parece ter falecido pouco antes da execução do vídeo. As declarações de amor são filmadas como um desabafo ao momento de angústia (Figura 33).

Figura 33 - Rapaz fazendo discurso de despedida para a mãe no Parque Eduardo Couri.



Fonte: WIL... [200-?]

A escolha pelo espaço também parece ser pela proximidade com o local em que o rapaz reside, mas percebe-se uma motivação bastante simbólica. A despedida da mãe ocorre virtualmente, mas utiliza um espaço que lhe é familiar e que lhe agrada como um espaço tranquilo e uma paisagem bonita. A posição que o rapaz se encontra, de costas para a lagoa, o elemento mais sedutor da paisagem do lugar, também parece ser proposital, como se selecionasse um ponto favorito em que o enquadramento do espaço apenas completará sua fala como elemento de comoção pra o vídeo. A princípio, num momento de dor, ninguém estaria motivado a ir a um local desconhecido, onde se sinta inseguro ou tenha uma paisagem que lhe desagrade para declara que está sofrendo com a perda de um ente querido.

Outro registro também executado no Parque Eduardo Couri aborda a necessidade de afirmação de um indivíduo diante de um grupo. O exemplo encontrado foi o de um grupo de jovens que apostam que podem dar uma volta na lagoa sem calças.

O desafio proposto envolve três adolescentes e descreve claramente os pequenos ritos de passagem típicos da adolescência. A excitação em praticar uma atividade proibida e de atentado ao pudor é bastante sedutora, neste caso. Enquanto um dos garotos aceita completar a volta, outro filma e se diverte com a irresponsabilidade e despreendimento do colega. O cinegrafista ameaça colocar as imagens na internet e o garoto que está sendo filmado diz que não se importa desde que lhe seja paga a aposta.

A filmagem é realizada à noite, pelo que parece num período da madrugada em que a pista de caminhada não está sendo utilizada como espaço de esportes. Apesar de ser um vídeo produzido por um pequeno grupo, apenas um adolescente pratica a ação, os outros apenas registram⁷

Ainda sobre fatos que ilustram atos de rebeldia contra uma ordem social vigente, tem-se como exemplo (Figura 34) um vídeo que apresenta um tipo de "programa" caseiro que não é veiculado em emissoras de TV, mas que tem uma periodicidade para ser produzido e postado no Youtube. O programa é dirigido e apresentado por dois travestis que filmam espontaneamente as pessoas na Praça Raul Soares, à noite.

Figura 34 - Travestis apresentando o Programa Estação 2000 *Talkshow*.



Fonte: ESTAÇÃO... [200-?].

A alteração de características ambientais da Praça Raul Soares em relação ao seu uso cotidiano diurno é bastante significativa em relação ao período noturno. Nota-se que a velocidade dos carros é menor, e a menor quantidade de pessoas e sua circulação reconfigura a praça, transformando espaços que de dia são seguros e visíveis em áreas escuras, pouco visíveis e propícias a atividades que requeiram maior nível de intimidade. Por outro lado, a própria iluminação destaca determinados pontos do espaço que não o são no período diurno, com a luz do sol.

Para a realização do *talkshow*, as condições ambientais do local interferem na escolha da praça na medida em que permitem o registro de imagens sem grande produção ou sem iluminação auxiliar para a filmagem. Mas, como citado anteriormente, a Praça Raul Soares tem, historicamente, uma conexão muito forte com uma conotação de espaço onde os casais homossexuais podem se expressar livremente.

Tratando-se de um *talkshow* que defende os direitos dos homossexuais e manifesta a linguagem e a identidade deste grupo, o local torna-se adequado não apenas pela condição espacial ou por sua inserção na malha urbana em um dos pontos centrais da cidade. A escolha da praça está muito ligada ao caráter simbólico que carrega, como espaço da transgressão e, de certa forma, marginal. Desse modo, o discurso construído no vídeo não é articulado somente pelo que as apresentadoras dizem, mas também pelo significado do espaço que abriga o programa.

⁷ O vídeo foi confeccionado à noite e com uma resolução muito baixa, por isso, não foi possível extrair frames para a ilustração.

Essas condições - tanto espaciais como simbólicas - atraem usos que não são comuns no período diurno. Em alguns momentos do vídeo, nota-se a presença de uma quantidade significativa de casais homossexuais masculinos utilizando a praça para namorar.

Em razão do preconceito ainda vigente, algumas pessoas foram entrevistadas sem problemas e se mostram à vontade por estarem ali ou namorando ou realizando outro tipo de ação. E, outras, se negam a falar, ou dar opinião, talvez temendo serem associadas a um grupo que é discriminado socialmente.

De modo geral, os vídeos que englobam manifestações de afirmação de individualidade, curiosamente, carregam grande grau de exibicionismo, revelando um instinto natural do ser humano de observar e de ser observado.

A expansão deste tipo de manifestação para as redes sociais anuncia mudanças significativas no comportamento da sociedade contemporânea e não pode ser ignorado no processo de projeto dos espaços públicos. Assim como a personalização dos computadores demandou um novo espaço dentro do ambiente doméstico, a disponibilidade de internet nos espaços públicos, por meio de rede sem fio poderá afetar significativamente a montagem dos programas arquitetônicos projetuais e a forma dos ambientes de maior permanência dos espaços livres públicos.

Além das alterações das demandas de espacialidades, observam-se as relações de memória e apego aos lugares que se expandem para além da vivência do local. O registro do acontecimento é exposto para todos os que estão presentes naquele momento, mas também para os que podem experienciá-lo mais tarde no mundo virtual. Deste modo, nas ações que dizem respeito às manifestações de individualidade, existem questões importantes ligadas às condições dos lugares. São importantes, principalmente, a localização do lugar em relação ao entorno, se próximo a áreas residenciais ou comerciais, se desenhadas para somente o acesso de pedestre ou também de veículos; e também as questões relacionadas às atribuições simbólicas dadas ao espaço pela coletividade ou pelo indivíduo.

2.2 Atividades de comércio

As interações humanas durante as atividades de comércio podem acontecer em níveis diferentes de profundidade e pode incluir a correspondência de gentileza espontânea, a criação de vínculos afetivos que se perpetuam e relações impessoais de troca remunerada em que cliente e vendedor desconhecem um ao outro.

As atividades de comércio, de acordo com a classificação de Ghel (2010), podem ter suas motivações descritas como sendo dos três tipos: *necessárias*, *opcionais* e *ocasionais*, dependendo de qual ponto de vista se toma: se do vendedor ou do comprador.

Tomado o ponto de vista do comprador, o comércio pode ser o motivador da estada do usuário no espaço, ou pode ser uma distração, tornando-se um comércio por impulso. Sendo assim, o usuário-consumidor pode sair de casa com a finalidade de comprar determinado produto por necessidade - diferenciando-se a atividade como necessária ou opcional - e pode, em função de observar uma vitrine ou ter um produto oferecido, fazer uma compra por impulso.

Por outro lado, o usuário-vendedor, tem como motivação a necessidade de sobrevivência, pois tem sua renda vinculada à atividade comercial, seja esta formal ou informal e a atividade deixa de ser opcional e ocasional e torna-se necessária.

Na Praça Sete de Setembro, por exemplo, veem-se pessoas que utilizam o espaço para o comércio informal. Elas estão trabalhando, o que não é uma atividade desempenhada, a princípio, por opção nem em decorrência de estarem no espaço livre, mas por necessidade.

Figura 35 - Comércio informal na Praça Sete de Setembro.



Fonte: Disponível em: <<http://cafecomnoticias.blogspot.com/2009/Acesso: 21/01/2012>>.

Nota: A foto (Figura 35) mostra a apropriação do quarteirão fechado da Rua Rio de Janeiro em que as vendedoras de flores e objetos decorativos expõem suas mercadorias em um local em que há grande fluxo de pedestres. A escolha do local está vinculada, então, ao fato de haver a possibilidade de interação visual entre o possível comprador e a mercadoria.

Alguns espaços livres, onde existe grande fluxo de pessoas, asseguram uma vocação para a existência do comércio que acontece como uma relação simbiótica: ao mesmo tempo em que a grande quantidade de pessoas atrai o comércio, também o comércio atrai uma grande quantidade de pessoas. Deste modo, com a internalização dos comércios nos edifícios, ocupando os andares térreos, as formas de comércio informais, ou seja, as que não ocupam lojas passam a ser comércios de segundo plano, mas que acompanham sempre as áreas comerciais formais da cidade.

É interessante observar, que as atividades de comércio informal, que nas praças medievais eram comuns, entram em conflito com a condição urbana atual. Quando não há uma área reservada para a ocupação de feiras livres e ambulantes, a primeira reação das autoridades governamentais é encará-las como ilegais.

Na Praça Sete, o comércio de bijuterias fabricadas por grupos de artesãos se tornou marginal. Existe um vídeo que registra a ação da polícia apreendendo mercadorias de um grupo de comerciantes que utilizava o lugar sem autorização (Figura 36 e Figura 37).

Figura 36 - Conflito entre policiais e ambulantes na Praça Sete de Setembro.



Fonte: PMMG... [200-?]

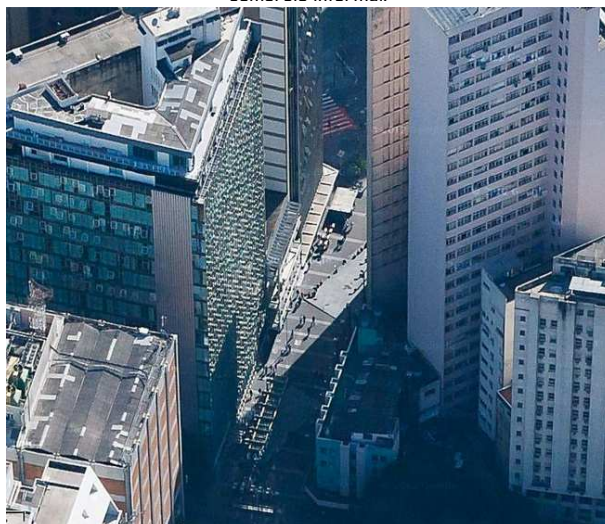
Figura 37 - Conflito entre policiais e ambulantes na Praça Sete de Setembro.



Fonte: PMMG... [200-?]

O vídeo do qual os frames foram retirados ilustra a Guarda Municipal e a Polícia Militar entrando em choque com os comerciantes. A área em que o conflito ocorre corresponde a um dos quarteirões fechados da Rua Rio de Janeiro, e tem a forma de um pátio entre edifícios de grande altura (Figura 38).

Figura 38 - Vista aérea do quarteirão fechado da Rua Rio de Janeiro da Praça Sete de Setembro onde artesãos utilizam o espaço para comércio informal.



Fonte: Disponível em: <<http://maps.google.com.br/>>. Visitado em: 02/04/2012.

De acordo com Ghel (2010), a presença de comércio é um indicador de qualidade espacial da cidade e contribui para a qualidade do deslocamento dos pedestres. A presença de vitrines e distrativos ao longo do caminho são elementos que causam a sensação de uma caminhada menos monótona.

Andar por uma via em que não há nada com o que se distrair é muito mais aborrecido do que ter o que observar. Neste sentido, a presença da vitrine é um elemento muito importante para a construção da vitalidade de um local.

A Praça Diogo Vasconcelos, na região da Savassi, por exemplo, é um espaço que não tem uma forma comum dentro do que se compreende como praça, onde se configura um largo ou um pátio. A região é um cruzamento de quatro vias bastante movimentadas, as Avenidas Getúlio Vargas e Cristóvão Colombo e as ruas Pernambuco e Antônio de Albuquerque, como se pode observar na Figura 39.

Figura 39 - Vista aérea da Praça Diogo Vasconcelos



Fonte: Disponível em: <<http://maps.google.com.br/>>. Visitado em: 02/04/2012.

O local é, no entanto, muito movimentado e constitui um dos centros comerciais de Belo Horizonte alternativos à Praça Sete de Setembro. As ruas são cheias de vitrines e as lojas aproveitam a circulação das pessoas para estimular o consumo. Deste modo, toda a região que circunda o cruzamento que configura a praça passa a ter um potencial de praça dado pela maneira com que as pessoas se comportam, olhando as vitrines, consumindo serviços e procurando locais para pararem durante seus trajetos.

Pode se dizer, então, que a atividade comercial, depende de uma característica espacial fundamental que é a possibilidade de o ponto comercial ser visto. Deste modo, tanto as atividades comerciais formais quanto as informais, procuram se instalar em espaços cuja situação favorece o encontro com o cliente (Figura 40).

Figura 40 - Ambulante próximo ao playground da Praça Israel Pinheiro.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2011.

Nota: Observa-se uma vendedora ambulante que comercializa brinquedos infantis na Praça do Papa. A vendedora escolhe um ponto para praticar sua atividade junto ao playground, onde ocorre uma aglomeração significativa de crianças (que querem consumir os brinquedos) e de pais vigiando as crianças (que são efetivamente quem executa a compra).

A atividade comercial não se relaciona apenas com a visibilidade dos locais, ela também precisa ter uma relação de conveniência com as atividades que os usuários-consumidores praticam naquele local.

A presença do sorveteiro, por exemplo, é significativa nos espaços em que existem atividades de lazer e em áreas ensolaradas. O vendedor, neste caso, aproveita a condição do calor e da vontade do usuário-consumidor de se refrescar para lhe oferecer seu produto.

Figura 41 - Coletânea de imagens de sorveteiros nas praças Carlos Chagas e Papa e no Parque Juscelino Kubitschek, respectivamente.



Fonte: arquivo pessoal da autora, 2011.

Nota: Na Figura 41, a coletânea de imagens mostra a presença do vendedor de sorvete em mais de uma praça de Belo Horizonte. É importante comentar que nas situações, apresentadas, todos eles se encontravam em locais estratégicos dentro das praças. Os três estavam em áreas visíveis ou centrais, onde havia um fluxo ou aglomeração significativa de pessoas, e em locais em que as condições ambientais poderiam levar às pessoas a refrescarem-se tomando um sorvete.

Existem, então, características espaciais ideais para a prática das atividades comerciais que permeiam desde a localização dentro da cidade - se disposto junto a polos comerciais, de trânsito intenso de pedestres ou convenientemente atreladas a outras atividades - até características físicas relacionadas à qualidade de caminhar, insolação e visibilidade.

2.3 Atividades Esportivas

As atividades esportivas não deixam de ser ações ligadas ao grupo do lazer e da socialização, mas são apresentadas em destaque neste item por serem um tipo de uso que pode demandar condições específicas do espaço, como a implantação de quadras, equipamentos de ginástica e pistas de caminhada; e por sofrerem variações com o modismo.

Na década de 1980, os arquitetos paisagistas brasileiros, influenciados pela tendência mundial de busca por uma vida saudável e pela popularização do esporte, passam a implantar nos parques e espaços públicos urbanos, aparelhos de ginástica, pistas de caminhada e quadras poliesportivas (MACEDO, 1999.).

Atualmente, diversas modalidades de esporte têm se espalhado por diferentes camadas sociais e sabe-se que é comum cada grupo associar características comportamentais a cada estilo de atividade. A corrida e as atividades aeróbicas e de musculação estão associadas a grupos que têm um “estilo de vida saudável” ou procuram a longevidade via a associação da atividade física com uma boa alimentação.

Os chamados “esportes urbanos”, aqueles que utilizam skate, patins, ou bicicletas, são associados, geralmente, a grupos de adolescentes ou coletividades com uma conexão ao ambiente da cidade e um “estilo de vida das ruas”. Os “esportes circenses” como malabares, corda bamba (ou *slackline*), são associados a situações mais de entretenimento do que propriamente ao esporte. E os esportes populares, como futebol e vôlei, que são amplamente difundidos, são mais democráticos abrangendo a camadas sociais e grupos com comportamentos diversos.

Obviamente, existem centenas de outros tipos de esportes ou atividades físicas praticadas nos espaços livres, inclusive adaptadas a diferentes faixas etárias. Mas, o fato é que elas ocorrem no espaço coletivo público por alguma razão. O que leva uma pessoa a correr nas ruas e não na esteira de uma academia? Por que andar de skate nas calçadas e praças e não dentro das pistas projetadas para isto? Por que jogar futebol na rua e não nas quadras das escolas públicas que, geralmente são abertas ao uso das comunidades?

O crescente sentido de culto ao corpo e a busca pela condição da saúde perfeita são ideais difundidos na sociedade atual. Esta condição faz com que o tempo todo surjam e desapareçam tipos de esporte no cotidiano das pessoas. Mas o fato é que existe, na prática do mais diversos esportes, a sedução do ato de ver e ser visto, de estar próximo de outras

pessoas, de subverter a ordem um lugar e de adequá-lo àquilo que se quer. É a necessidade humana de se apropriar dos espaços, deixar sua marca e manifestar suas convicções.

Ao analisar os espaços em que as pessoas praticam atividades físicas, observa-se que existem dois tipos de espaços adequados a estas práticas, aqueles que têm funções específicas e aqueles que têm condições neutras, capazes de receberem também outras atividades. Ambos servem para a prática de esporte, mas se adéquam devido a duas características principais: as condições ambientais que permitem o deslocamento e ações de alta velocidade e por possibilitarem que haja interação visual entre quem pratica o esporte e quem o observa.

Os espaços específicos direcionam determinadas regras de uso ou, ao menos, estabelecem diretrizes de comportamento. O estabelecimento do formato de quadras, com gols, linhas de dentro e fora, redes e demais objetos necessários para atividades conhecidas como esportes de competição estabelece parâmetros para a prática da atividade. Do mesmo modo, a disponibilização de mobiliário ginástica, como aparelhos de alongamento, suportes para abdominal, barras de levantamento e outros, também pode ser considerado como elementos que constroem espaços especializados, pois o objeto já pressupõe um tipo de uso e por consequência a microespacialidade que a abriga também.

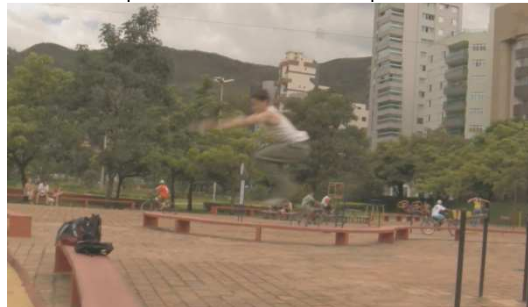
Figura 42 - Aparelhos de ginástica no Parque Juscelino Kubitschek.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2011.

Nota: Na Figura 42, o aparelho de ginástica no Parque Juscelino Kubitschek é utilizado com a finalidade para a qual foi projetado.

Figura 43 - Jovem praticando *Le Parkur* no Parque Juscelino Kubitschek



Fonte: FEEL ..., 2011.

Nota: Na Figura 43, retirada do vídeo *Feel Good (200-?)*, pode-se observar o aparelho de ginástica tendo seu uso desviado para a prática do *le parkour*, esporte urbano cujo objetivo é vencer obstáculos através de deslocamentos ágeis e rápidos que resultam em escaladas e saltos arriscados. O garoto está saltando da barra de alongamento para um banco.

No vídeo do qual o frame (Figura 43) foi retirado, observa-se que entre os adolescentes, existe uma necessidade de exibir-se. Eles não interagem diretamente com as pessoas que estão passando, mas eles sabem que para elas, ver pessoas saltando de um objeto para outro de maneira acrobática não é um comportamento possível para qualquer pessoa. Por isso, quanto mais arriscada a manobra, mais pessoas se admirarão com o que eles estão fazendo.

Os equipamentos de ginástica e playgrounds, apesar de se comportarem como objetos que, inicialmente, configuram ambientes com finalidades muito específicas, abrem um leque de possibilidades de apropriação. Neste sentido, pode-se dizer que quanto mais especializado o tipo de desenho do local, maior a chance de que ele seja utilizado para a finalidade a qual ele não foi projetado para servir.

Em playgrounds, fica evidente como a criatividade humana leva as pessoas a utilizarem objetos e espaços para fins que lhes é conveniente, e não para os fins que se espera que lhes sejam convenientes. As crianças têm maior liberdade de fantasiar sobre o mundo e por isso transformam os mobiliários em outras coisas com funções e papéis que lhes são úteis.

Por exemplo, é comum ver crianças demarcando espaços sob brinquedos ou sobre sombreamentos de árvores como "casinha" ou como "loja", ou qualquer outra função que lhes pareça apropriado. Neste momento, elas buscam condições espaciais que reproduzam os ambientes desejados. Uma casa é um abrigo, logo, não pode ser um espaço aberto, precisa de limites, mesmo que estes sejam imaginados a partir de recortes gerados a partir de condições físico-ambientais (limite da sombra, limite da projeção de um brinquedo, desenho da pavimentação, etc.). Neste caso, a escolha do local ocorre pela associação simbólica com o que lhes é familiar, mas também pela condição espacial que reproduz aquilo que lhe é familiar.

A existência de playgrounds atrai não apenas as crianças, mas também os acompanhantes das crianças. Desse modo, os brinquedos podem se tornar barras de alongamento antes da ginástica dos adultos ou servir de apoio para mercadorias de ambulantes interessados em vender pipas, bolas, doces etc. Deste modo, o adulto também transgride o uso proposto pelo projetista quando este entende que aqueles "aparelhos de brincar" devam ser utilizados por crianças (Figura 44).

Figura 44 - Playground da Praça Israel Pinheiro



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2012.

Nota: A Figura 44 mostra adultos acompanhando as crianças nas brincadeiras no playground da Praça Israel Pinheiro. Os pontos escolhidos para a permanência são estratégicos para manter a criança sob constante vigilância.

A Figura 45 mostra os adultos espalhados na Praça Carlos Chagas em posições estratégicas em torno das crianças com a finalidade de protegê-las e vigiá-las. O espaço pede então não apenas condições para a atividade das crianças, mas também para as atividades dos adultos que acompanham as crianças.

Figura 45 - Playground na Praça Carlos Chagas.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2011.

O espaço especializado, então, não pode contar somente com a adequação da atividade em si, mas deve prever situações confortáveis para aqueles que observam a ação (Figuras 44 e 45). Pode-se indicar que a prática esportiva demanda de maneira recorrente dois tipos de microespacialidades em um mesmo local, aquela onde se pratica uma ação (a própria prática do esporte) e outra que configura um espaço de onde se pode observar o desempenho atlético de outros. Essas duas microlocalidades devem compor um objeto único, uma porção espacial mais complexa, pois, de certa forma, uma ação demanda a outra para ser realizada.

O terceiro exemplo de atividade esportiva que demanda espaços especializados é um vídeo sobre um jogo de futebol no qual os atletas estão sendo motivados a entrar em campo. O vídeo está postado com referência à comunidade do Morro do Papagaio, aglomerado que fica próximo ao Parque Eduardo Couri, na Barragem Santa Lúcia. Pelo discurso do técnico, os rapazes estão comemorando a paz entre dois grupos diferentes que disputavam a prioridade de uso do

campo de futebol comunitário. Eles são vistos como heróis e portadores de uma missão: manter a comunidade em paz por meio do esporte.

Como existem poucas barreiras visuais no parque, que ocupa o entorno do Lago da Barragem Santa Lúcia, a vista é ampliada criando um panorama da região (Figura 46 e 47).

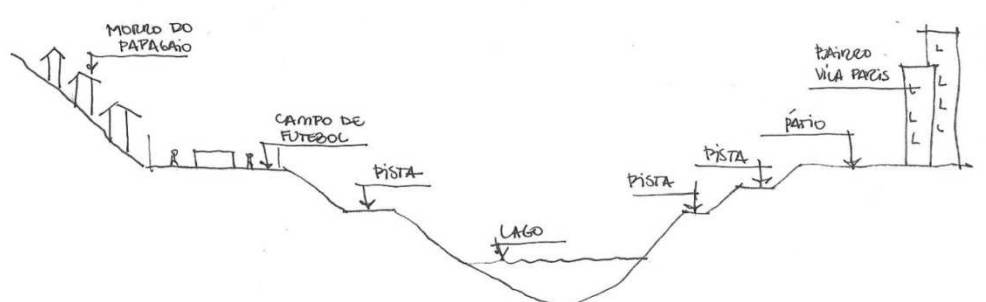
Figura 46 - Vista panorâmica do Parque Eduardo Couri



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2012.

Nota: a imagem mostra ao fundo o alambrado da quadra e o Aglomerado do Morro do Papagaio.

Figura 47 - Seção esquemática do Parque Eduardo Couri.



Fonte: Elaborado pela autora, 2011.

Nota: A implantação do campo ocorre entre o Morro do Papagaio e a lagoa do parque, como mostra o corte esquemático da Figura 47. Para além do lago, não existem grandes barreiras visuais o que permite avistar o campo por usuários distribuídos em quase toda a extensão do parque.

Os moradores do Morro do Papagaio, por estarem instalados em uma encosta íngreme podem assistir ao jogo das janelas de suas casas (Figura 40). O campo é instalado em um platô que está acima do nível da pista de caminhada, o que impede que os usuários que estão próximos ao campo vejam o que está acontecendo. Em compensação, os usuários que estão do outro lado do lago veem o tumulto do campo, mas não conseguem enxergar o jogo com detalhes. A diferença de altimetria é a responsável pelo isolamento e territorialização do campo de futebol por parte dos moradores do aglomerado. Neste caso, a falta de visibilidade nos arredores da quadra, que não a porção ocupada pelo morro causa insegurança nos outros usuários do parque. Durante as visitas ao local, ficou muito claro que os moradores dos bairros de classe média, que moram em torno do parque, não compartilham deste espaço com os moradores do aglomerado.

Figura 48 - Região da quadra de futebol do Parque Eduardo Couri.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2012.

Nota: Ainda sobre a relação com o campo de futebol do Parque Eduardo Couri, tem-se a Figura 48. A foto ilustra o como as atividades esportivas seduzem as pessoas e como nestes casos, existem sempre dois tipos de ações envolvidas, a dos usuários que joga e a dos usuários que assistem ao jogo. Os homens que observam atentos o jogo se apertam em um único banco sob uma árvore onde têm proteção do desconforto da insolação direta.

Na situação descrita, as características espaciais que criam a ideia de proteção são: as barreiras físicas - alambrado e árvore - e a diferença de nível que ocorre em relação à pista de caminhada que está fora da foto na porção direita. A ocupação do banco é discreta, na medida em que os torcedores estão lá para ver e não para serem vistos. A apropriação do lugar se dá, então, pela somatória de características favoráveis à ação de ver o jogo: a sombra como proteção do sol, o banco para o descanso, o alambrado para a proteção da bola e a vista com ângulo adequado.

Figura 49 - Imagem do campo de várzea do Parque Eduardo Couri.



Fonte: OLIMPUS... [200-?]

Nota: A Figura 49 mostra que no caso do campo de futebol, ele está instalado de modo que não somente quem ocupa as redondezas do campo possa ver o que ocorre, mas também quem está situado no aglomerado, observando o jogo de longe.

Como mencionado, o parque é disposto entre uma comunidade de classe média alta — os bairros São Bento e Vila Paris — e o Aglomerado do Morro do Papagaio. Quando se está no lugar, nota-se claramente que, apesar de ser constantemente utilizado por pessoas de diversas classes sociais, o parque é dividido por áreas de influência. Na porção mais próxima ao aglomerado — onde se localiza a quadra — a comunidade do Morro do Papagaio é soberana sobre o uso. Existe um pacto velado de que as crianças e adolescentes de classe média não podem jogar ali. A quadra é

propriedade exclusiva da comunidade, que, por sua vez, dadas as informações obtidas pelo vídeo, há disputa da quadra entre grupos menores.

Nesse caso, é importante observar a inserção do parque na malha urbana para se compreender a dimensão do uso desta quadra. Apesar de, a partir do discurso do treinador no vídeo, parecer que o que está sendo colocado em prática é a liberdade de uso e a democracia sobre o espaço da quadra de futebol, trata-se de um espaço altamente excludente dentro do Parque Eduardo Couri.

A relação entre camadas sociais distintas, no entanto, não parece ser um grande problema. Apesar de terem hábitos e comportamentos diferentes no espaço público, nota-se que há um respeito entre os moradores da região, tanto de classe média como de classe baixa, pelas territorializações existentes.

Quanto a este assunto, partindo de uma discussão que vem da geografia, Serpa (2007) afirma que nenhum espaço é verdadeiramente público, pois sempre haverá a impossibilidade de acesso a determinados lugares para determinados grupos de pessoas, tanto física quanto socialmente. A inacessibilidade aos espaços livres pode ocorrer por diversas razões, inclusive a simples falta de um meio de transporte coletivo de qualidade que permita o deslocamento de qualquer indivíduo para determinado ambiente urbano. Independente das exclusões socioeconômicas que se manifestam no espaço público, não havendo uma linha de ônibus ou metrô disponível para que indivíduos residentes em diferentes pontos da cidade cheguem aos equipamentos de lazer, esses equipamentos já nascem fadados a tornarem-se lugares territorializados.

A forma com que a população utiliza a quadra coloca em xeque o caráter realmente público do espaço, pois excluem determinados indivíduos de seu uso. Assim, pode-se concluir que não é porque é um espaço de propriedade pública que seja de uso coletivo. Apesar disso, o que se percebe é que neste parque a relação entre classes sociais distintas é o fator responsável por manter a dinâmica de funcionamento, porque os usuários, por terem estilos de vida diferentes, têm usos diversos para o espaço durante todo o dia. Mesmo assim, a territorialização⁸ da quadra não impede que ocorram apropriações mais democráticas em outras partes do parque. Ao longo dos períodos diurno e noturno, grupos vão sucedendo uns aos outros em termos de ocupação. Pela manhã, pessoas praticam esporte; mais à tarde, mães passeiam com crianças e a noite a prática esportiva volta a ocorrer. Essas observações podem ser indícios de pertinência das considerações feitas por Jacobs (2008, p. 106) sobre o fato de os usos de "baixo status" (classe baixa) não expulsarem os usos de "alto status", mas, ao contrário, de serem responsáveis por atrair mais pessoas.

Os três exemplos apresentados - os jovens praticando *Le parkour*, as crianças no playground e o jogo de futebol no Parque Eduardo Couri - mostram a necessidade de observar e ser observado durante determinadas atividades em

⁸ O termo, cunhado sob a concepção de Jane Jacobs (2008), é definido como a apropriação de um lugar como sendo privado por um grupo dominante.

espaços com especificidades de desenho e mobiliário. Mas, esta condição também é necessária em espaços com desenhos neutros, em que os usuários praticam outras atividades físicas que não dependem de regras ou mobiliários específicos (Figura 50).

Figura 50 - Skatista descendo o talude da Praça do Papa.



Fonte: SE MATANDO... [200-?].

Nota: A imagem (Figura 50) mostra skatistas na Praça do Papa. O vídeo, do qual o frame foi retirado, trata não do ato de praticar o skate, mas de mostrar o indivíduo que anda de skate. Há um caráter subversivo no ato praticado, pois não é comum praticar o skate em áreas ajardinadas, principalmente em taludes.

Na Figura 50 e na Figura 51, os jovens estão andando de skate sobre a grama e saltando por sobre as escadas da Praça Israel Pinheiro. Nos dois casos têm-se pavimentações e condições desfavoráveis à prática do esporte. Na grama, não se tem a velocidade e estabilidade inicialmente adequadas para as manobras mais comuns e as escadas, não são exatamente caminhos adequados para veículos com rodas. No entanto, eles descobrem aí possibilidades de uso que parecem, a princípio, impensáveis.

Na Figura 51, nota-se que existem pessoas em torno dos skatistas que não estão praticando o ato de andar de skate, mas são importantes para que eles pratiquem a ação como coadjuvantes ou como um público passivo. Talvez, sem a presença destas pessoas, o espaço não parecesse tão adequado assim.

Figura 51 - Skatista saltando degraus da Praça do Papa.



Fonte: SE MATANDO... [200-?].

O fato de os jovens escolherem estes espaços como local privilegiado para suas ações mostra que o importante é arriscar-se em locais que não se adequam ao esporte e serem observados e admirados enquanto fazem isto.

Outra atividade deste tipo, encontrada na Praça Israel Pinheiro, foi o esporte chamado *Bicycle MotoCross* (BMX), que consiste em fazer manobras com a bicicleta, como andar de marcha à ré ou apenas com uma roda. O espaço selecionado é uma via que foi fechada em uma das extremidades para a circulação de veículos, mas que ainda permite o estacionamento (Figura 52).

Figura 52 - Rapaz praticando BMX na Praça do Papa.



Fonte: BMX... [200-?].

Neste local, ocorre a aglomeração de vendedores de alimentos - água de coco, cachorro quente, pipoca, e por isso, é comum ter pessoas assentadas no passeio em torno dos vendedores. Assim, existe um público passivo enquanto os garotos praticam o BMX.

Do mesmo modo, em outro caso, agora no Parque Eduardo Couri, as experiências nos locais neutros continuam sendo uma forma de afirmar a individualidade e o gosto por determinado estilo de vida traduzido pela prática do esporte. Vê-se nas imagens a seguir (Figura 53) um grupo de motoqueiros fazendo exibição da potência dos motores e das suas habilidades com as motos.

Figura 53 - Motoqueiro no Parque Eduardo Couri.



Fonte: MOTOCANDO... [200-?]

A aglomeração de pessoas ocorre naturalmente pela curiosidade que a atividade incita. A velocidade, o barulho e as manobras arriscadas tornam-se um show de acrobacias e divertimento. Neste caso, o espaço escolhido é um trecho de via próxima ao parque que tem um trânsito restrito e pode ser interditada para este tipo de evento.

Nos dois casos - os ciclistas na Praça Israel Pinheiro e o motociclista no parque Eduardo Couri - os espaços são neutros, se configuram como pátios planos resultantes da interrupção do trânsito e têm a pavimentação regular. Deste modo, serviriam para outras coisas que não a prática de esporte, pois são espaços abertos, sem mobiliário específico, e com condições de iluminação, sombreamento e qualidade ambiental variada. Mas, a razão pela qual se adéquam à prática das ações esportivas descritas engloba tanto a condição físico ambiental quanto a condição da conformação do local que, por atrair públicos diferentes, permite a interação, ao menos visual, entre as pessoas.

Além da condição de permissividade de interação visual entre pessoas, o espaço para a prática de esportes, independente se especializado ou neutro, deve permitir a movimentação com certa regularidade, pois o deslocamento é intrínseco à ação e qualquer barreira física pode ser um impedimento.

2.4 O "desvio de uso previsto"

A análise dos comportamentos encontrados nos espaços livres de Belo Horizonte, permite observar que existem formas diferentes de se praticar uma mesma atividade e que elas dependem da motivação do usuário e das condições espaciais. Isto não deixa de ser uma forma de dizer que o espaço livre deve ter uma "forma convidativa", termo cunhado por Hertzberger (1999) em *Lições de Arquitetura*.

Na discussão apresentada, fica claro que há uma defesa da autonomia do usuário sobre o espaço, mostrando que reforçar o que é natural da condição ambiental preexistente, como diferença de níveis, insolação natural, ventilação e visadas, aumenta a chance de o espaço ser plural e passível de multiplicidade de apropriação. Nesse sentido, a simplicidade da forma é defendida como importante ferramenta para a criação de espacialidades convidativas.

Levando-se em consideração as reflexões de Gehl (2010) e Hertzberger (1999), acredita-se que a concepção da forma está próxima tanto da análise da liberdade quanto da solução do desenho.

Os exemplos mostrados anteriormente apontam que o uso cotidiano do espaço depende tanto da inserção do espaço livre na malha urbana quanto da característica física do lugar. No caso dos encontros de grupos com interesse comum organizados via internet - Encontro dos donos de *Bulldog* Inglês e Encontro dos donos de Fusca - a escolha da praça ou parque que abriga o evento diz muito da relação do lugar com o perfil do usuário e aponta também características comuns aos elementos pertencentes àqueles grupos. No caso do encontro dos donos de Bulldog Francês, observa-se que há uma concentração de pessoas das camadas sociais médias e talvez por esta razão tenham escolhido um parque

que está próximo a um bairro residencial de classe média para sediar o evento. Ao mesmo tempo, os donos de Fusca escolhem a Praça Raul Soares, espaço que está ligado a um passado na história de Belo Horizonte. Mas, a adequabilidade do espaço à ação depende também da sua solução projetual e formal. Uma vez que o espaço é bem localizado, mas não tem uma solução projetual que compreenda as atividades que o usuário cotidiano precisa ou queira desempenhar, ele se torna pouco adequado e pouco convidativo.

Tomando-se, por exemplo, o ato de "andar de bicicleta". Podem-se imaginar infinitas possibilidades de realizar a ação de "andar de bicicleta": uma criança que anda com uma bicicleta de rodinhas, um ciclista que treina para uma competição, um adolescente que pratica *jump bike*, etc. Mas, durante um processo de projeto, ao indicar-se como demanda um "espaço para andar de bicicleta", estariam todas essas possibilidades incluídas na concepção de "andar de bicicleta" construída com base num pensamento do senso comum do projetista sem uma investigação sobre o "como" as pessoas desempenham essa atividade?

São essas possibilidades de variação que surgem com a vida contemporânea e que são difíceis de serem catalogadas diante das especificidades que cada uma implica. É inegável que todas essas formas de "andar de bicicleta" merecem espaços adequados para sua prática dentro da cidade, mas como projetar esses espaços diante do grande número de especificidades que cada uma requer?

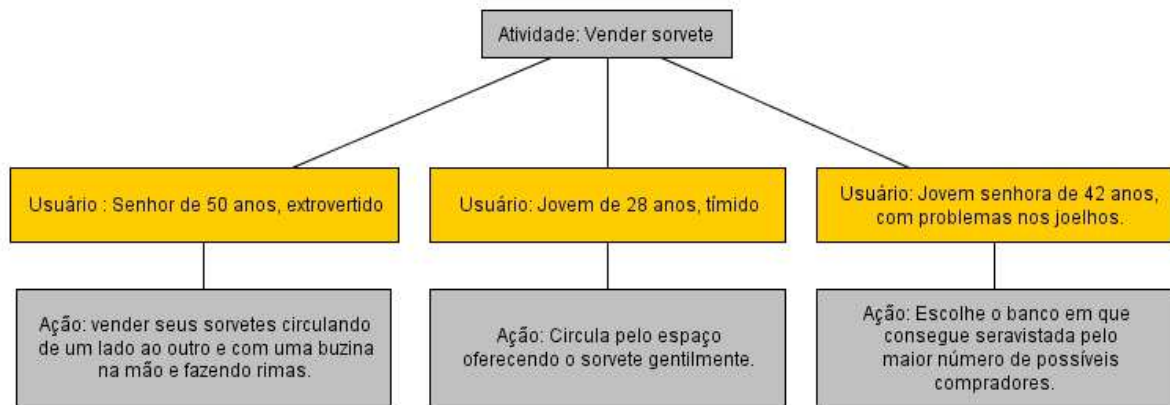
Assim como um simples enunciado "andar de bicicleta" pode levantar um sem número de modos de se praticar essa atividade, sabe-se que têm surgido muitas outras atividades decorrentes dos novos hábitos de vida. Do mesmo modo que surgem, rapidamente, atividades que os projetistas desconhecem, pode ser que também elas sejam extintas na mesma velocidade. Sendo assim, projetar a partir de concepções construídas acerca das atividades humanas tidas como senso comum pode resultar num grande equívoco quanto à solução projetual de um espaço livre.

Dentro desta reflexão, cabe, então, diferenciar dois termos que são fundamentais para a continuação da discussão: *atividade* e *ação*. A atividade é o ato genérico, sem a inclusão das características atribuídas pelo usuário ao ato, ou seja, a *atividade comercial* do sorveteiro compreende o ato de *vender o sorvete* independente de como ele faça isso. A *ação* inclui as características atribuídas ao ato pelo usuário, ou seja, *um determinado sorveteiro tem o hábito de vender seus sorvetes circulando de um lado ao outro e com uma buzina na mão*.

Quando se observa, por exemplo, a forma com que um sorveteiro se comporta, nota-se que cada um tem uma estratégia de venda. Alguns utilizam sinais sonoros, outros circulam pelo espaço oferecendo seus produtos e outros apenas escolhem um local muito visível para se instalar e esperam que os clientes venham até eles.

O fluxograma (Figura 54) mostra como, partindo de uma mesma atividade e incluindo as características do usuário, obtêm-se ações diferentes. Cada ação tem uma forma de acontecer no espaço, com mais ou menos rapidez, utilizando mais ou menos área e com maior ou menor visibilidade.

Figura 54 - Fluxograma comparativo entre características de ações originárias de uma mesma atividade.



Elaborado pela autora, 2011.

O senhor de 50 anos tem um perfil extrovertido, sendo assim, pode ser que durante a venda de sorvetes ele interaja com as pessoas, estabeleça amizades com aqueles fregueses que encontra com maior frequência. O segundo usuário é mais jovem e tímido, pode ser então, que tenha a necessidade de se aproximar mais para ter contato com as pessoas, que mantenha as relações muito formais, circulando com maior discrição, etc. E a última usuária é uma jovem senhora que tem problemas nos joelhos. Esta condição pode impedi-la de circular ou exercer esforços mais significativos ao empurrar seu carrinho, e, por isso, escolhe a estratégia de manter-se assentada em um local visível, em que a mesma possa ser vista por vários possíveis clientes.

O estudo destas especificidades das ações, dentro das atividades comuns, leva a crer que é impossível projetar espaços que sejam direcionados às exigências das ações, pois cada usuário terá uma estratégia quanto às características espaciais que julga necessário para desempenhar sua ação. No entanto, quando se observa a dinâmica de funcionamento do espaço público, nota-se que em um mesmo local ocorrem diversas ações simultâneas, o que significa que um mesmo lugar pode abrigar mais de uma ação, o que é desejável. Ao mesmo tempo em que há sorveteiros em uma praça, existem crianças brincando, pessoas em pontos de ônibus, vendedores de DVDs piratas, guardas municipais, etc. Cada usuário desempenha sua atividade à sua maneira, resultando numa sobreposição de ações sobre um mesmo local, condicionadas pelos contextos de sua apropriação.

Quando se entende que estas ações, mesmo que pertencentes a grupos de atividades diferentes requerem condições espaciais comuns, pode-se projetar um espaço baseado em condições genéricas que tornam as *ações* mais próximas entre si do que as próprias *atividades*.

Com a intenção de compreender como as ações existentes dentro de um mesmo nicho de atividade apresentadas anteriormente se diferenciam, elaborou-se uma metodologia de análise das componentes genéricas da ação a fim de estabelecer parâmetros de conexão entre a ação e o espaço necessário para que ela ocorra adequadamente e, assim, desenvolver, finalmente, o projeto do espaço livre.

Propõem-se como parâmetros para a diferenciação de como ocorrem as atividades: a *velocidade* com que ocorrem; o grau de *espacialização*, ou tamanho da área demandada; e o grau de *visibilidade* necessário, sendo este último um critério construído em torno do quanto as pessoas querem ver e ser vistas. Acredita-se que, reduzindo as atividades a esses três parâmetros, têm-se uma visão generalista do ato de utilizar o espaço público, tornando possível comparar ações que, a princípio, não têm características comuns enquanto atividade, mas as têm enquanto forma apropriação pelo usuário.

Pode-se pensar, então, em qualidades a partir dessas três categorias adotando-se graus de *velocidade*, *espacialização* e *visibilidade* para se reduzir uma atividade específica a parâmetros essenciais. Por exemplo, se comparadas quanto à *velocidade*, as atividades podem ser de dois tipos: rápidas, que pressupõem movimento; e lentas, que pressupõem permanência. Sendo assim, a *ação* de uma criança de três anos brincando de pegador é mais compatível com a *ação* de um idoso tomando sol do que crianças de 10 a 12 anos brincando de pegador.

Neste sentido, a atividade "brincar de pegador" gera duas formas de manifestação diferentes, uma que é mais lenta praticada por crianças pequenas e outra que é muito agitada e rápida praticada por crianças maiores. A *atividade* é a mesma, mas as *ações* são diferentes. Neste caso, a *ação* das crianças pequenas, então, é mais compatível com outro ramo de *atividade* - "tomar sol" - quando se considera a *ação* de idosos tomando sol, porque as componentes da ação dos idosos têm características mais próximas ao comportamento das crianças pequenas do que ao das crianças maiores.

No exemplo levantado, as atividades "brincar de pegador" e "tomar sol", entendidas como ações genéricas, podem parecer, a princípio, incompatíveis. No entanto, quando se inclui o usuário, analisando as ações "crianças pequenas brincando de pegador" e "idosos tomando sol", a descrição do ato altera totalmente a interpretação, e então, estas ações passam ter a possibilidade de ocorrerem no mesmo espaço.

Interpretando as ações, sempre como uma resultante das componentes velocidade, espacialização e visibilidade, encontram-se argumentos para servir de interface entre a ação e o espaço. É de acordo com as variações das componentes que ações demandam espacialidades específicas.

Quanto à velocidade, podem-se ter graus de atividades rápidas e graus de atividades lentas. As atividades *rápidas* abarcam as práticas esportivas dinâmicas e outras atividades lúdicas que demandam esforço físico e atividade física-

corporal com movimento. Podem ser também aquelas que são dinamizadas por elementos extracorpóreos ou extensões corporais, como carrinhos de controle remoto, pipas e aeromodelos. As atividades *lentas* exigem um espaço que seja confortável para a permanência, ócio, leitura, piquenique, namoro, etc. Estes espaços demandam assentos ou outros mobiliários e condições ambientais que permitam o descanso e o recolhimento. Devem possibilitar a interatividade interpessoal, evitando sua prática próximo a atividades que têm alto nível de ruído e que prejudiquem a conversa e a socialização. Nestes espaços, deve haver níveis de privacidade diferentes, com espacialidades apropriadas a diversos tipos de atividades, desde as intelectuais individuais até as de interação e de discussão em grupo.

Quanto ao grau de espacialização, pode-se ter as atividades de grande grau de espacialização e atividades de pouco grau de espacialização. Atividades coletivas, geralmente, demandam grandes áreas, bem como atividades individuais de grande velocidade. Uma aula de Yoga para 10 pessoas requer uma grande área, enquanto que uma pessoa lendo um livro ocupa uma área mínima. De outro lado, pular corda requer pouca área e é uma atividade altamente dinâmica, ao contrário de andar de skate, que é uma atividade dinâmica que requer grande área.

Quanto ao grau de visibilidade, os extremos seriam, então, a atividade pública e a atividade íntima⁹. A atividade pública máxima seria aquela que carrega consigo a visibilidade máxima, e, inclusive, certo grau de exibicionismo, como: artistas que praticam performances, cantores e manifestantes. Essas pessoas querem ser vistas e notadas. Em graus intermediários, têm-se atividades em que as pessoas não apresentam problema em ser vistas ou que passam despercebidos, como: andar com cachorro, caminhar e observar os filhos brincando. Por fim, no outro extremo, têm-se as atividades em que as pessoas preferem manter-se anônimas. Por exemplo, ao namorarem, ao lerem, ao se recolherem à meditação ou, mesmo, ao tirarem fotografias de desconhecidos por hobby, o que é uma prática comum hoje, dada a popularização das câmeras digitais.

Essa forma de raciocínio, com base nos critérios primordiais de qualquer atividade humana, não elimina o pensamento mais disseminado entre os arquitetos que interpretam os espaços livres em relação às atividades de contemplação, socialização, ócio e manifestação política, pois todas estas categorias continuam válidas. Elas apenas não possuem a mesma dinâmica na vida contemporânea, do que no passado. Hoje, não necessariamente, a contemplação e o ócio são atividades estáticas. Não necessariamente a manifestação política é uma atividade agitada e a socialização, que passa por relações muito mais complexas do que somente as físicas é a grande questão no processo de reflexão sobre o espaço livre contemporâneo.

⁹ A diferença entre o que é um grau de visibilidade para uma atividade vivenciada no espaço livre público e aquilo que é uma experiência íntima, mas da esfera privada são conceitos questionáveis. Assim, admitir-se-á como atividade íntima que pode ser desempenhada no espaço público aquilo que não se caracteriza como atentado ao pudor.

Nesse sentido, começa-se a mapear ações que podem ser compatíveis com um mesmo espaço, mesmo que, a princípio, elas não se enquadrem dentro de uma mesma atividade. Essa concepção permite, então, remover o rótulo de experiências como: "jogar bola", "dançar" e "tomar sol", porque estas generalizações dos atos eliminam a individualidade do "como" as pessoas os praticam.

Por exemplo: imaginando-se uma pessoa utilizando uma bicicleta, logo se teria uma concepção construída em um referencial de senso comum moldado a partir de uma imagem mental com características muito próximas à da Figura 55¹⁰.

Figura 55 - Pictograma representando ato de andar de bicicleta dentro de uma visão baseada no senso comum.



Fonte: Elaborado pela autora, 2011.

Mas, o ato de andar de bicicleta, na realidade, é desempenhado de infinitas maneiras e pode demandar espaços livres de formas muito distintas para seu desempenho. A Figura 56 mostra uma gama de pessoas praticando atividades com a bicicleta. Não se pode afirmar, no entanto, que estas pessoas estão andando de bicicleta "normalmente". O que se pode afirmar é que elas estão utilizando uma bicicleta. Mas, quanto ao tipo de ação que desempenham, analisando-se a velocidade de cada uma, a área que ocupam e o quanto as pessoas querem ser vistas, percebem-se graus muito diferentes destas componentes.

Figura 56 - Coletânea de registros de pessoas utilizando uma bicicleta nos espaços livres de Belo Horizonte.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2011.

¹⁰ Utilizou-se o pictograma com a intenção de não interferir com nenhuma característica na imagem mental do leitor. Caso fosse utilizada uma fotografia, já estariam estipuladas diversas variáveis sobre o ato de andar de bicicleta, desde a idade do usuário até padrões sociais.

Na Figura 56A, o rapaz está utilizando a bicicleta como um esporte urbano no qual o objetivo é fazer manobras arriscadas, o que inclui pular em uma só roda, girar a bicicleta em curvas muito fechadas, andar de macha a ré, equilibrar-se no guidão, etc. No caso desta foto, o rapaz estava em uma rua fechada para a circulação de no entorno imediato da Praça Israel Pinheiro, em Belo Horizonte.

Na Figura 56B, o ciclista usa uma bicicleta com pneus finos e de aro grande. Este tipo de bicicleta é utilizado em corridas de velocidade. Por estar com o material de segurança e com uma bicicleta apropriada à atividade que está desempenhando, presume-se que, por mais que a atividade seja um hobby, ela é levada a sério pelo ciclista. O espaço que ele escolheu para a prática é o passeio da Praça do Papa.
















Na Figura 56C, a ciclista está em uma pista de caminhada no Parque Eduardo Couri. Apesar de o lugar ter sido projetado para o caminhamento de pessoas, a velocidade com que a menina está praticando a atividade não é incompatível com as pessoas que estão passando e utilizando a pista para a atividade esportiva. Por isso, não causa risco a nenhum pedestre.

Na Figura 56D, a criança está aprendendo a andar de bicicleta em um espaço próximo ao playground na Praça Carlos Chagas, em Belo Horizonte. Este espaço é cercado de bancos, de onde os pais podem vigiar os filhos. A atividade é certamente desempenhada como fonte de lazer e descontração.

Na Figura 56E, o pai carrega a filha na traseira da bicicleta numa rua próxima ao Parque Eduardo Couri. A preocupação com o bem estar da criança pressupõe uma velocidade baixa e segura, para evitar acidentes. A bicicleta nessa situação não tem uma conotação apenas de atividade esportiva, mas sim de transporte.

Preenchendo-se uma tabela com os graus de cada uma das componentes da ação — velocidade, espacialização e visibilidade — pode se deduzir facilmente como estas ações demandam espaços diferentes (Tabela 1).

Tabela 1 - Tabela analítica das atividades desempenhadas com bicicleta

Foto	Velocidade	Espacialização	Visibilidade
Figura 56A	Lenta  Rápida	Restrita  Aberta	Oculto  Visível
Figura 56B	Lenta  Rápida	Restrita  Aberta	Oculto  Visível
Figura 56C	Lenta  Rápida	Restrita  Aberta	Oculto  Visível
Figura 56D	Lenta  Rápida	Restrita  Aberta	Oculto  Visível
Figura 56E	Lenta  Rápida	Restrita  Aberta	Oculto  Visível

Fonte: Elaborado pela autora, 2011.

A partir do quadro comparativo (Tabela I), pode-se observar que, por mais que, a princípio, pareçam semelhantes, as ações listadas têm formas diferentes de serem desempenhadas, seja pela idade, motivação ou simples juízo de gosto do usuário. Sendo Assim, não se pode caracterizar o espaço genericamente como é de costume se observar, dizendo que todos os espaços destinados ao uso da bicicleta devem ser amplos, não devem conter elementos físicos que possam criar barreiras, devem ter pavimentações as mais planas e estáveis possíveis e podem ou não ser protegidos da insolação direta, como se poderia imaginar sem maiores reflexões.

No caso da atividade da Figura 56A, é imprescindível que o espaço onde ela é desempenhada seja um local com grande visibilidade para que exista a presença de um público observador, assim como no caso da Figura 56D em que a criança precisa ser vigiada pelos pais. Mas, também é preciso observar que, por mais que tenham graus de visibilidade parecidos e talvez, a espacialização demande áreas semelhantes, essas duas atividades não podem acontecer simultaneamente no mesmo lugar. Seguramente, a criança seria atropelada pelo adolescente em algum momento, pois as velocidades das atividades são diferentes. A criança precisa seguir percursos lineares, mesmo que aleatórios, e o adolescente precisa saltar, rodopiar sua bicicleta e se exibir com outras manobras radicais.

Do mesmo modo, os ciclistas das Figura 56 B e Figura 56 E têm graus de visibilidade parecidos e graus de espacialização parecidos, pois precisam de um percurso significativo para desempenhar suas atividades, mas também têm velocidades diferentes de desempenho. Diferente da situação anterior (Figura 56 A e 56 D) a incompatibilidade das duas atividades não é tão grande, dado o modo como são desempenhadas.

A partir dessa análise simples, fica claro que o programa projetual a ser utilizado para a definição dos tipos de microespacialidades contidas no espaço livre não pode ser definido com base em uma lista de atividades, porque as ações que existirão num futuro muito próximo podem não ser previstas, mas precisarão de algum suporte para acontecer. Por outro lado, considerando-se as demandas com base nas componentes citadas — velocidade, grau de espacialização e visibilidade — pode-se contemplar qualquer atividade que venha a existir, pois as categorias são abertas e abrangem as possibilidades mais diversas, mesmo aquelas que não se conhece.

Um dos princípios para a construção de um espaço livre compatível com a diversidade da vida contemporânea é anunciada por Hertzberger (1999) quando critica a busca pelo máximo de flexibilidade. Ele diz que este tipo de pensamento projetual gera um conjunto de diversas soluções inadequadas para um problema, enquanto que a solução específica aumenta a chance de obsolescência rápida do edifício. Nesse sentido, mostra-se que a lógica construtiva da forma baseada no estruturalismo liberta, e não limita, como se pensa. Assim, propõe que mais importante do que interpretar padrões coletivos é identificar formas de aumentar a diversidade de apropriações.

As soluções projetuais contemporâneas de espaço livre mais assertivas são aquelas que permitem a apropriação a partir de uma estratégia de projeto baseada na simplicidade da forma. Por consequência, este tipo de espacialidade podem estimular os usos versáteis. Por outro lado, é importante o discernimento do projetista, uma vez que formas muito genéricas, que não atendam às necessidades da população local, não conseguem se consolidar como espaços de importância para uma esfera urbana maior (municipal ou regional). A apenas geram lugares vazios. Se não atendem às necessidades da população local, não conseguem atrair pessoas de outras áreas da cidade, pois não se mostram como locais seguros onde há a presença de pessoas o tempo todo.

A questão fundamental da concepção do espaço livre contemporâneo, então, talvez esteja na premissa de que a forma e o programa são construídos simultaneamente, abrindo, assim, a liberdade de interpretação do significado pelo usuário e permitindo-lhe a possibilidade de explorar a forma com a função que lhe convier (HERTZBERGER, 1999). A forma convidativa não é, então, aquela que atende a uma única necessidade, mas aquela que atende a diversas necessidades, mesmo sendo única. Os espaços que têm maior possibilidade de apropriações, além das do uso consagrado senso comum, são mais convidativos.

Sendo os parâmetros determinados anteriormente - *velocidade, espacialização* e visibilidade — capaz de decompor uma ação em parâmetros essenciais, como, então, pode-se transformar esses parâmetros em um espaço materializado caracterizado por aquilo que Hertzberger (1999) e Krier (1981) chamam de "forma convidativa"?

Quando se projeta, imaginam-se soluções, com base nas vivências, experiências e pesquisa do projetista, de como vai se utilizar o lugar. Mas, na grande maioria das vezes isso não ocorre como se planejou. Para compreender as alteração do uso, é mais fácil começar pelos mobiliários urbanos, onde se tem uma grande liberdade de apropriação e uma liberdade de uso. Em suma, o que se quer dizer é que os elementos mais versáteis são mais propensos a estarem em constante utilização, enquanto os que não permitem grande variação na apropriação podem permanecer subutilizados.

Observe o seguinte enunciado: "Projetar um objeto para assentar-se no espaço público". A primeira coisa que se tem como referência para o projeto é o ato de sentar-se na sua forma mais "comum", o que provavelmente se aproximará de algo como a Figura 57^{II}.

II Mais uma vez, o uso do pictograma tem a intenção de não interferir na imagem mental do leitor.

Figura 57 - Pictograma representando o ato de assentar.



Fonte: Elaborado pela autora, 2011.

A partir desse referencial, o projetista elabora uma forma que acolherá o usuário em uma posição em que pernas e troncos se encontrem a 90 graus entre si, como mostra a Figura 57. No entanto, sabe-se que o objeto resultante do ato de projeto, baseado no enunciado mencionado, poderá servir para outras ações que não somente sentar-se. É comum utilizar "objetos de sentar", como banco, cadeira e banqueta para outras funções, como: subir para alcançar uma fruta num galho de árvore alta, servir de palanque para discurso e servir de cama para um momento de descanso.

A grande possibilidade de alteração do uso de um objeto ou de um espaço pode ser um dos indícios de que esse objeto tem características convidativas. No espaço livre, um banco sem encosto, por exemplo, permite um grau maior de variação no uso, pois o indivíduo não tem uma direção contemplativa pré-estabelecida. Um banco pode se tornar um palco, uma cama ou uma namoradeira e admitir uma gama de outras funções que não somente "sentar". Todos estes usos não foram previstos pelo projetista, porque não estavam contemplados inicialmente em seu programa. Do mesmo modo, as atividades que surgirão para serem desempenhadas nos espaços livres nos próximos anos não existiam no programa de quem projetou aquele espaço inicialmente. Nesse sentido, a essa atribuição de usos improváveis às coisas dar-se o nome de "desvio do uso".

Na Figura 58, a partir da análise das fotografias, notam-se usos interessantes. Na primeira foto, a moça assenta-se de costas para a fonte da Praça, que é um elemento altamente centralizador do espaço. Nas fotos seguintes, um senhor tira uma soneca após o almoço; um casal de namorados se apropria do banco de modo a estar o mais próximo possível. Revelando a versatilidade do banco sem encosto, o senhor se assenta de frente para a fonte (a qual a moça da primeira foto dá as costas) e renega o que a posição do banco lhe sugere, que é observar as pessoas que passam pelo caminho disposto a sua direita; e pessoas que não se conhecem compartilham o mesmo banco e, estas sim, seguem aquilo que a posição do mobiliário lhes propõe, pois finalmente, contemplam a fonte, correspondendo ao objetivo do projetista.

Figura 58 - Coletânea de situações em que pessoas utilizam os bancos da Praça Raul Soares.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2011.

Uma lixeira, definida a partir do senso comum, não tem outra função senão receber o lixo produzido pelos transeuntes até que a companhia urbana de limpeza desempenhe sua função de levá-lo ao local de seu destino final. Na Figura 59, todavia, a lixeira se transforma em barra de alongamento, bastando apenas que o usuário faça uma associação do objeto com a função que ele precisa desempenhar.

Figura 59 - Mulher fazendo alongamento da Praça Raul Soares.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2011.

Uma placa de sinalização não tem outra função a não ser sinalizar, mas quando o usuário precisa prender o cão para fazer os exercícios de alongamento, ela incorpora outra função (Figura 60).

Figura 60 - Cão preso à placa de sinalização que instrui sobre formas de alongamento.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2011.

No caso do banco, vê-se que uma forma simples projetada com base em um paradigma construído a partir do ato de "sentar" pode se tornar um objeto apropriado para outras apropriações. Não que não seja necessário ensaiar várias possibilidades de uso para um mesmo objeto ou espaço quando se projeta; o importante é ter em mente que o usuário sempre terá uma forma de desviar o uso e que isso é extremamente positivo.

Acredita-se que esse conceito possa ser extrapolado para além do mobiliário e deva ser aplicado também à forma do objeto do espaço livre. No caso da Praça Diogo e Vasconcellos, durante a festa de *Saint Patrick*, o simples ato de fechar a rua para a circulação de veículos transforma as condições espaciais e permite apropriações as mais diversas.

O mesmo ocorreu na Praça da Estação. Um decreto municipal, que proibiu eventos de qualquer natureza, causou revolta nos cidadãos, uma vez que ela era ocupada com frequência para a promoção de shows e eventos culturais. Em manifestação contrária ao decreto, algumas pessoas passaram a frequentar o espaço em datas programadas vestidas com roupas de banho, cadeiras de praia e guarda-sóis. Com a finalidade de aproveitar as manhãs de sábado para ocupar a praça de uma forma divertida e debater sobre questões relativas à cidade, este movimento ficou conhecido como "Praia da Estação" (Figura 61).

Figura 61 - Movimento Praia da Estação.



Fonte: Disponível em: <<http://www.flickr.com/photos/coletivopegada/5378801956/>> Acesso: 21/01/2012.

A "Praia da Estação" é um movimento que continua acontecendo em datas programadas e divulgadas via internet. Tem tomado grandes proporções e mantém-se fiel ao objetivo de restabelecer, pacificamente, apropriações diretas da Praça da Estação.

Esta manifestação pode ser interpretada como desvio do uso porque a função para qual a praça foi projetada não passa nem perto de preencher a falta de uma região litorânea na cidade. A princípio, a Praça da Estação foi projetada para servir como espaço de aglomeração diante do edifício da estação central de trem da cidade de Belo Horizonte. Mas, existindo o conflito entre a proibição da prefeitura e a necessidade de um espaço para eventos na cidade, surge a demanda de um espaço para a manifestação, com a ação irônica de interpretar uma praça com condições espaciais bastante áridas como praia.

Ao se observar pessoas utilizando os espaços livres públicos em Belo Horizonte, nota-se que mesmo espaços concebidos ainda nos fins do século XIX, como é o caso da Praça da Estação, são capazes de receber atividades que não existiam na época em que foram projetados, pois a configuração espacial do lugar guarda a possibilidade de abrigar ações diversas com graus de velocidade, espacialização e visibilidade semelhantes, independente do tipo de atividade.

No levantamento das atividades desempenhadas nos espaços livres, por exemplo, foram encontrados alguns hábitos incomuns, que não se esperava que existissem, como é o caso da prática do esporte chamado *slackline* (Figura 62), que se assemelha ao ato de andar sobre uma "corda-bamba".

Figura 62 - Prática de *Slackline* na Praça Carlos Chagas



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2011.

De acordo com os praticantes, a escolha do lugar para a prática do *slackline* geralmente está associada a espaços arborizados e gramados, pois se garante a condição de sombreamento e uma queda menos desconfortável quando se desequilibra.

A Figura 62 foi obtida num sábado à tarde na Praça Carlos Chagas e mostra dois jovens de classe média alta praticando o esporte. A prática é importada, não foi inventada no Brasil e, ao menos até agora, tem sido vista sendo praticada por

pessoas abastadas, pois as cordas e presilhas são fabricadas fora do país e têm custo elevado. Isto não quer dizer que as classes sociais menos abastadas não possam praticar ações deste tipo, adaptando o material. Neste caso, mesmo sendo outro tipo de perfil de usuário, a condição espacial provavelmente seria a mesma, pois envolve a mesma necessidade de se proteger do sol e do risco da queda.

Atividades como esta sempre surpreendem as pessoas, pois não eram comuns até que surgissem. Quantos tipos de skate, patins, patinetes e bicicletas foram criados apenas nessas duas últimas décadas? E como foi possível que os donos destes objetos os utilizassem sem ter problemas de limitações causadas pela condição do espaço? E, com as condições de desenvolvimento da indústria, quantos mais serão criados?

Por isso, os projetos para espaços livres deve sempre buscar relacionar-se com o passado e com o futuro, admitindo sempre que sua relação com o futuro, por mais que prevejam ao máximo as possibilidades, sempre será falível (MAGALHÃES, 2001). Isso quer dizer que se deve projetar com relação a potenciais de uso com base em estudos sobre a essência das atividades, mas é impossível determinar um programa para o espaço público com base nas atividades em si (andar de bicicleta, ler, estudar, etc.), porque estas atividades terão suas formas de desempenho alteradas de acordo com o perfil do indivíduo e com o período de tempo durante o qual são praticadas.

Além da multiplicidade de "como" essas atividades são desempenhadas, tem-se ainda a rapidez com que novas possibilidades surgem e desaparecem no cotidiano das pessoas, aumentando o grau de efemeridade com que essas atividades podem vir a utilizar o espaço livre. Novas atividades, com novas formas de serem desempenhadas, sempre surgirão e desaparecerão.

Considerando-se a lógica contemporânea, a efemeridade das atividades pode não ser um fator negativo, mas, sim, ser mais um índice para definir o que é a forma convidativa do espaço livre atualmente, mostrando que a permissividade da substituição constante de atividades por outras impede o descarte absoluto do lugar quando uma atividade desaparece.

Acredita-se que o espaço livre deve carregar a versatilidade, principalmente na contemporaneidade, em que os hábitos de vida são traduzidos em atividades muito diversas no espaço livre. Admitindo-se a possibilidade de múltiplas formas de apropriação, não se pode falar de uma relação simples entre forma e função, pois quando se trata de definir a forma a partir de uma função pressupõe-se que existe um programa projetual, o qual, atualmente, pela velocidade com que surgem e desaparecem os tipos de atividade, é impossível de ser definido totalmente.

A solução para tal questionamento seria reduzir essas atividades a parâmetros primordiais - componentes de todas as atividades humanas - com a finalidade de projetar espaços que sirvam a ações compatíveis quanto ao grau de *velocidade*, ao *grau de espacialização* (dimensões espaciais necessárias) e ao grau de *visibilidade*, para que possam

ser desempenhadas em um mesmo local. Propõe-se, assim, a substituição do termo *função* por *apropriação*, que pressupõe o uso aberto e livre à acomodação que bem entender ao usuário. Ao falar de espaços livres, trata-se de um tipo de objeto arquitetônico-urbanístico que tem um programa além da imaginação do projetista, mas baseado numa lista infinita de necessidades do usuário.

3 A DECOMPOSIÇÃO DAS AÇÕES E A RELAÇÃO DAS COMPONENTES COM AS CARACTERÍSTICAS AMBIENTAIS DO ESPAÇO

As pessoas têm a necessidade de obter informações sobre outras e gostam de estar em espaços em que existam outros frequentadores, pois assim podem observar comportamentos alheios e aprender coisas novas. Nesse sentido, o desenho urbano e a arquitetura paisagística são muito importantes para o "como" e o "quanto" estas atividades são desempenhadas, pois se as condições do mobiliário, de caminhar e de acolhimento não são agradáveis, as pessoas se restringem a executar somente as ações necessárias, e não aquelas que gostariam de praticar no espaço livre (GHEL, 2010).

Uma das questões que permeia o projetos dos espaços livres é a identificação do significado de lugar a partir de elementos que não são denominados como construção ou itens edificados. Muitas vezes, esses elementos que constituem as ambiências não têm três dimensões: retas, planos, texturas e elementos vivos (vegetação). Neste contexto, é relevante investigar quais soluções projetuais inserem no imaginário do usuário a sensação de que há múltiplas ambiências em um mesmo lugar percebido como um todo sem que haja necessariamente o uso de barreiras volumétricas.

Não menos importantes que os aspectos relacionados à inserção na malha urbana e à relação do uso com essa forma, a configuração dos elementos formadores da ambiência do espaço livre é o que dá identidade ao projeto arquitetônico-paisagístico. A pavimentação, os mobiliários, a vegetação e outros elementos deste tipo contribuem para a criação de significados no espaço para a abertura do processo de interpretação e apropriação pelo usuário.

No entanto, é necessário debater a diferença entre a simples disposição destes elementos no espaço e as reais possibilidades de apropriação que geram, mostrando que a capacidade de se tornarem objetos com uso além da função inicial a eles atribuída é maior do que as previstas pelo projetista.

Ao se compreender, no capítulo anterior, as características das ações desmembradas em componentes, pode-se agora relacioná-las às características físicas e ambientais do espaço, com a intenção de analisar a importância do design e do projeto arquitetônico paisagístico para a apropriação das praças de Belo Horizonte.

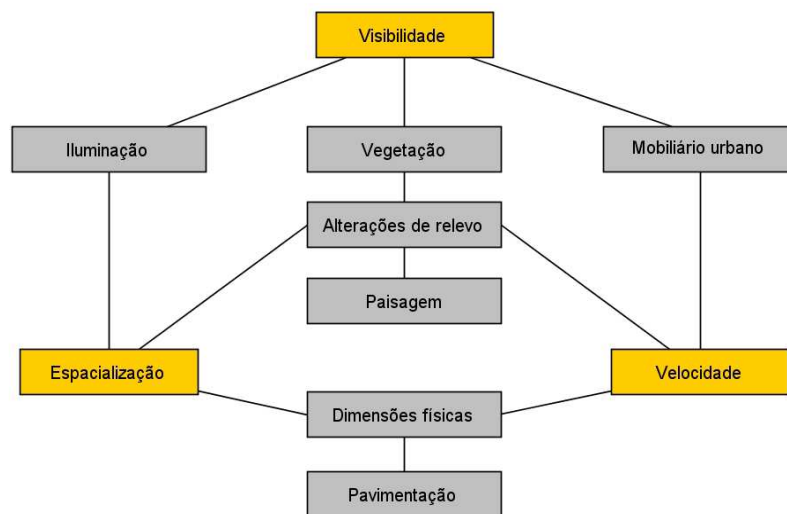
Na escolha de um espaço adequado para o desenvolvimento de uma determinada ação, faz-se necessário analisar o modo com que cada indivíduo atua, mostrando o "como" cada comportamento se diferencia em relação à prática de outro indivíduo que vá executar a mesma atividade, gerando ações diferentes.

Como mencionado anteriormente, as componentes que configuram a ação são: a *visibilidade*, a *espacialização* e a *velocidade*. Cada uma dessas componentes é influenciada diretamente por características espaciais do lugar, mas, na

condição de componente, esta não acontece nunca sozinha, e não se resume à ação. A relação das três componentes, somada às condições do lugar, esta sim é o que resulta na qualidade da ação. É exatamente a relação entre as componentes da ação e as especificidades de cada espaço o que determina a adequação ou inadequação do lugar às ações humanas.

O fluxograma a seguir (Figura 63) mostra as conexões existentes entre as condições espaciais (ou características físico-ambientais) e as relações de influência direta sobre cada componente da ação.

Figura 63 - Fluxograma ilustrativo das relações entre as características espaciais e as componentes da ação.



Fonte: Elaborado pela autora, 2011.

Ligam-se às três componentes da ação, as alterações de relevo, a paisagem e a vegetação, pois são as características físicas associadas imediatamente ao sítio e às condições preexistentes do lugar antes que se faça qualquer tipo de interferência. Com relação às alterações de relevo, destacam-se a determinação de platôs, taludes, escadas, rampas ou outras condições que aproveitem ou eliminem o desnível do terreno natural a favor da solução projetual.

Em seguida, têm-se dois outros fatores: a vegetação, que é um dos elementos mais determinantes quanto ao grau de exposição do indivíduo enquanto está no espaço livre e a paisagem, que abrange as possibilidades de observação de outros indivíduos ou de vistas monumentais associadas ou não à linha do horizonte, entre outras. Relacionando-se os dois fatores, notam-se diferenças de comportamento em que o indivíduo pode querer ser visto ou se esconder de um grande número de pessoas ou usufruir ou não das vistas existentes. Esta intenção determinará estrategicamente o ponto que ele ocupará no espaço, e que permita mais ou menos ângulos de visada. Por outro lado, o caráter de proteção necessário para se desempenhar determinadas ações aparece quando o mais importante é o conforto ambiental ou a discrição do indivíduo durante a prática da ação.

Como influência direta nas componentes *espacialização* e *velocidade*, tem-se a pavimentação ou a variação do tipo de revestimento do piso. Acredita-se que as condições de conservação e aspectos visuais do piso também interferiram nessas componentes na medida em que podem dificultar ou facilitar o deslocamento e podem estabelecer limites, de acordo com a variação de cores e texturas do revestimento. Com o termo "dimensões físicas", também indicado como fator de interferência nas componentes espacialização e velocidade, espera-se descrever as condições de altura, largura e profundidade do espaço, tratando também das relações de proporção existentes entre estas medidas.

Tem-se como influencia direta para as componentes *velocidade* e *visibilidade*, a condição da disposição do mobiliário urbano. A qualidade do mobiliário está relacionada à disposição do mobiliário e ao fato de atender ou não à função para a qual foi proposto: se permite ser utilizado de maneiras variadas e se é confortável. Entende-se que a valorização do aspecto visual do mobiliário (o *design*) deve ser uma estratégia para aumentar a qualidade espaço livre e não constitui somente a essência da forma. Ele deve servir como fator de estímulo à construção de complexidade e pluralidade espacial. Bons projetos em design de mobiliário são aqueles capazes de captar fatores culturais e simbólicos e de materializá-los em forma de símbolos e objetos adequados ao uso a que se destinam.

Por fim, como elemento influente nas componentes *visibilidade* e *espacialização*, aponta-se a iluminação, que abrange tanto a iluminação artificial quanto a iluminação natural - insolação direta e sombreamento. Entende-se que a iluminação não é um aspecto material do espaço, mas direciona significativamente seu uso, uma vez que é um fator importante dentro da construção do conforto ambiental e de sensação de segurança.

Apesar de o fluxograma parecer bastante determinista no que diz respeito às relações existentes entre as ações e as qualidades físicas do espaço, a indicação das características espaciais e as influências diretas sobre as componentes da ação não devem ser consideradas como relações estáticas. A escolha, pelo usuário, de espaços para a prática de suas ações é um processo dinâmico e complexo, o que permite encontrar situações em que a influência de características espaciais inviabiliza a prática da ação, mesmo que, a princípio, não pareçam estar diretamente ligadas a uma ou outra componente.

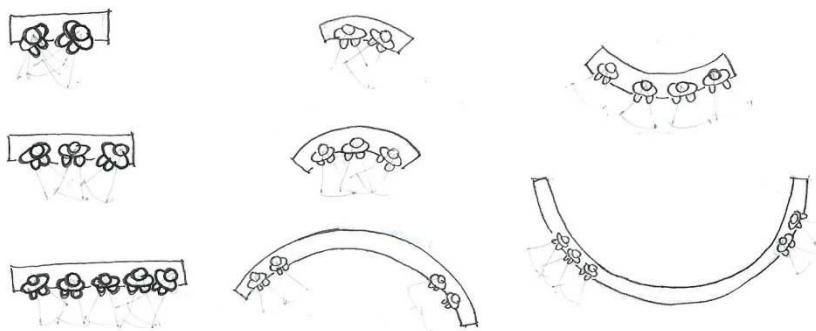
O importante é que as características espaciais, quando sobrepostas, auxiliam a compreender por quais razões determinadas áreas do espaço público são utilizadas para determinados fins. Em suma, elas caracterizam ambientalmente os nichos identificados como microespacialidades dentro de espacialidades maiores, em seus limites e variações tridimensionais.

3.1 A influência das condições físico-ambientais sobre a componente visibilidade

A visibilidade é a componente da ação relacionada ao que se observa e o como se é observado. De um modo sutil, estas possibilidades se conectam à necessidade de expor-se ou proteger-se. Neste sentido, a visibilidade se relaciona como espaço, na medida em que é a componente que leva o usuário a escolher o ponto em que pretende ocupar e o nível de proteção que procura.

Diversos aspectos físico-ambientais podem influenciar nessa escolha, a distribuição do mobiliário urbano utilizado nas áreas externas, por exemplo, é muito importante na hora de praticar uma ação. A disposição dos bancos é um item diretamente relacionado ao tipo de uso que o ambiente pode abrigar. O modo como são arranjados pode configurar grandes espaços de reunião, servir como barreiras ou criar microespacialidades mais ou menos protegidas.

Figura 64 - Estudos de disposição de usuários em relação à variação da forma de bancos.



Fonte: Elaborado pela autora, 2011.

Nota: O esquema comparativo da Figura 64 mostra a diferença das visões e das inter-relações estabelecidas com pessoas assentadas em bancos retos, côncavos e convexos. Nos bancos retos, as pessoas se distribuem linearmente.

A disposição em linha é compatível com espaços de passagem, pois não prejudicam o fluxo das pessoas, nem as exige desviar dos bancos como se fossem barreiras. Quando se tem duas pessoas assentadas, elas podem conversar confortavelmente, pois estão uma dentro do campo de visão da outra. Quando se tem três pessoas, a relação ainda pode acontecer com algum grau de conforto, mas a pessoa do centro precisa virar-se sempre que a pessoa à sua direita, ou à esquerda estiver falando. A situação muda completamente, quando cinco ou mais pessoas se assentam no mesmo banco. As pessoas assentadas nas extremidades passam a ter dificuldades para ouvir e participarem da conversa das pessoas assentadas no centro.

Na disposição côncava, uma conversa entre três ou mais pessoas é mais confortável do que na disposição em linha. À medida que o raio gerador da concavidade do banco aumenta, conforma-se um pátio. Por esta razão, os bancos côncavos ou convexos, devem ser colocados à margem das passagens, pois já insinuam a redução da velocidade e um possível convite à parada. Quando a existência do pátio ocorre, a distribuição côncava dos bancos ainda permite ao usuário estabelecer o contato visual com outros grupos que estejam dentro do mesmo pátio.

Os bancos convexos estimulam a individualização, pois a distribuição das pessoas se direciona não umas às outras, mas à apreciação do entorno. Desse modo, estabelece-se uma relação de seleção da paisagem a qual se pretende ver. Quando o raio gerador da concavidade aumenta, os grupos assentados em lados opostos acabam, praticamente, dispostos de costas uns para os outros.

Nos exemplo a seguir (Figura 65), os bancos são dispostos criando uma grande área de reunião. A distribuição do mobiliário direciona o ato de assentar-se, dispondo as pessoas sempre em uma linha contínua, nunca de frente para outras pessoas. Como o mobiliário é fixo e atrás existe apenas um grande gramado em forma de talude, pressupõe-se que as pessoas sentarão de frente à grande área plana existente, condicionados pela projeção do encosto.

Figura 65 - Banco no Parque Eduardo Couri.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2011.

Os bancos dispostos ao longo de espaços de passagens permitem que se veja o trânsito de pessoas, o que é um bom atrativo para ações que pressuponham permanência ou velocidades baixas. O tempo em que se permanece num banco depende do conforto que ele proporciona. Na Figura 66 e na Figura 67, observa-se dois bancos dispostos em situações diferentes. O banco com encosto está instalado em uma passagem com sombreamento (Figura 66) e o outro banco não possui encosto e está exposto ao sol. Cada um carrega uma potencialidade. O banco com encosto na sombra pode permitir uma permanência mais longa no verão, mas impede, a princípio, que o usuário selecione para qual lado do ambiente quer olhar. Por outro lado o banco sem encosto é mais confortável para deitar-se e tomar sol durante o inverno, mas a posição torna-se rapidamente cansativa pela falta de apoio para as costas.

Figura 66 - Banco disposto próximo à área de circulação na Praça da Liberdade.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2011.

Figura 67 - Banco disposto no espaço de passagem na Praça Raul Soares



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2011.

A disposição dos bancos pode promover a reunião ou a dispersão. Quando distribuídos em torno de uma mesa, incentivam a socialização. Na Figura 68, as jovens estão assentadas umas diante das outras. Este tipo de reunião ocorre apenas com pessoas com quem se tem intimidade. Assentar-se dessa maneira com pessoas que não se conhece pode levar estas a interagirem e se conhecerem, ou a um grande constrangimento.

Figura 68 - Mesa de xadrez no Parque Rosinha Cadar.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2011. Autoria: Mariana Amaral et al.

Na Figura 69, apesar de os bancos terem formas lineares, eles estão distribuídos de modo a formar uma concavidade. Nota-se que a implantação dos bancos está fora da área de circulação pavimentada, exatamente, para estimular a parada e evitar o desvio das pessoas que estão circulando.

Figura 69 - Bancos distribuídos em concavidade na Praça Professor Godoy Betônico.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2011. Autoria: Juliana Barretta Rizola.

A situação da Figura 70 é significativa porque mostra como os bancos lineares podem consistir situações semelhantes às de convexidades. A dupla de rapazes em segundo plano na foto está de costas para o rapaz assentado no banco disponível no primeiro plano. O rapaz assentado sozinho tem certo privilégio no que diz respeito ao campo de visão, pois ele consegue observar os dois, mas os dois não, pois lhes dão as costas.

Figura 70 - Bancos desalinhados na Praça Raul Soares.



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

O banco da Figura 71 é convexo e a repartição do arco que o conforma em duas metades permite a criação de uma divisão espacial. Quem se assenta na porção do banco registrada pela foto, não pode ver, a não ser que se vire, quem está assentado do outro lado do banco, na porção que a foto não consegue registrar.

Figura 71 - Banco convexo na Praça do Papa.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2011.

Mas, a relação entre as pessoas não é a única questão importante na escolha de onde assentar-se. Aquilo que se vê - a paisagem e as pessoas mais distantes - também é um motivador. Na Figura 72, veem-se pessoas utilizando bancos no Parque Eduardo Couri. A disposição dos bancos configura um pátio, que se encerra com um talude que dá acesso a duas pistas de caminhada e logo depois ao lago gerado pela barragem Santa Lúcia.

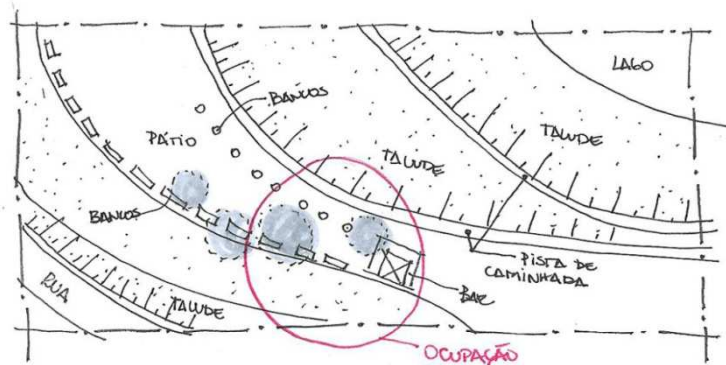
Figura 72 - Usuários no Parque Eduardo Couri.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2012.

A vista é aprazível devido à diferença de altimetria. Isto, somado ao fato de ser um ponto do parque com arborização de copa mais densa e a proximidade de um bar, permite concluir que é comum às pessoas distribuírem-se num espaço mais amplo executando atividades diversas nesta microlocalidade - assentar-se, passear com o cão, etc. (Figura 73).

Figura 73 - Planta esquemática da região próxima ao bar do Parque Eduardo Couri.



Fonte: Elaborado pela autora, 2011.

Pode-se dizer que as ações que estão retratadas na têm os seguintes graus de cada componente (Tabela 2):

Tabela 2 - Tabela comparativa entre as componentes de ações encontradas no Parque Eduardo Couri

Ação	Velocidade	Espacialização	Visibilidade
Assentar-se	Lenta <input type="checkbox"/> <input checked="" type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> Rápida	Restrita <input type="checkbox"/> <input checked="" type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> Aberta	Oculto <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input checked="" type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> Visível
Passear com o cão	Lenta <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input checked="" type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> Rápida	Restrita <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input checked="" type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> Aberta	Oculto <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input checked="" type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> Visível

Fonte: Elaborado pela autora, 2011.

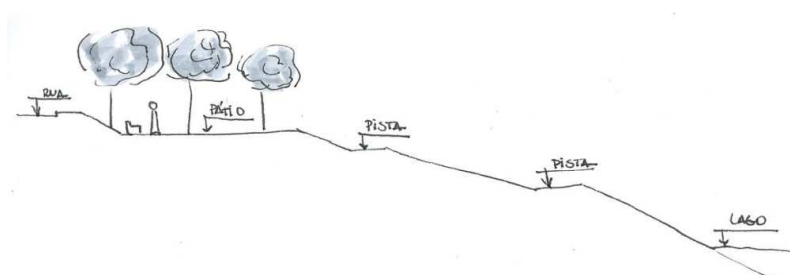
A ação de assentar-se significa que a pessoa permanecerá em repouso e realizará pequenos movimentos dentro do espaço que ocupa no banco. Por outro lado, o passeio com o cão tem um nível de agitação maior, pois o animal se movimenta desordenadamente, em alguns momentos de excitação. Em função do comportamento do cão, o dono pode ser levado a se movimentar, mas no caso da foto, essa atividade tem um grau de restrição significativo, pois os animais não se encontravam agitados. Quanto à espacialização, ela ocorre, de certa maneira, em função da velocidade das atividades, que por serem ações individuais, ocupam pequenas porções espaciais. Quanto à visibilidade, as pessoas parecem não estar muito dispostas a serem vistas. Tanto as que estão assentadas, como as que passeiam com os cães não mostram uma necessidade de serem vistas e por esta razão escolhem esta porção do parque.

As ações são compatíveis entre si e com o lugar na medida em que não atingem velocidades muito altas e podem acontecer em espaços com dimensões similares. Existem diferenças óbvias entre passear com um cão e observar a paisagem, mas neste caso específico, a componente de visibilidade de cada uma das ações sofre alterações muito pequenas, já que elas estão locadas em um mesmo lugar. Neste caso, as características ambientais ligadas às dimensões físicas, a iluminação e a alteração do relevo cria uma microespacialidade com características de abrigo seguro.

Apesar de os bancos conformarem um pátio largo, os usuários escolheram um ponto em que ocorre o estreitamento deste pátio e a presença do bar, que é mais um elemento responsável pela construção de uma concavidade, ou ponto de aglomeração no espaço (Figura 73). O resto do pátio também está exposto à insolação direta, o que não ocorre neste ponto, dada a densidade da copa das árvores que o sombreiam, tornando a temperatura agradável em dias de calor.

Ainda sobre a situação ilustrada na Figura 73, como última característica importante da espacialidade da microlocalidade em questão, destaca-se a diferença de níveis entre a rua, que estabelece o limite do parque, e as pistas de caminhada, que ocorrem em pontos mais baixos do terreno (Figura 74). Estes dois elementos - rua e pista de caminhada - são limites da área ocupada. Já o desnível é o que permite às pessoas que estão no pátio (platô) ter uma visão mais ampla do lugar.

Figura 74 - Corte esquemático da região próxima ao bar do Parque Eduardo Couri.



Fonte: Elaborado pela autora, 2011.

Simulando-se uma nova situação, as condições tornam-se totalmente diferente. Caso essas pessoas se instalassem nesse mesmo pátio, mas do outro lado (ao fundo da Figura 72) as condições ambientais alterariam significativamente o modo com que agiriam. Nesta outra microespacialidade, a exposição ao sol e a observadores é muito maior. A insolação direta, pela falta de arborização, somada à própria amplitude do pátio deixa o usuário em uma situação em que pode ser observado de vários pontos. A diferença de nível em relação à pista de caminhada e à rua começa a diminuir, aumentando o contato visual, e a ausência dos troncos das árvores também significa ausência de barreiras físicas, o que aumenta a permeabilidade no nível de visão do observador e a diversidade de caminhos e fluxos.

É exatamente pelo espaço permitir uma maior visibilidade que sorveteiros e vendedores de outros quitutes preferem circular e permanecer pequenos intervalos de tempo neste lado do pátio. A componente visibilidade, neste caso, interfere diretamente na escolha do local e no sucesso da venda (Figura 75).

Figura 75 - Sorveteiro no Parque Eduardo Couri.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2011.

Em situações espaciais semelhantes, outros sorveteiros ocupam o espaço livre em pontos estratégicos para serem avistados de longe. Na Praça Carlos Chagas, Figura 76 retrata um dos pátios da praça, que configura uma microespacialidade bastante complexa.

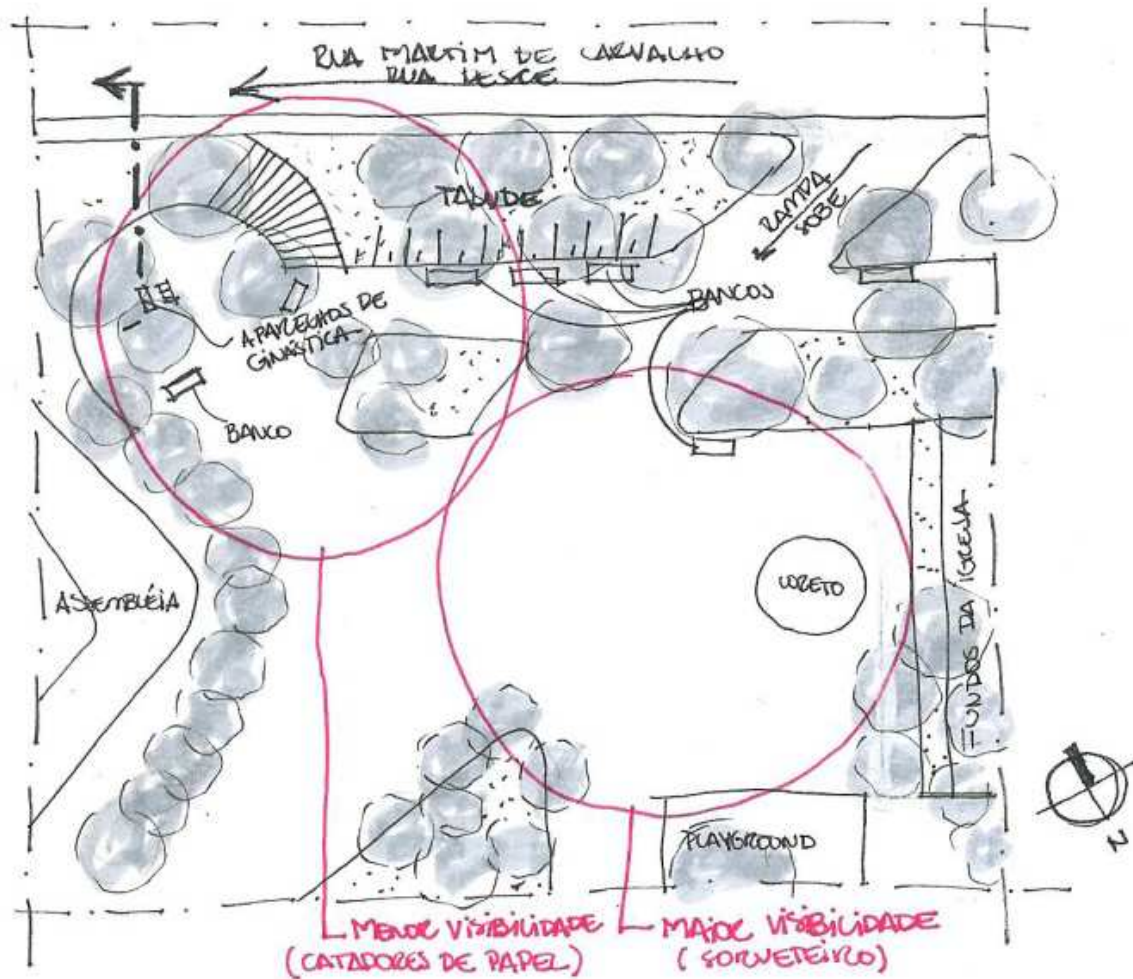
Figura 76 - Sorveteiro próximo ao coreto da Praça Carlos Chagas.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2011.

A conformação da microlocalidade acontece da seguinte maneira: ao fundo do coreto tem-se a Igreja de Nossa Senhora de Fátima que, na verdade, dá as costas para este pátio. À direita do coreto, fora da área da foto, está localizado o playground, um dos pontos mais movimentados da praça. Diante do coreto, tem-se a entrada do prédio da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. E, à esquerda do coreto, uma área ajardinada que separa a rua (num nível mais baixo) do espaço de caminhamento dentro da praça (Figura 77)

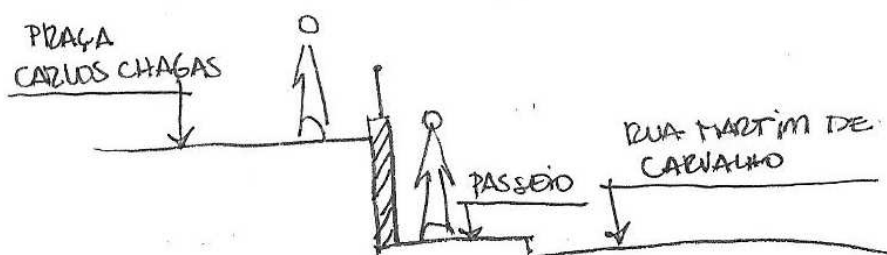
Figura 77 - Planta esquemática da região representada pelas Figura 75 e 69. A seta indica a seção esquemática da Figura 78.



Fonte: Elaborado pela autora, 2011.

Quanto às condições espaciais, têm-se características diferentes. No centro do pátio, a insolação é direta, caracterizando quase uma clareira na massa de árvores. Nas bordas próximas à Rua Martim de Carvalho, dado o desnível existente entre o passeio e a praça (Figura 78), e somado ao sombreamento dado pelas copas densas das árvores, configura-se um espaço um pouco mais isolado tanto quanto à visibilidade quanto à circulação. O muro de arrimo distancia os pedestres que circulam no passeio ao redor da praça.

Figura 78 - Corte esquemático da região ocupada por moradores de rua na Praça Carlos Chagas.



Fonte: Elaborado pela autora, 2011.

Nesta área da praça, foram implantados aparelhos de ginástica, que tem certa regularidade de uso. Porém, esta área também é a preferida dos catadores de papel, que também a frequentam (Figura 79).

Figura 79 - Foto panorâmica da região ocupada por moradores de rua na Praça Carlos Chagas.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2012.

Neste contexto, em uma mesma porção da praça, podem-se encontrar atividades com níveis da componente "visibilidade" bastante diferentes. A apropriação dos bancos na borda da praça por catadores de papel mostra uma necessidade de privacidade que se manifesta como territorialização (Figura 79), enquanto que a necessidade do sorveteiro é exatamente a oposta: a busca pela exibição da mercadoria e a instalação do carrinho em visadas e pontos estratégicos (um grande pátio, articulador entre a entrada do prédio da Assembleia Legislativa e o Playground) dispostos entre pontos de acumulação de pessoas ou grandes fluxos. Ele busca estar visível aos transeuntes e aos pais que vigiam os filhos brincando.

No Parque Juscelino Kubitschek, a conformação de dois grandes pátios de forma circular atrai, aos finais de semana, crianças e adultos que praticam esportes sobre rodas. É comum encontrar skatistas, patinadores, crianças com velotrol, motos elétricas, patinetes ou bicicletas. Obviamente, as velocidades de cada ação e o grau de espacialidade são distintos, uma vez que a própria diferença de idades implica que cada usuário tenha um ritmo biológico e uma limitação motora. Isso significa somas diferentes de intensidade sob influência de cada componente sobre a ação final, resultando, às vezes, em formas muito diversas da mesma prática desportiva. No entanto, essas ações, que poderiam, a princípio, se repelir, convivem em uma mesma microlocalidade dentro do Parque Juscelino Kubitschek.

Na foto a seguir (Figura 80) uma criança de idade entre 10 a 13 anos anda de skate. Observando-se o fato *in loco*, percebe-se que a escolha do espaço utilizado não acontece por acaso.

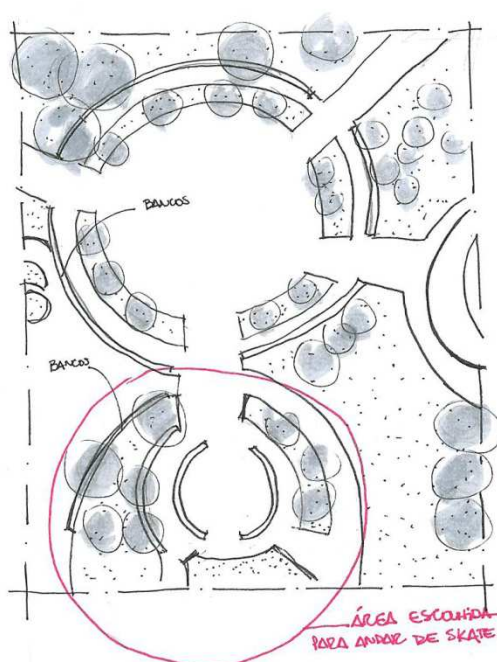
Figura 80 - Pátio da Parque Juscelino Kubitscheck



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2012.

O Parque possui dois grandes pátios circulares (Figura 81), que, a princípio, possuindo o mesmo tipo de pavimentação, permitiria os dois serem utilizados com a mesma finalidade. Entretanto, têm-se algumas condições que, somadas, configuram porções espaciais muito particulares. O pátio maior está localizado bem próximo à Avenida Bandeirantes, que dá acesso ao parque. O trânsito intenso e a baixa densidade da vegetação que faz a transição da rua para o parque permite uma permeabilidade visual significativa para quem passa. Esse pátio circular possui um diâmetro maior e a disposição dos bancos na borda externa do círculo que o configura afasta um pouco o público observador. Em contrapartida, o pátio circular com menor diâmetro está mais longe da rua e possui bancos mais próximos do centro, o que permite ao usuário do pátio manter uma relação visual de maior proximidade com quem o observa.

Figura 81 - A disposição dos pátios configura condições espaciais diferentes. A Avenida Bandeirantes está fora do desenho na parte superior.



Fonte: Elaborado pela autora, 2011.

Esta condição cria duas situações antagônicas quanto ao que diz respeito à componente visibilidade na ação de andar de skate. Na primeira situação, ao escolher o espaço que está longe dos olhos dos transeuntes que não utilizam a praça para permanência, o usuário demonstra a necessidade de certa privacidade. Há uma restrição do público. O círculo menor é onde os pais e amigos se aglomeram encontrando locais confortáveis nos bancos próximos para observar os filhos. Por outro lado, a situação se inverte, quando há a vontade de ser visto. Quando o usuário está motivado pelo exibicionismo, a escolha melhor é o pátio maior, onde há a visão de pessoas conhecidas, que podem estar assentadas nos bancos mais distantes, mas também há pessoas desconhecidas, aquelas que apenas passam pela rua ou utilizam as bordas do parque.

Em uma situação semelhante, adolescentes praticam o *Bicycle MotoCross* (BMX), na Praça Israel Pinheiro (Figura 82).

Figura 82 - Rapaz praticando BMX na Praça Israel Pinheiro.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2012.

A ação consiste em utilizar a bicicleta como suporte para manobras alternativas, que não o uso do objeto como veículo de transporte. São manobras comuns: a inversão da posição do ciclista, assentando-se no guidão; o deslocamento em apenas uma roda; e saltos sobre obstáculos. Do mesmo modo que no Parque Juscelino Kubitschek, a escolha do local não é aleatória. No caso em questão, os adolescentes escolhem uma rua fechada para a circulação de veículos (Figura 83).

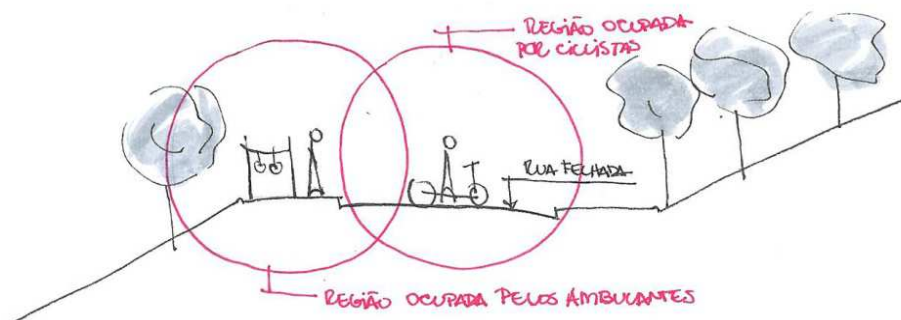
Figura 83 - Vista aérea da região da Praça Israel Pinheiro utilizada como espaço para a prática de BMX. A seta indica a região do corte esquemático da Figura 84.



Fonte: Disponível em: <<http://maps.google.com.br/>>. Visitado em: 02/04/2012.

De acordo com os próprios adolescentes, a área é apropriada, pois o asfalto permite a aderência ideal do pneu da bicicleta, permitindo fazer manobras com maior precisão. Essa condição é pré-requisito para que a ação ocorra, mas avaliando o fato de outro ângulo, nota-se que a rua fechada também é adequada na medida em que é um ponto de aglomeração de ambulantes por ser um ponto central no terreno ocupado pela praça (Figura 84).

Figura 84 - Corte esquemático da região da Praça Israel Pinheiro utilizada como espaço para a prática de BMX.



Fonte: Elaborado pela autora, 2011.

A visibilidade tanto de quem está num nível abaixo quanto de quem está acima permite aos vendedores exibirem suas mercadorias, o que atrai a circulação de pessoas e conseqüentemente espectadores para os ciclistas.

Figura 85 - Jovens Praticando BMX na Praça Israel Pinheiro.



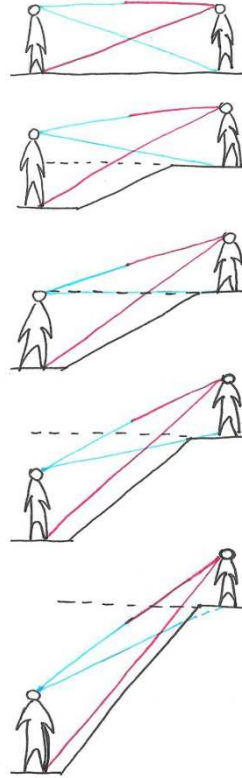
Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2012.

Nota: Na Figura 85, é possível observar curiosos espiando o grupo de adolescentes. Os observadores estão situados no lado do passeio que também é ocupado pelos ambulantes.

Nos dois casos citados - no pátio circular do Parque Juscelino Kubitschek ou na rua fechada da Praça Israel Pinheiro - existe certo ar de exibicionismo, mas os locais escolhidos para a prática do esporte acabam por selecionar o tipo de público, dando força à importância da componente visibilidade para a prática da ação. No Parque Juscelino Kubitschek, a seleção ocorre a partir do momento que se opta por um local afastado da rua e cercado de bancos próximos. E na Praça Israel Pinheiro, quando se escolhe um espaço cercado de vendedores, o que atrai fluxos de pessoas e permite a aglomeração de curiosos.

Na Figura 86, nota-se que à medida que a diferença de altura entre os planos que as pessoas ocupam vai aumentando, o campo de visão da pessoa à esquerda vai diminuindo e o da direita vai aumentando.

Figura 86 - Estudo de variação do campo de visão de acordo com a diferença de altura.

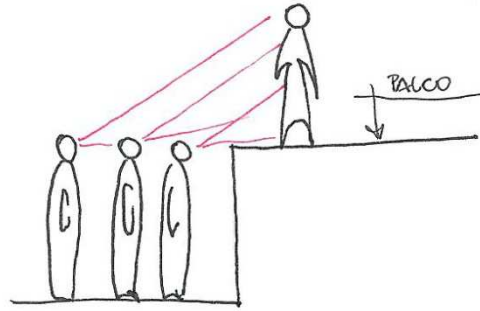


Fonte: Elaborado pela autora, 2011.

Na situação em que as pessoas estão no mesmo nível, elas podem se ver por completo e a interação não pressupõe hierarquia. Na situação em que o desnível atinge mais ou menos a altura da cintura da pessoa da esquerda, já se inicia um processo de hierarquização. A pessoa da direita olha a pessoas da esquerda de cima, uma visada que pode inclusive conotar poder, caso seja esta a intenção do projetista ao criar o desnível. Este tipo de solução é utilizado por artistas plásticos quando esculpem pessoas importantes, por exemplo. É comum ver bustos de reis e políticos expostos sobre palanques e bases de concreto, para que o observado se sinta intimidado pela figura.

Na situação em que a diferença de nível atinge aproximadamente a altura da pessoa da esquerda, a pessoa da direita passa ser muito mais visível. Este tipo de relação é utilizada, por exemplo, com a montagem de palcos em espaços abertos. Estando a pessoa da direita nesta altura, ela pode ser avistada por aquelas que acompanham o show no nível mais baixo e não estão na primeira fila (Figura 87).

Figura 87 - Estudo de visibilidade em relação a um palco.



Fonte: Elaborado pela autora, 2011.

Nas outras duas situações seguintes, em que a diferença de altura entre as pessoas chega a uma vez e meia e duas vezes a altura da pessoa da esquerda, nota-se que ocorre uma redução significativa da possibilidade da interação entre as pessoas. Na situação em que a diferença é maior, observa-se inclusive a dificuldade de ver a pessoa a direita de corpo todo e aquilo que está atrás dela.

A diferença de nível cria situações de visibilidade tão significativamente diferentes, que no caso da Praça Israel Pinheiro, ela chega a configurar uma possibilidade de controle da vida alheia.

Figura 88 - Talude na Praça Israel Pinheiro.

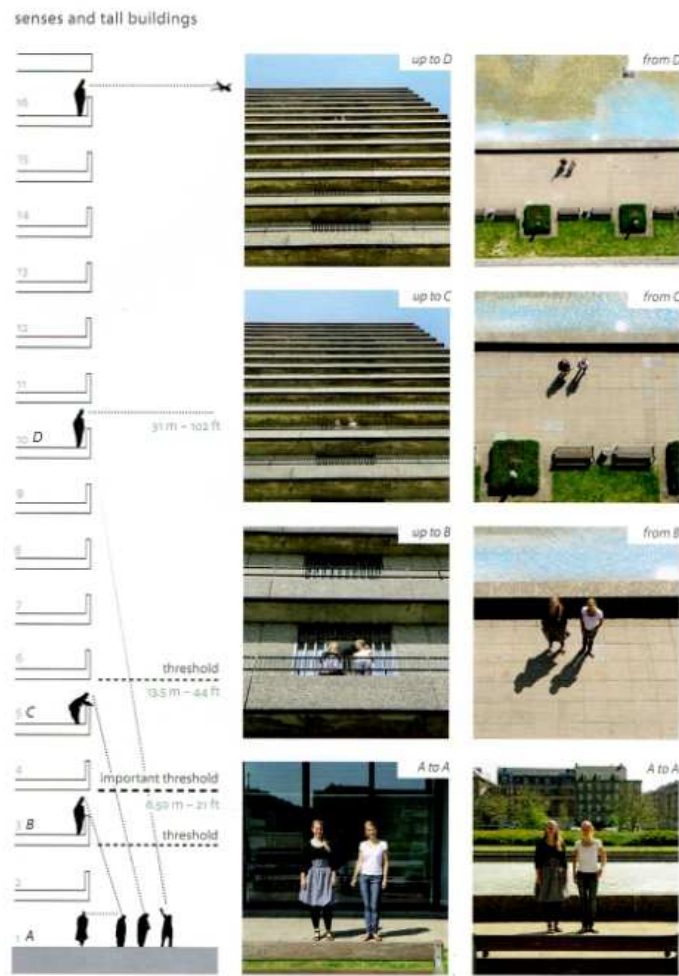


Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2012.

Nota: A Figura 88, mostra o grande talude que interliga dois platôs na parte mais alta da praça. Esta diferença de altura cria um isolamento acústico e físico entre indivíduos posicionados em cada platô - o superior e o inferior. As limitações impostas pela característica espaciais resultam em situações de visibilidade diferentes.

Sobre as relações visuais estabelecidas entre indivíduos situados em cotas altimétricas diferentes, Ghel (2010) faz um estudo de como as pessoas veem e como são vistas desde as varandas dos prédios e as calçadas (Figura 89).

Figura 89 - Estudo de visibilidade de acordo com a variação da altura de um edifício.



Fonte: GHKL, 2010, p. 40.

O estudo feito por Ghel mostra que à medida que a altura vai aumentando, vão se estabelecendo menos relações de interação com a rua, até que se perca o contato auditivo e visual direto. Diz-se que a relação direta de interação com a rua é obtida até por volta do quarto ou quinto andar, a partir daí a interação passa a ser mais visual baseada em movimentos e menos nas expressões faciais.

Na situação descrita na Praça Israel Pinheiro, a relação visual baseada na diferença de altura aproxima-se das condições da situação ilustrada pela Figura 89B, ponto limítrofe entre a boa e a má leitura das expressões faciais e gestos menos expansivos dos usuários que se observa.

Na Praça Israel Pinheiro, a visão de baixo para cima, não permite dizer muito sobre o que ocorre no platô superior. Enxergam-se as pessoas posicionadas na borda do talude, mas não se pode afirmar precisamente sobre o que ocorre atrás delas.

A Figura 90 mostra a visão privilegiada de quem está localizado no platô superior. A vista panorâmica permite ao usuário observar tudo o que acontece no platô inferior, sem que quem esteja posicionado embaixo saiba o que ocorre no platô

de cima. Este princípio de observação é comumente utilizado como estratégia de projeto em construções com caráter de defesa militar. Além de ter a visão sobre a ação do inimigo, o lado atacado tem superioridade estratégica, pois possui a gravidade a seu favor nas atividades de artilharia.

Figura 90 - Vista do platô superior da Praça Israel Pinheiro.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2012.

A Figura 91 ilustra o certo fascínio humano sobre esse tipo de configuração espacial. Além da possibilidade de observar a vida alheia, é comum, a essas grandes diferenças de nível, propiciar boas visadas sobre a paisagem, o que pode tornar o desempenho de ações como conversar, namorar e tocar violão, mais agradável. Por esta razão, o casal de namorados escolheu exatamente este ponto da praça para passarem um tempo juntos.

Figura 91 - Casal de namorados na crista do talude da Praça Israel Pinheiro



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2012.

Quando afirma que a "[...] vista magnífica e paisagismo bonito não funcionam como artigos de primeira necessidade", Jacobs (2008, p. 119) nega a importância da qualidade visual dos espaços livres e desconsidera um aspecto altamente valorizado na sociedade contemporânea. Como negar no espaço público toda a estratégia de venda e consumo que bombardeia a sociedade constantemente pelos meios de comunicação? Conclui-se que o pensamento de Jacobs, talvez,

nos anos de 1960, pudesse ser pertinente, mas tornou-se pouco aplicável diante de uma realidade atual em que o sentido da visão prepondera sobre os outros que compõem a percepção humana.

Neste sentido, a paisagem pode ser um motivador para a permanência das pessoas em determinado local. A Praça Israel Pinheiro é um mirante natural, que permite observar a cidade de Belo Horizonte se esparramando pelo sítio. É comum encontrar pessoas que visitam a praça para praticar a atividade de "observar o horizonte".

A Figura 92 mostra a paisagem que se avista estando no platô da Praça Israel Pinheiro ocupado pelo casal de namorados citado anteriormente.

Figura 92 - Paisagem avistada da Praça Israel Pinheiro.



Fonte: Disponível em <http://www.flickr.com/photos/mveado/2333065671/sizes/m/in/photostream/>

Algumas ações intimistas como o namoro buscam o esconderijo aos olhos de outras pessoas. Dentro das duas possibilidades da Praça Israel Pinheiro, o platô inferior ou o superior, o casal da Figura 91 escolheu aquela em que há menor visibilidade ou possibilidade de controle por outras pessoas. Desse mesmo modo, é comum observar ações que exigem concentração intelectual, ou que são de caráter individual, ocorrem em locais mais protegidos de olhos curiosos.

A Figura 93, por exemplo, mostra um morador de rua dormindo próximo à Igreja de Nossa Senhora de Fátima na Praça Carlos Chagas. A área ocupada configura um "canto" nas trajetórias insinuadas pelos caminhos que compõem a pavimentação da praça.

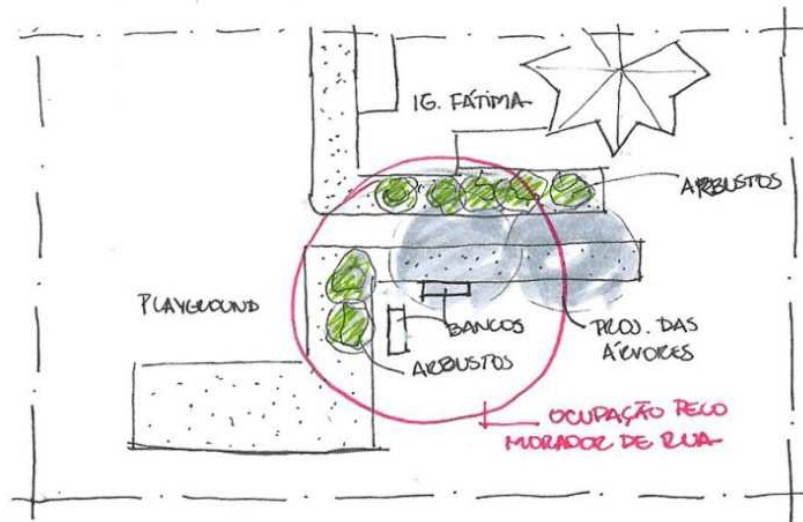
Figura 93 - Morador de Rua da Praça Carlos Chagas



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2012.

Ao fundo da foto, observa-se uma massa significativa de arbustos que está plantada ao lado do edifício da igreja. Essa massa vegetal direciona o fluxo de pedestres para a entrada da Igreja que acontece a aproximadamente dez metros a frente diante de um pátio amplo. Mais próximo ao banco, num plano intermediário da foto, tem-se outra massa vegetal, que desta vez, separa os bancos ocupados do playground, que está à esquerda do espaço fora da foto (Figura 94).

Figura 94 - Planta esquemática da região ocupada por morador de rua da Praça Carlos Chagas

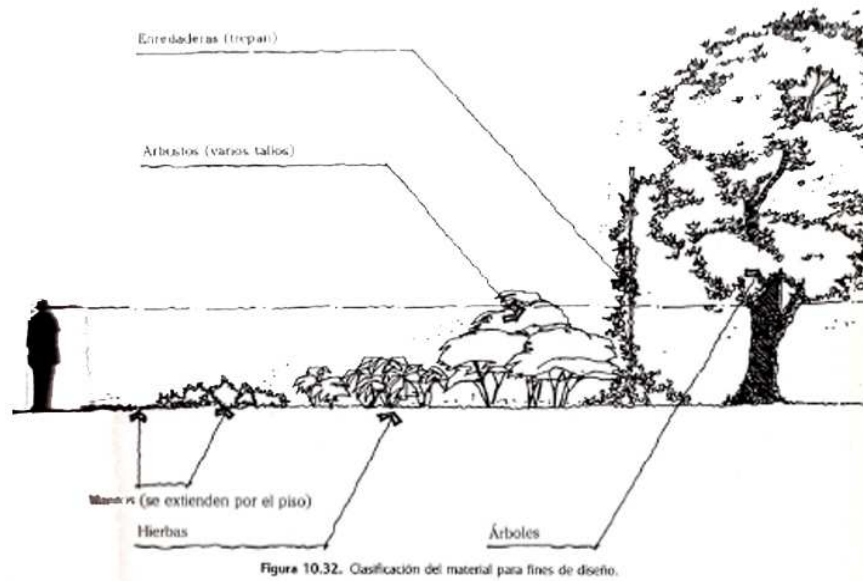


Fonte: Elaborado pela autora, 2011.

A vegetação arbustiva, somada à sombra provocada pela copa das árvores, gera um espaço menos iluminado diante da grande quantidade de luz presente em outras áreas não protegidas do mesmo modo na praça. Esse fato, somado à baixa circulação de pessoas, gera um espaço ideal para o descanso.

Sobre as escalas de massas de vegetação, Béker (1997) ilustra as diferentes alturas de barreira que se pode estabelecer com o uso de plantas.

Figura 95 - Estudo de visibilidade relacionado à volumetria da vegetação.



Fonte: BÉKER, 1997, p. 121.

Nota: A Figura 95 mostra como o porte de cada espécie é importante para permitir ou impedir a relação visual. As plantas do tipo forração (com variação de altura até 20 cm de altura) e ervas (com altura entre 20 e 60 cm) são importantes para a criação de barreiras físicas, pois geralmente impedem o trânsito de pessoas sobre os canteiros.

As arbustivas, ao contrário das forrações e ervas, impedem a transposição por criarem sebes e cercas-vivas. As sebes podem ser barreiras visuais para pessoas assentadas e ao mesmo tempo não serem para quem está de pé, já que possuem uma relação de altura aproximada com guarda-corpos. Quando há a necessidade projetual de isolamento visual efetivo, opta-se pelo uso de arbustos em forma de cerca-via, quando podem impedir a visão tanto de quem passa como de quem está assentado.

Béker insere também as trepadeiras dispostas em alambrados como mais uma destas ferramentas de isolamento de privacidade. As plantas podem permitir, dependendo da densidade de folhagem da espécie, mais ou menos visibilidade, o que pode resultar em condições ambientais diferentes para cada ambiente. O uso da trepadeira sobre o alambrado diminui a conotação de ruptura espacial rígida e impositiva. A vegetação, geralmente, causa no usuário a sensação de alargamento do espaço, ao contrário de muros de concreto e grades.

Por último, o autor mostra a relação de proporção entre o corpo humano e a vegetação arbórea, que pode ocupar tanto o papel de barreira física (quando disposta em grupos maiores), ou de proteção (quando disposta de modo mais isolado).

O sombreamento das árvores é sempre um bom artifício para a criação de intimidade. Mesmo que a copa não signifique um limite demarcado espacialmente, sua projeção cria o limite psicológico e diferencia regiões. Estes perímetros podem acabar se tornando limites territoriais instintivos quando se trata do espaço livre.

Não dificilmente, encontram-se "donos da sombra", sorveteiros, ambulantes, ou pessoas que ocupam de modo prolongado ou contínuo áreas sombreadas em praças ou parques públicos. Essa ação territorial, mostra que aquela porção espacial está sob a influência de alguém. Nestes casos, a "linha imaginária" entre o "território individual" e o resto do espaço público é um demarcador espacial.

Uma situação semelhante a essa ocorre com moradores de rua na Praça Raul Soares (Figura 96). O volume da vegetação torna-se uma barreira de circulação e um aparato para impedir a visão de quem circula nas proximidades. A vegetação, neste caso, faz o papel de divisória, configurando um limite bem marcado (de um lado e do outro lado do arbusto).

Figura 96 - Moradores de rua na Praça Raul Soares.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2012.

Ainda na Praça Raul Soares, a vegetação é utilizada mais uma vez como construtora de espaços mais íntimos, como é o caso da situação retratada pela Figura 97. Neste caso, a vegetação também serve como barreira visual para o casal de namorados.

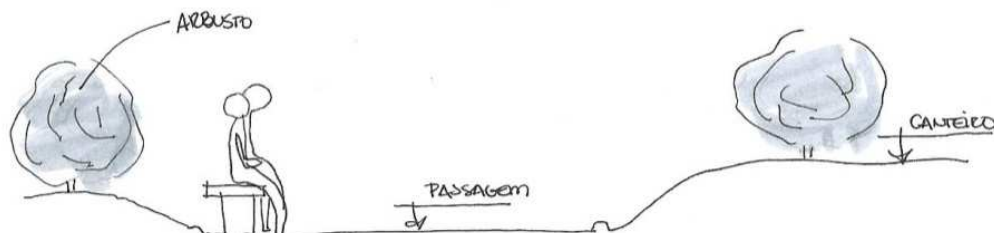
Figura 97 - Casal de namorados na Praça Raul Soares.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2012.

Neste caso especificamente, além dos arbustos a elevação dos canteiros em relação ao nível da passagem também contribui para a configuração de um espaço mais limitado (Figura 98).

Figura 98 - Corte esquemático da região ocupada por um casal na Praça Raul Soares



Fonte: Elaborado pela autora, 2011.

Os locais adequados ao namoro, não necessariamente configuram espaços isolados ou escondidos. Algumas pessoas entendem que a intimidade pode ser conseguida mesmo em meio a uma grande quantidade de pessoas como é o caso do casal da Figura 99. Nesta situação, o casal encontra-se no meio do *playground* da Praça Carlos Chagas e pode ser confundido com o resto das pessoas ou passar despercebido no meio da grande agitação das crianças. Apesar de estarem assentados em um local sob a vista de outras pessoas, a cobertura vegetal e o sombreamento causado por ela qualifica o espaço como uma área protegida e permite que se atinja certo grau de visibilidade na prática da ação. Neste caso, a visibilidade é diminuída pela velocidade de ação dos outros usuários que estão em volta do casal.

Figura 99 - Casal de namorados na Praça Carlos Chagas.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2012.

Na Figura 100, observa-se, mais uma vez, a vegetação funcionando como barreira visual e espacial, pela criação de pequenos nichos adequados às ações que primam pela discricção. Os rapazes conversam na Praça Israel Pinheiro, sem maiores ambições de interação com outras pessoas. Eles encontram um nicho conformado pela disposição em triângulo das árvores, duas de maior altura e uma que ainda está se desenvolvendo. Caso não fosse o olhar direcionado do fotógrafo, provavelmente, tal atividade passaria despercebida na paisagem da praça.

Figura 100 - Rapazes sob a sombra de uma árvore na Praça Israel Pinheiro.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2012.

Na Figura 101, agora na Praça Raul Soares, a moça se encolhe nos sulcos da raiz de um flamboyant. A forma das raízes lhe parece tão convidativa, que ela encontra ali um espaço confortável para o descanso. A permanência isolada, nos leva a crer que ela passa por um momento de reflexão individual ou de relaxamento, o que condiz com a proteção promovida pela condição espacial escolhida.

Figura 101 - Moça acomodada nas raízes de uma árvore na Praça Raul Soares.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2012.

A árvore em questão encontra-se no centro de um dos canteiros da praça, cercada de arbustos que também interferem na visão dos transeuntes. Essas características do espaço permitem que a moça tenha privacidade mesmo estando em um espaço livre com grande intensidade de circulação de pessoas e veículos.

Nos casos relatado o aspecto mais significativo é a sensação de privacidade mesmo que os usuários estejam sendo vistos por outras pessoas. O fato de sentirem-se à vontade depende diretamente das condições espaciais em que se encontram.

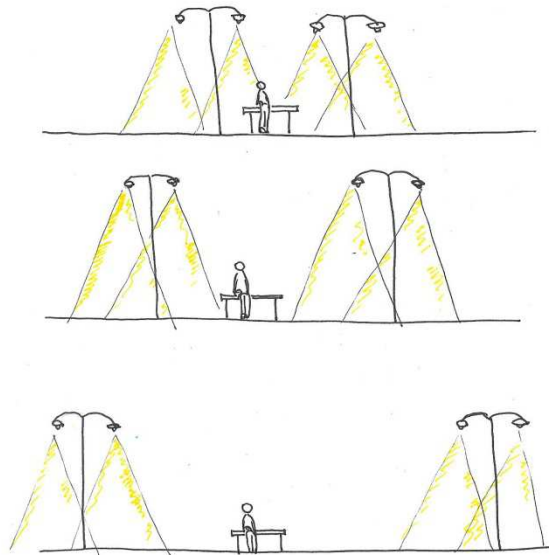
Outra característica espacial que pode influenciar a visibilidade do espaço é a iluminação, principalmente a artificial. É comum dividir a iluminação das áreas externas em três tipos: a geral, a de balizamento e a de destaque. A iluminação

geral é feita de cima para baixo, por meio de postes e arandelas e tem como objetivo permitir que se perceba o espaço como um todo. A iluminação de balizamento serve para a marcação de caminhos e é executada com postes baixos e com arandelas baixas. E, a iluminação de destaque é aquela que se utiliza para a valorização da vegetação e elementos construídos como: edificações, fontes, estátuas, etc.

Para planejar uma iluminação de espaço livre, tem-se em mente que há uma relação de proporção para a distribuição dos pontos de luz que diz respeito à área de abrangência do ponto e a intensidade da lâmpada. Sendo assim, podem-se criar diversos efeitos no ambiente utilizando esta relação.

A Figura 102 mostra como se pode interferir na componente visibilidade ao se criar áreas muito iluminadas ou pouco iluminadas.

Figura 102 - Estudo de visibilidade em relação à distribuição dos cones de luz projetados por postes de iluminação.



Fonte: Elaborado pela autora, 2011.

Na primeira situação a pessoa está muito visível, pois se considerando a escuridão da noite, ela se encontra muito iluminada e, por isso, poderá ser avistada sem grandes problemas. Na segunda situação, a pessoa se encontra já numa área de penumbra, o que lhe atribui maior intimidade. Seria, por exemplo, um local ideal para um casal de namorados. Na terceira situação, a pessoa já se encontra em uma área escura, e pode inclusive, dependendo da intensidade da iluminação e do período da noite, não ser avistada com facilidade.

A interação dos elementos, que cria a possibilidade de ver e ser visto, é, de modo geral, que permitem às pessoas estarem em destaque ou se resguardarem. Como observado nos exemplos, nota-se que a decisão projetual de criar espaços em que estes elementos se articulem de maneira variada é o que permitirá ao usuário escolher a posição que mais lhe interessa para a prática de suas ações.

3.2 A influência das condições físico-ambientais sobre a componente velocidade

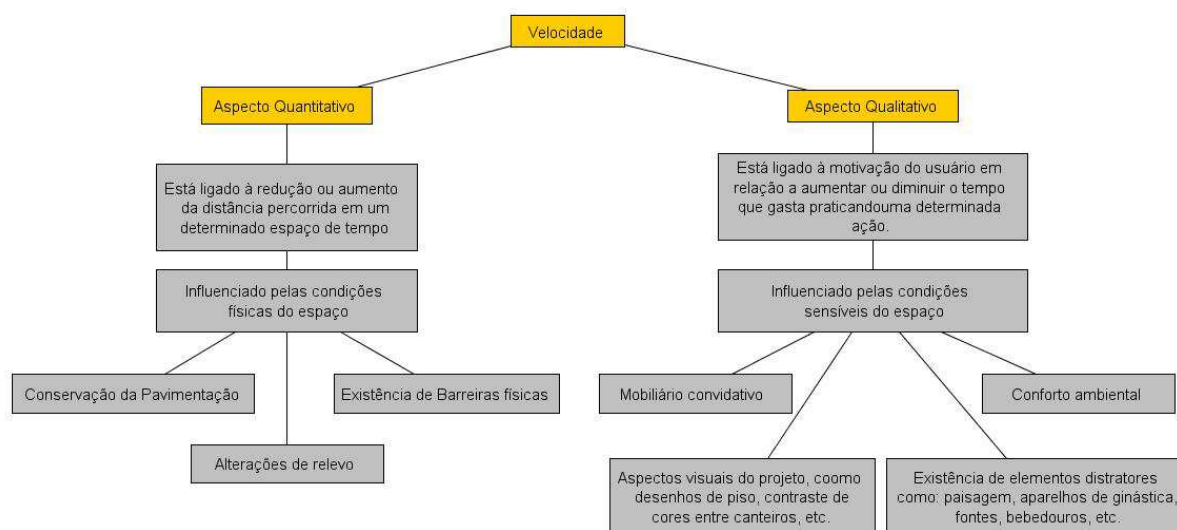
A componente velocidade é aquela que determina a variação do tempo de execução da ação, podendo ser classificada em seus extremos como rápida ou lenta. Ela pode ser intrínseca ao ato praticado, como quando, por exemplo, trata-se do ato de correr. Não se pode correr sem movimentar-se rapidamente. Ou pode esta também, relacionada a um aspecto perceptivo, como quando se espera por alguém. Quando o ponto de encontro é um local agradável, esperar pode ser uma ação prazerosa ou não. Esperar no sol ou em um local em que não se sente seguro pode causar ansiedade e o desejo de sair do estado de repouso. Por outro lado, quando se está distraído com uma bela paisagem, os minutos e segundos contados pelo relógio não são importantes o que pode despertar no usuário o desejo de manter-se em repouso.

Essa diferença de relação com o espaço baseia-se em concepções temporais distintas. Uma, que depende da passagem do tempo matemático, contado em segundos, minutos e horas, com precisão dada pelo relógio, chamada de tempo cronológico, e outra que depende de uma interpretação psicológica individual de percepção da sucessão de momentos e instantes (adimensionais), chamada de tempo psicológico.

Quando relacionada ao tempo cronológico, a velocidade é uma componente quantitativa, pois pode ser dimensionada. Quando relacionada a aspectos psicológicos, como por exemplo, a vontade do usuário de desfrutar das características ambientais de espaço, a velocidade é qualitativa, pois depende de fatores subjetivos determinados por parte de quem vivencia a ação.

O fluxograma (Figura 103) ajuda a compreender como estes aspectos se relacionam.

Figura 103 - Fluxograma analítico das diferenças entre aspectos qualitativos e quantitativos da velocidade.



Fonte: Elaborado pela autora, 2011.

De acordo com o fluxograma a cima, a velocidade tem aspectos quantitativos e qualitativos. O aspecto quantitativo é a velocidade estudada pela física, a relação matemática estabelecida entre o deslocamento em metros dividida pelo tempo (cronológico) gasto. Sendo assim, se a velocidade quantitativa se relaciona ao deslocamento, todas as barreiras físicas do espaço, como por exemplo, a conservação da pavimentação, as alterações de declividade e outras características físico-ambientais que podem aumentar ou reduzir o tempo cronológico de movimentação do usuário são aspectos de influência significativa sobre a componente velocidade. Já o aspecto qualitativo da velocidade está ligado à motivação do usuário e não pode ser dimensionado por nenhum tipo de unidade matemática. Estão diretamente ligados às condições espaciais sensíveis, que estão mais próximas da psicologia da percepção, tais como: se o mobiliário é confortável, se existem elementos atrativos a serem admirados, se os contrastes de cores e formas do projeto são atrativos visualmente e as condições de conforto ambiental são agradáveis.

Diversas características podem influenciar a velocidade de uma ação. Caminhos muito direcionados ou estreitos, por exemplo, eliminam a possibilidade de permanência e levam o usuário à circulação rápida, no ímpeto de evitar atrapalhar o trânsito de outras pessoas. À medida que o caminho vai se alargando, podem-se inserir bancos, bebedouros e outros elementos que levem à parada durante o percurso, e convidando as pessoas a ações menos preocupadas com o quanto de tempo (cronológico).

Quanto à velocidade qualitativa, a distância psicológica e a distância real são relativas quando se criam distrações ao longo do caminho. Pessoas podem caminhar grandes distâncias sem perceber o quão longe foram distraídas por vitrines, casario, arborização urbana, etc. Os caminhos naturais e preexistentes devem ser respeitados, pois forçar a caminhada em locais mais íngremes é desconsiderar as limitações dos pedestres. Neste sentido, o espaço torna-se um lugar de desempenho de ações prazerosas.

A Figura 104 mostra um caminho existente no Parque Rosinha Cadar. A pavimentação é regular e propícia a um deslocamento cadenciado, o que pode levar a ações de alta velocidade quantitativa. Mesmo sendo construído em curvas, existe um eixo mantido ao longo do caminho, o que significa que não existem grandes desvios de um trajeto principal. Sendo a reta a menor distância entre dois pontos, conclui-se que o percurso pode favorecer a ações de caminhamento com alta velocidade quantitativa.

Figura 104 - Caminho estreito, no Parque Rosinha Cadar.



Fonte: Arquivo pessoal da Autora, 2011. Autoria: Mariana Amaral et al.

Por outro lado, a existência de vegetação arbórea também o usuário pode ser influenciado pelos aspectos físico-ambientais do lugar e chegar à conclusão de que pode desfrutar desta caminhada, reduzindo assim sua velocidade qualitativa.

Em outro caso, na Figura 105, a dimensão do caminho é mais generosa e permite algumas ações de parada sem que haja grandes interferências para quem continua se movimentando. Por exemplo: seria possível uma mãe assentar-se no banco enquanto as crianças brincam de pular corda ou de amarelinha. Ou, um artista poderia assentar-se e desenhar sem atrapalhar quem circula. Por esta razão, existe um banco posicionado ao longo do caminho, gerando a possibilidade, para quem assentar ali, de observar o movimento de quem transita. Esta condição reduz o a velocidade qualitativa da ação, pois convida o usuário a estender seu tempo de permanência naquele local.

Figura 105 - Caminho largo na Praça Raul Soares.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2011.

A alteração das dimensões da área de caminamento pode ser interpretada, até certo ponto, como alargamento da passagem. Em dado momento, o espaço já passa a ser compreendido como um largo ou pátio, e não mais como caminho. A configuração em forma de largo permite aglomerações maiores e paradas com intervalos mais longos, além de rotas de movimentação mais livres do que a dos caminhos muito determinados. Este tipo de configuração espacial é tão fundamental para o funcionamento do espaço livre quanto à rota determinada, pois a contraposição entre as duas espacialidades pode ser o que torna o espaço apropriado a diferentes experiências. A rota mais direcionada aumenta a velocidade quantitativa da ação e reduz a velocidade qualitativa, enquanto que a circulação mais livre pode agir exatamente da forma oposta.

A Figura 106 mostra um pátio existente no Parque Rosinha Cadar. Neste lugar podem ocorrer ações de grande velocidade quantitativa, como crianças andando de patins, ou bicicleta. O fato de ação ser muito dinâmica leva a classificar a ação como uma ação de alta velocidade quantitativa, no entanto, se as crianças permanecem nesta atividade por muito tempo, conclui-se que esta é uma atividade de baixa velocidade qualitativa, pois apesar da agitação, elas se sentem atraídas a manterem-se naquele estado.

Dentro do mesmo raciocínio, uma ação de baixa velocidade quantitativa, como pessoas tomando sol, ou praticando ioga, pode também levar o usuário a querer manter-se naquela ação por muito tempo. Neste caso, tem-se baixa velocidade quantitativa e baixa velocidade qualitativa.

Figura 106 - Pátio no Parque Rosinha Cadar.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2011. Autoria: Mariana Amaral et al.

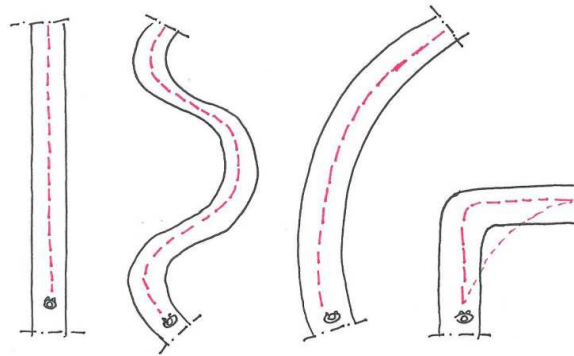
Deste modo, o conceito de rapidez para a velocidade quantitativa resume-se ao nível de movimentação das pessoas. Quanto mais rápidos os deslocamentos, maior a velocidade quantitativa; quanto mais lentos os deslocamentos menor a velocidade quantitativa. Quanto à velocidade qualitativa, quanto maior o desejo de permanecer praticando uma mesma ação, menor a velocidade qualitativa. Quanto maior a motivação para a troca de ação, maior a velocidade qualitativa.

Deste modo, pode-se utilizar estratégias de projeto que aumentem ou reduzam a velocidade. Por exemplo, num caminho com grande quantidade de desvios, quem quer desfrutar do ambiente, tem uma velocidade qualitativa baixa, mas quem se irrita com tantas curvas, sem poder chegar rápido ao destino final, tem uma velocidade qualitativa alta.

Assim, a forma do caminho também pode ser um aspecto importante na construção dos espaços. Em espaços de trânsito lento de pedestres, como em parques e outros espaços de lazer, quanto mais curvas, maior o tempo gasto no percurso e também maior o convite a ações de menor velocidade qualitativa. Mas, em espaços de grande trânsito de pedestres, como em praças que articulam grandes avenidas, o caminho curto pode causar irritabilidade e aumentar a velocidade qualitativa do usuário.

Por outro lado, o desenho dos caminhos também pode influenciar a redução ou aumento da velocidade quantitativa. O desenho dos caminhos nos mostra como este raciocínio é verdadeiro.

Figura 107 - Estudo de variações de desenho de caminhos.



Fonte: Elaborado pela autora, 2011.

Nota: A Figura 107 mostra a simulação de desenhos mais e menos tortuosos de caminhos.

Na Figura 107 primeiro caminho à esquerda é retilíneo e permite uma maior velocidade quantitativa durante a atividade de deslocamento, pois se atinge rapidamente o ponto final do trajeto. Pode-se correr, marchar, mas também caminhar lentamente, variando-se tanto a velocidade quantitativa quanto a velocidade qualitativa. O segundo caminho, em "s", mostra que o deslocamento tem um percurso maior do que o primeiro. As curvas com raios suaves e o aumento da distância leva o usuário que tem pressa a refletir se este é realmente o caminho mais eficaz para atingir o ponto desejado e tendo uma rota alternativa e retilínea, seguramente, ele optará por esta.

O terceiro caminho, com uma curva de raio maior, pode ser interpretado pelo usuário como caminho retilíneo e pode ser útil para conseguir atingir as proporções de declividade de acordo com parâmetros de acessibilidade universal sem incomodar a ação de deslocamento e sem que o usuário perceba que está vencendo uma distância maior.

O último caminho, em curva e com o raio muito pequeno, tende a ser "ignorado" quando a velocidade quantitativa da ação de deslocamento é muito grande. É muito comum ver as pessoas não reduzirem a sua velocidade para cruzar "quinas" de canteiros retangulares. Geralmente, quando são gramados, nestes pontos, os canteiros ficam ralos e com aspecto de mal cuidados devido ao pisoteio constante nos desvios ou atalhos do percurso.

Esta situação mostra um tipo de imposição do desenho sobre o que seria o caminho natural do usuário. Isto, do ponto de vista projetual, pode ser bom ou ruim, desde que se tenha em mente qual aspecto da velocidade se pretende estimular ou desestimular.

A estratégia de criação de percursos mais longos resulta em condições espaciais comumente observadas nos jardins orientais, que têm uma conotação de "lugar de reflexão". Os jardins orientais carregam o simbolismo de espaço transcendental e de local de repouso e imersão na meditação. Por esta razão, quanto mais tortuosos os caminhos, mais tempo o usuário gastará no amadurecimento de suas ideias. O projeto, neste caso, tem o objetivo de reduzir tanto a velocidade qualitativa (estimulando o usuário a permanecer mais tempo no jardim) quanto a velocidade quantitativa, (espera-se que as atividades desenvolvidas do jardim sejam de pouco deslocamento).

Figura 108 - Jardim Japonês da Fundação Zoobotânica de Belo Horizonte



Fonte: Disponível em: <<http://gl.globo.com/Sites/Especiais/Noticias/D,,MUL602414-9980,00.html>>. Visitado em: 01/04/2012.

Nota: A Figura 108 mostra o Jardim Japonês construído na Fundação Zoobotânica de Belo Horizonte, em razão da comemoração do centenário da imigração japonesa para o Brasil. Nota-se que o caminho sobre o lago tem exatamente esta conotação do desvio como elemento de aumento do percurso e consequente redução da velocidade qualitativa de desempenho da ação de atravessar o lago. Apesar de o trajeto mais óbvio ser o em linha reta, o caminho com interrupções permite ao usuário outra possibilidade de ser surpreendido. Neste caso, observa-se a criação de um tipo de espaço que é mais complexo e que tem maior interferência da ação do projetista.

No caso do jardim japonês da Fundação Zoobotânica, pode-se respeitar a proposta conceitual do projeto e percorrer o caminho mais longo, o qual o projeto induz o usuário a fazer. Mas, pode-se também decidir que o intervalo entre os dois pontos pode ser rompido saltando-se por sobre o lago.

Os mobiliários urbanos, também podem ser empregados propositalmente como barreiras que direcionam o usuário a cumprir o caminho proposto e reduzir sua velocidade quantitativa. Lixeiras, postes de iluminação e até mesmo a vegetação podem ser utilizados com impedimentos para a circulação. Nos vértices de canteiros é comum observar o plantio de arbustos mais altos, que impedem pisoteio da grama ou outros elementos com os quais a pessoa irá se chocar se fizer o trajeto que lhe parece natural. Estas medidas são, de certa forma, impositivas ao usuário, pois o impedem de ter a liberdade total de caminhar, mas são úteis no que diz respeito à conservação dos canteiros públicos, por exemplo.

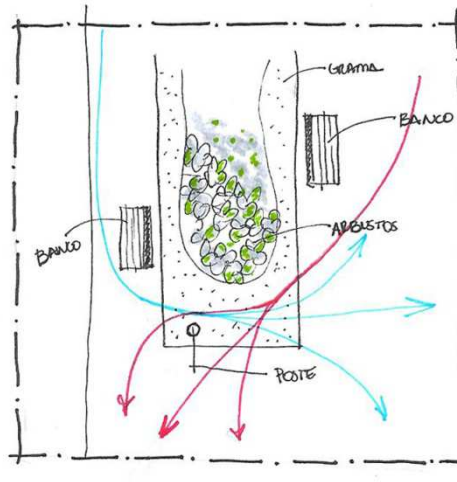
Figura 109 - Canteiro na Praça da Liberdade.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2012.

Nota: A Figura 109 mostra como esta circulação de pedestres sobre os canteiros pode ser agressiva à conservação da vegetação, principalmente à grama. Na situação registrada na Praça da Liberdade, a tentativa de impedir o pisoteio do canteiro é feita através da implantação de um banco, de vegetação arbustiva e de um poste de iluminação. Mesmo assim, a motivação do usuário de poder passar por sobre o canteiro é maior.

Figura 110 - Estudo de deslocamento de usuários sobre o canteiro da Praça da Liberdade.



Fonte: Fonte: Elaborado pela autora, 2011.

Nota: A Figura 110 mostra como os fluxos de caminhada podem ocorrer despreziosamente por sobre o canteiro, sem que nem mesmo o pedestre perceba que está obedecendo "a lei do menor esforço". Este é um exemplo de desvio de uso, pois a proposta do projeto direciona o usuário para um tipo de caminhada que não é o natural e ele insiste, a não ser que algo o impeça de fazer o que lhe convém.

Figura 111 - Canteiro da Praça da Liberdade.

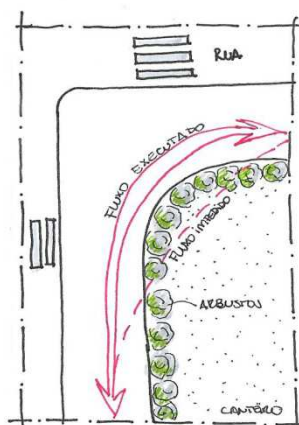


Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2012.

Nota: Na Figura 111, observa-se a situação oposta, em que a estratégia de projeto soluciona a redução da velocidade de caminhada, aumentando o trajeto do usuário e o impedindo de passar por sobre o canteiro. A bordadura do canteiro em forma de sebe, com o uso de buxinhos, cria uma barreira física não convidativa à transposição.

A ilustração a seguir (Figura 112) mostra como o fluxo natural foi impedido, impondo-se um novo trajeto ao usuário. Neste caso, o aumento do trajeto não é apenas uma imposição. Quando o usuário circula este canteiro largo, apresentado, ele pode observar elementos artísticos que estão dispostos no centro deste canteiro. Neste caso, o aumento da velocidade qualitativa tem uma razão.

Figura 112 - Estudo de deslocamento dos usuários da Praça da Liberdade.



Fonte: Elaborado pela autora, 2011.

Na **Erro! Fonte de referência não encontrada.**, também registrada na Praça da Liberdade, nota-se a mesma situação de direcionamento do trajeto, mas agora com a instalação de uma lixeira e de azaleias com a função de direcionar o usuário. Nota-se que a estratégia é eficiente, pois não existe pisoteio ou sinal de caminhar dos pedestres por sobre a grama tornando-a rala e amarelada.

A pavimentação e a declividade destes espaços também são fatores determinantes para o aumento ou redução da velocidade da ação, mas neste caso, a redução da velocidade quantitativa. Por exemplo, se uma pessoa consegue, em um piso de cimento liso, com declividade máxima de 2%, caminhar 5 km em 1 hora, caso este piso seja de areia fofa, e a declividade seja de 10%, seguramente esta relação de distância e tempo será reduzida, podendo atingir 3 km por hora, ou 1 km por hora dependendo do preparo físico do usuário.

Naturalmente, a pavimentação exerce influência significativa no conforto do pedestre. Superfícies muito rugosas, como calçadas portuguesas, causam instabilidade na caminhada, o que interfere diretamente sobre a velocidade quantitativa da ação. Por outro lado, superfícies muito lisas, quando molhadas, podem requerer maior atenção e levar o usuário a reduzir sua velocidade quantitativa.

As diferentes rugosidades relativas aos tipos de pavimentação encontrados nos espaços livres se adaptam a diferentes usos. As superfícies mais lisas são utilizadas para a prática de esportes do tipo patins e skate. De acordo com os usuários entrevistados, é preciso que o piso seja liso, mas que mantenha determinada aderência para que as rodas não percam o atrito (Figura 113 e Figura 114).

Figura 113 - Rapaz praticando skate no Parque Eduardo Couri.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2011.

Figura 114 - Rapaz patinando no Parque Eduardo Couri



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2011.

Nas Figuras 113 e 114 acima, os rapazes andam de skate e patins em um pátio revestido de cimento liso com ornamentos em tijolos cerâmicos no Parque Eduardo Couri. A escolha do local ocorre pela amplitude do pátio e pela condição da pavimentação, que permite atingir velocidades altas com o skate. A existência de um pequeno declive que funciona a favor do deslocamento no movimento de decida também é uma razão para que o local seja adequado a esta ação.

Na Figura 115, a criança anda de bicicleta no passeio externo à Praça Israel Pinheiro. A conservação do piso de cimento liso permite aderência ideal para os pneus da bicicleta, mesmo sendo um lugar com um aclave considerável que leva ao praticante da ação a ter esforço físico para pedalar de encontro ao ponto mais alto.

Figura 115 - Criança andando de bicicleta na calçada circundante à Praça do Papa.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2011.

Em outra situação, na Praça Professor Godoy Betônico, a calçada portuguesa (Figura 116), bastante utilizada pela possibilidade de criação de padrões de desenho, é aplicada como recurso compatível com o caminhamento, mas, repele usuários que queiram praticar a patinação e o skate. Em alguns casos, com a falta de manutenção, a calçada portuguesa se tornar muito irregular, apresentando falhas do calçamento, buracos, desnivelamento etc. Isso prejudica o caminhamento de mulheres com salto alto ou solados lisos, ou deficientes.

Figura 116 - Calçada portuguesa na Praça Professor Godoy Betônico.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2011. Autoria: Juliana Barretta Rizola.

Por outro lado, algumas pavimentações podem ser convidativas não só ao caminhamento, mas ao ato de assentar-se, como é o caso de caixas de areia, gramados ou pisos de borracha. A Figura 117 mostra jovens adolescentes utilizando o gramado da Praça Israel Pinheiro como lugar de socialização. Nestes casos, ocorre então, a redução da velocidade qualitativa, pois o usuário tem aumentado o ímpeto de permanecer no espaço.

Figura 117 - Adolescentes utilizando o gramado como espaço de socialização na Praça do Papa.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2011.

A sombra sob a qual as garotas se encontram é convidativa à parada, mas a vontade de assentar-se, talvez fosse diminuída por uma pavimentação que não fosse vegetal. Os espaços gramados, geralmente, são mais "delicados ao tato". Um gramado, por mais que esteja exposto há muito tempo ao sol, raramente atingirá uma temperatura que cause desconforto ao se assentar ou caminhar descalço.

Neste caso, a ação de deslocamento teria a velocidade quantitativa reduzida, pois o caminhar sobre a grama é mais instável do que o caminhar sobre outros tipos de pisos. E, considerando a grama como parte dos elementos que constituem uma condição ambiental confortável para a permanência, tem-se a velocidade qualitativa também reduzida, pois a espacialidade escolhida pelas garotas é propícia a um prolongamento do tempo de permanência.

A simples decisão projetual de utilizar este ou aquele revestimento pode acarretar um grande número de ponderações na escolha do espaço pelo usuário. Alguém que procura um espaço para executar corridas de velocidade não escolheria um espaço com piso em areia, pois a instabilidade reduz a velocidade quantitativa da ação. Por outro lado, alguém que procura correr para emagrecer, pode achar proveitoso o aumento da carga de esforço físico.

Para a solução de playgrounds, a areia pode ser um absorvente de impactos de quedas e tropeços pelas crianças, e assim assegurar que ela não se machuque. No caso de ser necessário um piso que absorva o impacto, mas tenha maior estabilidade para o caminhar, podem-se utilizar pisos de raspas de borracha, por exemplo.

Na Figura 118, o piso de raspas de pneu instalado no playground do Parque Juscelino Kubitschek garante o conforto para as crianças caso venham a sofrer alguma queda dos brinquedos.

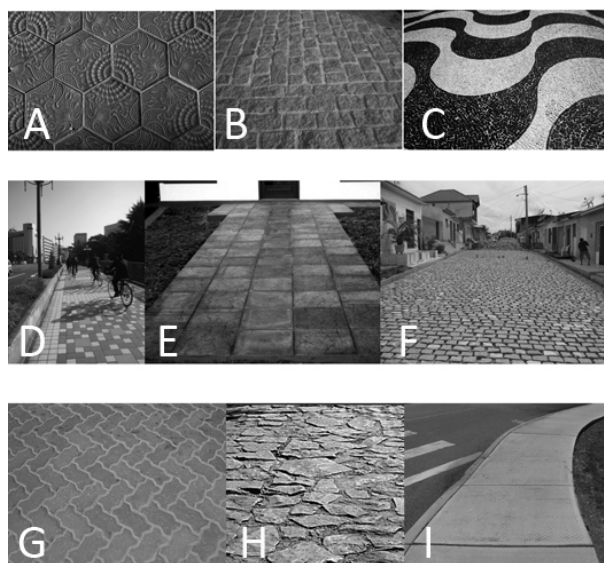
Figura 118 - O piso de raspas de pneu cobre o piso do playground evitando que as crianças se machuquem com a queda.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2011.

A textura do pavimento é também um acelerador ou redutor da velocidade da ação. Na coletânea de texturas a seguir (Figura 119) observa-se uma gama variada de revestimentos que se pode utilizar em espaços abertos. As texturas apresentadas são tipos de pavimento presentes em calçadas.

Figura 119 - Coletânea de texturas de revestimentos de pisos.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2012.

A textura da Figura 119A é um tipo de bloco pré-fabricado utilizado no Parque Guell, em Barcelona, obra do Arquiteto espanhol Antoni Gaudí. As texturas da peça e do módulo hexagonal se confundem como um único padrão e chama a atenção de quem passa pelo local. Esta foto é um registro comum de vários visitantes que passam pela região o que mostra que o motivo do piso pode ser um fator que convida à redução da velocidade qualitativa de movimentação de um turista que caminha pelo local, por exemplo. Do ponto de vista da estabilidade, o piso não interfere na ação, na medida em que não tem graus de instabilidade significativos. Sendo assim, pode ao mesmo tempo ser um estímulo para o aumento da velocidade quantitativa.

A Figura 119 D mostra um tipo de piso pré-fabricado de concreto, em placa, que utiliza pigmento para criar diferentes tonalidades de argamassa que simulam uma linguagem de pastilha. O piso está aplicado em um passeio que também é utilizado como ciclovia em Turim, Itália. Na Figura 119 G, o piso é montado em pré-fabricado de concreto e tem uma forma mais parecida com a de um tijolo cerâmico maciço e está aplicado num passeio na região do centro comercial de Belo Horizonte. E, na Figura 119 I tem-se um piso de concreto moldado *in loco*, situação que não pressupõe uma modulação como as três citadas anteriormente. O pavimento está aplicado sobre a calçada num bairro residencial na Região da Pampulha, em Belo Horizonte.

Nestes quatro casos, a princípio, a textura do piso não chama atenção, pois é um tipo de pavimentação ordinária, comumente encontrada nos centros urbanos e não influenciariam a velocidade qualitativa da ação.

Os materiais cimentícios, quando terminado o processo de fabricação, adquirem resistência e robustez, e quando implantados, sofrem pouco desgaste com o trânsito. Por isso, os tipos de pavimento A, D, G e I- são opções de pavimentação com grande estabilidade. Mas, a opção I é a que pode causar menor redução na velocidade quantitativa,

já que não possui as ranhuras e sulcos produzidos pelo encontro das peças pré-fabricadas. Talvez no caminhar, isto não seja tão importante, mas quando o usuário utiliza veículos com rodas menores, como skate, patins ou patinete, a situação da calçada faz diferença.

As Figuras 119 B, C, E, F e H, registram exemplos da aplicação de materiais naturais. A Figura 119 B representa uma pavimentação em pedra Miracema no encontro de uma entrada de garagem com o passeio em um condomínio de classe média alta, em Belo Horizonte. O revestimento é comercializado em placas e assentado com argamassa. A Figura 119 C representa uma parte da calçada portuguesa da praia de Copacabana, projetada por Roberto Burle Marx, no Rio de Janeiro. A aplicação também é em argamassa com blocos de formato aproximadamente cúbico de 3,5x3,5x3,5cm. A Figura 119 E ilustra a aplicação de placas de pedra do tipo São Tomé de aproximadamente 40x40cm na entrada de uma residência. A Figura 119 F representa uma aplicação de paralelepípedo, ou seja, pedras retangulares, cortadas em blocos de dimensões aproximadamente iguais a 15x5x5 cm, e está aplicada como calçamento de uma cidade do interior de Minas Gerais. E, a Figura 119 H ilustra um tipo de pavimentação popularmente conhecida como "caco de pedra", utilizando a pedra do tipo Outro Preto e está assentado em uma rua da cidade de Tiradentes, na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Os pisos naturais podem afetar a velocidade quantitativa, por meio da rugosidade e também podem causar redução da velocidade qualitativa por causarem algum tipo de interesse a quem caminha.

Todos os pavimentos apresentados na Figura 119 são adequados ao caminhar, mas permitem experiências diferentes ao usuário, traduzidas pelo tipo de sensação tátil, pelo tipo de barulho que se obtém ao se caminhar e pelo tipo de estabilidade da pisada que permitem. A escolha da pavimentação, então, cabe ao projetista, que é quem dá forma ao espaço. Mas, a forma de uso, será dada pela decisão do usuário, em relação à adequação ou não daquele pavimento ao que ele pretende fazer.

Alguns dos pavimentos apresentados são também adequados ao trânsito de veículos, como é o caso dos materiais das Figuras 119 B, G e H, no entanto, cada um gera trepidações ou instabilidades diferentes. Aqueles que são mais rugosos tendem a diminuir a velocidade do deslocamento, pois quanto maior a irregularidade do revestimento, maior a dificuldade de estabilizar o veículo. Aqueles mais regulares tendem a permitir ao usuário acelerar o deslocamento.

A princípio, parece uma equação simples, mas, mais uma vez, esta conclusão não pode ser generalizada sem que seja observada a condição do usuário. O piso que tem maior rugosidade reduz a velocidade quantitativa, e o que tem menor rugosidade leva ao aumento da velocidade. Mas, a rugosidade do pavimento também pode ser utilizada como acelerador da ação. No caso do deslocamento de pessoas cegas, quando guiadas por pisos podotáteis, a rugosidade gera o aumento da velocidade da ação, pois elas se sentem mais seguras ao caminhar sabendo onde podem se

deslocar sem perigo, e onde precisam estar atentas e parar antes de prosseguir. Para pessoas com a habilidade visual sem alterações, o piso podotátil pode ser um incômodo e um redutor da velocidade quantitativa, pois o caminhar sobre o relevo é desconfortável e causa instabilidade na pisada do pedestre, principalmente para idosos.

A acessibilidade tem sido uma das questões discutidas em relação à pavimentação. Com a implantação da norma NBR 9050 de 2004, foram estabelecidos parâmetros para a configuração de calçadas e espaços livres acessíveis. Uma das recomendações da legislação envolve a implantação de rebaixos em passeios, somada à implantação de sinalização podotátil para facilitar o deslocamento dos portadores de necessidade especiais (Figura 120).

Figura 120 - Rebaixo de piso com sinalização podotátil na Praça Chuí.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2012.

Estas soluções devem então ser consideradas nos projetos. Devem existir tanto pavimentações que permitam o deslocamento rápido para pessoas com habilidade visual normal, como a solução com o piso podotátil para permitir o deslocamento rápido de deficientes visuais. O aumento de possibilidades através da criação do espaço neutro sempre é mais rico no espaço livre do que a especialização proposta pelo espaço complexo ou direcionado.

Outra interferência ambiental que atua diretamente na componente velocidade é a variação da altimetria do terreno. De acordo com Hertzberger (1999), o projeto do espaço livre deve explorar as condições naturais do sítio, com a finalidade de criar espacialidades diferentes e aumentar, assim, a possibilidade apropriação dos lugares. Neste sentido, as escadas, as rampas e os taludes são elementos conectivos que podem aumentar ou diminuir a velocidade da ação, de acordo com o esforço físico do usuário para vencê-los ou pelo convite da permanência ou passagem rápida. Quanto mais íngremes estes elementos, maior o esforço do usuário, e quanto mais suave, menor o esforço.

Tanto os taludes, como as escadas e as rampas são elementos de transição pertinentes a um projeto, desde que se leve em consideração os efeitos destes elementos na composição final da linguagem do ambiente. Os taludes, dependendo de sua inclinação possibilitam situações diferentes e podem servir como barreiras (quando muito íngremes) ou podem servir como um espaço "do tipo pátio". Mesmo tendo inclinações visualmente perceptíveis (acima

de 3% aproximadamente), os taludes suaves abrigam ações que podem ter a componente velocidade quantitativa e qualitativa reduzidas, servindo não apenas como conectores entre platôs, mas sim como espaço de permanência.

Na Figura 121, o talude divide dois platôs, no parque Eduardo Couri. No ponto mais alto, fora da foto, à esquerda, existe um caminho cimentado, que serve como rota alternativa à calçada; no ponto mais baixo, à direita da foto, existe uma pista de caminhada revestida em asfalto onde ocorre o trânsito significativo de pessoas. A princípio, o talude é uma barreira, pois é bastante inclinado para que se consiga subir sem um alto nível de esforço físico, mas a criança utiliza-o como escorregador.

Figura 121 - Criança brincando no talude do Parque Eduardo Couri.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2011.

A velocidade quantitativa da criança, do ponto de vista do deslocamento em determinado tempo é reduzida, pois o esforço que ela faz para subir o talude é muito grande. Deste modo, ela tem a velocidade quantitativa reduzida. E quanto à atratividade do local, a criança pode ficar entretida durante um longo período de tempo com esta brincadeira, o que também leva a uma redução da velocidade qualitativa da ação.

Na Figura 122, na Praça Israel Pinheiro, observa-se que as inclinações suaves inserem complexidade ao espaço, permitem transições entre platôs e conservam algumas propriedades de uso do pátio plano. Nestas condições espaciais, podem se observar atividades como soltar pipa, brincar de pegador e assentar-se para ler.

Na foto a cima (Figura 122) a garota está assentada em um talude com uma inclinação muito menor do que a da foto anterior em que a criança está brincando de escorregador. Nestas condições, ela consegue assentar-se confortavelmente e ainda observar as pessoas utilizando a parte mais próxima ao pé do talude.

Figura 122 - Garota sentada em talude suave na Praça do Papa



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2011.

Simultaneamente, Figura 123, um pai solta pipa com seu filho na mesma condição espacial. As situações têm condições de velocidades quantitativas diferentes. A garota assentada na grama tem uma velocidade muito baixa, pois seus movimentos são restritos. Já o pai com o filho tem a velocidade um pouco maior do que a da garota, pois se movimentam mais, mesmo que o ato de soltar pipa não requeira tanto deslocamento.

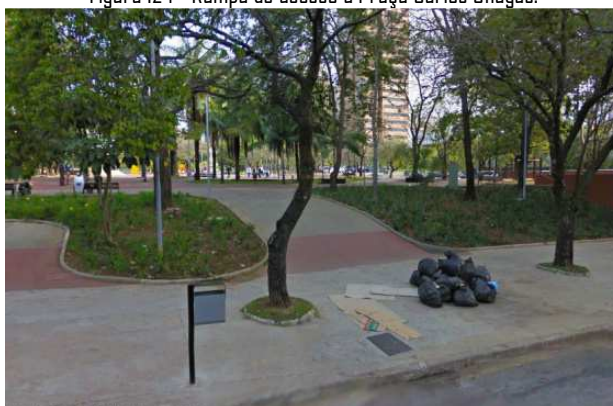
Figura 123 - Pai e filho soltando pipa no talude da Praça Israel Pinheiro.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2012.

Em comparação aos taludes, que são geralmente gramados ou ajardinados, as rampas, podem ser transições que permitem maior velocidade de ações, pois são comumente pavimentadas com revestimentos mais estáveis. A Figura 124 ilustra uma situação em que a rampa é o elemento conector entre o passeio e um platô na Praça Carlos Chagas. O desnível é vencido sem prejudicar o trânsito de deficientes, pois atende à inclinação estabelecida por norma menor do que 8% e assim, convida o transeunte a tornar-se usuário da Praça. Neste caso ocorre o aumento da velocidade quantitativa em função do menor esforço físico.

Figura 124 - Rampa de acesso à Praça Carlos Chagas.



Fonte: Disponível em: <<http://maps.google.com.br/>>. Visitado em: 02/04/2012.

As escadas também são elementos de transição entre planos diferentes e permitem gerar desenhos distintos aos espaços livres. Uma escada estreita estimula a circulação rápida e o baixo nível de aglomeração. Já uma escada larga, proposta como um elemento que acompanha uma encosta, por exemplo, pode ser utilizada como lugar para se assentar e socializar.

Figura 125 - Apropriação da escada no Parque Eduardo Couri.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2011.

Nota: Na Figura 125, a garota com o cão utiliza a escada como banco, prática de desvio do uso muito comumente observada. No entanto, esta ação só pode ser desempenhada, pelo fato de a escada continuar livre para que as outras pessoas passem. Caso a escada fosse estreita, a garota teria de levantar-se cada vez que alguém quisesse passar, desestimulando sua permanência naquele ponto.

Além dos elementos de piso, os elementos decorativos como fontes, esculturas e outros marcos visuais também atuam sobre a componente velocidade. Por exemplo, se alguém caminha por um parque com o intuito de praticar uma atividade esportiva pode, ao passar por uma fonte de água reduzir sua velocidade *quantitativa* de caminhada para observar crianças que bebem água.

Observa-se neste caso, que elementos que venham a criar possibilidades de distração nos percursos também são agentes de redução da velocidade da ação. Desta forma, qualquer elemento sutil que se introduz no espaço livre com a intenção de ampliar as possibilidades de uso, que não a mais básica que é a de transporte ou deslocamento, serve como um possível agente redutor da velocidade qualitativa da ação, no sentido em que pode servir de distração e motivar a curiosidade e parada do usuário.

Outros elementos também podem ter o papel de criar a oportunidade de uma experiência diferente da habitual. Na Figura 126, tem-se o mirante que avança para dentro da lagoa do Parque Eduardo Couri. A visão da lagoa de quem passa apenas nos caminhos existentes na "borda" da lagoa é muito diferente da de quem chega ao mirante. A sensação de "estar dentro da lagoa" só é possível porque se projetou uma condição para tal ação.

Figura 126 - Mirante na lagoa do Parque Eduardo Couri.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2012.

A Figura 127 mostra um atrativo diferente, mas que também tem uma proposta de criação de uma experiência alternativa, assim como o mirante. A fonte de água pode ser uma razão para interromper alguma outra ação e ir refrescar-se. Neste sentido, o mirante e a fonte são indutores de ações e são ao mesmo tempo elementos que levam à distração para quem pratica ações que não se relacionam diretamente com estes elementos.

Figura 127 - Crianças bebendo água no Parque Eduardo Couri.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2012.

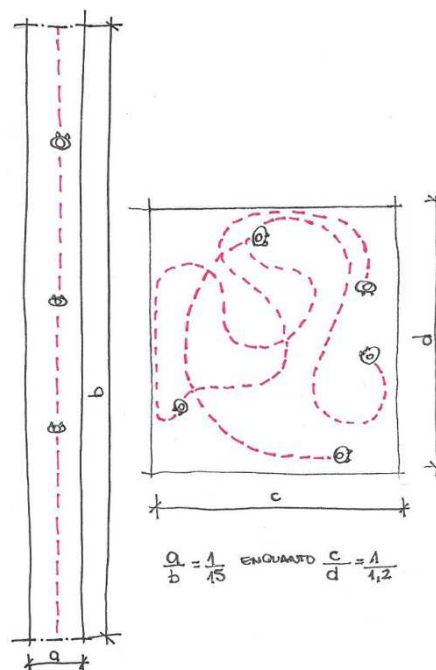
Ao se observar alguns elementos espaciais interferindo nas componentes da ação, nota-se que eles podem ter características de barreiras físicas ou de distrações. Mas, a atuação de alguns elementos como barreira física ou como distração depende do interesse do usuário. Um piso bem instalado e estável pode ser um elemento físico que contribui para o aumento da velocidade da ação de uns, mas os desenhos propostos na paginação podem ser elementos distrativos para outros. Conseqüentemente, servirão para reduzir a velocidade qualitativa da ação, proporcionando um período de deleite ao usuário que o observa. Por outro lado, um mirante pode ser distrativo para uns e não exercer a menor atratividade para outros, não interferindo para a redução ou aumento da velocidade qualitativa da ação.

A solução para atender espacialmente as condições de ações rápidas e lentas, segue a tendência da mescla das condições espaciais, intercalando texturas de pisos diferentes, distribuindo caminhos e pátios com dimensões variadas e dispondo mobiliários e outros atrativos de modo a permitir um universo maior de opções para a apropriação do usuário. Essa diversidade de microespacialidades é o que insere complexidade ao espaço e pode ser um dos grandes motivos para que o lugar seja utilizado.

3.3 A influência das condições físico-ambientais sobre a componente espacialização

A componente espacialização descreve a relação da ação com a área necessária para a sua prática. Por exemplo, um maratonista precisa de um lugar que tenha determinada proporção entre largura e profundidade e que enfatize ao eixo longitudinal, pois é necessário um espaço com formações "lineares" para se correr, uma vez que durante a prática da ação espera-se ter um grande deslocamento. Por outro lado, crianças que correm brincando de pegador optam por correr "em círculos", ou em espaços cuja relação entre as medidas de largura e profundidade sejam próximas conformando quase um pátio quadrado ou circular, pois a grande motivação da brincadeira é não se afastar do pegador enquanto se assume o papel de quem está fugindo.

Figura 128 - Variação da espacialização em função de tipos de percurso.



Fonte: Elaborado pela autora, 2011.

Nota: A Figura 128 mostra o resultado de observações da autora de como o percurso retilíneo do corredor maratonista exige proporções significativamente diferentes das medidas de largura e profundidade em relação ao percurso aleatório das crianças brincando de pegar. A razão matemática entre a/b recortando-se um trecho da trajetória do corredor chega a $1/15$, mas poderia tranquilamente chegar à proporção de $1/100$ ou $1/1000$, dependendo do tipo de prova para a qual ele se prepara. Já a relação matemática existente no espaço apropriado para a ação de brincar de pegar, pode variar de $1/1$, $2/3$, $1/3$. Isto indica que percursos muito lineares, não são adequados para se praticar a ação de brincar de pegar, uma vez que caminhos estreitos podem impedir os deslocamentos livres das crianças.

A espacialização diz respeito também à agitação das pessoas durante as ações que realizam. É como quando se observa o movimento das moléculas num estudo físico. Quanto mais agitadas as moléculas, mais área elas ocupam. Deste modo, as ações que têm baixo grau de espacialização ocupam poucos metros quadrados por pessoa, e as de alta espacialização, muitos metros quadrados por pessoa.

No levantamento de atividades por meio dos vídeos do Youtube® foram encontrados registros que ilustram esta situação. Algumas crianças são filmadas interagindo com outras e praticando ações de alto nível de agitação. É interessante como o ato de deslocamento das crianças é uma atividade recorrentemente expansiva. A interação entre elas expressa a necessidade basal do ser humano de ver outras pessoas e de compartilhar experiências.

Os movimentos das crianças são bastante aleatórios e por isso podem ser caracterizados como sendo de alto nível de espacialização. Quando encontram uma conformação de pátio para ocupar, as crianças circulam pelo espaço indo de um ponto ao outro buscando se aproximar do que lhes interessa, ou "fugir" daquilo que lhes causa repulsa.

Mesmo utilizando modos de locomoção que não o "a pé", este movimento caótico persiste no comportamento infantil. Esta forma de agir torna-se mais livre em função da configuração espacial sendo compatível, como mencionado anteriormente, com o pátio e não com uma forma linear, que induz um caminho ou pelo menos um eixo preferencial.

Neste sentido, observa-se que a proporção entre as dimensões espaciais são uma característica fundamental para a escolha do local e seu direcionamento para esta ou aquela ação.

Figura 129 - Crianças se divertindo com quadriciclos na Praça Juscelino Kubitschek.



Fonte: LUIZA... [200-?].

Nota: A Figura 129 mostra crianças andando com um quadriciclo no Parque Juscelino Kubitschek. A área escolhida pelas crianças corresponde a um grande pátio circular, cercado por uma fileira de bancos e logo em seguida por áreas ajardinadas.

Quando se observa a imagem aérea do local (Figura 130) nota-se que o espaço tem um limite definido e um formato propício ao tipo de movimento praticado pela amplitude do pátio formado. Comparando-se a relação de proporção entre as casas vizinhas e as dimensões do pátio, pode-se estimar uma área entre 800 a 1200 m². Mas, as dimensões sem a compreensão da ocupação, dos elementos e dos limites do local não dizem muito.

Figura 130 - Vista aérea com indicação do pátio utilizado pelas crianças andando de quadriciclo no Parque Juscelino Kubitschek.



Fonte: Disponível em: <<http://maps.google.com.br/>>. Visitado em: 02/04/2012.

A proporção do lugar só pode ser estudada quando se compreende qual o recorte espacial que se está analisando. Diversos parâmetros podem ser estabelecidos para que se tenham unidades de escala. O importante é compreender que a escala depende da percepção do usuário diante das condições espaciais que lhe são oferecidas e da relação que ele é capaz de estabelecer entre seu corpo e o espaço.

Retomando o conceito mencionado anteriormente na introdução, esta porção espacial, compreendida pelo usuário como recorte ideal do espaço livre adequado à sua ação, dá-se o nome de microespacialidade; um fragmento

tridimensional que é caracterizado pela "área de influência" do espaço sobre o usuário ou pela ação do usuário sobre o espaço.

O que determinam as espacialidades são as noções dimensionais primordiais, como "perto", "longe", "grande" e "pequeno", e partem sempre de um referencial individual sendo, portanto, subjetivas e variáveis. Basicamente, a "escala humana" nos espaços públicos é, então, proporcionada a partir de dimensões confortáveis dentro das possibilidades e limitações de cada um. A apreensão do conceito de escala a partir do corpo é, assim, fundamental para a prática do projeto do espaço livre. É com base nas relações de proporção que o ser humano adquire a capacidade de se situar no mundo, tomando como unidade de medida fundamental as dimensões de si próprio.

A Figura 131 foi extraída do estudo de Ghel (2010) sobre as relações de proximidade. Neste caso, a relação matemática da distância existente entre o fotógrafo e a modelo, culmina numa análise das distâncias e suas proximidades simbólicas, pois as variações de proximidade dependem também do grau de intimidade entre as pessoas. A distância na foto em que a modelo está mais próxima da câmera, quando aplicada a uma situação real, pode significar uma distância invasiva ou pode permitir uma relação interpessoal confortável. Desse modo, pode-se dizer que a espacialização depende não apenas do movimento inerente à ação, mas também da relação de intimidade que se tem com as pessoas com quem se interage.

Figura 131 - Estudo de referência espacial em função do distanciamento.



Fonte: GHEL, 2010, p.34.

Quando se projeta um banco para três pessoas, por exemplo, podem-se ter algumas variações do uso. Uma pessoa pode assentar-se sozinha ocupando o banco e mantendo um comportamento antissocial, o que não convidará outros indivíduos desconhecidos a se assentarem. Por outro lado, esta pessoa pode não se manifestar corporalmente contra a aproximação de outros e então um banco onde caberiam três pessoas será ocupado por duas com um afastamento que não lhes cause constrangimento.

Caso uma terceira pessoa desconhecida se assente no banco, os espaços íntimos de cada indivíduo podem ser invadidos causando constrangimento pela proximidade com quem se desconhece.

Por outro lado, com três pessoas amigas ocupando o banco, na mesma situação, não há constrangimentos. Dependendo da intimidade, eles poderiam assentar em quatro pessoas no banco, ocupando uma área menor do que a necessária para que exista conforto, mas estariam todos se sentindo seguros e desinibidos diante da situação.

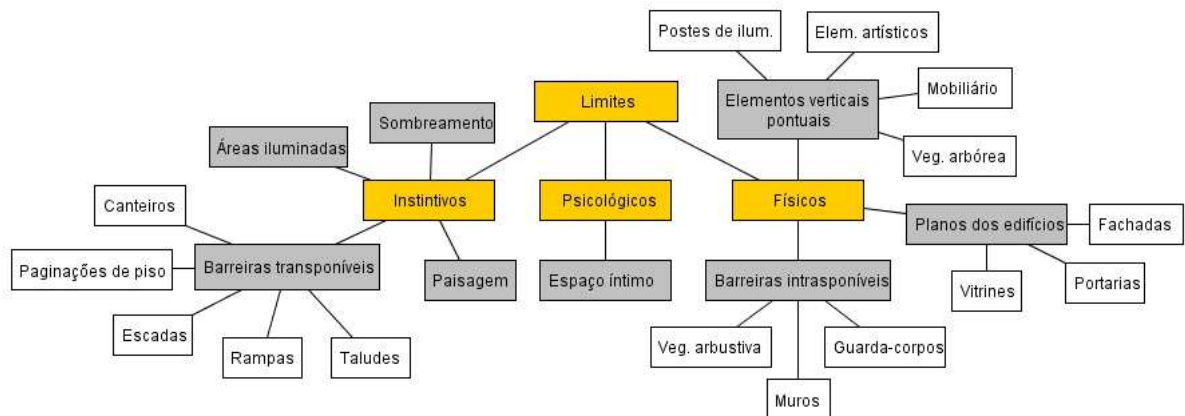
A espacialização depende da concepção intuitiva do usuário sobre o limite da microespacialidade que lhe interessa vivenciar durante sua ação. Assim, quando se analisa a microespacialidade, necessita-se de um conceito fundamental: o limite.

O limite nada mais é que o perímetro da área em questão, uma película invisível que separa a porção espacial utilizada pelo usuário e a que não lhe interessa. Algumas vezes, estes limites são estabelecidos fisicamente, o que os torna muito claros. Em outros momentos, expandem-se tornando a paisagem parte do próprio espaço. E, em outros ainda, os limites só se estabelecem psicológica ou instintivamente.

O limite da microespacialidade é composto, além das dimensões ambientais dadas pelo local e pelos fatores psicológicos de intimidade estabelecidos pelo usuário, pelos elementos físicos estruturantes do espaço livre: iluminação artificial, mobiliários, paginação do piso, obras de arte e outros.

O fluxograma (Figura 132) mostra como existem diversos elementos capazes de construir a noção de limite.

Figura 132 - Fluxograma analítico sobre os tipos de limites e os elementos que os definem.



Fonte: Elaborado pela autora, 2011.

Nesta análise, os limites serão divididos em três categorias: instintivos, psicológicos e físicos. Os limites instintivos são construídos a partir de condições sutis do espaço, como áreas sombreadas marcadas pelas copas das árvores, áreas iluminadas por cones de luz gerados por postes, pela própria imagem da paisagem e até mesmo por barreiras transponíveis, como alterações de nível do terreno transpostas por rampa, escada ou talude, alterações de paginação no piso e canteiros ajardinados. Este tipo de limite depende das condições dadas pela solução projetual de construção do espaço e da interpretação do usuário.

Os limites psicológicos dependem do limite da área íntima entorno do corpo do usuário e qual a relação de distância imposta por sua noção de conforto no momento em que se relaciona com outras pessoas ou com o espaço.

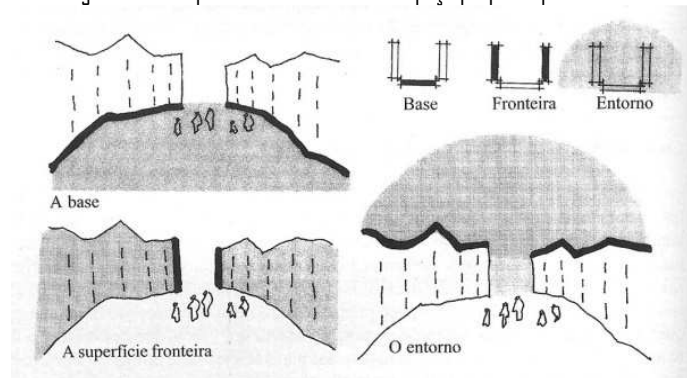
Os limites físicos se dividem em: elementos verticais pontuais, os planos dos edifícios, e as barreiras intransponíveis. Os elementos verticais podem ser interpretados também como marcos visuais (LYNCH, 2007) e abrangem qualquer tipo de elemento tridimensional isolado no espaço como: postes de iluminação, elementos artísticos, mobiliário e vegetação arbórea. Os planos dos edifícios¹² são as envoltórias que estabelecem a interface da construção com o espaço vazio e podem ser as paredes das fachadas, as vitrines, portarias e etc. E por fim, as barreiras intransponíveis são aquelas projetadas para funcionar como elementos que impedem o trânsito de pessoas, obrigando-as a seguir outro trajeto, como vegetações arbustivas, muros e guarda-corpos.

Para analisar os tipos de limites existentes, Romero (2001) divide o ambiente em planos e consegue aproximar a inserção dos espaços livres na malha urbana da percepção ambiental do usuário quando vivencia o lugar. O espaço livre público é tratado com uma visão que parte do conforto ambiental, introduzindo critérios da arquitetura bioclimática, que nada mais é do que uma metodologia de projeto que parte da qualidade ambiental preexistente para obter melhores resultados de projeto.

Verifica-se a composição do espaço livre a partir de três planos: o da base (superfície horizontal), o da superfície fronteira (planos verticais) e o do entorno (paisagem). Acredita-se que o recorte dos planos horizontal e vertical, somados ao plano de fundo (a superfície fronteira) seja um bom começo para a análise espacial configurada no espaço livre a partir de uma concepção tridimensional e do ponto de vista do observador. A **Erro! Auto-referência de indicador não válida.** mostra esquematicamente a proposta da autora.

¹² Como mencionado na análise sobre a velocidade, as vitrines e as relações estabelecidas entre os edifícios e a rua podem servir de atrativos ou repulsores da atenção das pessoas. O plano vertical da parede é, sem dúvida, um limite muito bem demarcado. Mas, como se relaciona mais intimamente com o limite do objeto do espaço livre como um todo - praça ou parque - este aspecto será abordado mais a frente.

Figura 133 - Esquema de subdivisão do espaço proposto por Romero.



Fonte: ROMERO, 2001, p.154.

Tomando os três planos estabelecidos por Romero, obtêm-se dois dos três tipos de limite mencionados anteriormente, o físico, estabelecido pela superfície fronteira; e o intuitivo, estabelecido pela base ou por relações de uso materializadas em zonas de ocupação somadas à paisagem ou o que a autora chama de entorno.

É comum que um mesmo elemento crie uma noção física e ao mesmo tempo intuitiva de limite. Isso é facilmente observado com o uso da vegetação, por exemplo.

O elemento vegetal pode ser utilizado de duas maneiras no espaço livre: como forma pontual (o que mantém a permeabilidade espacial) e como barreira horizontal. O elemento vegetal, quando plantado isolado, gera pontos de tensão na paisagem e pode ser interpretado como elemento decorativo. Quando disposto como barreira, pode ser utilizado para separar espaços, criar privacidade e inserir complexidade no desenho de canteiros.

De acordo com Magalhães (2001), a vegetação vai muito além do aspecto ecológico e ornamental. Sua função é construir, junto com outros elementos, a espacialidade do ambiente.

O arquitecto paisagista concebe a forma do espaço, cuja composição está sujeita a princípios e filosofias próprias, tal como a concepção do espaço edificado. Nesta composição, a vegetação entra como material plástico, caracterizado por certas especificidades, decorrentes de ser um material vivo, nomeadamente a evolução da forma, da cor, ao longo da vida, das estações, e uma ecologia própria que condiciona a sua utilização (MAGALHÃES, 2001, p. 37).

As Figura 134 e Figura 135 mostram a diferença de uso de plantas de modo pontual e em maciço. A palmeira plantada na Praça Carlos Chagas funciona como elemento de contraposição ao plano horizontal e, ao mesmo tempo, o eixo vertical da planta constrói uma referência espacial, mas sem impedir a circulação no ambiente. Já no caso do maciço de buxinhos na Praça da Liberdade, impede-se o acesso ao busto disposto no centro do canteiro e barra a circulação por sobre a forração vegetal.

Figura 134 - Palmeira empregada como elemento vertical na Praça Carlos Chagas.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2011.

Figura 135 - Maciço de buxinhos na Praça da Liberdade.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2011. Autoria: Verônica Marcílio Cruz.

Nestes casos, a vegetação é utilizada, primeiramente, como referência no espaço - no caso da palmeira - e também como barreira física (sebe, ou um "guarda-corpo vegetal"). O fato de que as pessoas precisarem se desviar da palmeira e da sebe que contorna o canteiro transforma esses elementos em limites intransponíveis e que podem ser servir para estabelecer limites das microespacialidades.

A arborização pode servir também para a interferência na intensidade da luz solar. Sobre este aspecto, Gehl (2010) destaca a necessidade de um clima agradável, uma vez que as condições ambientais interferem no tipo de detalhamento que se precisa fazer do espaço livre. O autor pondera que se está muito frio, muito calor ou muito molhado, as atividades externas são reduzidas, pois, para que sejam desempenhadas é preciso proteção, segurança, espaço suficiente, mobiliário e qualidade visual.

Nas Figuras 136, 137 e 138, observam-se diferenças de insolações geradas pelas implantações de arborização: ausência de vegetação, vegetação de copa rala e vegetação com copa densa. Estas estratégias projetuais resultam em limites de microespacialidades totalmente diferentes.

Na Figura 136, se for levado em consideração o tipo de pavimentação e a condição de iluminação como informações necessárias para a interpretação do limite de uma microespacialidade, tem-se quase todo pátio como a área correspondente ao espaço a ser explorado para a ação.

Figura 136 - Espaço livre no Parque Juscelino Kubitschek com insolação direta no pátio registrado em primeiro plano.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2011.

Por outro lado, na Figura 137, o limite da microespacialidade utilizada pelas pessoas que estão assentadas é dado claramente pela localização do mobiliário somada à sombra da árvore, condizente com a situação espacial de maior conforto durante um dia de calor.

Figura 137 - Espaço com insolação indireta na Praça Raul Soares.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2011.

Na Figura 138, o sombreamento é mais intenso e cria uma situação em que a sombra é mais bem definida. Neste caso, a microespacialidade pode dar-se de modo mais amplo abrangendo a área interna da praça (que coincide com a área sombreada) em contraposição com a área externa à praça (não sombreada).

Figura 138 - Espaço sombreado na Praça Chuí.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2011.

A área, de projeção da sombra da árvore, assim como a região delimitada por um cone de luz vindo de um poste, podem tornar-se microespacialidades, configuradas como áreas limítrofes de uma ação. Deste modo, a interferência do espaço na componente espacialização é mais sensível do que física, mas não deixa de existir.

Os postes de iluminação geral, somados às luminárias de piso ou de destaque, podem se tornar um elemento construtivo e de localização para o usuário, servindo também para a criação de limites instintivos no período da noite ao gerarem áreas muito iluminadas ou escuras (Figura 139).

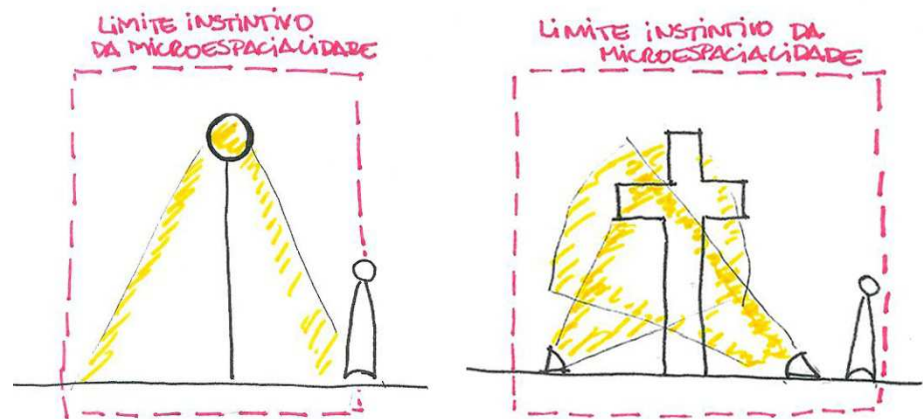
Figura 139 - Iluminação geral (postes) e iluminação de destaque embutida no piso.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2011.

A Figura 140 mostra como os cones de luz tanto da iluminação geral como das iluminações de destaque podem criar limites instintivos para a determinação das microespacialidades.

Figura 140 - Estudo de limite de microespacialidades gerado a partir de elementos de iluminação

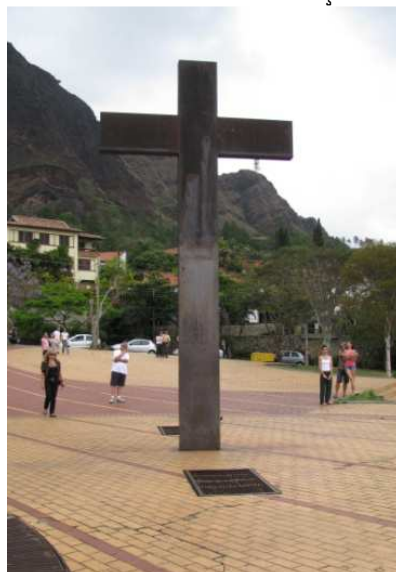


Fonte: Elaborado pela autora, 2011.

Os elementos decorativos do espaço também servem para criar referências espaciais, tanto como pontos de direcionamento quanto como elementos que quebram a horizontalidade na paisagem. Os elementos decorativos podem ser: fontes, esculturas, esguichos de água e outros itens dispostos intencionalmente do espaço para a criação de pontos de referência visual e de localização.

As Figura 141 e 142 mostram exemplos de esculturas nas Praças Israel Pinheiro e Pedro de Melo. As referências espaciais, nestes casos, não são construídas a partir de linhas ou sequências de elementos, mas a partir de elementos pontuais: a escultura em forma de cruz e a em forma de pássaro. A partir desde pontos demarcados no espaço por meio de elementos construídos, o usuário pode estabelecer referências de localização, como por exemplo, "antes e depois da escultura".

Figura 141 - Escultura em forma de Cruz na Praça Israel Pinheiro.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2011.

Figura 142 - Escultura em forma de ave na Praça Pedro de Melo.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2011. Autoria: Breno Marcílio

A sequência apresentada na Figura 143 mostra imagens dos coretos das praças Chuí, Carlos Chagas e Liberdade. Apesar de serem elementos já praticamente em desuso quando relacionados às apresentações artísticas de bandas e fanfarras, os coretos e os caramanchões são elementos comuns dos espaços livres de Belo Horizonte. Eles criam centralizações muito definidas, em torno e nas quais as pessoas se aglomeram. A introdução deste tipo de elemento direciona significativamente a forma do espaço livre e conseqüentemente influencia na componente espacialização da ação. Os coretos podem ser eles mesmos, o limite de uma microespacialidade, mas podem ser também um elemento pontual que demarca uma região e seu entorno.

Figura 143 - Coletânea de exemplos de coretos das Praças Chuí, Carlos Chagas e Liberdade.



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Tratando-se de outros mobiliários, as lixeiras, por exemplo, podem ser mais um elemento para a construção de referências espaciais assim como as esculturas e os coretos. A Figura 144 mostra lixeiras com *design* distintos.

Figura 144 - Coletânea de exemplos de Lixeiras encontradas durante visitas.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2011.

Os bebedouros, telefones públicos e postes de iluminação são marcos verticais que podem passar despercebidos numa primeira análise sobre o espaço, mas também podem configurar limites de microespacialidades. Todos esses objetos podem ser utilizados como fonte de manifestação de uma linguagem do desenho urbano e construir relações conectivas entre as microespacialidades e serem importantes na construção do objeto do espaço livre (praça, parque, etc.).

Quanto aos limites físicos e instintivos baseados no estudo do plano denominado por Romero (2001) como base, os taludes, por exemplo, são alternativas interessantes na solução de desníveis, na medida em que aplicam a vegetação como elemento verticalizado permitindo composições de canteiro que propiciam outro tipo de leitura do jardim ao usuário. Nesta condição, os canteiros passam a ser observados no plano inclinado (como quadros), e não mais vistos de cima (como tapetes). Eles são elementos ambíguos que ao mesmo tempo em que se comportam como base (porque são "piso"), são elementos que se comportam como barreiras verticais e assim constituem também a superfície fronteira.

Figura 145 - Passeio da Praça Israel Pinheiro.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2012.

Nota: Na Figura 145, observa-se que o talude faz o papel ao mesmo tempo de elemento transitório entre planos e também atua como um divisor espacial, pois insere características marcantes ao espaço criando uma nova microespacialidade, diferente da do passeio, por exemplo.

Outros tipos de desníveis podem ser barreiras físicas sutis, mas que funcionam muito bem como limite. O próprio meio-fio determina um desnível entre a calçada e a pista de rolamento de veículos. Ele é uma barreira física transponível, mas que quando somada à mudança de pavimentação torna-se um limite bem definido.

Figura 146 - Limite entre passeio e pista de rolamento na Praça Israel Pinheiro.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2012.

Nota: Na Figura 146, nota-se claramente que existe um limite entre as microlocalidades do passeio e da rua. Elas são porções espaciais que se diferem pelo tipo de pavimentação, mas também por uma barreira física sutil, mas muito bem demarcada: o meio fio.

Os ressaltos e desníveis marcados por pequenos degraus podem ser estratégias de demarcação de limites de microespacialidades como é o caso da demarcação da área de palco na Praça de Serviços da Universidade Federal de Minas Gerais.

Figura 147 - Tenda na Praça de Serviços da Universidade Federal de Minas Gerais

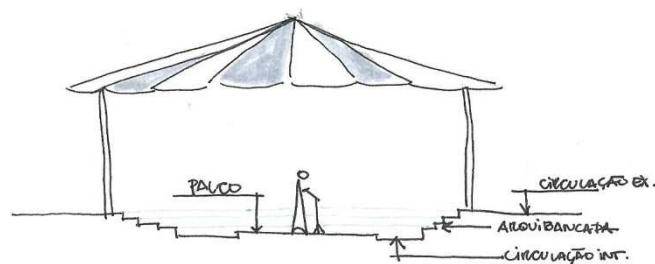


Fonte: <http://olhares.uol.com.br/praca-de-servicos-ufmg-foto4277728.html>

Nota: Na Figura 147, tem-se, como exemplo, a Praça de Serviços da Universidade Federal de Minas Gerais, onde um anfiteatro é construído por meio de escavação no terreno, e que no centro o palco é ressaltado por meio de um pequeno degrau.

O corte esquemático a seguir (Figura 148/148) mostra as diferenças de nível proporcionadas pelo projeto. Definem-se quatro zonas diferentes: a primeira que corresponde à circulação externa à tenda de cobertura, a segunda que se configura pela arquibancada, a terceira intermediária entre a arquibancada e o palco caracterizada como circulação interna e por último o palco, ressaltado por um degrau sutil de aproximadamente 25 cm.

Figura 148 - Corte esquemático da Região da Praça de Serviços da Universidade Federal de Minas Gerais.



Fonte: Elaborado pela autora, 2011.

O limite destas áreas, não ocorre por barreiras físicas intransponíveis, como sebes, guarda-corpos, ou muretas, mas sim, como uma referência de mudança de espacialidade. Estas sutis alterações geram situações múltiplas, em que as atividades comumente desempenhadas em cada área são diferentes. Normalmente, as pessoas se reúnem nas arquibancadas com a finalidade de conversar, ou mesmo assistir a shows, e na parte central, onde se encontra o palco, as pessoas se instalam com a finalidade de apresentar-se performaticamente, discursar, ou realizar outra atividade que exija a atenção de outras. Nas arquibancadas, observam-se atividades que tem menor grau de especialização do que as que ocorrem na parte do palco, que se configura num pátio.

Ainda tratando sobre o estudo da base, as alterações de texturas de piso podem ser limites instintivos que funcionam muito bem tanto para a definição de regiões dentro de espaços maiores como para reduzir ou aumentar a sensação de amplitude de um lugar. Os motivos e padrões explorados na paginação dos pisos dos espaços livres podem ser considerados elementos não construídos, mas que atribuem complexidade ao espaço.

Figura 149 - Piso na Praça Carlos Chagas.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2011.

Nota: A alteração da textura gera dois ambientes diferentes, um que se encontra em primeiro plano com demarcações ortogonais fortes proporcionadas pelo gradil da drenagem; e outro ao fundo, com a combinação de duas cores de piso cimentício (natural e vermelho).

Na figura 149, o desenho da grelha de drenagem demarca uma área retangular que se destaca fortemente diante do baixo contraste do resto do desenho do piso. Quando se retira o desenho xadrez do piso por meio de simulação gráfica (Figura 150), a percepção em relação ao espaço se altera. A área parece agora muito maior, pois as marcações do piso deixam de servir como referência para a existência de um recorte espacial.

Figura 150 - Simulação da mudança de paginação do Piso da Praça Carlos Chagas



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2011.

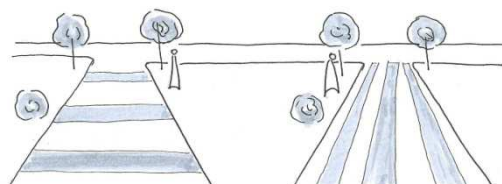
Deste modo, nota-se que a forma do espaço e as linhas e eixos influenciam numa condição ligada ao caráter psicológico. Na Figura 149, pode-se estabelecer uma porção espacial a partir do desenho da grelha e usar esta informação como um dado para a prática de uma ação. Por exemplo, crianças brincando de pegador, podem estabelecer o espaço ocupado pela grelha como o limite da área da brincadeira; ou um grupo de pessoas durante uma aula de alongamento pode se aglomerar nesta região, obedecendo ao limite instintivo de um pátio.

Já na

Figura 150, a relação entre o tamanho da área e a ação que se pretende praticar, passa a ter outra referência que amplia o espaço podendo ser transferida para o novo desenho do piso (o limite entre o piso cor de concreto natural e o pintado de vermelho) ou em relação aos elementos verticais como os gradis e o coreto.

A ênfase que se dá aos eixos longitudinais ou transversais de um pátio ou de um caminho, também pode alterar a leitura da condição da espacialização de um lugar. Na Figura 151, observa-se que num caminho com mesmas proporções, quando se aplica tipos diferentes de desenhos de piso, pode-se aumentar ou diminuir a impressão de distância.

Figura 151 - Estudo de alteração da leitura da condição espacial em função do desenho de piso.



Fonte: Elaborado pela autora, 2011.

As interrupções e desenhos interferem na forma com que se interpreta um caminho. Quanto mais linhas paralelas ao eixo de deslocamento, mais ênfase na distância e quanto mais linhas perpendiculares ao deslocamento, maior a ênfase na largura.

Quando se tem a ênfase na distância, as ações podem ter as relações com a componente velocidade também alteradas. Pois a referência de "longe" e "perto" depende da "ilusão óptica" de que um objeto está mais ou menos próximo. Assim, quanto mais interrupções no sentido transversal do espaço, se tem a sensação de deslocamento menor e quanto maior a ênfase no eixo longitudinal, mais lento o deslocamento parece ser.

Na Figura 152, a faixa de pedestres marca o caminho mais seguro para chegar ao outro lado da rua, mas a posição das faixas brancas cria uma força visual perpendicular ao eixo do caminho linear que se realiza tendo como eixo o edifício da estação central de trem (ao fundo da fotografia).

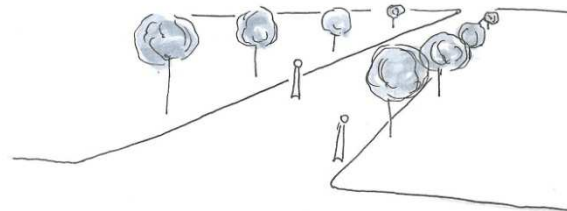
Figura 152 - Travessia de Pedestres na Praça da Estação.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2012.

O que acontece com os desenhos de piso também ocorre com os elementos verticais. Quanto mais elementos verticais pontuados numa área, maior a referência espacial que se tem. Numa alameda cercada de árvores com um mesmo espaçamento, quando se caminha no eixo longitudinal, tem-se uma proporção de tempo ou deslocamento estabelecida à medida que se caminha. Se a distância entre as primeiras árvores é vencida com 10 passos, por exemplo, pode-se ter uma noção instintiva de quantos passos ainda se tem de dar para caminhar até chegar ao fim do percurso. Esta referência serve então de parâmetro para que se compreenda se a área é grande ou pequena para o que se pretende fazer nela.

Figura 153 - Estudo de distribuição de vegetação como ponto de referência para a compreensão de uma dimensão espacial.



Fonte: Elaborado pela autora, 2011.

Nota: A Figura 153 mostra esta situação em que as árvores estão espaçadas com mais ou menos a mesma distância. Tem-se a partir delas, referências espaciais instintivas, como "estou entre as duas primeiras árvores", "estou na metade do caminho", "estou a 1/3 do fim do percurso", etc.

Em suma, o que se pode concluir é que a componente espacialização dentro de uma ação sofre interferências do resultado das interações das seguintes condições: da sensação de conforto psicológico do usuário dentro em seu espaço íntimo (ao se relacionar com o espaço e com outras pessoas), dos limites instintivos do espaço construídos (a partir da interpretação do usuário sobre o espaço) e das barreiras físicas existentes (em função de soluções projetuais elaboradas pelo profissional que toma as decisões sobre a configuração de sua forma).

3.4 Considerações sobre a influência das microespacialidades na composição dos objetos do espaço livre

Observando-se a influência das condições espaciais sobre as componentes das ações - visibilidade, velocidade e espacialização - conclui-se que quando se projeta um espaço livre, a menor fração dotada de significado dentro da solução projetual é a microespacialidade e os elementos que a constituem. Sendo assim, a justaposição ou sobreposição destas porções espaciais não deve ocorrer de modo fragmentado. Juntas, elas devem resultar num objeto único, contido no espaço livre fluido da cidade.

Se os espaços dentro de uma praça ou parque variam entre configurações de pátios e caminhos que contém microespacialidades, eles precisam ser conectados entre si por algum tipo de informação para que estes "fragmentos de espaço" tornem-se um elemento único. Esta conexão se dá de duas maneiras. A primeira surge da construção de uma linguagem de design que integra os elementos constituintes do espaço livre. A segunda pela distribuição das microespacialidades ao longo dos caminhos naturais dos usuários dentro da própria cidade.

A construção visual de uma linguagem arquitetônica (ou de design dos elementos que compõe o espaço) por meio da repetição de objetos, formas, cores e texturas, cria uma concepção comum a todas as microespacialidades e permite que o usuário entenda o espaço livre, não como pequenas porções de espaço, mas, como uma sucessão de microespacialidades pensadas dentro de único objeto. O princípio norteador do projeto do espaço livre deve, pois, estimular a relação do usuário com essas possibilidades de continuidades espaciais.

Autores brasileiros, como Abbud (2006) e Niemeyer (2005), tratam dos elementos construtivos do espaço e de sua influência imediata na forma. Para eles, a obra de arquitetura paisagística tem por objetivo principal correlacionar o projeto de arquitetura da paisagem, os elementos conformadores do espaço e as diretrizes metodológicas para a atividade projetual. A escolha bem feita das espécies vegetais e a disposição de elementos verticais que gerem referências de localização para o indivíduo são, então, fundamentais para a criação de ambiências.

Ambos extrapolam a interpretação da cobertura vegetal apenas como elemento construtivo vivo e incentivam o uso dos aspectos organolépticos proporcionados pela vegetação: odores, sabores, temperaturas diversas, texturas, umidade, filtragem de luz, etc. Nesse contexto, a relação entre proporção e escala é abordada de forma coerente, alertando sobre a diferença de vivência do lugar (dimensões do corpo) e do projeto (dimensões abstratas resultantes de convenções).

Estes objetos são importantes tanto para definir a configuração de um espaço que é, por definição, vazio, quanto para criar uma identidade do lugar no imaginário do usuário que o frequenta. Essa discussão é introduzida por Lynch (2007):

A forma mais simples de sentido é a identidade, no significado limitado desse termo comum: "um sentido do local". A identidade é o nível a que uma pessoa consegue reconhecer ou recordar um local como sendo distinto de outros locais. - como tendo um caráter próprio vívido, único, ou pelo menos particular. É uma qualidade frequentemente ambicionada pelos designers e acaloradamente discutida entre eles. Tem uma função prática óbvia e quase banal, uma vez que a capacidade de reconhecimento dos elementos é a base de uma acção eficaz. Mas tem significados mais profundos e mais interessantes. (LYNCH, 2007, p. 127).

A estrutura formal do espaço livre está, assim, intimamente ligada à orientação do usuário. É por meio dela que ele é capaz de perceber a relação de conjunto estabelecida entre as partes, obtendo como resultado a noção de todo. Para o autor, "a identidade e a estrutura são os aspectos da forma que nos permitem reconhecer e padronizar o espaço e o tempo por si próprios" (LYNCH, 2007, p. 131). Desse modo, conclui-se que a forma por si só não faz sentido. Ela depende de um usuário para ser interpretada, pois se precisa de um agente sintetizador entre forma e de identidade para que se obtenha, por fim, significados.

No entanto, apesar de ser fundamental a existência de uma identidade dos lugares, construída a partir de um bom design de mobiliário ou com pavimentações com paginações contendo desenhos exuberantes e canteiros com espécies vegetais sedutoras aos sentidos, o significado de espaço livre público só surge quando o objeto do espaço livre torna-se presente no cotidiano do usuário, sendo acessível e convidativo às suas ações.

A seguir, irá se discutir a importância da forma de inserção dos objetos do espaço livre dentro da malha urbana e da consequente distribuição das microespacialidades ao longo de fluxos maiores que não somente os projetados para articular as microespacialidades.

4. AS RELAÇÕES ESTABELECIDAS ENTRE OS USOS, AS CONDIÇÕES DAS MICROESPACIALIDADES, AS FORMAS DAS PRAÇAS E SEUS RESPECTIVOS "ESPAÇOS LIVRES FLUIDOS"

Os raciocínios que organizam uma lógica para a compreensão dos espaços urbanos têm, geralmente, uma essência evolutiva, em que, tomando um objeto germinal, analisam-se os resultados obtidos a partir do desenvolvimento da sociedade e obtém-se um novo objeto urbano com base no primeiro, mas com seu valor e sua forma transformados. Como exemplo, têm-se as consagradas comparações da teoria da arquitetura de que as aldeias primitivas são o gérmen da cidade e de que a caverna é o gérmen do objeto arquitetônico.

Outro exemplo bastante recorrente nos livros de arquitetura trata a Ágora grega e do Fórum romano como o gérmen dos espaços públicos atuais. Esses intervalos na malha urbana - capazes de abrigar uma comunidade e que são compreendidas como uma praça primitiva - são consideradas as primeiras criações urbanas humanas (KRIER, 1981). No entanto, ao se observar as condições dos espaços públicos de hoje, o que se nota é que eles não conservam os traçados das condições urbanas anteriores, apesar de continuar a abrigar usos cotidianos comuns da convivência em sociedade.

A ideia de evolução dos espaços livres tenta explicar as alterações das formas urbanas como se elas fossem sempre objetos capazes de assimilar novos estilos de vida e os consequentes hábitos e comportamentos das gerações humanas. Mas, existem lacunas não preenchidas. Como discutido na introdução deste trabalho, existem concepções relacionadas ao conceito praça, que não se encaixam em todas as situações existentes. Partindo-se de estudos anteriores a este, observa-se que esse conceito, quando adaptados para a realidade do Brasil, manteve alguma conexão com os usos essenciais de outrora que definiam os espaços "com conformação de praça" como espaços "utilizados como praça". Contudo, nota-se que, devido ao próprio traçado ortogonal gerado pelas influências do urbanismo moderno nas cidades projetadas no início do período republicano brasileiro, esse termo se perde, gerando grande confusão de nomenclaturas, como comentam Robba e Macedo (2010):

[...] o termo *praça* está normalmente associado a espaços ajardinados. Nas cidades brasileiras, qualquer espaço verde público, seja arborizado ou simplesmente gramado, um canteiro central de avenida ou espaço livre entre edifícios, é denominado praça. [...] A abrangência do termo gera distorções quanto à terminologia dos espaços urbanos, pois algumas áreas batizadas de praça são apenas canteiros ou jardins urbanos remanescentes do traçado viário (ROBBA E MACEDO, 2010, p. 16.).

A adaptação do conceito de praça importados da Europa para o Brasil fez com que diversos outros equívocos de nomenclatura e conceitos fossem se sucedendo e prejudicando a compreensão da organização do espaço livre. A falta de uma nomenclatura única para a abordagem do espaço livre gera ambiguidades de diversas ordens, inclusive quando se trata do conforto ambiental gerado pelas massas de vegetação. A falta de unanimidade do conceito de "área verde",

por exemplo, pode modificar seriamente alguns índices de qualidade de vida. Por exemplo, tomando-se uma praça que conforma um quarteirão, têm-se caminhos pavimentados, jardins, equipamentos e mobiliários de diversas naturezas e outros elementos que promovem a configuração espacial de outros tipos de espaços de permanência. Assim, contabilizando todo o quarteirão como área verde, ter-se-á um índice maior de área verde por habitante. No entanto, tomando-se como área verde somente a área permeável do terreno — canteiros e jardins — esse índice se reduz consideravelmente (CAVALHEIRO e NUCCI, 1998).

A discussão para a definição desses termos é salutar, na medida em que permite refletir sobre o uso equivocado de algumas expressões. Dada a dinâmica da vida contemporânea no espaço livre, é necessário rever algumas concepções antes que se prossiga o processo de análise evolutiva dos objetos que compõem o espaço, a fim de não criar interpretações irreais, que não refletem a condição espacial verdadeira que se pretende definir.

É importante ter em mente que essas áreas, definidas nessa discussão, devem corresponder a conceitos que tratem de objetos espaciais maiores, mas que não podem deixar de conter as microespacialidades, que são o que as pessoas realmente vivenciam. Por essa razão, não se pode chamar qualquer coisa de "praça".

As revisões sobre outros estudos da forma do espaço livre mostram que os conceitos encontrados, até então, não descrevem muito bem a realidade dos espaços livres de Belo Horizonte. Por isso, pretende-se, a partir do levantamento que se apresenta a seguir, caracterizar, classificar e discutir a construção do significado de objeto do espaço livre de alguns espaços denominados "praças" existentes da cidade, identificando as relações existentes entre o usuário e o "objeto praça"; a praça e o contexto urbano; e a conseqüente relação entre usuário e espaço livre urbano.

A seguir, serão apresentados estudos de caso sobre as formas dos espaços livres mais comuns em Belo Horizonte.

4.1 Praça-rotatória

A praça-rotatória é primordialmente um rotor que soluciona a confluência de uma ou mais vias. Esta forma é muito comum em bairros residenciais no cruzamento de duas ou mais vias coletoras, como é o caso da Praça Chuí, no bairro Alto dos Pinheiros, na região Noroeste de Belo Horizonte. Este tipo de praça, em geral, é ocupada pela população dos quarteirões vizinhos, muitas vezes, nem chegando a ter importância como espaço de uso público para o bairro como um todo. No caso da Praça Chuí, ocorrem festas promovidas pelas igrejas ou pelas escolas públicas e particulares instaladas nos quarteirões próximos. Não existem comércio fortes nos limites imediatos da praça; apenas bares de pequeno porte, o que torna a área muito pacata fora dos momentos dos acontecimentos sociais descritos.

A Figura 154 mostra o desenho da praça que é basicamente um círculo delimitado por uma via. Já a Figura 155 mostra a ambiência da praça com seus caminhos e canteiros.

Figura 154 - Inserção da Praça Chuí na malha viária do bairro Alto dos Pinheiros.



Fonte: Disponível em: <<http://maps.google.com.br/>> Acesso: 13/11/2011.

Figura 155 - Praça Chuí numa quarta-feira à tarde.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2011.

Apesar de a Praça Chuí ter um desenho muito bem delimitado, deve-se compreender que o limite do uso da praça não se restringe ao terreno central em forma de círculo. As residências que ficam nas esquinas das vias que desembocam na praça ainda fazem parte dela. Quando questionados sobre seu endereço, os moradores muitas vezes se referem não ao nome da rua para qual a residência tem frente, mas à Praça Chuí.

Ao longo do tempo, com o desenvolvimento do trânsito, principalmente nos bairros residenciais, muitas das praças do tipo rotatória acabaram sendo convertidas em cruzamentos como é o caso da Praça José Cavallini, no bairro Luxemburgo, em Belo Horizonte. As Figura 156 e Figura 157 mostram como o elemento central da praça (canteiro) foi retirado, transformando a rota circular em um cruzamento com eixos bem definidos e controlados por semáforos, antes inexistentes. A reforma propôs também a retirada dos estacionamentos e a inserção de bancos de concreto diante dos estabelecimentos comerciais. Mesmo após a reforma, o caráter de passagem não foi alterado nem se conseguiu estabelecer motivos para a permanência de pedestres.

Figura 156 - Praça José Cavalini antes da requalificação.



Fonte: Disponível em: <<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?p=41590616>> Acesso 13/11/2011.

Figura 157 - Proposta de requalificação da Prefeitura de Belo Horizonte para a Praça José Cavalini



Fonte: Disponível em: <<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?p=41590616>> Acesso 13/11/2011.

Antes da reforma, a Praça José Cavalini possuía uma determinada configuração da distribuição de suas microespacialidades. Os pontos de aglomeração ocorriam diante dos estabelecimentos comerciais existentes, mas a permanência se restringia a curtos espaços de tempo. Os passeios possuíam dimensões adequadas ao trânsito de pedestres e as esquinas eram ocupadas com vagas de estacionamento (Figura 157).

Com a reforma, as áreas de estacionamento foram incorporadas ao passeio alargando-o e criando pontos de parada com bancos, canteiros e arborização. Estas interferências criaram outras formas de microespacialidade e estabeleceram novos parâmetros para o desempenho das ações das pessoas, o que interferiu diretamente, especialmente, na componente *espacialização* destas ações. O fato de os passeios terem sido alargados deu aos usuários a possibilidade de permanecerem ali por mais tempo, inclusive assentando-se nos novos bancos. Mas, apesar de a configuração atual ter criado novas possibilidades de ocupação, o trânsito intenso ainda mantém os pedestres longe do local, ao contrário do que ocorre na Praça Chuí.

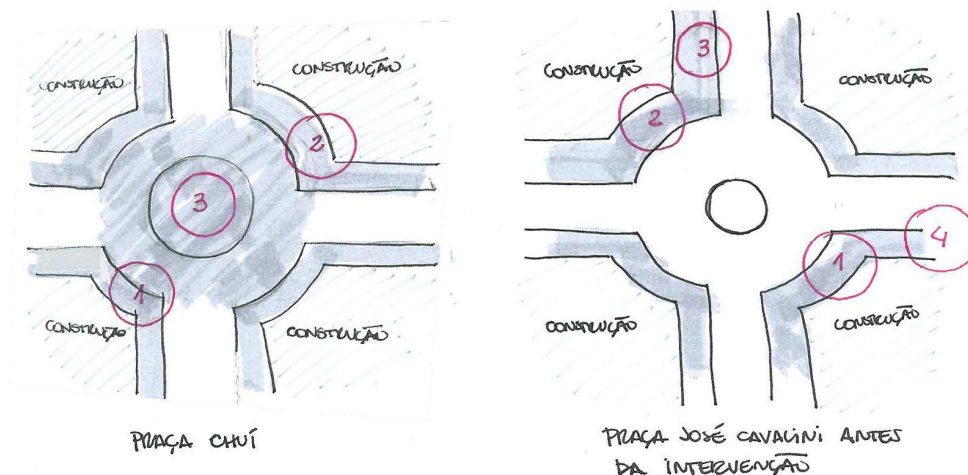
Comparando as formas de ocupação das duas praças, notam-se aspectos bastante relevantes no que diz respeito ao objeto do espaço livre. Na Praça Chuí, os usos mais frequentes ocorrem tanto na porção central (correspondente ao canteiro em forma de círculo) quanto na periferia da praça. Os dois estabelecimentos comerciais existentes não têm

grande força, mas ambos geram potenciais de permanência, pois as condições ambientais da praça refletem a tranquilidade da vida cotidiana de um bairro de classe média baixa da periferia.

Na Praça José Cavallini, antes e depois das intervenções, nota-se que os usos mais frequentes ocorrem sempre nas bordas, pois o comércio atrai os usuários para as porções periféricas da praça. Mesmo antes da reforma, o canteiro central já não era convidativo à permanência devido ao trânsito intenso de veículos. Ele possuía um diâmetro menor do que o canteiro da Praça Chuí, e continha um busto em homenagem ao senhor que dá nome à praça e alguns canteiros sem qualquer tipo de arborização.

Comparando-se as duas praças, observa-se que não apenas o desenho em forma de rotor influencia a ocupação da praça, mas também as condições do entorno. Toda essa rede complexa de interações entre os elementos leva a diferentes formas de ocupação e determinação dos limites dos objetos do espaço livre. A Figura 158 mostra como as manchas de ocupação do espaço da "praça" e algumas das microespacialidades se distribuem nos dois locais.

Figura 158 - Estudo comparativo entre os espaços livres fluidos da Praça Chuí e Praça José Cavallini.



Fonte: Elaborado pela autora, 2011.

Na Praça Chuí, as micro espacialidades correspondem respectivamente à 1) ocupação do passeio diante de uma pequena mercearia onde existe um banco de concreto improvisado; à 2) ocupação do passeio por um bar com mesas removíveis e 3) ocupações eventuais com eventos promovidos pela paróquia local, pela escola municipal ou pelos próprios moradores por meio do impedimento do trânsito na praça. A mancha em cinza corresponde então, ao espaço livre fluido que abrange a porção central, os passeios em torno da praça e mais algumas porções da esquina já nas ruas que desembocam na rotatória. O espaço livre fluido é, então, essa "região" denominada como "Praça Chuí" que ao mesmo tempo contém e permite a coesão das "microespacialidades" ocupadas pelos usuários. É importante notar que essa "região" é amorfa, não possui um perímetro bem definido, pois depende da percepção dos usuários. Isso se dá, porque não há uma divisão na percepção do usuário de onde acaba a praça e onde começa a rua. Existe aí, um sentido de fluidez do espaço livre, uma continuidade entre praça e malha urbana.

Algo semelhante ocorre na Praça José Cavolini. As ocupações levantadas na praça antes de seu redesenho eram: 1) a ocupação do passeio por um bar com a distribuição de mesas removíveis; 2) a espera de consumidores diante da padaria que tem catracas na entrada; 3) uma aglomeração diante de uma banca de revistas que coincide com um ponto de taxi; e 4) a ocupação do passeio com mesas por uma sorveteria. No caso da Praça José Cavolini, a mancha cinza representada na ilustração, mostra que o espaço fluido da praça, mesmo antes da reforma que acabou com o canteiro central em forma de círculo, correspondia às bordas e aos passeios, abrangendo também uma pequena porção das esquinas das ruas que desembocavam no rotor.

As condições ambientais estabelecidas pela Praça José Cavolini são bastante diferentes das existentes da Praça Chuí. Na Praça José Cavolini o ruído dos veículos é sempre muito incômodo e o comércio é intenso e concentra todo tipo de atividade, desde usos cotidianos como padaria, locadora e farmácias até serviços como reforma de calçados e entretenimento como bares e restaurantes. Por mais que tenha ocorrido o estímulo à permanência nas "novas esquinas" da praça, é praticamente impossível conversar num tom de voz normal ou ter área suficiente para brincar com o cachorro ou tomar sol com uma criança, ações que ocorrem na Praça Chuí.

Como outro exemplo de praça-rotatória em Belo Horizonte, tem-se a Praça da Bandeira (Figura 159) que não funciona efetivamente como um lugar de permanência. Apesar de ter sido dotada da função de carregar um caráter altamente simbólico, com base no fato de abrigar um símbolo cívico, a bandeira do Brasil, não é convidativa à permanência. O tratamento paisagístico, preocupado primordialmente com a estética e o tráfego intenso em seu entorno, impede que os pedestres permaneçam em seu centro, o que mostra que o aspecto visual não é um valor que atua sozinho para a sedução do usuário.

Figura 159 - Praça da Bandeira.



Fonte: Disponível em: <<http://www.flickr.com/photos/44523469@N04/4167009606/in/photostream>> Acesso 11/11/2011.

A Figura 160 mostra a implantação da Praça da Bandeira. O arco amarelo é o portal que suspende a bandeira do Brasil. O rotor não abriga grande quantidade de mobiliário restringindo-se a poucos bancos dispostos na porção sul da praça (parte inferior da foto).

Figura 160 - Vista aérea da Praça da Bandeira.



Fonte: Disponível em: <<http://maps.google.com.br/>>. Visitado em: 02/04/2012.

A forma da Praça da Bandeira não contribui para os usos que pressupõem permanência prolongada. O portal instalado num dos seus eixos impede uma visão panorâmica do local e a grande quantidade de veículos circulando no entorno da praça gera poluição tanto do ar quanto sonora. Deste modo, o pedestre precisa, primeiramente, esforçar-se para chegar ao centro do rotor. Quando atinge este ponto, precisa conviver com uma espacialidade em que o ruído intenso e a falta de sombreamento e vegetação são desmotivantes em relação à permanência.

Contudo, assim como a Praça José Cavallini, a Praça da Bandeira tem sua atividade mais intensa direcionada às bordas, onde existem tipos de comércio variado, mas não apenas de expressão local - drogaria, padaria, etc. -, mas de importância municipal. Existem aí algumas lojas de mobiliário residencial, armários planejados, floriculturas e outros.

Alguns dos exemplares de praças que servem como retorno não são circulares, como é o caso da Praça da Liberdade, que serve como elemento distribuidor de um grande fluxo de veículos. Como se acredita que não há uma manifestação pura das categorias de forma de praças, a Praça da Liberdade será utilizada como exemplo a seguir para a caracterização de outro tipo de praça: a praça-quarteirão.

Através desta análise, nota-se que ambas têm um uso que se espalha para os arredores da praça e não correspondem somente ao desenho do canteiro central original, o que leva a crer que as apropriações das praças do tipo rotatória dependem dos usos lindeiros para a ocupação de seu entorno e da velocidade com que os veículos a circulam para a ocupação de seu interior.

4.1.1 O caso da Praça Raul Soares

A Praça Raul Soares é um dos casos de praça-rotatória que dependeu de intervenções arquitetônico-urbanísticas para a recuperação da sua qualidade visual e ambiental. As intervenções tiveram, principalmente, a finalidade de reduzir a velocidade dos carros ao seu redor e a conseqüentemente aumentar a ocupação do rotor. (Figura 161).

Figura 161 - Vista aérea da Praça Raul Soares



Fonte: Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Pra%C3%A7a_Raul_Soares> Acesso: 13/11/2011.

Antes das intervenções de *traffic calming*, em 2009, a praça era circulada por veículos em alta velocidade, o que dificultava o acesso de seu centro. A situação expulsava os pedestres para as periferias da praça e era mais fácil contorná-la do que transitar por dentro dela. Essa situação tornava o centro do rotor inóspito e reforçava a apropriação dessa área por moradores de rua.

Após a reforma, foram inseridas travessias elevadas para pedestre e semáforos redutores de velocidade, o que, somado a intervenções no ajardinamento, poda das árvores, requalificação da pavimentação e mobiliário, estimulou o público a cruzar a praça novamente. No entanto, fora das travessias direcionadas, os canteiros centrais das pistas ainda são subdimensionados, impedindo a escolha de rotas alternativas por parte do pedestre (Figura 162).

Figura 162 - Desproporção do canteiro desencoraja rotas alternativas de pedestre na Praça Raul Soares.



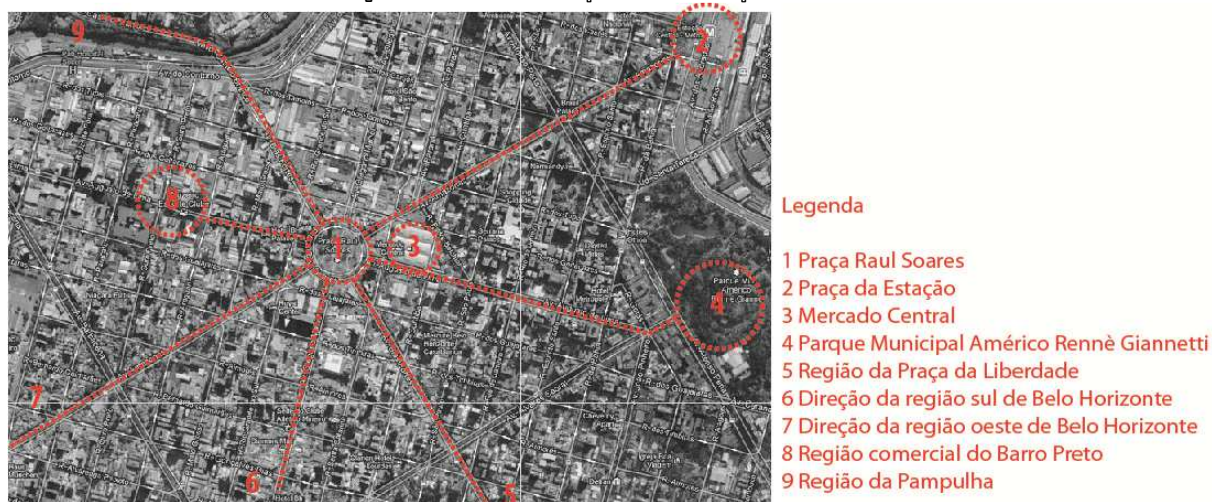
Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2011.

A Praça Raul Soares é uma das importantes centralidades existentes em Belo Horizonte e articula as regiões oeste e leste por meio da Avenida Amazonas; e as regiões central e sul por meio das Avenidas Bias Fortes e Olegário Maciel.

A Figura 163 mostra alguns dos pontos importantes ao redor da Praça Raul Soares que a transformam em um elemento pertencente a diversas rotas de caminhada e de deslocamento por meio de veículos automotores. Pela demarcação observa-se que a Avenida Amazonas, um dos principais eixos de acesso aos bairros da região noroeste e oeste de Belo Horizonte desemboca na praça e continua terminando na Praça da Estação. Este percurso é seguido não

apenas por veículos que seguem em direção ao baixo centro de Belo Horizonte como por pessoas que fazem as trocas de linhas de ônibus coletivos descendo nas redondezas da Praça Raul Soares e pegando a próxima linha na região da Praça da Estação (Figura 163).

Figura 163 - Estudo de inserção urbana da Praça Raul Soares



Fonte: Elaborado pela autora, 2011.

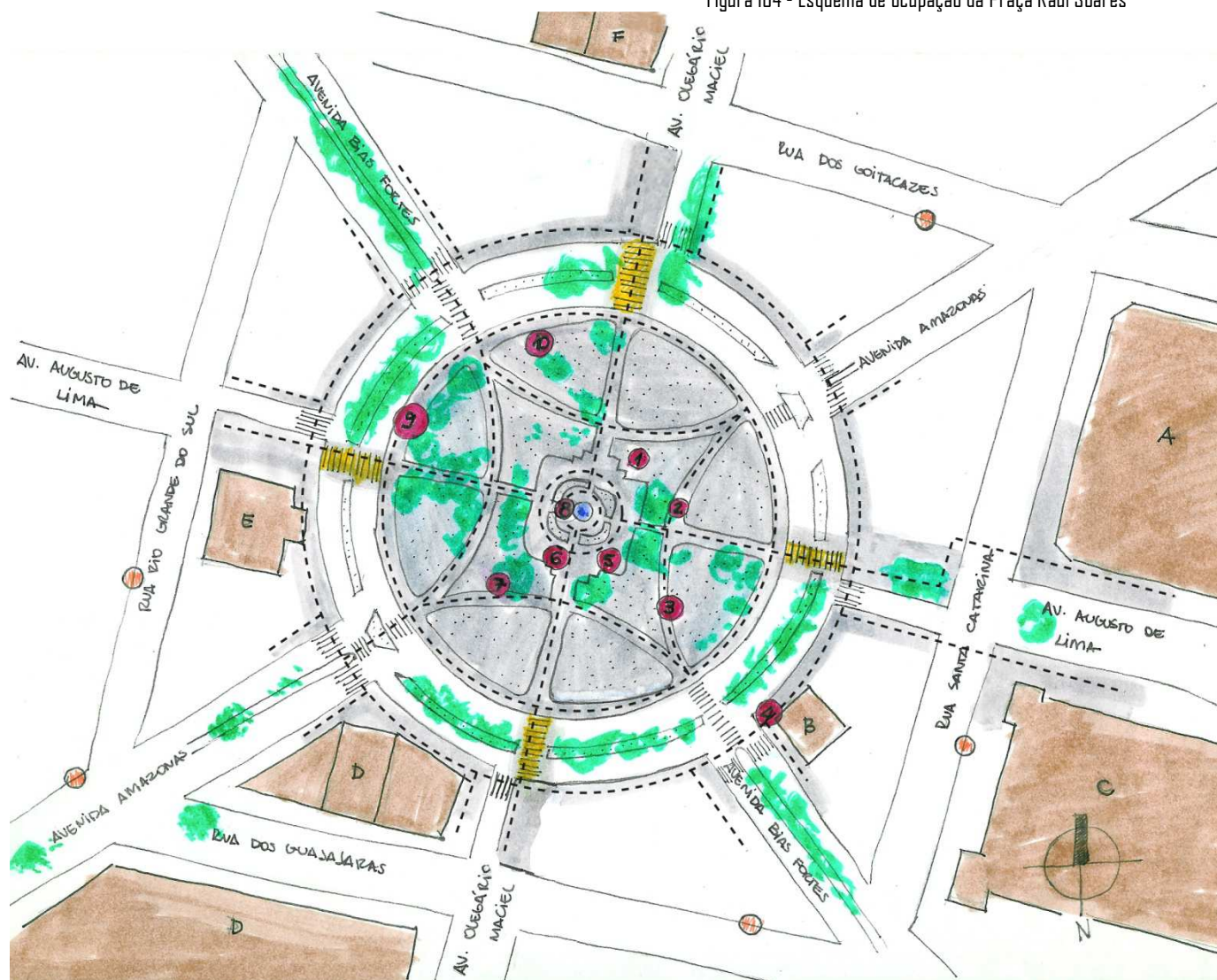
Próximo a este eixo de deslocamento encontra-se o Mercado Central de Belo Horizonte, que foi um dos elementos com o qual a prefeitura teve grande preocupação em articular à praça durante o programa de revitalização Centro Vivo, o que mostrou que a requalificação de uma região é mais importante do que ações de revitalização de equipamentos pontuais.

Outro eixo que passa pela Praça Raul Soares é a Avenida Augusto de Lima que conecta o Barro Preto, que concentra lojas de atacado e varejo do segmento de moda à região do Parque Municipal Renné Giannetti, no centro comercial de Belo Horizonte, onde se encontram grande número de edifícios comerciais e de serviço e lojas de todos os tipos de produtos.

A praça serve também como articulador entre a região centro-sul e a Pampulha, por meio do acesso ao Viaduto Elevado Castelo Branco e depois à Avenida Pedro II. Esta rota é uma das alternativas mais frequentadas por quem utiliza os transportes coletivos e faz a troca de linhas nas regiões em torno da praça.

O estudo da praça não ficaria completo sem a análise das ocupações que ocorrem em seu entorno e dentro do rotor, mostrando as microespacialidades que compõem a praça, por isso, a ilustração a seguir pontua algumas atividades mapeadas na Praça Raul Soares por meio de observação durante visitas e de outras fontes como entrevistas informais a usuários e vídeos do Youtube.

Figura 164 - Esquema de ocupação da Praça Raul Soares



LEGENDA

-  Área ocupada pela praça.
-  Pontos de Ônibus
-  Apropriações
-  Vegetação Arbórea
-  Edificações
-  Áreas ajardinadas
-  Faixa de pedestre
-  Faixa de pedestre elevada
-  Eixos de caminhos de pedestres.

Edificações

- A - Mercado Central de Belo Horizonte
- B - Bar Churrasco da Praça
- C - Minas Centro
- D - Edifício JK
- E - Igreja Batista
- F - Mercado Novo

Apropriações

- 1 - Criança brincando
- 2 - Caminhamento de pedestres
- 3 - Senhora passeando com seu cão
- 4 - Mesas de bar sobre a calçada
- 5 - Estudantes durante aula de desenho d
- 6 - Sorveteiro
- 7 - Casal de namorados
- 8 - Jovens se refrescando na fonte
- 9 - Pessoas praticando caminhada esportiva
- 10 - Moradores de rua

Fonte: Elaborado pela autora, 2011.

Em verde, têm-se as massas de árvores representadas com a densidade aproximada das copas. A representação das áreas ajardinadas é completada com as áreas hachuradas com pontos, que indicam não os desenhos das massas de cada espécie, mas o perímetro total das áreas permeáveis. Estas informações são importantes na medida em que se compreende que ocorrem ocupações sobre a grama e sob as árvores e que estes elementos são importantes na construção das microespacialidades ocupadas pelas pessoas.

Em marrom, estão marcados alguns dos edifícios importantes para a localização do usuário e para o cotidiano da praça. Dentre eles foram selecionados prédios de relevância histórica para a cidade, como o Mercado Central já citado anteriormente; o bar Churrasco da Praça, que apesar de ter tido seu nome alterado diversas vezes é um ponto tradicional; o espaço de convenções Minas Centro; o edifício residencial concebido por Oscar Niemeyer que homenageia o ex-presidente Juscelino Kubitschek, conhecido como Edifício JK; e a primeira sede da Igreja Batista em Belo Horizonte.

Em vermelho estão marcadas algumas das apropriações que ocorrem na praça. Iniciando a leitura no sentido horário e partindo dos pontos mais centrais para os extremos tem-se: 1) Uma criança que brinca com os pais; 2) Pedestres que percorrem a praça utilizando-a como atalho; 3) Uma Senhora passeando com seu cão; 4) Pessoas assentadas em mesas de bar removíveis sobre a calçada; 5) Estudantes que utilizam a paisagem da praça como objeto de desenho de observação; 6) Um sorveteiro que utiliza a praça como espaço de comércio; 7) Um casal de jovens namorando; 8) Jovens que se refrescam na fonte; 9) Pessoas praticando caminhada esportiva; e 10) Moradores de rua configurando um espaço habitável.

Estas apropriações ocorrem em função das condições das microespacialidades que formam o conjunto da praça e serão detalhadas a seguir. Mas, é importante compreender que o espaço livre que se compreende como praça não se atém somente ao traçado do rotor central ou a estas porções espaciais. Na Praça Raul Soares, o sentido de praça se espalha para além deste limite e ocupa uma região amorfa que inclui os passeios ao redor do rotor, as travessias elevadas de pedestre algumas áreas de esquina e principalmente os acessos ao Minas Centro e ao Mercado Central.

Esta área que corresponde ao que se entende como a área de apropriação está marcada em cinza na Figura 164 e foi demarcada instintivamente por meio de visitas ao local. Obviamente, a interpretação depende de quem avalia este limite, mas pode-se arriscar a dizer que esta relação estabelecida entre o desenho da praça e o que se percebe como espaço de uso de praça raramente se sobreporão de modo exato.

Os usos encontrados na Praça Raul Soares são os mais diversos, principalmente depois de sua requalificação. Na imagem a seguir (Figura 165), extraída de um vídeo realizado na Praça Raul Soares, aparecem imagens de uma criança

que brinca sob o controle dos pais. Essa atividade seria incompatível com a praça antes de ser restabelecida a sensação de segurança, pois a área em que o garoto se encontra era escondida por uma barreira alta de arbustos.

Figura 165 - Criança passeando na Praça Raul Soares.



Fonte: PEDRO... [200-?].

A poda dos arbustos modificou as condições de visibilidade do local drasticamente e ampliou o campo visual de quem passa atualmente pelo rotor da praça. A Figura 166 mostra pessoas transitando pela praça e utilizando-a como espaço de passagem. Como representado pelo estudo de fluxos (planta geral), a praça permite ao usuário cursar diversos caminhos entre pontos importantes da cidade de Belo Horizonte. Na Figura 166, percebe-se que a altura em que os arbustos se encontram podados atualmente permite que as pessoas observem o ambiente por cima dele.

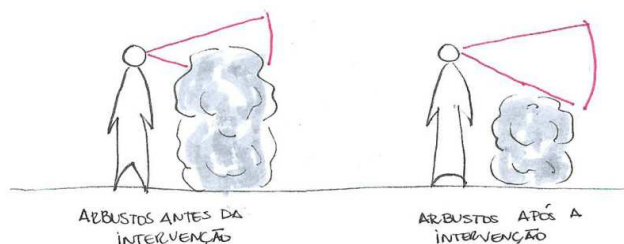
Figura 166 - Porção interna da Praça Raul Soares.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2012.

A alteração do porte da sebe de aproximadamente 150 cm para 90 cm modificou a microespacialidade dos caminhos que passam por dentro do rotor, e por esta razão a praça tornou-se adequada pra a prática de outras atividades. A Figura 167 mostra a alteração da relação de visibilidade.

Figura 167 - Estudo de visibilidade em relação à altura dos arbustos da Praça Raul Soares.



Fonte: Elaborado pela autora, 2011.

A Figura 168 também mostra uma atividade que só foi possível de ser desenvolvida com segurança após a intervenção no desenho da praça. A senhora passeia com o cão na porção central do rotor. Ela circula pelo espaço, despreocupada, numa manhã de domingo.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2012.

Na porção externa da praça, na calçada da esquina da Avenida Bias Fortes, o bar Churrasco da Praça utiliza a calçada como área de mesas para clientes (Figura 169). Apesar da qualidade ambiental não ser tão agradável, devido à poluição e ao ruído produzido pelos veículos, a tradicionalidade do bar é um apelo mais forte e atrai os clientes nos momentos em que o trânsito não é tão intenso, fora dos horários de pico.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2012.

No centro geométrico da Praça Raul Soares, tem-se uma fonte que pode ser interpretada como um dos elementos simbolicamente mais importantes para a revitalização. O ponto que antes não funcionava, atualmente é um elemento diante do qual os visitantes tiram fotos e param para admirar o espetáculo promovido pela combinação do movimento da água e das músicas que saem dos alto-falantes distribuídos pelo espaço. Neste sentido, a fonte é um elemento distrator do espaço e pode servir para a redução da velocidade das pessoas que passam por ali além de convidar à parada, interferindo na componente velocidade.

O ponto mais central da praça atrai atividades bastante curiosas. Durante as visitas ao local, encontrou-se um grupo de jovens praticando o desenho de observação. A microespacialidade escolhida pelos alunos para a prática da ação é

estrategicamente posicionado diante da fonte e sob uma árvore (Figura 170). Neste caso, pode-se dizer que a componente visibilidade é muito significativa. O espaço promove características tanto de proteção quanto de campo de visão bastante adequados.

Figura 170 - Jovens desenhando na Praça Raul Soares



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2012.

Outro grupo de jovens utiliza a água da fonte para se refrescarem. Este tipo de ação não é muito bem visto pelos guardas municipais, mas no momento em questão, não havia policiamento na praça. Neste caso, a componente espacialização é importante na medida em que se permite que o grupo pratique ações expansivas. Eles se movimentam dentro do espelho de água e se divertem com o fato de outras pessoas estarem os observando, algumas com ar de recriminação e outras com ar de entretenimento. Observa-se assim, certo grau de exibicionismo, o que mostra que a componente visibilidade, neste caso, também é uma componente que exerce um papel relevante durante a ação (Figura 171).

Figura 171 - Jovens se refrescando na fonte da Praça Raul Soares



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2012.

Como discutido anteriormente, a necessidade de ser observado durante ações que envolvem a troca comercial ditam muito a escolha do espaço para a implantação das bancas ou parada dos ambulantes. Na Praça Raul Soares, o sorveteiro se instala não onde há acumulação de pessoas, pois o desenho da praça como um todo estimula o caminhar e não a permanência. Neste sentido, nota-se que na Figura 172, o sorveteiro estabelece como ponto de

parada a porção espacial na qual consegue estar protegido do sol, mantendo seu conforto e ao mesmo tempo ser observado por quem passa.

A foto Figura 172 mostra à esquerda sob a sombra da árvore o sorveteiro e à esquerda, os jovens descritos anteriormente se refrescando na fonte.

Figura 172 - Foto panorâmica da Praça Raul Soares próximo à fonte.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2012.

Destaca-se que neste caso, a vegetação arbórea não é um elemento que garante grande grau de privacidade, mas permite a qualidade ambiental ao proteger as pessoas do sol. Ele escolhe o ponto em que há maior convergência dos caminhos, o núcleo diante da fonte, um eixo importante para o caminhar de pedestres, que é a continuação da Av. Augusto de Lima, via que conecta o Barro Preto (centralidade comercial) ao centro de Belo Horizonte (hipercentralidade comercial).

Já na Figura 173, a moradora de rua consegue estabelecer a privacidade utilizando uma microespacialidade sombreada, cercada por arbustos e delimitada por caixas de papelão. A área escolhida é ainda um ponto da praça em que não existe acesso direcionado por caminho ou pavimentação e está dentro de um dos canteiros formados pelo desenho da praça.

Figura 173 - Moradora de rua na Praça Raul Soares.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2012.

O ponto em questão também não corresponde à rota principal dentro da praça. O eixo em que ocorre maior circulação é o estabelecido pelo fluxo de pedestres que seguem do Barro Preto em direção ao hipercentro, ou à região centro sul, ou seja, a continuidade dos eixos das Avenidas Amazonas e Augusto de Lima. A moradora de rua se encontra entre a continuação dos eixos da Avenida Bias Fortes e Olegário Maciel, que dão acesso às regiões norte e leste e que não têm uma atividade comercial tão significativa quanto as outras avenidas. Portanto, além da condição ambiental, a condição urbana da microespacialidade contribui para o aumento da privacidade.

Na Figura 174, a visibilidade também é uma componente importante para a prática da ação. O casal de namorados se encontra assentado em um dos bancos implantados ao longo de um dos caminhos da praça. A porção espacial torna-se adequada na medida em que o sombreamento das árvores causa uma condição ambiental agradável.

Figura 174 - Casal de namorados na Praça Raul Soares.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2012.

Quando se observa o que o casal tem ao alcance de sua visão, nota-se que eles têm ao menos três possibilidades de paisagem. À esquerda, podem observar a fonte musical, diante de si, podem observar o movimento de pedestres que segue em direção à Avenida Amazonas e à direita podem observar o movimento da própria avenida. Estes distrativos podem servir como elementos de atração da curiosidade e podem levar o casal a aumentar seu tempo de permanência no local.

Na Figura 175, o trio de senhores aproveita o caminho externo do rotor para a prática esportiva da caminhada. Num domingo pela manhã, não há tantos pedestres adentrando a praça e cruzando perpendicularmente o caminho que eles utilizam. Assim, a componente velocidade da ação de caminhada é aumentada, pois não é necessário que eles interrompam sua ação para não esbarrarem em outras pessoas.

Figura 175 - Grupo de idosos caminhando na Praça Raul Soares.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2012.

Outro fator que interfere na velocidade, neste caso, é a qualidade da pavimentação. Dentre todas as intervenções descritas, a recente requalificação da praça garantiu também que o piso da praça fosse recuperado e por isso, não existem falhas, irregularidades significativas ou buracos na calçada. Apesar de a calçada portuguesa ser um tipo de piso que causa instabilidade para certos calçados, ela é apropriada para o caminhar quando se utiliza calçados esportivos e confortáveis.

Como se pode observar através desta análise, a Praça Raul Soares, após sua requalificação, atraiu usos que dependiam de qualidades espaciais que antes eram inexistentes e pela dificuldade do acesso ao rotor pela grande velocidade de circulação dos veículos em seu entorno. Sendo um elemento implantado numa região com grande circulação de pessoas e com grande número de acessos garantidos pela quantidade de vias que desembocam no rotor, a praça possuía um grande potencial de apropriação. As soluções "arquitetônicas" para o lugar foram, então, de fundamental importância para que se criassem as microespacialidades adequadas às ações mais triviais da vida cotidiana: o passeio com o cão, a caminhada esportiva, o namoro.

Quanto à forma da praça, sendo ela uma praça-rotatória, observa-se que como nos casos citados anteriormente, a Praça Raul Soares tem um espaço fluido que não se atém somente ao limite de seu rotor, mas ocupa também os limites imediatos e porções das esquinas.

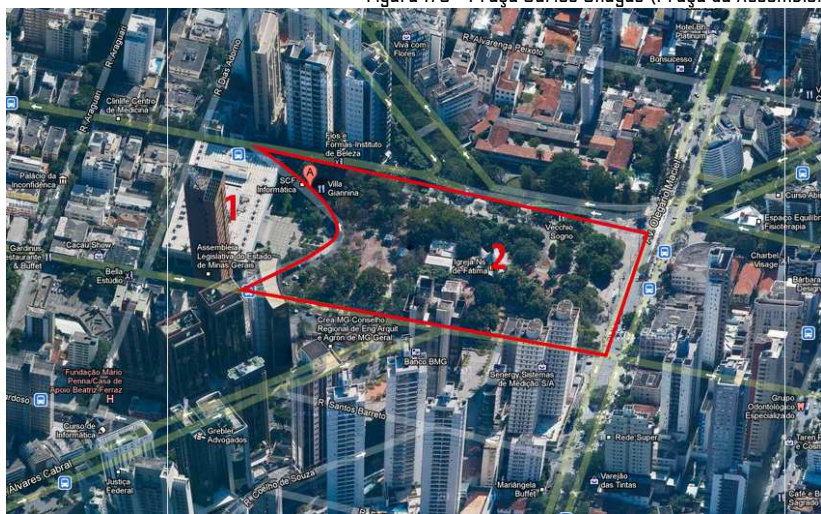
Na Praça Raul Soares, sem as intervenções que facilitaram o acesso de pedestres com travessias elevadas e a redução do trânsito por meio da implantação de semáforos, o acesso ao rotor seria limitado, e mesmo existindo a "solução arquitetônica" de design, não haveria a solução "urbana" de possibilidade de acesso. Quando foi reestabelecido o sentido de espaço livre fluido da praça, ela voltou a ser utilizada.

4.2 Praça-quarteirão

Como o próprio nome diz, as praças deste tipo têm uma morfologia configurada como um quarteirão; ou seja, com a forma, a princípio, retangular e com limites bem estabelecidos pelas vias que a circulam.

A Praça Carlos Chagas (Figura 176), conhecida popularmente como "Praça da Assembleia", é um exemplo desse tipo. O quarteirão que conforma a praça, não é edificado e tem uma circulação constante de veículos em seu entorno. Ao contrário das praças do tipo rotatória, no caso da Praça Carlos Chagas, sua relação com o entorno não ocorre com tanta intensidade, fazendo com que o espaço percebido como praça corresponda realmente aos limites do quarteirão.

Figura 176 - Praça Carlos Chagas (Praça da Assembleia).



Legenda

- 1 Assembleia de Minas Gerais
- 2 Igreja de Nossa Sra de Fátima
- Limite da Pç Carlos Chagas

Fonte: Disponível em: < <http://maps.google.com.br/> > Acesso 03/01/2012.

A vista aérea da Praça Carlos Chagas (Figura 176) mostra o Edifício da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (à esquerda) e a Igreja de Nossa Senhora de Fátima (em forma de estrela), em meio às árvores, no centro da Praça. Nota-se que o lote correspondente ao edifício da Assembleia Legislativa de Minas Gerais é propositalmente subtraído do desenho da praça ao se incluir uma via de desenho triangular, que separa o quarteirão em duas porções dentro de um mesmo intervalo de área não edificada na cidade.

A falta de uma conexão mais intensa em relação ao entorno configura uma inserção urbana menos fluida e mais centralizada na própria praça em razão das atividades abrigadas nos edifícios que compõe sua superfície fronteira limítrofe. Na região, os edifícios são do tipo residenciais, comerciais, ou institucionais, e chegam possuir de dez a quinze pavimentos, tendo alguns deles suas próprias áreas de eventos e convenções, não requerendo a própria praça como área de espera ou espaço de recepção. Pontua-se, assim uma característica importante deste tipo de praça: quando implantadas sem relação importante com o entorno, e quando configurada por quadras de grande porte, as praças-quarteirão podem tornar-se barreiras urbanas, principalmente aos veículos e aos pedestres quando cercadas ou de difícil acesso.

No caso da Praça Carlos Chagas, o limite do quarteirão é bem marcado pelas vias que a circundam sendo reafirmado pelos elementos constituintes da superfície fronteira. De um lado pelos edifícios de grande porte e do outro, já nas bordas do quarteirão da praça, por uma sequência de árvores de médio porte plantadas com as copas muito próximas umas das outras, o que cria uma verdadeira barreira visual verde.

A Figura 177 mostra a proximidade e a influência da paisagem urbana na ambiência da praça, e como também o uso da vegetação gera a sensação de que se está num ambiente diferente do que se entende como "espaço da rua". O isolamento não é total, pois ainda se sente a presença das condições sonoras e visuais do ambiente urbano.

Figura 177 - visão do limite do quarteirão da Praça Carlos Chagas.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2011.

A altimetria desproporcional dos edifícios em relação ao observador que se encontra na praça somada à massa arbórea contribui para que outros elementos, como os prédios da Assembleia de Minas Gerais e a Igreja de Fátima, com no máximo dois pavimentos, e localizados na porção interna do quarteirão da praça configurem pontos de interação mais fortes. Esta estratégia projetual reforça não apenas o limite, mas a intensidade de uma força centrípeta da praça atraindo os usuários para porções mais internas.

Nota-se, na Praça Carlos Chagas, certa contradição em relação ao objeto arquitetônico-urbanístico. Quando observada por fora, a praça parece ser um objeto único contido em uma quadra. No entanto, quando se está na porção mais interior do quarteirão, tem-se a noção de que ele é fragmentado em pelo menos quatro partes principais¹³ setorizadas a partir da implantação da Igreja de Nossa Senhora de Fátima (Figura 178).

¹³ Essas microespacialidades foram estudadas neste trabalho no capítulo correspondente à análise da relação das características espaciais com as componentes da ação

Figura 178 - Vista aérea da Praça Carlos Chagas.



Fonte: Disponível em: <<http://maps.google.com.br/>>. Visitado em: 02/04/2012.

Quando se está de frente para a entrada da igreja que fica diante da Avenida Olegário Maciel (Figura 179) tem-se um pátio sombreado que funciona como espaço de recepção antes da missa.

Figura 179 - Foto panorâmica do pátio diante da entrada da Igreja de Nossa Senhora de Fátima



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2012.

À direita da igreja, tem-se uma porção sombreada e com bancos. A via é de mão única e dá acesso ao interior do bairro, por isso, esta porção da praça é mais tranquila e tem menos ruídos de veículos (Figura 180).

Figura 180 - Porção lateral da Praça Carlos Chagas.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2012.

A porção que ocupa os fundos da igreja em frente à entrada do edifício da Assembleia Legislativa de Minas Gerais configura-se como um pátio somado a um playground e é a porção mais utilizada da praça, pois também abriga o coreto e equipamentos de ginástica (Figura 181).

Figura 181 - Foto panorâmica do pátio posterior à Igreja de Nossa Senhora de Fátima.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2012.

A última porção abrange a lateral à esquerda de Igreja de Nossa Senhora de Fátima, entre o edifício da igreja e a Rua Rodrigues Caldas, que conecta a Praça Carlos Chagas à Praça da Liberdade. Esta porção da praça é bastante arborizada e possui tratamento paisagístico dos canteiros com um adensamento arbóreo e espécies arbustivas de médio porte, o que acaba configurando pequenos espaços íntimos delimitados pelas informações pontuais dos troncos das árvores e pelos bancos espalhados entre eles (Figura 182).

Figura 182 - Limite da Praça Carlos Chagas



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2012.

Outro exemplo de praça do tipo quarteirão, que também foi bastante trabalhado como exemplo de micros espacialidades nos capítulos anteriores, mas com uma forma não retangular, é a Praça Israel Pinheiro, conhecida também como "Praça do Papa" (Figura 183). A praça tem o desenho de gota seccionada por uma via que divide a forma

em um círculo, que funcionava como rotatória, e um triângulo que funciona como um grande canteiro central, dividindo as duas mãos de circulação da Avenida Agulhas Negras.

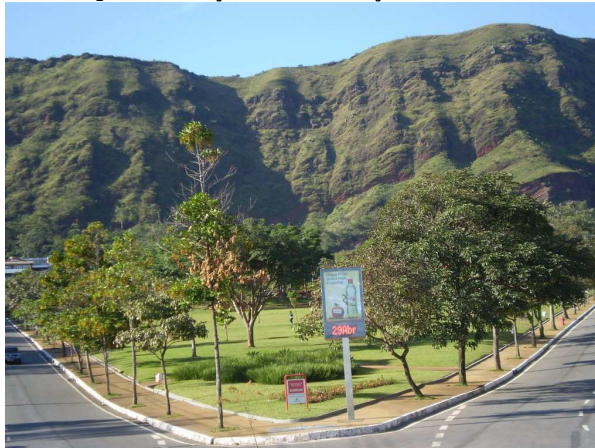
Figura 183 - Praça Israel Pinheiro (Praça do Papa).



Fonte: Disponível em: <<http://www.overmundo.com.br/guia/praca-do-papa>> Acesso: 18/01/2012.

Devido ao aclave do terreno, o espaço é seccionado em platôs exaustivamente citados nos estudos das relações das condições espaciais sobre as componentes da ação.

Figura 184 - Porção inferior da Praça Israel Pinheiro.



Fonte: Disponível em: <http://www.flickr.com/photos/breno_dahyer/5541185286/> Acesso: 18/01/2012.

As condições espaciais das duas porções da praça mostram que pelo porte da praça-quarteirão, ela pode abrigar diversas microespacialidades e este é um dos fatores que a torna tão diversa e a transforma em um local constantemente utilizado para muitos fins.

Os dois exemplos dados — Praça Carlos Chagas e Praça do Papa — possuem semelhanças significativas no que diz respeito à forma de inserção e ao uso. A escala dos objetos permite certo isolamento do ambiente urbano, mas ainda sem configurar um rompimento total como quando se está inserido, por exemplo, em uma grande reserva florestal ou área rural. Apesar de terem dimensões de algumas centenas de metros, por serem acessadas de diversos ângulos, não são objetos isolados na malha urbana nem configuram barreiras, pois podem ser transpostos pelos pedestres e circulados pelos veículos sem grandes necessidades de desvios de rota.

A forma dos caminhos e a disposição dos canteiros são fundamentais para a construção das características espaciais diferentes dentro da praça-quarteirão. Na praça-quarteirão, os caminhos são o elemento articulador entre espaços de permanência e espaços de passagem e são o que permite a coesão entre os elementos construtivos e os marcos visuais. Eles se desdobram por meio da disposição do mobiliário, das árvores e da paginação do piso e pelas áreas sombreadas. A sucessão de nichos próximos é uma das condições que cria a conexão entre os núcleos maiores, permitindo que se compreenda o espaço da praça como único, ainda que existam condições que o fragmentem, como é o caso da Igreja de Nossa Senhora de Fátima da Praça Carlos Chagas e os platôs da Praça Israel Pinheiro.

Da mesma maneira que os exemplos têm semelhanças, nota-se uma grande diferença quanto às forças que direcionam a ação de quem as utiliza. Se fosse possível vetorizar as forças que atraem a visão das pessoas para dentro ou para fora de um ambiente, dir-se-ia que a Praça da Assembleia tem o vetor predominante da força centrípeta, enquanto a Praça Israel Pinheiro tem forças duais, centrípeta e centrífuga. A Praça da Assembleia configura um quarteirão mais "internalizado", que carrega suas atrações em sua própria forma. Os elementos da própria praça (playground, bancos, coreto) são os objetos usufruídos pelo usuário. Já na Praça Israel Pinheiro a força centrípeta atrai as pessoas ao centro, para desfrutarem das microespacialidades oferecidas, enquanto a força centrífuga é gerada pela sedução do olhar pela magnífica paisagem existente nos limites da praça que abrangem tanto a cidade de Belo Horizonte quanto a Serra do Curral.

A Praça do Papa tem uma vocação muito forte de espaço para a apreciação, dada a forma com que está inserida na cidade. Assim, a relação com o entorno não se dá com a superfície fronteira que é ocupada por residências unifamiliares de alto padrão aquisitivo, mas em relação à linha do horizonte. Por estar numa região muito alta e ser configurada em platôs muito amplos, a força dos elementos externos (a paisagem) é muito significativa, o que direciona o olhar predominantemente para fora das centralidades do ambiente (força centrífuga).

Nos dois casos, nota-se que a relação com o entorno é muito importante para que se defina a vocação da praça-quarteirão. Em ambos os casos os edifícios lindeiros não estabelecem vínculos importantes como quando se tem o comércio. Desse modo, percebe-se então, que as praças do tipo quarteirão tem uma tendência dual assim como as rotatórias de estabelecerem vínculos com o entorno quando este propõe atividades de comércio (ou outro atrativo), ou de atrair o usuário para porções mais internas, onde ele encontrará possibilidades de lazer, esporte, ócio ou comércio informal.

Extrapolando a análise pode-se dizer também que as praças quarteirões podem vir a funcionar como rotores, uma vez que podem ser circuladas por veículos em todos os lados, assim como a praça-rotatória. Mas, uma das diferenças fundamentais é que a praça-quarteirão pode abrigar mais de uma ambiência e diversos tipos de centralidade, enquanto que na praça-rotatória a forma circular valoriza muito o ponto central do desenho.

4.2.1 O caso da Praça da Liberdade

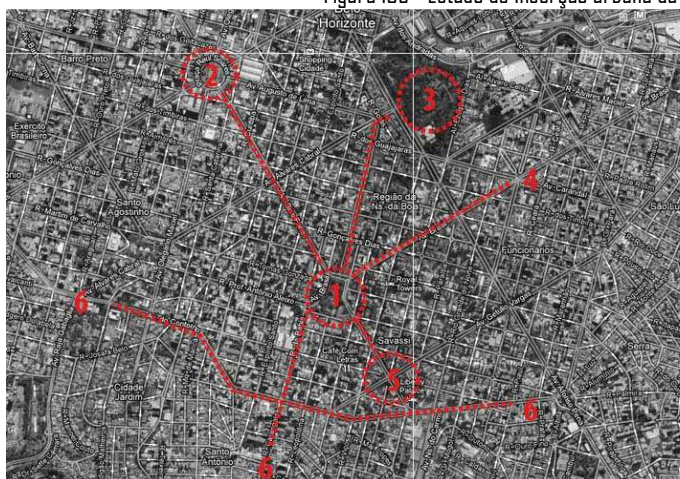
A Praça da Liberdade é uma praça-quarteirão conformada pela intersecção das Avenidas Brasil, Bias Fortes, Cristóvão Colombo e João Pinheiro. O sentido de circulação das vias estabelece o movimento dos veículos. A Praça da Liberdade poderia ser considerada uma praça-rotatória, mas não o é porque possui dimensões maiores do que as que se encontra comumente em rotores, e ainda carrega grande complexidade no que diz respeito ao número de micro espacialidades, desvincilhando-se da força que o ponto central do rotor estabelece no desenho das praças-rotatórias.

O quarteirão que conforma a praça se insere no tecido urbano de maneira a se confundir com o espaço livre da rua sendo quase compreendida como uma continuidade dos passeios. Na medida em que serve de conexão e abriga edifícios históricos significativos, a praça acaba por permitir diversos percursos internos, servindo, inclusive, como atalho para se cruzar, a pé, entre ruas paralelas.

O espaço livre, devido às condições ambientais e de implantação da Praça da Liberdade, não se comporta como barreira urbana, mas, sim, convida à ação de passagem e, ao mesmo tempo, incentiva a permanência e o lazer.

A Figura 185 mostra a Praça da Liberdade e sua articulação dentro da malha urbana, estabelecendo suas relações com elementos e regiões mais próximas.

Figura 185 - Estudo de Inserção urbana da Praça da Liberdade.



Legenda

- 1 Praça da Liberdade
- 2 Praça Raul Soares
- 3 Parque Municipal Américo Renné Giannetti
- 4 Região Hospitalar
- 5 Praça Diogo Vasconcelos
- 6 Acessos aos bairros residenciais da região sul de Belo Horizonte

Fonte: Elaborado pela autora, 2011.

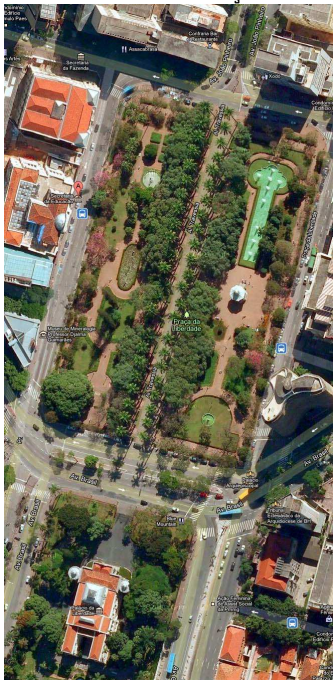
A praça conecta elementos importantes de Belo Horizonte, servindo principalmente de elemento articulador entre a região central (comercial) e a zona sul (residencial e de serviços). A partir do eixo da Avenida Bias Fortes e depois da Avenida Cristóvão Colombo, articula-se a Praça Raul Soares com a Praça Diogo Vasconcelos, conhecida como "Praça da Savassi". As duas regiões têm caráter comercial e pontuam-se como centralidades econômicas importantes em Belo Horizonte.

Conectando a região da Avenida Afonso Penna, próxima ao Parque Municipal Américo Renné Giannetti, com a região residencial da zona sul, tem-se o eixo formado pela Avenida João Pinheiro e Rua da Bahia, que, ao ser prolongado, se encontra com a Avenida do Contorno, de onde se distribui o fluxo em direção aos bairros Cidade Jardim, Santo Antônio, São Pedro e etc.

A praça se articula ainda à região hospitalar por meio da Avenida João Pinheiro, que parte da alameda central e desce em direção ao hipercentro. A alameda que acompanha o eixo longitudinal da praça, a princípio, funcionava como via de circulação de veículos, mas foi fechada, dando espaço ao pedestre e integrando as duas porções da quadra que eram originalmente separadas.

A Figura 186 mostra em vista aérea, a conformação retangular da praça. Na porção superior da foto, observa-se a Avenida João Pinheiro desembocando perpendicularmente a uma das arestas do quarteirão da praça. Na porção inferior da imagem, vê-se o Palácio da Liberdade, disposto no fim do eixo da alameda central.

Figura 186 - Vista aérea da Praça da Liberdade.



Fonte: Disponível em: < <http://maps.google.com.br/> > Acesso 03/01/2012.

A Figura 187 ilustra a chegada à praça ao se prosseguir pelo eixo da Avenida João Pinheiro. O plantio ritmado das palmeiras é utilizado como estratégia de reforço da perspectiva. Apesar de o tipo de pavimentação da alameda ser um forte elemento indicativo da separação entre as duas metades do quarteirão quando percebido em planta, no nível do observador, esta espacialidade não é um elemento que secciona a praça de modo enfático. Por ter o trânsito de veículos impedido, a alameda se configura como uma microespacialidade única, e torna-se apenas mais uma "peça" na concepção do todo. Como a linguagem arquitetônica de pavimentação, paisagismo e mobiliário tanto de um lado quanto do outro é muito próxima, não se percebe a praça como uma junção de fragmentos.

Figura 187 - Alameda central da Praça da Liberdade enquadrando o Palácio da Liberdade



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2011. Autoria: Verônica Cruz.

Apesar de, a princípio, ser configurada por um quarteirão claramente limitado por vias de trânsito intenso e parecer um objeto fechado em si mesmo, a Praça da Liberdade tem uma forte relação com os edifícios que a cercam. Seu eixo longitudinal termina enfatizando a antiga sede do governo do estado: o Palácio da Liberdade e nas porções laterais nota-se que os outros edifícios se abrem em direção à praça e se relacionam com ela de modo a torna-la um tipo de ante-hall de entrada.

Ao contrário da Praça Carlos Chagas, a Praça da Liberdade estabelece relação direta com os edifícios no seu entorno devido aos tipos de uso presentes. Completando o conjunto arquitetônico, têm-se alguns edifícios do período eclético, que abrigavam algumas secretarias do governo estadual e outros edifícios icônicos, como o edifício residencial Niemeyer e o edifício conhecido como a "Rainha da Sucata". É importante observar que a relação com os edifícios do entorno — além do Palácio da Liberdade — se dá de maneira muito próxima, dada a forma com que esses objetos foram implantados em relação à rua. As escadarias, principalmente dos edifícios ecléticos, somados às portas bem demarcadas convidam à entrada (Figura 188).

Figura 188 - Alameda central da Praça da Liberdade enquadrando o Palácio da Liberdade.



Fonte: Disponível em: <<http://www.belo Horizonte.mg.gov.br>> cessado em: 18/01/2012.

Recentemente inaugurou-se o Circuito Cultural da Praça da Liberdade, que propõe a transformação dos edifícios que comportavam as secretarias do governo do estado em museus e centros relacionados a ações educativas,

informativas, turísticas e de lazer. Mas, mesmo assim, as escadarias não são efetivamente apropriadas, pois há sempre a vigilância da polícia militar ou da guarda municipal, que requisita que as pessoas não se assentem diante dos edifícios para não prejudicar o ingresso dos visitantes a eles.

A discussão sobre a Praça da Liberdade não se restringe somente a suas questões relacionadas ao uso. Mesmo deixando de abrigar as funções administrativas do governo do estado, ela ainda possui o valor simbólico relacionado a um centro cívico.

Quando a praça abrigava o centro do poder administrativo estadual, justificava-se o uso deste espaço para manifestações de classes diversas diante das secretarias ou do palácio. Recentemente com a inauguração do Circuito Cultural da Praça da Liberdade, as funções administrativas foram substituídas por outras, e a praça não é mais o local onde se encontram as autoridades que podem tomar atitudes frente às reivindicações dos manifestantes. Mesmo assim, eventos deste tipo permanecem ocorrendo.

A manifestação ideológica caracteriza-se pela disseminação de algum tipo de pensamento ou convicção. No espaço livre, podem-se encontrar dois tipos de manifestação, uma que parte do poder administrativo vigente e outro que parte do cidadão comum.

O poder administrativo vigente pode utilizar o espaço livre como lugar da manifestação de autoridade e propaganda de governo. Ações como a requalificação de espaços públicos degradados, são atitudes de grande visibilidade e servem de demonstrações de eficiência do Poder Público. Isso ocorre porque os espaços públicos constituem a imagem urbana. Uma cidade com grande número de obras é sempre sinônimo de um lugar próspero econômica e socialmente (SERPA, 2007).

A ação de modelar o espaço público é então um ato político quando parte do poder vigente. Gehl (2010) defende o projeto de requalificação urbana como ferramenta de interferência na vida cotidiana. Para o autor, a história da humanidade mostra como as cidades moldam seus habitantes e como seus habitantes moldam a cidade, numa relação dual e equilibrada. Como exemplo, cita as estratégias do Império Romano para consolidar a submissão da população, ao estabelecer formas rígidas para as cidades colônia, o que favorecia sua força militar. Menciona também a reforma de Paris, por Haussmann, que permitiu o controle militar da população por meio da abertura dos grandes bulevares.

A manifestação de poder não necessariamente se mantém apenas no controle do traçado urbano. Na França, os jardins de Versalhes, por exemplo, demonstram a força do poder do rei Luis XVI, o Parque Buttes-Chumont registra a autoridade de Napoleão III e o Parque de La Villete, o do presidente François Mitterrand (SERPA, 2007). Na América Latina, a linguagem arquitetônica, nascida sob a influência de Corbusier, mostra uma sociedade disposta a se

desenvolver e se inserir no cenário político influente mundial (ROMERO, 2001). Todos estes exemplos ilustram discursos ideológicos materializados no espaço.

Sendo o espaço público um lugar de manifestações de ideias, ele pode tornar-se também opressor e excludente. Deste modo, o raio de influência de um espaço livre urbano interfere diretamente em sua administração política, como mostra Serpa (2007) ao criticar a falta de acesso por parte da população a espaços livres públicos de qualidade. O autor enfatiza a diferença entre ações de políticas que visam servir de propaganda para discursos políticos panfletários e ações de requalificação efetiva de áreas urbanas degradadas. Ele se refere às requalificações superficiais feitas nos espaços públicos como ações que buscam a "hipervisibilidade política", ou seja, aquelas que recuperam a qualidade visual do espaço, mas o mantêm como propriedade exclusiva de alguns grupos, geralmente, elitistas.

A escolha pela revitalização de espaços públicos degradados como estratégia de propaganda de governo aponta para aquelas que se inserem em locais com grande fluxo de pessoas ou que sejam cartões-postais das cidades, pois, uma vez "maquiada" a região, impõe-se uma imagem "imediata" e superficial de boa administração pública e, conseqüentemente, boa qualidade da vida naquele centro urbano. O autor cita casos da região da orla da Capital do estado da Bahia, Salvador, da qual a população de baixa renda foi excluída a fim de restaurar a sensação de bem-estar dos turistas. Neste caso, para que o objetivo fosse alcançado, os laços da população local com o ambiente foram rompidos em detrimento da necessidade do poder vigente e transformar um lugar ocupado pela população de baixa renda em centro de comércio e lazer de classes abastadas.

Como mencionado anteriormente, o espaço livre não é o lugar de manifestação política apenas do poder vigente. Assim como o Poder Público utiliza as ruas, praças e parques para disseminar discursos de ordem, também a população é capaz de defender seus ideais. Em relação a este ponto, Abrahão (2008) propõe um resumo histórico-crítico sobre os autores que abordaram de alguma maneira o espaço público com espaço político. Os primeiros questionamentos apontados partem da obra de Hanna Arendt, quando a autora defende a vida pública não apenas como lugar da não intervenção, mas também como o lugar da livre possibilidade de expressão e de manifestação da democracia¹⁴. Neste sentido, o espaço livre público teria papel significativo na medida em que serve de suporte para estas ações. E, indo um pouco além, a forma do espaço torna-se determinante na medida em que pode permitir ou restringir as manifestações dependendo se foi ou não projetado com microespacialidades adequadas para admitir reapropriações.

Abrahão (2008) utiliza também conceitos de Marilena Chauí e Borja para discutir a indissociabilidade entre democracia e espaço público. Isso leva a refletir sobre a necessidade humana de expressão que sempre irá existir, porque é importante à vida em comunidade. No ponto em que se encerra a possibilidade de manifestação livre, sendo no espaço

14 APUD ABRAHÃO, Sérgio Luís. Espaço público: do urbano ao político. São Paulo: FAPESP, 2008.

físico ou no virtual, tem-se a redução da produção de ideias por consequência a inviabilidade do sentido de comunidade e a opressão individual. Neste sentido, uma hipotética supressão do espaço público acarretaria o fim da democracia.

Apresenta-se também a forte convicção de Borja de que o espaço público é um instrumento para resgatar a democracia ameaçada pela fragmentação e privatização dos espaços urbanos. Na concepção de Borja, o espaço público é o que realmente tem significado na construção do espaço urbano. Por isso é fundamental para a cidade. Borja (apud ABRAHÃO, 2008) denomina estes lugares onde pode haver manifestação política de "espaço cidadão" e não inclui neste conceito espaços residuais, jardins entre prédios, a rua e os vazios urbanos determinados como públicos juridicamente. Para ele, o espaço público é também o espaço da manifestação social.

Neste contexto, a forma do espaço tratada como um dos elementos que permite a leitura, compreensão e interpretação do usuário sobre o espaço urbano, e é muito importante para a constituição do "espaço cidadão".

Dentro desta mesma lógica, Huet (apud ABRAHÃO, 2008), critica a estrutura da cidade moderna, que transformou o espaço público em área residual e amorfa, chamando estas áreas sem forma de "espaço verde". O autor atribui muita importância à forma do espaço público como solução projetual capaz de introduzir significado a este espaço. Apenas a partir da construção do significado pode ocorrer a apropriação, e a consequente manifestação da democracia.

Bernard Huet se posiciona a favor da diversidade de formas nas edificações arquitetônicas e combate o modismo da forma como era pregado pelos americanos. Vê o espaço público como estruturador da cidade e percebe a relação entre o centro urbano e o espaço público como bastante íntima.

O espaço livre pode ser visto desse modo, como o elemento aglutinador da cidade, o que mantém coesos os elementos que pertencem ao espaço urbano. Por relação lógica, a interface entre os elementos públicos e privados são significativos para a construção de uma visão da cidade como elemento único.

Solá-Morales (apud ABRAHÃO, 2008) acredita que as fachadas, principalmente dos edifícios com boa arquitetura, participam do espaço público e que o espaço público participa da esfera da vida privada. Por isso, a intervenção não deve ser em um ou outro âmbito, mas no conjunto formado pelo que é público e pelo que é privado, a fim de transformar os espaços coletivos particulares em espaços públicos. É importante pontuar que o autor não faz distinção entre público e privado no que diz respeito ao espaço coletivo, sendo tanto o espaço coletivo de uso particular quanto o espaço coletivo de uso público compreendido como espaço de manifestação pública.

Levando em consideração as reflexões propostas por esses autores, chega-se à conclusão que, de qualquer maneira, o espaço público é, sim, espaço de manifestação política e de manifestação social. Mas, é preciso compreender que a

propriedade do uso do espaço público para manifestação de princípios ideológicos não exclui sua propriedade para a manifestação da vida corriqueira dependente da identificação pessoal e individual com o lugar.

Em suma, o espaço livre público serve então, como suporte para a manifestação de forças ideológicas (tanto governamentais como populares), mas também ao uso democrático cotidiano da vida em comunidade. Não se pode ignorar, no entanto, que a escolha de um ou outro tipo de manifestação depende da localização e da forma do espaço público.

Um espaço para a manifestação popular, geralmente, situa-se em pontos estratégicos que garantem grande visibilidade, próximo a sedes de governo, em regiões de grande trânsito de pessoas e veículos. Manifestações sindicais, por exemplo, são notadas quando interrompem o trânsito em vias urbanas principais. Assim, existindo uma demanda por parte dos usuários para a transformação de um espaço livre em lugar de manifestação, por mais que sua forma seja ruim, ele será apropriado para a expressão de um pensamento se a sua localização tiver boa visibilidade.

Antes da transferência dos órgãos da Administração Pública do Estado de Minas Gerais localizados na Praça da Liberdade para a atual sede, na região norte de Belo Horizonte, o espaço permitia grandes aglomerações de pessoas. Atualmente, a preferência pelo lugar para as manifestações se dá pelo fato de ser um ponto estratégico da malha viária para a circulação na região da Savassi, um dos maiores centros comerciais da cidade. As Figura 189 e figura 190 mostram manifestações na Praça da Liberdade, uma dos professores da rede estadual de ensino e outra dos policiais civis do estado de Minas Gerais.

Figura 189 - Professores da rede estadual de ensino durante manifestações na Praça da Liberdade.



Fonte: Disponível em: <<http://levontaiobeiras.blogspot.com/2011/09/professores-acorrentados-na-praca-da.html>> Acesso: 21/01/2012

Figura 190 - Manifestação dos policiais civis de Minas Gerais na Praça da Liberdade.



Fonte: Disponível em: <<http://www.deputadodelmo.com.br/wp/?p=4299>>. Acesso: 21/01/2012.

A microespacialidade escolhida para a manifestação é um ponto crítico no entorno da praça no que diz respeito à circulação de veículos e está marcado pelo círculo vermelho da Figura 191.

Figura 191 - Vista aérea da Praça da Liberdade com demarcação da área utilizada para manifestações



Fonte: Disponível em: <<http://maps.google.com.br/>>. Visitado em: 02/04/2012.

O segmento do quarteirão que fica diante do palácio da liberdade é o único em que ocorre o trânsito em mão dupla, pois permite o entroncamento de três corredores importantes, a Avenida Brasil, a Avenida Bias Fortes e a Avenida Cristóvão Colombo, que, como mencionado anteriormente, conectam a praça respectivamente à região hospitalar, à região do Barro Preto, e à região comercial da Savassi. Neste sentido, qualquer pequena intervenção no trânsito neste ponto, resulta num grande processo de engarrafamento.

Como a manifestação de professores e policiais, outros tipos de ações ocorrem na Praça da liberdade e estão mapeadas na Figura 192.

Figura 192 - Estudo de ocupações na Praça da Liberdade



Fonte: Elaborado pela autora, 2011.

Em rosa estão marcadas algumas das apropriações que ocorrem na praça. Iniciando-se a leitura da alameda central e partindo para as porções leste e oeste tem-se: 1) a já citada manifestação de professores da rede estadual; 2) a manifestação de policiais civis; 3) a reunião de jovens conversando na alameda central assentados no meio fio; 4) o ensaio fotográfico de uma noiva; 5) a reunião de jovens nos degraus do coreto da praça; 6)- uma guerra de travesseiros organizada via rede social; 7) um *flash mob* gospel organizado por jovens cristãos; 8) um morador de rua dormindo sobre um dos bancos existentes em torno do espelho d'água; 9) a ação comercial de um vendedor de coco; 10) o treinamento de um lutador de taekwondo; 11) a prática esportiva de caminhada; 12) um morador de rua dormindo sob uma árvore de copa bastante densa.

Os elementos construídos estão representados por: I) o coreto; II) uma fonte do tipo chafariz; e III) um espelho d'água cujo prolongamento do eixo dá ênfase ao coreto. Os dois últimos elementos, que envolvem água, estão pintados de azul.

Em verde, têm-se as massas de árvores representadas com a densidade aproximada das copas. A representação das áreas ajardinadas está marcada pelas hachuras com pontos irregulares, que indicam não os desenhos das massas de cada espécie, mas o perímetro total das áreas permeáveis. Pela representação esquemática, nota-se que os canteiros da Praça da Liberdade são projetados com base bastante regular e geométrica.

Em marrom, estão marcados alguns dos edifícios que configuram a superfície fronteira da praça, destacando-se: A) o Palácio da Liberdade; B) o Edifício Niemeyer, que abriga apartamentos de classe média alta; C) a Secretaria de defesa social, que após a implantação do Circuito Cultural da Praça da Liberdade recebeu o Centro Cultural Banco do Brasil; D) a antiga Secretaria de transportes e obras, atualmente Museu do homem Brasileiro; E) o edifício residencial que abriga no nível térreo a tradicional lanchonete Xodó; F) a Secretaria da Fazenda, que hoje abriga o Memorial Minas Gerais - Vale; G) a antiga Secretaria de Educação, hoje Museu das Minas e do metal; H) o Espaço do conhecimento, resultado de uma parceria entre a Universidade Federal de Minas Gerais e a empresa de telefonia TIM, I) a Rainha da Sucata, futuro centro de apoio ao visitante do circuito; e J) o Anexo da Biblioteca Pública Luis de Bessa.

Os círculos em laranjas representam os pontos de ônibus que se encontram em torno da praça. Eles são importantes na medida em que direcionam alguns fluxos e criam nós de acumulação de pessoas. Por esta razão, são elementos que estendem o espaço da praça para fora do quarteirão propriamente dito. São como ímãs que criam o espaço livre fluido expandindo-o para além dos limites formais.

A mancha em cinza, que se esparrama por sobre os passeios e engloba também o interior da praça representa este espaço livre fluido e ajuda a compreender inclusive algumas relações entre o quarteirão e o entorno imediato. A mancha engloba as esquinas e adentra outros quarteirões, próximo ao Edifício Rainha da Sucata, marcado com a letra "I", e entre os edifícios da Secretaria de Educação e da Secretaria da Fazenda, marcados com as letras "G" e "F".

Essa invasão de um dos quarteirões adjacentes ocorre porque existem elementos que atraem o pedestre. No Edifício Rainha a Sucata, no nível térreo, tem-se uma pequena arena que, esporadicamente, abriga shows e outros eventos de pequeno porte deste tipo. Além do auditório, tem-se ainda uma passagem de pedestres que permite atingir a Avenida Bias Fortes reduzindo o trajeto por dentro do quarteirão.

Entre os edifícios da Secretaria de Educação e da Fazenda, ocorre um fato similar, mas desta vez, a finalidade é atingir a Rua da Bahia, paralela ao eixo longitudinal da praça, passando entre os pilotis do edifício do anexo da biblioteca pública.

Outro elemento importante é a lanchonete Xodó, conhecida tradicionalmente na cidade por ser a lanchonete em que os jovens se reuniam no fim da década de 1970 e durante a década de 1980. O estabelecimento está marcado pela letra "E" e é um polo atrativo ao redor da praça.

Esses elementos e apropriações ampliam o sentido da praça e a tornam um objeto do espaço livre altamente incrustado na malha urbana, tornando-se quase dependente dela para existir. Cria-se a partir destes polos de atração uma rede bastante complexa de trajetos que, às vezes, são direcionados pelo desenho da praça e outras vezes não sofrem tanta influência¹⁵. No entanto, a relação amalgâmica entre praça e cidade não elimina a existência de diferenças entre as regiões (microespacialidades) que compõe o todo (Praça da Liberdade).

A Figura 193, por exemplo, mostra como a espacialidade dentro da alameda central permite uma leitura ambiental associada a um ambiente tranquilo e calmo. É comum observar pessoas se assentando no meio-fio quando os bancos estão ocupados. Neste mesmo local, é comum ocorrerem desfiles, exposições, shows e demais eventos que precisem de equipamentos auxiliares como estandes e palcos. Quanto à visibilidade, a alameda é um local ideal para que se tenha uma visão panorâmica ou aglomerações coletivas, por isso atrai atividades deste tipo.

Figura 193 - Jovens ocupando o meio-fio da alameda central da Praça da Liberdade.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2012.

¹⁵ Exemplos deste tipo foram descritos anteriormente quando se estudou a vegetação como elemento de direcionamento do fluxo nas esquinas dos canteiros, quando se tratou do estudo da componente velocidade.

Antigamente, as condições da pavimentação do espaço eram direcionadas ao tráfego de veículos e por isso não atualmente, após a interdição deste tipo de trânsito, o piso não é muito estável para o caminhamento. Esta característica é um fator que influencia a componente velocidade quantitativa, restringindo alguns tipos de ações. Não se encontram aí, comumente, por exemplo, ações que envolvam skates, patins ou patinetes, estas ações ocorrem com maior frequência nos passeios na lateral da alameda, onde a pavimentação é de cimento liso. Quanto à espacialização, a alameda possui uma proporção entre largura, profundidade e altura, que permite ocupações diversas: com menos pessoas e grande grau de movimentação; ou com muitas pessoas e pouco grau de movimentação.

A perspectiva intensificada pelas palmeiras é uma paisagem bastante sedutora e, por isso, também serve de cartão postal. É comum observar turistas ou até mesmo pessoas que residem em Belo Horizonte, aproveitando este cenário como pano de fundo para suas fotografias. O frame a seguir (Figura 194) mostra uma noiva que tirava fotografias para seu álbum de casamento nestas condições. Neste caso, a visibilidade, ou, aquilo que se enxerga em determinados pontos da praça e fundamental para a escolha do lugar.

Figura 194 - Ensaio fotográfico de noiva na Praça da Liberdade.



Fonte: LIBERDADE... [201-?].

Próximo à alameda central, na porção leste da praça, tem-se o coreto, objeto que teve seu uso principal alterado com o tempo. O elemento tem como vocação inicial, abrigar bandas e atrações musicais, uma tradição que tem diminuído entre as alternativas de ações culturais da população. Atualmente, o coreto está desativado, pois a estrutura encontra-se com risco de ruir, mas, mesmo assim, ele continua servindo de ponto de encontro de jovens de diversas classes sociais. Sua disposição dentro do desenho da Praça da Liberdade é privilegiada e permite observar os jardins de um ponto um pouco mais alto.

Na Figura 195, observa-se um grupo de jovens nos degraus do coreto. A escolha do local se dá muito em função das condições de visibilidade e da espacialização. Em torno do coreto existe uma clareira entre as árvores, o que permite a insolação direta e ao mesmo tempo a visão ampla.

Figura 195 - Jovens assentados nos degraus do coreto da Praça da liberdade.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2012.

Em torno do coreto, ocorrem atividades das mais diversas como shows de artistas de rua, rodas de capoeira, encontros de diversos grupos com interesses afins. A Figura 196 mostra uma cena retirada de um vídeo espontâneo do Youtube, em que se retrata uma guerra de travesseiros combinada via redes sociais.

O evento propunha uma ação entre jovens que não se conheciam pessoalmente, mas pertenciam a grupos virtuais comuns. A interação resumia-se em levar seu próprio travesseiro e interagir com as pessoas. O público predominante englobava jovens de classe média.

Figura 196 - Guerra de travesseiros na Praça da Liberdade.



Fonte: ACIDENTE... (2010).

A área ocupada pelo evento localiza-se entre o coreto e o espelho d'água, espaço em que ocorre naturalmente uma concentração de adolescentes. Em uma situação semelhante, tem-se a ação registrada pela Figura 197, que ilustra um *Flash Mob*¹⁶ de jovens cristãos.

¹⁶ *Flash Mobs* são encontros momentâneos de grupos de pessoas em espaços públicos com a finalidade de promover performances previamente combinadas, geralmente via rede social. As aglomerações são efêmeras e podem durar minutos ou no máximo algumas horas.

Figura 197 - *Flash Mob* cristão na Praça da Liberdade.



Fonte: *FLASH..* [200-?]

A função do evento era convidar outros jovens a compartilharem da doutrina e sensibiliza-los sobre a necessidade de se ter uma crença. O espaço escolhido depende de condições que interferem nas componentes espacialidade e velocidade. A clareira em torno do coreto é um espaço de relativa amplitude, que permite a atividade da dança e da coreografia coletiva. A iluminação é adequada e a pavimentação regular permite o deslocamento durante a coreografia sem maiores problemas. Além destas condições, tem-se ainda um espaço que pode ser visualizado de diversos pontos, desde a esquina entre a Avenida Brasil e a Avenida Cristóvão Colombo até a esquina oposta da Rua Gonçalves Dias com a rua que contorna o quarteirão.

Na mesma porção leste da praça, encontram-se microespacialidades que têm um grau oposto de visibilidade. No canteiro mais externo, próximo à Secretaria de Defesa Social, uma coleção de casuarinas com copas bastante densas, somadas às sebes de buxinho, criam nichos privados que têm pouca comunicação entre si e com o resto da praça. Na Figura 198, pode se observar como o morador de rua consegue privacidade mesmo estando em um local tão movimentado.

Figura 198 - Morador de rua dormindo sob árvores na Praça da Liberdade.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2012.

A Praça da Liberdade também abriga atividades comerciais. A Figura 199 mostra um vendedor de cocos que se instala na esquina entre a Rua Gonçalves Dias e a Avenida João Pinheiro. O ponto é escolhido devido ao trajeto das pessoas que sobem a pé da região do centro comercial em direção à Savassi.

Figura 199 - Vendedor de cocos na Praça da Liberdade.



Fonte: LIBERDADE... [201-?].

Na porção oeste da praça, encontram-se apropriações esportivas. A Figura 200, por exemplo, mostra um lutador de taekwondo. As dimensões da microespacialidade escolhida para a prática da ação permite que ele se movimente sem atrapalhar o trânsito de outras pessoas; a pavimentação é regular e não interfere em seus movimentos; a área não é coberta de árvores, o que lhe permite aproveitar a insolação direta; e não existem elementos significativos próximos à região como fontes ou bebedouros. O fato de estar localizado em um ponto longe de elementos convidativos à parada faz com que esta região da praça seja mais tranquila, e que haja menor trânsito de pedestres, permitindo a concentração do atleta.

Figura 200 - Lutador de taekwondo na Praça da Liberdade.



Fonte: LIBERDADE... [201-?].

Nas "bordas" do quarteirão existe um caminho contínuo que no período de inauguração, servia para o popular "*footing*", que nada mais era o flunar das pessoas pelo espaço da praça. O caminhamento tinha a finalidade de promover o encontro de jovens moças e rapazes que flertavam ao se encontrarem durante o movimento de marcha circular em direções opostas.

Atualmente, o *footing* foi substituído pela corrida ou caminhada esportiva, como mostra a Figura 201. É importante ressaltar, que a Praça da Liberdade tem dois trajetos circulares paralelos, um mais externo, que corresponde ao passeio, e um mais interno, resguardado por sebes de azaleias e gardêneas. O espaço utilizado para a caminhada esportiva é o interno, pois, evita-se assim, o choque físico com pedestres que estão apenas de passagem pela região. Devido ao curto trajeto para a prática de corridas de resistência, após algumas horas, o caminhamento pode tornar-se

monótono, mas mesmo assim, a quantidade de pessoas que realiza esta ação é muito grande. É comum encontrar-se esportistas inclusive no período da madrugada usando a praça para este fim.

Figura 201 - Pessoas caminhando na Praça da Liberdade.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2012.

O sombreamento da praça é um dos fatores mais importantes para a criação de microespacialidades distintas. Na área utilizada como pista de caminhada, alternam-se pequenas áreas de sombra densa ou rala e de exposição intensa ao sol. Na região próxima ao Palácio da Liberdade, na porção oeste da praça, coincidente com o cruzamento com a Avenida Bias Fortes, tem-se uma das áreas com características mais propícias à intimidade. A região tem uma sombra muito densa o que interfere diretamente na visibilidade. Somado o desnível do piso e a sebe de buxinhos, o local é o preferido pelos moradores de rua para a permanência. A Figura 202 mostra um morador de rua coberto por um saco plástico dormindo na região descrita.

Figura 202 - Morador de rua dormindo envolto em saco plástico na Praça da Liberdade.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2012.

A área também é ocupada pelos casais homossexuais porque é um ponto onde se sentem seguros e mais protegidos de possíveis afrontas preconceituosas. Outras atividades que se concentram no mesmo local são encontro de grupos de jovens com interesse em atividades circenses e malabarísticas.

A Praça da Liberdade é um exemplo de praça-quarteirão em que existe grande relação com o entorno imediato e com o contexto urbano, o que é um ponto muito importante para que a praça se mantenha em constante uso. Mas, apenas

esta qualidade não foi capaz de torna-la um espaço livre efetivamente frequentado. A manutenção da praça e a qualidade das microespacialidades são fundamentais para que as pessoas se sintam atraídas pelo local e desenvolvam o senso de bem coletivo.

Quanto à forma, da praça em si, nota-se que como os outros exemplos, ela guarda uma característica marcante que é a pluralidade de potenciais de ocupação. A extensão das praças-quarteirão as permite abrigar muitos nichos com características diversas o que atrai, por conseguinte, a diversidade de usos. Nota-se também, que a praça quarteirão pode, dependendo da relação estabelecida com os edifícios limítrofes, possuir forças centrípetas ou centrífugas, tornando-a um objeto mais interiorizado e isolado do entorno, ou tornando-a uma área de recepção para os edifícios que a cercam.

Em relação ao espaço livre fluido que sobrepõe os limites do quarteirão, a relação com o entorno imediato e a direção das forças de atração ou repulsão, fazem com que a mancha do uso, ou a percepção do limite da área da praça se estenda para fora dos limites do quarteirão ou mantenha-se contido nele.

Conclui-se assim, que a forma da praça-quarteirão soluciona principalmente demandas por áreas públicas que concentrem as atividades de lazer, ócio e esporte e que simultaneamente tenham a segurança dos usuários garantida pelos fluxos urbanos de passagem de pedestre.

4.3 Praça-pátio

As praças do tipo pátio são, talvez, a tipologia mais próxima das praças europeias medievais estudadas por Sitte (1992). Em sua discussão, o autor argumenta que as praças medievais eram inseridas na cidade com mais propriedade do que as praças da cidade moderna. Considera-se que dentro de uma malha urbana irregular (a medieval) os largos que conformavam as praças resultavam em elementos surpreendentes e que, por serem elementos construídos espontaneamente, estabeleciam relações com o entorno muito mais significativas do que quando traçadas regularmente e introduzidas de modo determinado dentro das cidades (modernas).

A conformação das praças-pátio está também muito próxima dos largos das igrejas coloniais brasileiras, pois se conformam como "meios-quarteirões", ou espaços que anunciam a entrada de algum edifício. Nas cidades coloniais brasileiras, as praças nasceram próximo às capelas, com os espaços criados para a recepção dos fiéis da freguesia antes da missa. À medida que o povoado se desenvolvia, os adros das igrejas iam se consolidando como praças, ou objetos reais de socialização. Em seu entorno, iam se aglomerando as construções institucionais e o casario das famílias abastadas.

Simultaneamente, por mais que na Europa já se percebesse o princípio de transformação da morfologia dos espaços livres (resultando num anúncio das formas da praça renascentista com ênfase nas visadas e nos eixos longitudinais e com perspectivas acentuadas), a relação entre edifício religioso e espaço livre aproximava-se diretamente das necessidades cotidianas e da conformação espacial das praças das cidades coloniais brasileiras (ROBBA e MACEDO, 2010).

A Figura 203 ilustra um exemplo de praça colonial brasileira. Trata-se da Praça da Igreja da Sé, em Mariana, Minas Gerais. A praça é um grande vazio que anuncia a entrada para a matriz. O intervalo na malha densa da cidade colonial cria uma hierarquia em relação aos outros edifícios. O adro era utilizado para a aglomeração de fiéis, cerimônias religiosas, comunicados oficiais, festas, etc. Atualmente, algumas dessas ações ainda ocorrem, mostrando que mesmo com o passar do tempo, o espaço se mantém adequado para esses usos e é passível de assimilar outros.

Figura 203 - Adro da Igreja da Sé de Mariana.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2011.

O adro da Matriz de Mariana, durante algum tempo abrigou barracas de ambulantes que vendiam produtos locais e souvenirs a turistas que iam conhecer o centro histórico tombado. No entanto, o órgão responsável pelo patrimônio entendeu que a interferência dos ambulantes na praça descaracterizava a paisagem local e os transferiu para uma região na lateral da igreja, onde se acredita ter amenizado a interferência. Mesmo tendo ocorrido a intervenção do órgão responsável pelo patrimônio histórico, a vocação do local não deixou de ser exercida.

A praça do tipo pátio tem, então, como função principal, direcionar o fluxo da rua para dentro de um ou mais edifícios, servindo como um espaço de transição ou uma área de recepção. Em decorrência disso, as praças-pátio permitem aglomerações de um número maior de pessoas, por isso, esses espaços são utilizados com frequência para discursos, comícios, shows e outras atividades desse tipo.

Como mencionado anteriormente, a geometria mais comum da praça-pátio é o "meio quarteirão", na medida em que se entende que a outra metade da quadra é ocupada pela edificação cujo espaço livre serve de transição para o ambiente da rua. Mas, existem formas de meio quarteirão que não funcionam como pátio. É o caso do Parque Rosinha Cadar (Figura 204), localizado na Rua Rodrigues Caldas, no Bairro Santo Agostinho, em Belo Horizonte. Apesar de ser

denominado "parque", o espaço livre tem dimensões e soluções projetuais muito próximas das definições discutidas dentro do "sentido de praça". Pode se observar que a quadra é ocupada em uma metade por edificações e em outra metade pela área arborizada correspondente ao Parque Rosinha Cadar.

Figura 204 - Implantação do Parque Rosinha Cadar.



Fonte: Disponível em: < <http://maps.google.com.br/> > Acesso 03/01/2012.

Os dois edifícios existentes no quarteirão têm as entradas pelas ruas Matias Cardoso e Duro Preto, porções opostas a onde está implantado o parque. A não conexão do parque aos edifícios existentes no entorno imediato, limita a quantidade de percursos e consequentemente a quantidade de usuários no espaço. Se o pedestre não precisa cruzar o parque para atingir nenhum edifício, ou não reduz sua rota passando por dentro dele, é preciso que haja um grande atrativo em seu interior para que haja usos diversos, o que não ocorre.

Além da inserção contrária à fluência dos caminhos das pessoas que passam pela região, existe ainda a dificuldade de acesso. O parque se encontra acima do nível da rua, o que dificulta o ingresso imediato e prejudica a criação de um espaço fluido que se expanda em direção ao passeio. Por ter essa configuração e por não servir de espaço de aglomeração anterior a nenhuma edificação, sua inserção na malha urbana gera condições de insegurança, pois a presença de pessoas que possam vir a "cortar caminho" por dentro do parque não é constante. Por essa razão, o parque tem sido considerado um lugar perigoso, a ponto de ser cercado e utilizado pela população apenas em horários comerciais, de terça a domingo.

A Figura 205 mostra o limite do parque na esquina da Rua Araguari com Matias Cardoso. Nesse ponto, o desnível, a arborização densa e o alambrado são elementos não convidativos a quem transita pela região.

Figura 205 - Limite do Parque Rosinha Cadar. Vista da esquina da Rua Araguari com Matias Cardoso.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2011. Autoria: Mariana Amaral et al.

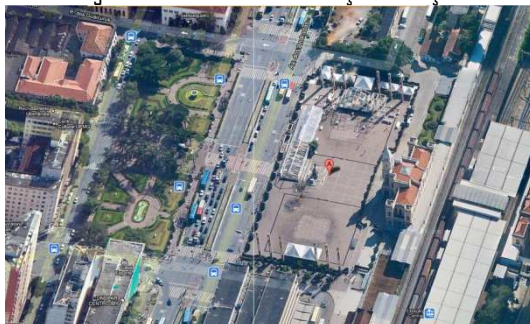
O projeto arquitetônico, ou o design do espaço do parque é bastante interessante. Propõem-se formas de caminhos bem resolvidas e soluções de aproveitamento do espaço com pátios e áreas ajardinadas bem distribuídas. No entanto, esta condição não é capaz de estimular a diversidade do uso tão necessária para que o espaço se torne realmente dinâmico. Esse exemplo reforça a teoria de que as soluções urbana e arquitetônica devem ser trabalhadas simultaneamente nos projetos de espaços públicos.

Ao se observar os espaços livres urbanos, nota-se que a característica de uso e a forma de cada categoria proposta neste trabalho começam a se sobrepor, o que é natural, pois não se acredita que existem apenas formas puras dessas categorias. Às vezes, pequenas alterações de circulação, como o fechamento de trânsito para veículos em determinados quarteirões, ou coisas do tipo, podem alterar a maneira como o espaço livre se articula com seu contexto. O caráter de pátio, por exemplo, também ocorre em outros locais já apresentados como exemplos de praça do tipo quarteirão, como a Praça da Liberdade e a Praça Carlos Chagas quando se trata a relação da Igreja de Nossa Senhora de Fátima com a praça. Mas, por estas praças terem a forma de quarteirões inteiros e com "múltiplos acessos", não podem ser classificadas apenas como praças-pátio.

4.3.1 O caso da Praça da Estação

Ao contrário das praças-quarteirão, as praças-pátio não são circundadas por vias em todos os seus lados, como é o caso da Praça da Estação, no hipercentro de Belo Horizonte (Figura 206). O espaço livre fluido que configura o complexo de praças próximo ao edifício da estação central de trem em Belo Horizonte é conformado por duas porções de lote separadas pela Avenida dos Andradas: uma que se configura mais como uma praça-quarteirão, denominada "Praça Rui Barbosa" (a área ajardinada à esquerda da vista aérea), e outra que é, em verdade, um grande espaço pavimentado livre e que funciona como um pátio de entrada para o edifício da estação de trem (área na porção direita da imagem).

Figura 206 - Vista aérea da Praça da Estação



Fonte: Disponível em: <<http://maps.google.com.br/>>. Visitado em: 02/04/2012.

A Figura 207 mostra as Praças da Estação e a Praça Rui Barbosa. Ao fundo, vê-se o prédio da estação de trem, com o pátio a diante. Em primeiro plano, a área ajardinada da Praça Rui Barbosa.

Figura 207 - Vista aérea da Praça Rui Barbosa com a Praça da Estação ao fundo.



Fonte: Disponível em: <<http://www.flickr.com/photos/portalphb/6583642607/>> Acesso: 19/01/2012

Apesar de constituírem um único intervalo no espaço urbano construído ao nível do observador, os dois espaços têm vocações diferentes no que diz respeito ao uso e são porções fragmentadas pelo tráfego intenso de veículos da Avenida dos Andradas. A Praça Rui Barbosa está mais próxima da configuração de um quarteirão, com centralidades e possibilidades de uso de lazer e passagem, enquanto o grande pátio da Praça da Estação atende melhor a usos em que haja aglomeração de um grande número de pessoas. Essa diferença da espacialidade de cada ambiente ocorre claramente devido ao tipo de tratamento paisagístico.

Os caminhos bem definidos da Praça Rui Barbosa a tornam complexa e criam microespacialidades — recantos, áreas sombreadas — enquanto a Praça da Estação, devido à restrição de elementos tanto vegetais quanto construtivos, permite centenas de trajetos não demarcados que partem da rua até o edifício da estação de trem.

Na Praça da Estação, embora haja a liberdade do caminhar proposta pelo layout do pátio, existe um sentido preferencial de fluxos. A Figura 208 mostra esses trajetos marcados com as linhas tracejadas e os elementos que são articulados pela Praça da Estação.

Figura 208 - Estudo de Inserção urbana da Praça da Estação



Legenda

- 1 Praça da Estação
- 2 Acesso a região leste
- 3 Rodoviária de Belo Horizonte
- 4 Praça Sete de Setembro
- 5 Acesso a região centro-sul
- 6 Parque Municipal Américo Renné Giannetti
- 7 Região Hospitalar

Fonte: Elaborado pela autora, 2011.

A Praça da Estação é um nó articulador entre as regiões leste e central de Belo Horizonte. Por meio do viaduto da Avenida do Contorno sobre a linha férrea, tem-se uma via de chegada dos bairros residenciais da Floresta, Santa Tereza, Sagrada Família, etc.

Em seguida, o eixo insinuado pela Avenida Santos Dumond partindo da Praça Rio Branco (conhecida popularmente como Praça da Rodoviária) direciona pedestres aos pontos de ônibus existentes na Avenida dos Andradas e na Rua Aarão Reis, ou à estação central do metro. Um segundo fluxo significativo, ocorre partindo em direção à Praça Sete de Setembro via Avenida Amazonas. Ambos os caminhos são cercados por lojas, que aproveitam a movimentação das pessoas para dispor vitrines e efetivar as trocas comerciais.

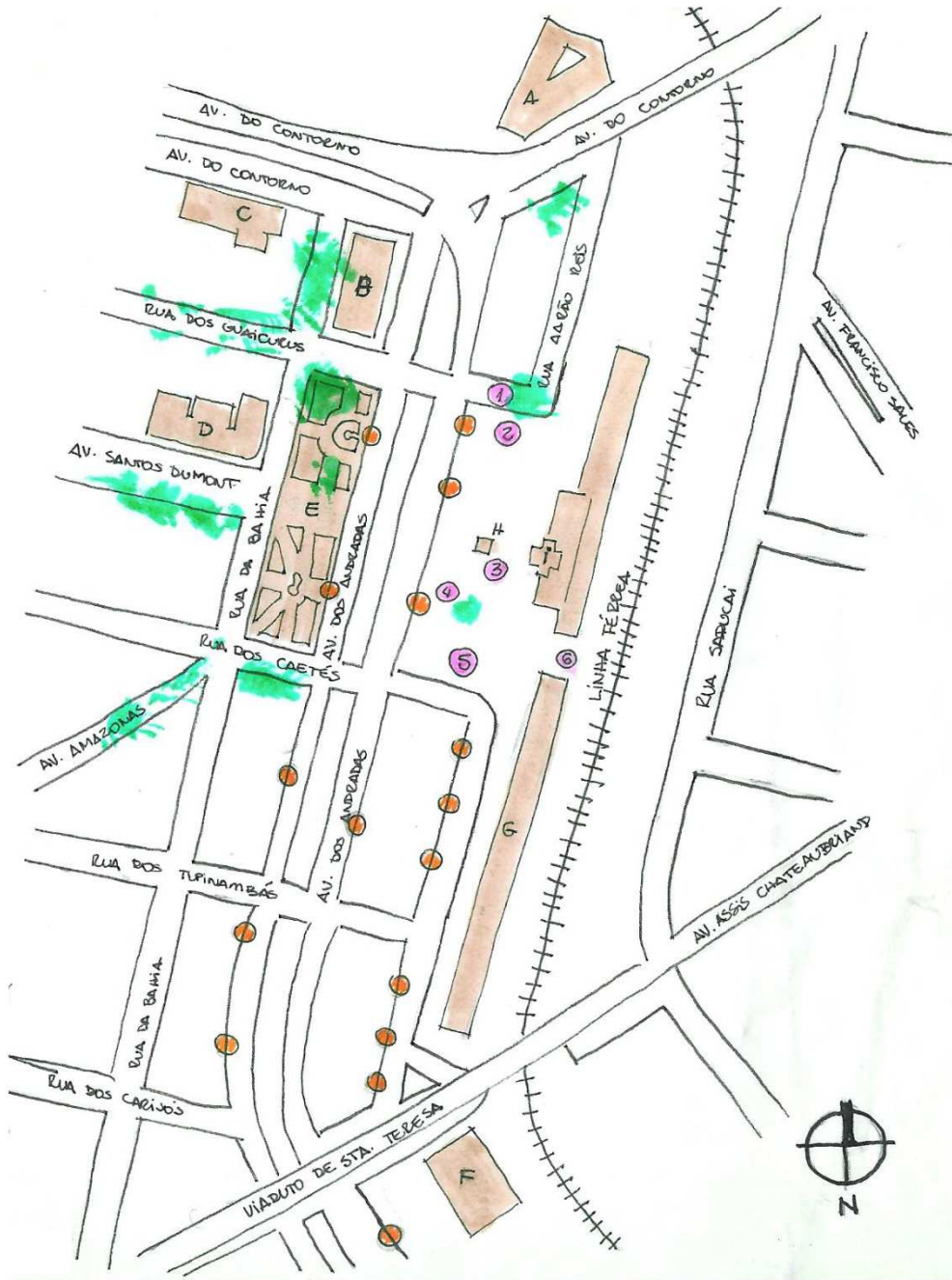
Outros fluxos importantes são os das pessoas que fazem conexões de linhas de ônibus vindos da região centro-sul pela Rua da Bahia, e da região hospitalar vindo pela Alameda Ezequiel Dias e depois pela Avenida dos Andradas.

A região tem também outras movimentações de pessoas em decorrência dos atrativos culturais existentes na região. Os visitantes que cruzam pela praça tem opção de visitar os seguintes pontos indicados na Figura 209: B) O Centro Cultural Cento e Quatro; D) O Centro Cultural da UFMG; F) A Serraria Souza Pinto; e I) O museu de artes e ofícios.

Além desses edifícios, tem-se ainda: A) A Igreja Mundial do Poder de Deus; C) A antiga Escola de Engenharia da UFMG; E) A Praça Rui Barbosa; e G) O edifício da estação central de Belo Horizonte.

As manchas em verde representam a massa arbórea existente na região da praça. Os pontos laranja mostram pontos de ônibus, e os pontos cor-de-rosa, apropriações encontradas na visita in loco.

Figura 209 - Estudo de ocupações encontradas na Praça da Estação



LEGENDA

-  Pontos de Ônibus
-  Apropriações
-  Vegetação Arbórea
-  Edificações

Edificações

- A Igreja Mundial do Poder de Deus
- B Centro Cultural Cento e Quatro
- C Antiga Escola de Engenharia da UFMG
- D Centro Cultural da UFMG
- E Praça Rui Barbosa
- F Serraria Souza Pinto
- G Edifício da estação central de Belo Horizonte
- H Monumento à Terra Mineira
- I) Museu de artes e ofícios

Apropriações

- 1 Carreiros na Rua Aarão Reis
- 2 Local de montagem de palco para shows
- 3 Ensaio Fotográfico
- 4 Sorveteiro
- 5 Percurso de acesso a metro
- 6 Moradores de rua no acesso à Rua Sapucaí

As apropriações encontradas na Praça da Estação, dizem muito sobre as condições ambientais do espaço. Na borda norte do pátio, encontrou-se um grupo de carreteiros que aproveitava a sombra de uma árvore. Esta situação está retratada pela Figura 210.

Figura 210 - Carreteiros na Praça da Estação.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2012.

As razões por eles se mantêm ali, se justifica em questões urbanas e ambientais. Estando na Praça da Estação, estão próximos às avenidas que articulam várias regiões da cidade e, assim, podem executar mais serviços de transporte com maior agilidade. Por outro lado, dentro do "todo" da praça, eles escolhem esse ponto, porque estão com condições de sombreamento favoráveis, e, principalmente, porque podem estacionar os veículos em uma rua pouco movimentada, servindo apenas para o acesso à área técnica do Museu de Artes e Ofícios e a outros poucos edifícios.

A Praça da Estação, ao contrário da Praça Rui Barbosa, tem um ajardinamento bastante restrito, o que favorece a visualização do edifício da Estação (atual Museu de Artes e Ofícios), mas também cria uma situação ambiental muito árida. Na tentativa de diminuir essa sensação de amplitude do pátio, inseriram-se fontes de água que jorram do chão, criando-se assim, uma referência espacial e uma sensação de preenchimento do grande descampado.

As Figura 211 A e 219 B mostram como a percepção do espaço pode ser alterada quando se introduz a água como elemento vertical.

Figura 211 A e 211 B - Fotos comparativas entre a Praça da Estação com e sem os esguichos de água ligados



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2012.

A condição espacial da praça, no entanto, não tem apenas pontos negativos. As proporções generosas do espaço permitem que se abriguem aí atividades com grande grau de espacialização. A Figura 212 mostra uma porção da praça em que ocorrem shows gratuitos e abertos para a população de Belo Horizonte. O palco geralmente é disposto diante dos postes de iluminação geral (elementos verticais em vermelho ao fundo na direita).

Figura 212 - Porção do pátio da Praça da Estação onde ocorrem shows musicais.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2012.

Na porção central da praça encontra-se um monumento em homenagem à descoberta das Minas Gerais pelos Bandeirantes, denominado Monumento à Terra Mineira. (Figura 213).

Figura 213 - Monumento à terra Mineira



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2012.

A estátua é um dos poucos elementos construídos a compor e preencher o vazio do pátio da Praça da Estação. Talvez por esta razão, esteja tão presente nas fotografias de turistas que visitam o local, sendo registrado como um ponto marcante do espaço.

A Figura 214 mostra um grupo de pessoas utilizando a estátua como pano de fundo para um ensaio fotográfico de moda. Outros ensaios desse tipo também são comuns nas redes sociais e incluem fotos de noivas e debutantes.

Figura 214 - Ensaio fotográfico na Praça da Estação.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2012.

Embora a estátua tenha características estéticas apreciáveis, as qualidades ambientais da microespacialidade em que ela se insere não são muito favoráveis à permanência ou à fotografia profissional. A região é bastante ensolarada não possuindo nenhum tipo de proteção contra o calor. Em dias de sol, as sombras ficam muito marcadas, podendo criar linguagens diferentes das esperadas pelos fotógrafos.

Como mencionado anteriormente, a Praça da Estação é, além de um pátio de recepção para o Museu de Artes e ofícios, um local importante na articulação dos meios de transporte coletivos em Belo Horizonte. Por isso, os pontos de ônibus estão sempre abarrotados de pessoas. A espera pelo transporte coletivo é aproveitada como oportunidade de negócio por alguns comerciantes como é o caso da ação retratada na Figura 215, em que um sorveteiro interage com um casal.

Figura 215 - Sorveteiro na Praça da Estação.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2012.

A condição ambiental da praça contribui para que as pessoas sintam calor ao se exporem ao sol, e a amplitude do espaço é propícia para que o vendedor seja visto de vários pontos de ônibus. Seu papel, então, é apenas circular entre as paradas dos ônibus e oferecer aos usuários do espaço uma chance de se refrescarem.

Também por conveniência, no caminho de acesso principal à estação do metro, que fica deslocada para a porção à direita do Museu de Artes e Ofícios, aglomeram-se vendedores ambulantes que aproveitam o grande fluxo de pessoas que desce da região da Praça Sete de Setembro para apanhar o trem metropolitano na Praça da Estação.

A Figura 216 mostra como a espacialidade deste local acaba criando um verdadeiro corredor.

Figura 216 - Acesso ao túnel da estação central do metro de Belo Horizonte



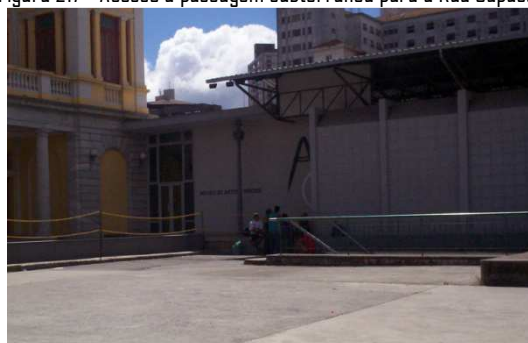
Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2012.

No caminho de acesso à portaria do metro, a distribuição das árvores cria um limite instintivo em relação à grande área aberta que fica diante do Museu de Artes e Ofícios. O fluxo também é direcionado pela ênfase no eixo da perspectiva, mais do que pela existência de um elemento vertical marcante no fim deste eixo, uma vez, que a entrada do metro é subterrânea.

A microespacialidade desse acesso também cria uma possibilidade de permanência prolongada, pois, ao contrário do pátio aberto, existem bancos e sombreamento. Essas condições somadas à visão do ir e vir das pessoas configura um atrativo que pode vir a reduzir a velocidade qualitativa de deslocamento do usuário e leva-lo a praticar a ação de permanência.

Embora a praça, em seu conjunto de espacialidades, seja um lugar árido e que permita um ângulo de visão amplo, ainda assim, alguns usuários conseguem encontrar microespacialidades que lhes forneça a possibilidade de intimidade. A Figura 217 mostra um destes casos.

Figura 217 - Acesso à passagem subterrânea para a Rua Sapucaí.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2012.

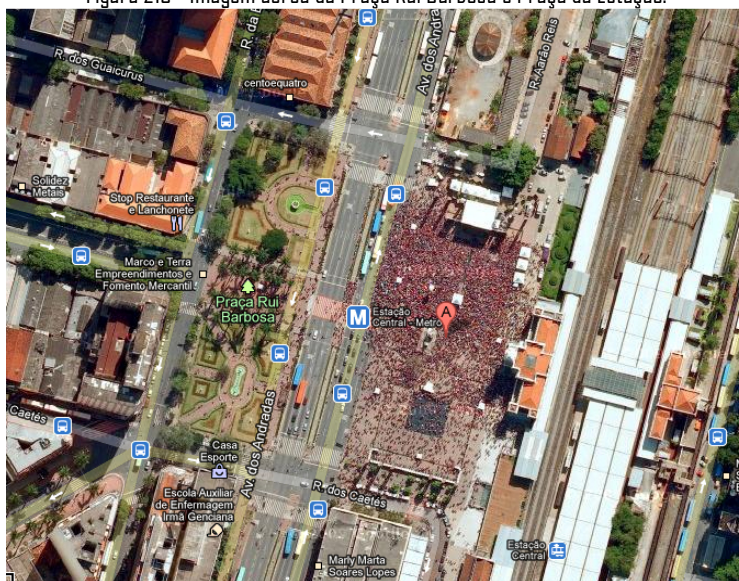
A Praça da Estação, se observada sua implantação, é uma barreira urbana, pois está associada à linha férrea, elemento de difícil transposição. Para se atingir a Rua Sapucaí, que passa aos fundos do Museu de Artes e Ofícios, é preciso tomar uma passagem subterrânea. A entrada desta passagem é muito discreta quando se observa sua

implantação na praça. Não se manifestam grandes sinais ou indicações de que ela exista, apenas um guarda-corpo que protege os transeuntes da queda.

Diante da entrada da passagem subterrânea que dá acesso à Rua Sapucaí, encontra-se um grupo de moradores de rua que socializa. A microespacialidade, ao contrário de outras encontradas na Praça da Estação, tem condições favoráveis à permanência. A fundação que sustenta o muro de proteção da linha férrea tem seu uso desviado para a função de assento; a altura da edificação permite o sombreamento desta pequena área onde os usuários se assentam, afastando o calor; e por último, o distanciamento da Avenida dos Andradas reduz consideravelmente o nível de ruído.

No caso da Praça da Estação é importante observar que a espacialidade em forma de pátio que é preponderante à primeira vista na compreensão do todo da praça, é um fragmento que abriga atividades interessantes, mas que se perdem em relação à amplitude do espaço. O que se tende a acreditar, é que diante do excesso de vazio, estas ações praticadas por uma, ou até três pessoas, são tímidas. O espaço parece atingir sua função, somente quando está preenchido por um grande número de usuários, como mostra a Figura 218.

Figura 218 - Imagem aérea da Praça Rui Barbosa e Praça da Estação.



Fonte: Disponível em: < <http://maps.google.com.br/> > Acesso 03/01/2012.

Sobre a relação com o entorno imediato, a título de comparação, tem-se a *Piazza Castello* em Turim, Itália. A Figura 219 mostra a área ocupada pela praça marcada com um retângulo tracejado vermelho.

Figura 219 - Vista aérea da *Piazza Castello* com a demarcação do pátio diante do Palazzo Madama.



Fonte: Disponível em: <<http://maps.google.com.br/>>. Visitado em: 02/04/2012.

Em termos de dimensão e proporções, as duas praças tem condições semelhantes. Ambas têm uma função de pátio: a Praça da Estação servindo de hall para o Museu de Artes e Ofícios, e a *Piazza Castello* servindo aos palácios *Reale* e *Madama*. Ambas, possuem uma estátua na porção central, pontuando o centro geométrico do espaço e também se configuram como "meio-quarteirão".

No entanto, a diferença crucial entre elas é o tipo de atividade abrigada no entorno. Enquanto a Praça da Estação é delimitada por uma via de trânsito intenso e construções com funções institucionais e comerciais de pouca expressividade, a *Piazza Castello* tem ao seu redor um centro comercial pulsante, apenas uma rua de trânsito de baixa intensidade. Assim, por mais que sua forma insinue uma grande amplitude, como a Praça da Estação, o movimento dos usuários reduz a sensação de aridez. A foto 149 mostra a *Piazza Castello* no plano do observador (Figura 220).

As pessoas transitam entre as galerias de loja que ocupam os andares térreos dos edifícios. Mesmo tendo características projetuais semelhantes, como a falta de elementos construtores do espaço aberto como bancos, áreas ajardinadas e iluminação, a *Piazza Castello* não parece tão árida quanto a Praça da Estação.

Figura 220 - *Piazza Castello*



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2012.

O fato de existir na *Piazza Castello* mais de um edifício para o qual a praça serve de hall de entrada permite acriação de caminhos aleatórios, traçados entre uma loja e outra, ou entre uma loja e os palácios, que são abertos à visitação. Na Praça da Estação, a possibilidade de caminhos aleatórios é a mesma, porque a área de caminhar é muito similar, no entanto, a força de atração do Museu de Artes e Ofícios e a entrada da estação são muito preponderantes em relação a outros trajetos que se possa fazer.

A comparação entre as duas praças, mostra mais uma vez, que a forma, quando analisada fora de seu contexto, pode ter em si porções espaciais interessantes, que sirvam para determinadas ações, mas as relações estabelecidas com seu entorno imediato e com o resto da cidade são tão importantes quanto à solução da forma para a construção da qualidade do objeto do espaço livre e de seu espaço livre fluido. Esta relação é fundamental em qualquer forma de praça que se tenha citado até agora, mas entende-se que na praça pátio, ela é determinante para que a praça exerça a função para a qual foi projetada: servir de mediação entre um edifício e a cidade.

4.4 Praça-dilatação

As praças do tipo dilatação resultam de espaços residuais decorrentes da configuração de um cruzamento ou de outras formas advindas da implantação da malha viária, as quais acabam sendo absorvidas como alargamento dos passeios. Estas formas estimulam apropriações das mais diversas. Elas não têm uma geometria preferencial e assumem formas de cruzamento, ameboides, alongadas, triangulares, ou até retangulares, mas em sua maioria, seguindo o movimento do traçado viário que a conforma.

As pequenas concavidades criadas pelo alargamento do passeio da Avenida Prudente de Moraes, no bairro Luxemburgo, na região Centro-Sul de Belo Horizonte (Figura 221) consistem em um exemplo de praça-dilatação. Diante de um pequeno centro comercial, o alargamento da calçada, somado à instalação de mobiliário urbano gerou um lugar de aglomeração que seduz os moradores e trabalhadores da região¹⁷. Tão grande a aproximação dos usuários com o lugar, que, curiosamente, o espaço é ocupado como local de descanso após o almoço, inclusive nos finais de semana, quando o comércio está fechado.

¹⁷ Sobre esse tipo de espacialidades e apropriação pela comunidade microlocal ver MILAGRES, Lígia Maria Xavier; KAPP, Silke. Entre o quintal e o parque: possibilidades de produção do espaço público cotidiano. Belo Horizonte: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, 2011.

Figura 221 - Praça-dilatação na Avenida Prudente de Moraes na altura do número 773.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2011.

A dinâmica do espaço ocorre principalmente em função da existência do comércio no entorno imediato. Neste local existem agências bancárias, uma casa de festas e uma casa de tatuagem. A praça-dilatação, neste caso, serve quase como foyer para estes empreendimentos, o que garante uma relação íntima desta porção espacial com seu entorno.

A condição de sombreamento torna o espaço fresco. A forma dos bancos permite a visualização de outras pessoas que estão assentadas em porções opostas e mesmo havendo o barulho do trânsito intenso de veículos, ainda assim as pessoas conseguem encontrar motivação para descansar.

O mesmo tipo de espaço é encontrado no cruzamento da Avenida Amazonas com a Avenida Barbacena (Figura 222). Observando a configuração das vias e a intensidade do trânsito *in loco*, acredita-se que o espaço livre tenha tomado a forma de praça-dilatação devido ao fechamento do quarteirão, para evitar maior confluência de veículos, como se pode observar na imagem.

Figura 222 - -dilatação no cruzamento das Avenidas Amazonas e Barbacena.



Fonte: Disponível em: <<http://maps.google.com.br/>>. Visitado em: 02/04/2012.

É importante ressaltar que nenhum dos dois espaços citados - nem a dilatação do passeio da Avenida Prudente de Moraes, nem a esquina da Avenida Barbacena com Amazonas - são institucionalizados como praça, mas em ambos percebe-se a intenção de criar a "condição de praça".

Como exemplo de dilatações surgidas a partir de áreas residuais resultantes do traçado de vias, tem-se a Praça São Francisco de Assis, na região da Pampulha (Figura 223). A Praça é uma ilha amorfa criada entre as duas mãos da Avenida Otacilio Negrão de Lima diante da Igreja de São Francisco. O espaço livre fluido - ou seja, aquele que engloba a área de influência da praça somada ao seu entorno imediato - é composto de duas porções: uma que serve de pátio à Igreja da Pampulha, projetado por Roberto Burle Marx (ilha na parte superior da foto), e a Praça São Francisco propriamente dita (porção arborizada na região inferior da foto).

Figura 223 - Vista aérea da Praça São Francisco de Assis.



Fonte: Disponível em: < <http://maps.google.com.br/> > Acesso 03/01/2012.

Pelo desenho da via, nota-se que o lote que abriga a praça não tem um traçado ortogonal e é fortemente condicionada pelas características do espaço físico. Mesmo assim, foi ocupada e tornou-se espaço de uso público.

A Praça São Francisco está localizada entre o Parque de Diversões Mangueliras e a Igreja da Pampulha, e sua ocupação, caso fosse somente uma área ajardinada, não seria efetiva, adquirindo uma função apenas de embelezamento estético do espaço. No entanto, a introdução de pequenos equipamentos, permite que visitantes que passam pela região da Pampulha tenham um local para parar e descansar. A Figura 224 mostra um destes nichos projetados dentro da praça.

Figura 224 - Nicho na Praça São Francisco.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2012.

A este alargamento da calçada somado à arquibancada serve para a aglomeração de grupos de excursão e para outras finalidades. A microespacialidade está disposta diante da Igreja de São Francisco, simétrica em relação ao eixo da

Avenida Otacilio Negrão de Lima. Na parte da manhã, a insolação direta permite aquecer-se e à tarde, o sombreamento permite esconder-se do sol. Esta simples condição de conforto ambiental já é suficiente para transformar o uso do local, atraindo ou repelindo ações que tenham necessidade de mais ou menos proteção.

Nesta mesma região, existem alguns ambulantes que vendem energéticos, refrigerantes e água de coco. Neste caso, a componente visibilidade continua sendo fundamental para as ações que envolvem a troca comercial. Neste ponto da orla da lagoa é comum pessoas que moram em outras regiões estacionarem os carros para correrem em torno do lago e ao retornarem acabam consumindo os produtos oferecidos.

O caso da Praça São Francisco mostra como uma porção espacial tão amorfa e distante do que se compreende num censo comum como praça pode abrigar ações e dinâmicas tão diversas estimuladas pela relação com o entorno. Pequenas possibilidades de permanência, já são suficientes para que se estabeleçam usos que realmente demandam a intenção do usuário de estabelecer-se diante de um monumento histórico (Igreja da Pampulha) ou de um parque de diversões (Parque Mangueiras).

As praças-dilatação estabelecem relações de alargamento de passeios ou ampliação de espaços de trânsito. Podem assumir, também, a forma de cruzamentos existentes entre avenidas de grande fluxo ou resultantes da supressão de rotatórias que precisaram ser eliminadas para facilitar o trânsito de veículos, como é o caso da Praça José Cavallini, citada anteriormente na descrição das praças do tipo rotatória.

As praças-dilatação com configuração de cruzamento são encontradas principalmente em áreas comerciais, com grande circulação de pessoas e veículos. Neste sentido, o significado de espaço comercial deste tipo de praça prevalece, pois os cruzamentos aos quais pertencem têm grande valor para o funcionamento da cidade e grande visibilidade, onde se pode instalar vitrines ou equipamentos de propaganda, como é o caso da Praça Diogo Vasconcelos e da Praça Sete de Setembro, conhecida popularmente como Praça Sete.

A Praça Diogo Vasconcelos (Figura 225) é cercada por um centro comercial amplamente frequentado em Belo Horizonte. O cruzamento está sendo readequado para tornar o espaço mais agradável ao pedestre. A reforma conta com a implantação de ciclovias e o fechamento de alguns quarteirões ao trânsito de veículos com a finalidade de trazer mais conforto a quem não é usuário do veículo automotor. No entanto, como se observa na Figura 225, a forma preponderante é a de uma cruz formada pelas vias e cercada por passeios com quinas com ângulos agudos.

Figura 225 - Vista aérea da Praça Diogo Vasconcelos antes da requalificação.



Fonte: Disponível em: <<http://www.vivaomelhoradasavassi.com.br/>> Acesso: 11/11/2011.

A Praça Diogo Vasconcelos, antes da requalificação, permitia a apropriação somente das esquinas das vias que a conformam (Avenida Getúlio Vargas, Av. Cristóvão Colombo e Rua Antônio de Albuquerque.). Em suas imediações, existiam atividades comerciais de todo tipo, lojas de roupa, tecnologia, lanchonetes, bares, cafés, papelaria, loja de brinquedo, salas comerciais e outras prestações de serviço.

Mesmo sendo uma área denominada "praça" a Praça Diogo Vasconcelos, não tem um caráter de espaço de lazer, ainda que existam microespacialidades em suas esquinas que incentivem à permanência. Toda a dinâmica do local é construída em torno da circulação de pessoas que passam pelo espaço para atingirem outros destinos, ou que param com a intenção de consumir. Deste modo, o que permite a compreensão do local como uma praça, não necessariamente é a sua forma, mas a circulação das pessoas que aglutina recortes de quarteirões que não têm uma proximidade física, mas uma tênue ligação dada pelas faixas de pedestre.

Outro exemplo de praça-dilatação que se comporta como cruzamento é a Praça Sete de Setembro. A Praça Sete localiza-se no hipercentro de Belo Horizonte, nos cruzamentos das avenidas Afonso Pena e Amazonas e das ruas Carijós e Rio de Janeiro. Assim como na Praça Diogo Vasconcelos, as vias de menor capacidade de escoamento possuem quarteirões fechados ao fluxo de veículos, o que prioriza, em parte, o pedestre.

A Praça Sete de Setembro foi uma das primeiras a ser requalificada pela prefeitura de Belo Horizonte, com a finalidade de combater as dificuldades de circulação do pedestre no centro de Belo Horizonte. A elevação da travessia e o destaque das faixas de pedestre foram atitudes que permitiram realmente a inserção de uma escala compatível com o corpo humano dentro da área (Figura 226).

Figura 226 - Vista aérea da Praça Sete de Setembro.



Fonte: Disponível em: <<http://caminhosedesvios.blogspot.com/>> Acesso: 13/11/2011.

Famosa pela vivacidade e dinâmica de circulação intensa, a Praça é bastante democrática no que diz respeito ao público de passagem, uma vez que diversos serviços, como a emissão de documentos de identidade, são realizados na Unidade de Atendimento Integrado, atingindo moradores de diversas regiões da cidade e de nível social bem distinto. Além disso, a Praça abriga o coração do centro comercial de Belo Horizonte.

A Praça Sete é um cruzamento bem demarcado e tem em seu centro apenas um obelisco como elemento pontuador do centro geométrico. A mesma situação ocorre na Praça 21 de Abril, ou Praça Tiradentes (Figura 227), localizada no cruzamento das avenidas Afonso Pena e Brasil, na região centro-sul de Belo Horizonte. Também com um desenho de cruz muito demarcado, a Praça tem como elemento simbólico um busto da personagem que lhe dá o nome.

Figura 227 - Praça 21 de Abril (Praça Tiradentes).



Fonte: Disponível em: <<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=687908>> Visitado em: 11/11/2011.

A forma, mais uma vez, é resultante do traçado do eixo das pistas de mão e contramão das avenidas que a compõe. Diferente das Praças Sete de Setembro e Diogo Vasconcelos, a Praça Tiradentes é cercada por edifícios com salas comerciais e edifícios institucionais de algumas empresas de grande porte, como a Cedro (companhia têxtil) e a Universidade IBMEC, Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais. Apesar de existirem lojas nos andares térreos, a praça não tem uma atividade comercial tão intensa quanto às outras duas cidades e por isso acaba se definindo realmente como um local de passagem e não de comércio.

Apesar de existirem algumas condições e microespacialidades que podem vir a estimular a permanência (mobiliário urbano, bancos nas esquinas e sobreamento); nos momentos em que a praça foi visitada, a ação de pessoas usufruindo desse tipo de microespacialidade foi pouco observada. Quando ocorreu, a permanência de algum usuário nesses locais, o intervalo de tempo foi de poucos minutos.

Quanto aos limites, observam-se nas praças-dilatação que conformam cruzamentos, que eles não são bem definidos. As praças-cruzamento têm um espaço fluido que se expande para além das esquinas, o que as torna quase que uma microrregião estabelecida por limites instintivos dos usuários. É muito comum ver pessoas se referindo a diversos endereços — às vezes duzentos ou trezentos metros distantes do cruzamento — como sendo parte integrante destas praças. Neste contexto, pode-se inclusive questionar se a aplicabilidade da nomenclatura *praça* a estes espaços, já que, assumem formas que não constroem um objeto definido, mas uma área com limites pouco claros.

4.4.1 O caso da Praça Sete de Setembro

A Praça Sete de Setembro, localizada no centro comercial de Belo Horizonte, é um exemplo de praça-dilatação com uma dinamicidade cotidiana muito agitada. Anteriormente, chamado de Praça 12 de Outubro, o significativo cruzamento das avenidas Amazonas e Afonso Pena com as ruas Rio de Janeiro e Carijós já fazia parte do traçado proposto pelo Engenheiro Aarão Reis para a cidade de Belo Horizonte. A carta original já trazia o local denominando-o "praça", mas ao contrário de outras áreas da cidade que foram incluídas nesta mesma categoria, como a Praça Raul Soares ou a Praça da Liberdade, a Praça Sete não é registrada como área ajardinada.

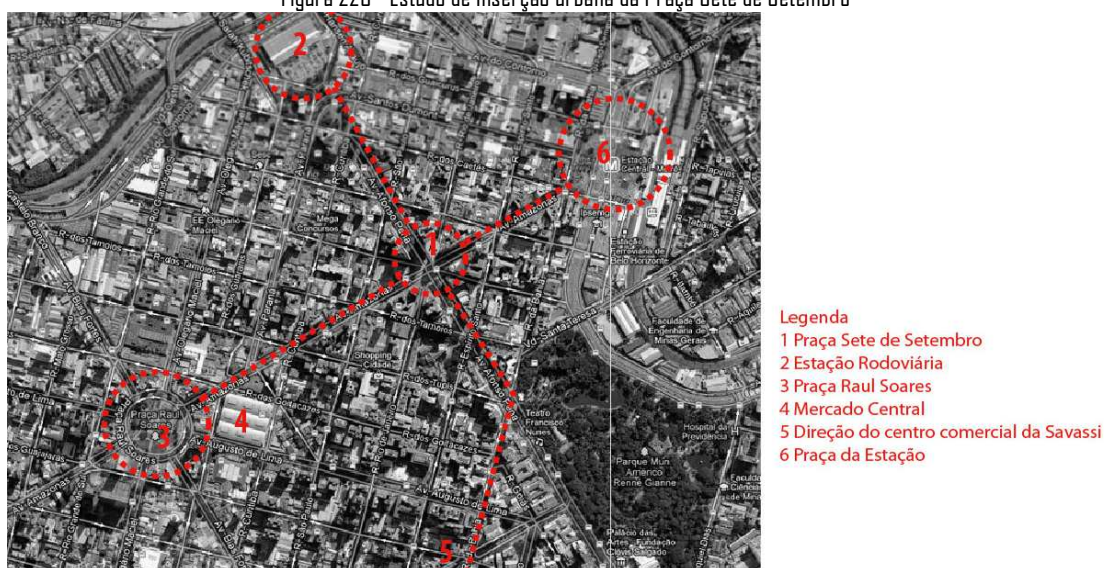
Concebida sob o ideal progressista de urbanização, a Praça Sete desde suas origens, apresenta o caráter de espaço comercial e de circulação de pessoas e veículos. Com o aumento do número de automóveis, no início da década de 1970, os quarteirões das ruas Rio de Janeiro e Carijós que fazem parte da área da praça foram fechados priorizando o trânsito de pedestres (FONSECA, 1997).

Como a maioria das praças que são configuradas em forma de cruzamentos, a Praça Sete de Setembro não possui um limite muito bem definido, funcionando como um espaço que se esparrama pelas calçadas, agregando halls e fachadas de edifícios lindeiros e demais áreas de circulação e transição entre o espaço público e privado. Sendo assim, considera-se como espaço efetivamente ocupado pela praça, a área vazia que se encontra entre a pista de rolamento da rua e os edifícios. Dentro das calçadas, o limite instintivo é determinado pela circulação existente entre os primeiros pontos de ônibus no raio do cruzamento dos eixos das avenidas Afonso Pena e Amazonas.

Do ponto de vista urbanístico, a Praça é um nó fundamental na malha viária, uma centralidade da qual são irradiados e distribuídos diversos fluxos. A Figura 228 mostra a Praça Sete como objeto urbanístico articulador dos eixos de

deslocamento norte-sul, demarcado pela Avenida Afonso Pena, e o leste-oeste, demarcado pela Avenida Amazonas. Além de ser o ponto de interseção dos dois eixos viários, a Praça Sete ainda articula alguns equipamentos urbanos importantes como a Praça Raul Soares e o Mercado Central com a Praça da Estação¹⁸. A praça conecta também a Praça Rio Branco, conhecida como Praça da Rodoviária, com a região do centro comercial da Savassi. O percurso não ocorre efetivamente em linha reta, mas através da Rua da Bahia, corredor viário pelo qual se chega à Região da Praça da Liberdade.

Figura 228 - Estudo de Inserção urbana da Praça Sete de Setembro



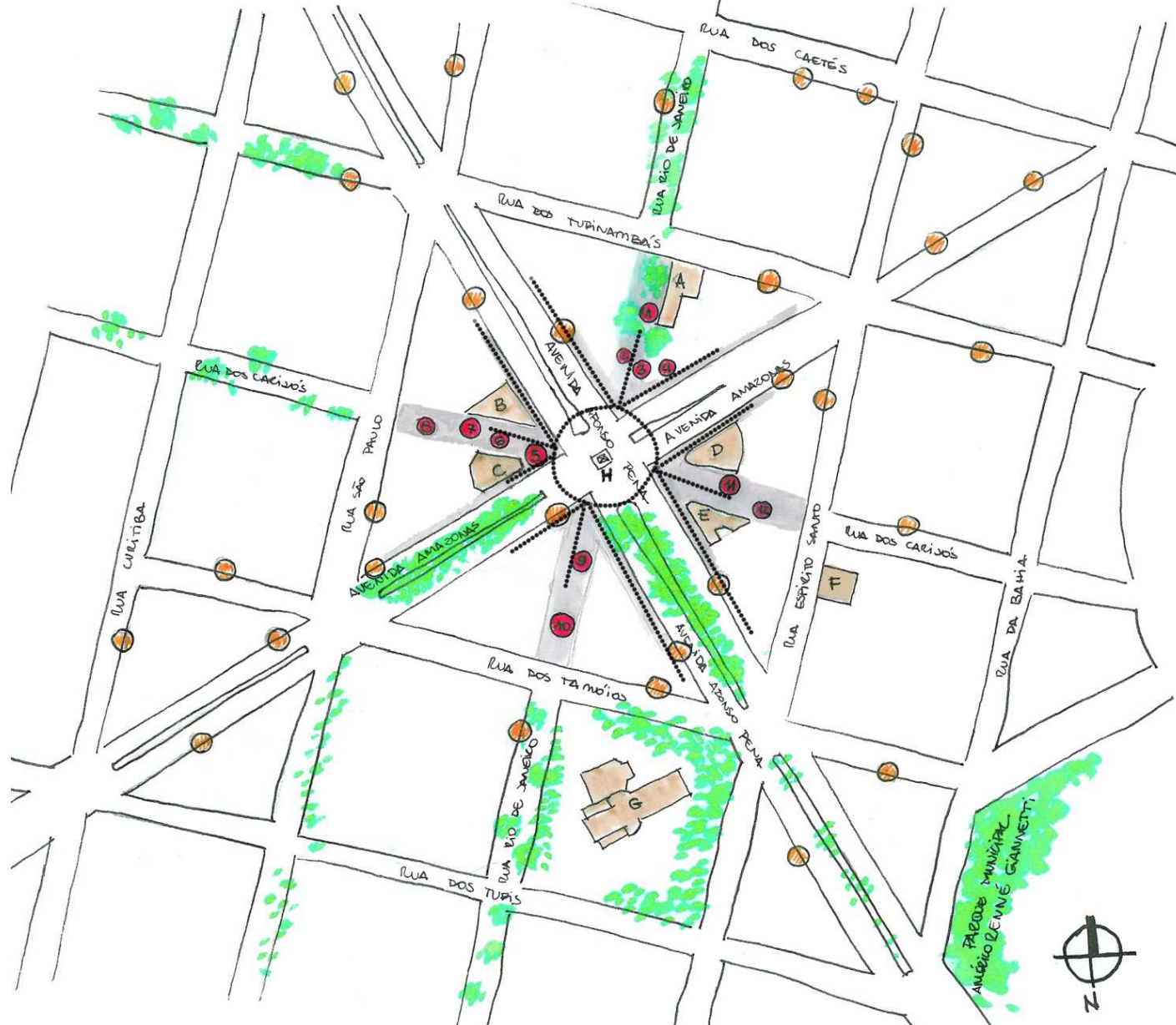
Fonte: Elaborado pela autora, 2011.

Esses fluxos são principalmente percorridos pelos veículos, mas no sentido destes vetores, passando por outros quarteirões e fazendo percursos menos retílineos, os pedestres também se deslocam e vivenciam o espaço dentro da área de influência da Praça Sete de Setembro.

A Figura 229 mostra em cinza os limites instintivos ocupados pela praça. Os pontos em laranja mostram a disposição dos pontos de ônibus, fato muito importante para a dinâmica de funcionamento da praça e determinação da circulação de pedestres, uma vez que a troca de linha pelos passageiros é uma das razões que direciona a escolha do ponto de estabelecimento de vendedores ambulantes e a intensidade do movimento das lojas. Quanto mais perto desses fluxos, maiores as vendas.

¹⁸ A Praça Raul Soares o Mercado central são pontos importantes da região do Barro Preto, polo de comércio de moda e onde se localizam grande parte dos serviços jurídicos da cidade de Belo Horizonte, e a Praça da Estação é conhecida por ser o local em que se articulam as linhas de ônibus que vão para regiões mais distantes do centro e para outros municípios da região metropolitana.

Figura 229 - Estudo de apropriações da Praça Sete de Setembro



LEGENDA

- Área ocupada pela praça.
- Pontos de Ônibus
- Apropriações
- Vegetação Arbórea
- Edificações
- Eixos de caminhos de pedestres.

- Edificações**
- A - Banco Itaú SA, B - Edifício Joaquim de Paula
 - C - Unidade de Atendimento Integrada (UAI)
 - D - Cine Brasil
 - E - Mc Donald's
 - F - Banco do Brasil SA.
 - G - Igreja de São José
 - H - Obelisco

- Apropriações**
- 1 - Fila cliente do Banco Itaú + Pregação de Pastor
 - 2 - Utilização dos bancos por público geral
 - 3 - Jogadores de Dama.
 - 4 - Bancas de vendedores ambulantes.
 - 5 - Fila diante da Unidade de Atendimento Integrado
 - 6 - Utilização dos bancos por público geral
 - 7 - Fila para elevador do Ed. Joaquim de Paula
 - 8 - Vendedores de Flores secas e obj. decorativos.
 - 9 - Vendedores ambulantes de bijuterias (ripies)
 - 10 - Utilização dos bancos por público geral
 - 11 - Utilização dos bancos predominantemente por idosos do sexo masculino
 - 12 - Utilização dos bancos por público geral

Fonte: Elaborado pela autora, 2012.

Ainda na Figura 229, em verde, têm-se as massas de árvores representadas com a densidade aproximada das copas. A disposição da vegetação é um fator significativo na composição da espacialidade final e conseqüentemente na escolha dos locais para a prática de ações dos usuários que pretendem repousar ou caminhar sem sofrer com o sol intenso.

Em marrom, estão marcados alguns dos edifícios importantes para a localização do usuário e para o cotidiano da praça. Dentre eles foram selecionados prédios de relevância histórica para a cidade, como o a Igreja de São José e o Cine Brasil, hoje em processo de recuperação para abrigar o Centro de Cultura Vallourec & Mannesmann do Brasil; e outros de importância utilitária, como os bancos Itaú e do Brasil e o posto da Unidade de Atendimento Integrado (UAI). Além destes edifícios marcados, existem outros que demonstram que a aglomeração de comércio e de serviços é predominante na região. Além dos edifícios propriamente ditos, está marcado como construção significativa, também, o obelisco, objeto artístico que pontua o centro geométrico da praça e serve de marco visual importante na localização dos transeuntes.

Em vermelho estão marcadas as apropriações que ocorrem na praça. Iniciando a leitura no sentido anti-horário e partindo do quarteirão fechado da Rua Rio de Janeiro, situada à direita do obelisco, observam-se apropriações e condições espaciais muito diferentes. São elas: 1) a fila de usuários diante do Banco Itaú onde acontecem com frequência pregações de pastores e fiéis da igreja protestante; 2) a utilização dos bancos da Rua Rio de Janeiro pelo público geral interessado em descansar ou esperar; 3) o encontro de jogadores de dama; 4) a apropriação por vendedores ambulantes do espaço da rua; 5) a fila diante da Unidade de Atendimento Integrado (UAI); 6) a utilização dos bancos da Rua dos Carijós pelo público geral; 7) a fila para elevador do Ed. Joaquim de Paula; 8) o uso das arquibancadas da Rua dos Carijós pelos vendedores de flores secas e objetos decorativos; 9) a aglomeração de vendedores ambulantes de bijuterias (hippies); 10) a utilização dos bancos da Rua Rio de Janeiro na porção próxima à Rua São Paulo pelo público geral; 11) a utilização dos bancos predominantemente por idosos do sexo masculino; e 12) a utilização dos bancos da Rua dos Carijós próximos à Rua Espírito Santo pelo público geral. Estas atividades não se distribuem dessa forma sem razão. Como se verá a seguir, estas apropriações se distribuem de acordo com os grandes vetores de circulação e em função das condições espaciais de cada microlocalidade existente nos quarteirões.

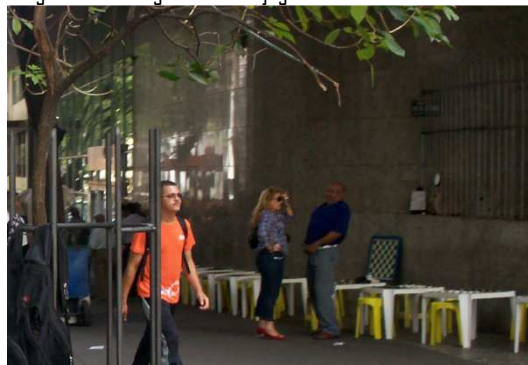
As linhas pontilhadas mostram os trajetos mais comuns de pedestre dentro dos limites intuitivos da praça. A dinâmica da praça para os pedestres funciona como a dos veículos em uma praça-rotatória, contando com a circulação pelo lado de fora. Não há acesso descrito por faixa de pedestre cruzando a praça em diagonais. Em razão do trânsito intenso de veículos, os pedestres são levados a atravessar a praça somente pelas bordas e obedecendo aos semáforos de pedestre. Desse modo, o obelisco torna-se um objeto realmente de contemplação e quase nunca passível de interação, pois o pedestre sempre se encontra a muitos metros de distância dele. Por outro lado, nos quarteirões

fechados, a relação de proximidade do pedestre com os edifícios e com as fachadas ocorre de modo muito mais natural.

Iniciando a análise das apropriações a partir do fluxo de caminamento no quarteirão fechado da Rua Rio de Janeiro à direita do obelisco, observa-se que nesta porção espacial da praça, as ações que incitam a parada ou a redução da velocidade das pessoas encontram locais adequados para acontecerem. Este quarteirão da Rua Rio de Janeiro é uma das rotas mais utilizadas pelos pedestres para seguir em direção ao baixo centro, na região da Praça da Estação, onde as pessoas fazem as trocas de linhas de ônibus. Dos quarteirões integrantes da Praça Sete, este é o que possui o maior número de lojas com vitrines abertas no nível térreo, o que pode explicar e ao mesmo tempo ser justificado pelo grande fluxo de pessoas.

Figura 230, observam-se mesas com tabuleiros de dama dispostas ao longo da fachada de um edifício. Essa ação ocorre repetidamente há bastante tempo neste lugar, antes mesmo de acontecerem as reformas que requalificaram a Praça Sete em 2005¹⁹. Quando interrogado sobre a razão de implantar esta atividade ali, o senhor que toma conta dos jogos disse que era o melhor local, pois "não bate sol, só no finzinho da tarde, e passa muita gente o tempo todo".

Figura 230 - Região onde os jogadores de dama se reúnem.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2012.

Percebe-se, assim, que além da condição da qualidade ambiental, o espaço ainda tem a vantagem de ser um ponto muito visível, localizado na esquina, e estar próximo a uma agência do Banco Itaú, diante da qual se forma filas de espera antes do início do expediente. Algumas pessoas, que estão ali esperando sem atividade e impossibilitadas de se deslocarem para não perderem o local na fila, acabam se rendendo ao jogo por conveniência.

Quanto aos que não participam da ação de jogar damas, para evitarem ser empurrados ou esbarrar em quem circula, os usuários que esperam na fila reduzem as dimensões da área que ocupam no espaço, evitando gestos expansivos e

¹⁹ Em 2005, a prefeitura de Belo Horizonte executou diversas ações de requalificação da Praça Sete de Setembro, dentre as ações estão incluídas a inclusão de bancos e equipamentos de apoio como telefone público, lixeiras e áreas cobertas nos quarteirões fechados; medidas de traffic calming como: pintura em destaque das faixas de pedestre e deslocamento do eixo de trajeto dos veículos como forma de reduzir a velocidade de trânsito; e a melhoria da qualidade da iluminação pública com postes mais baixos e com intervalos menores.

movimentos bruscos. Desse modo, a ação "esperar na fila" passa a ter componente velocidade reduzida o que torna essas pessoas alvo para a ação de vendedores ambulantes nômades e pregadores religiosos.

Na Figura 231 percebe-se a fila ocorrendo em paralelo com a fachada do edifício do Banco Itaú. A condição espacial da microrregião é propícia a aglomerações e à parada, pois está sob a marquise do prédio e ocupa uma área que não prejudica o trânsito das outras pessoas. Neste caso, têm-se a proteção da cobertura que influencia na componente visibilidade e o próprio fluxo de pessoas que não estão na fila condicionando a componente relacionada à espacialidade.

Figura 231 - Pessoas na fila do Banco Itaú S.A. Próximo às pessoas paradas na fila havia um senhor pregando doutrinas religiosas.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2012.

Simultaneamente, no mesmo quarteirão, um pouco mais distante do centro geométrico da Praça Sete, apesar do movimento intenso do ir e vir de pessoas, é comum usuários se assentarem nos bancos que existem. Alguns deles permanecem simplesmente descansando, e outros esperando a abertura de lojas, ou edifícios comerciais.

Na Figura 232, vê-se as pessoas se apropriando dos bancos com tranquilidade, sem se preocupar com a segurança. A movimentação intensa de pessoas torna o local bastante seguro, pois existem sempre olhos vigilantes dos comerciantes das lojas e dos próprios transeuntes. Os bancos são associados aos postes de iluminação, os que os torna visíveis inclusive no período do fim do dia, em que as árvores ajudam o espaço a se tornar mais escuro.

Figura 232 - Região da Rua Rio de Janeiro ocupada por pessoas comuns.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2012.

Apesar de serem bancos projetados para quatro usuários, durante a visita, eles não foram utilizados com a lotação máxima, mostrando que mesmo havendo segurança, os usuários preferem não se aproximar de desconhecidos a ponto de permiti-lhes permanecer a uma distância com a qual se relacionam apenas com conhecidos.

Seguindo a análise para o próximo quarteirão compõem a Praça Sete, observa-se na Figura 233, o trânsito de veículos e a percepção de quem atravessa a Avenida Afonso Pena na faixa de pedestres da Rua Rio de Janeiro à direita do obelisco em direção à Rua dos Carijós, à esquerda do obelisco. A Avenida Afonso Pena é um eixo articular das regiões norte e sul de Belo Horizonte, por isso, permanece com grande movimento praticamente todo o período útil do dia. A partir da foto, nota-se que a escala do cruzamento em relação à altura das pessoas é uma área ampla, mas que não pode ser apropriada porque sempre existe o movimento de carros, quando não no eixo da Avenida Amazonas (como é o caso da foto), no eixo da Av. Afonso Pena.

Figura 233 - Visão do pedestre ao atravessar a Av. Afonso Pena.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2012.

As calçadas da avenida possuem dimensões adequadas à quantidade de pessoas e à velocidade de caminhada. No entanto, existem estreitamentos devido à implantação de bancas de jornal, postes de iluminação, árvores e principalmente pontos de ônibus. Estes elementos geram interrupções nos caminhos das pessoas, pois se tornam pontos de parada involuntários.

Especificamente na Avenida Afonso Pena, as paradas não são aproveitadas como ponto de aglomeração de ambulantes devido à grande exposição que a avenida sofre. A princípio, a retenção de pessoas permite que, em momentos anteriores ou posteriores a esta parada, o olhar de quem passa seja seduzido por uma mercadoria à mostra. Mas, como a área é de grande circulação, os camelôs não se arriscam a aproveitar essa potencialidade com medo de serem abordados pela polícia, que exige autorização para isso. Neste caso, a conformação espacial que seria adequada em função da redução da velocidade do público, ao contrário, torna-se inadequada pelo excesso de visibilidade.

A porção do quarteirão fechado ao trânsito de veículos da Rua dos Carijós, à esquerda do obelisco, possui condições bastante diferentes em relação ao quarteirão da Av. Afonso Pena. A fotografia a seguir (Figura 234) mostra que a

composição do espaço da Rua dos Carijós é mais convidativa à permanência. A vegetação tem a copa mais rala, o que gera uma luz difusa mais ainda sim intensa no local.

Figura 234 - Quarteirão fechado da Rua dos Carijós próximo ao posto do UAI.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2012.

Os bancos dispostos de modo linear permitem às pessoas comuns pararem e descansarem num espaço confortável. Grande parte delas aguarda pessoas, as quais foram acompanhando até o UAI. Outras apenas estão lendo o jornal ou observando o movimento. É interessante observar que o calçamento da área, - em pré-fabricado de concreto - possui resistência ao desgaste intenso causado pelo ir e vir dos pedestres, mas permite também o caminhar confortável, sem possíveis tropeços por pedras soltas ou buracos. Essa solução deixa que a componente velocidade da ação de passagem das pessoas pelo local seja respeitada dentro das limitações causadas por deficiências físicas ou mesmo de dificuldade de deslocamento para os idosos.

A Figura 235 inverte a visão do fotógrafo que agora olha da parte mais interna do quarteirão em direção ao obelisco, no centro do cruzamento da Praça Sete. É possível observar que à medida que se entra "para dentro do quarteirão" o sombreamento atinge níveis mais densos e configura espaços com espacialidades diferentes no que diz respeito a características que influenciam a componente visibilidade das ações praticadas ali.

No banco retratado, nota-se claramente que as pessoas assentadas mais próximas à entrada da entrada do edifício do UAI, estão mais expostas, pois são vistas tanto por quem passa seguindo o eixo da Av. Afonso Pena, como por quem passa seguindo o eixo da Rua dos Carijós. Somando-se isto às condições de iluminação, obtém-se microlocalidades adequadas a ações diferentes. Apesar de o desenho do banco ser adequado para o ato de assenta-se em qualquer uma das duas posições - tanto a próxima ao cruzamento, quanto a que está mais interna ao quarteirão-, no caso de o usuário decidir ler um jornal, pode ser que o local com mais claridade seja mais adequado. Ou ainda, no caso de se esperar por alguém, ou tomar o lugar como ponto de encontro, é melhor ficar mais próximo ao cruzamento, onde se tem a possibilidade de observar a pessoas esperada chegando de mais de um lugar.

Figura 235 - Usuários aglomeradas nos bancos do quarteirão fechado da Rua dos Carijós



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2012.

Outro fato interessante que também ocorre neste quarteirão é a aglomeração em forma de fila causada pelas pessoas diante do Edifício Joaquim de Paula. Ao contrário do que se espera, curiosamente, este não é um edifício institucional. A concentração de pessoas é motivada pelos usuários que aguardam sua vez de utilizar o elevador. A Figura 236 foi tirada por volta das nove horas da manhã, momento em que os trabalhadores do prédio estão chegando ao trabalho.

Figura 236 - Fila gerada diante do Edifício Joaquim de Paula.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2012.

Mais uma vez, ressalta-se a importância de prestar atenção às características do espaço perceptíveis apenas numa escala "arquitetônica" e não apenas "urbanística". A aglomeração não poderia ser prevista num projeto que pensasse a praça sem sua relação com os edifícios do entorno. Comumente, não se verifica se o dimensionamento dos elevadores dos prédios lindeiros aos espaços públicos que se pretende projetar é suficiente para a quantidade de usuários. Isso é um fato específico do caso da Praça Sete de Setembro e acredita-se que tenha ocorrido por um dos elevadores estar em manutenção ou pelo aumento significativo do público do prédio nos últimos anos. O fato é que não era, possivelmente, na época do projeto, uma ação prevista para ocorrer no espaço livre público.

Por outro lado, ao se visitar o local, percebe-se que algumas atividades que, possivelmente, ocorriam na área de maneira informal, foram institucionalizadas com a criação de espaços adequados para acontecerem. A Figura 237 mostra vendedoras de flores que ocupam uma arquibancada coberta. O desenho do espaço não parece ter sido feito ao acaso. O pequeno desnível no piso permite exibir a mercadoria e tirá-la do contato com o chão, valorizando o produto. A cobertura protege as vendedoras do sol de meio dia, que é o mais desagradável quanto à intensidade de radiação. Também sob a cobertura existem pontos de iluminação artificial, para permitir enxergar à noite.

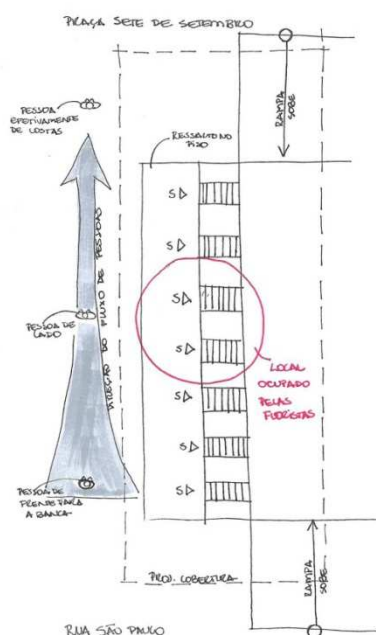
Figura 237 - Vendedores de Flores no quarteirão fechado da Rua dos Carijós.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2012.

Quanto à influência das condições espaciais nas componentes da ação, nota-se que a visibilidade é permitida pelo sentido da circulação dos pedestres que cruzam do obelisco em direção à Rua São Paulo e também no sentido inverso. A disposição da arquibancada em paralelo com o eixo de circulação permite aos vendedores serem vistos durante mais tempo ao longo do percurso, pois a pessoas só estarão efetivamente de costas para as bancas nas bordas do quarteirão (Figura 238).

Figura 238 - Estudo de ocupação das vendedoras de flores do quarteirão fechado da Rua dos Carijós.



Fonte: Elaborado pela autora, 2011.

O esquema representado pela Figura 238 mostra como uma pessoa pode ainda conseguir ver os produtos expostos enquanto caminha no quarteirão. Até mais ou menos dois terços do caminho, ainda se pode observar a banca dentro da área da visão periférica. Apenas no último terço, é que realmente o usuário se mantém de costas para as vendedoras. O fato de atrás das arquibancadas utilizadas por elas existir uma passagem mais elevada, as permite estar protegidas e sempre perceber quem se aproxima.

Saindo do quarteirão fechado da Rua dos Carijós À esquerda do obelisco em direção à Av. Amazonas, tem-se, como ponto de parada mais significativo a "quina do quarteirão", onde as pessoas se aglomeram na fila de atendimento da Unidade de Atendimento Integrado (UAI) (Figura 239). O UAI é um edifício institucional onde funcionam serviços de primeira necessidade de apoio ao cidadão como: retirada de documentos de identidade, passaporte e carteiras de trabalho²⁰. Antes das oito horas, início do período de atendimento, já é comum ver as pessoas na porta. A fila costuma dobrar ou para a Avenida Amazonas em dias de frio, ou para a Rua dos Carijós, em dias de calor. A diferença é que no início da Avenida Amazonas consegue-se nuances de sol pela manhã e na Rua dos Carijós, pelo fato de o quarteirão ser fechado, tem-se tranquilidade longe do trânsito de veículos e uma sombra agradável²¹.

Figura 239, a fila vira para o lado da Avenida Amazonas. O dia estava nublado e a aglomeração de pessoas era pequena, por esta razão, a direção da fila não é tão determinada pela condição do espaço. As características ambientais da "quina do quarteirão" voltada à Rua dos Carijós ou à Avenida Amazonas neste caso é praticamente a mesma.

Figura 239 - Posto da Unidade de Atendimento Integrado (UAI). A foto ilustra a fila na porta do edifício.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2012.

Mudando para o quarteirão seguinte, na Avenida Amazonas à esquerda do obelisco e retomando a discussão da fila do UAI, percebe-se que a densidade da copa das árvores gera um túnel verde, quase sempre escuro. A altura média estimada dos edifícios na Praça Sete atinge por volta de sete a dez andares. Curiosamente, no quarteirão da Avenida Amazonas em questão, esta situação não é preponderante.

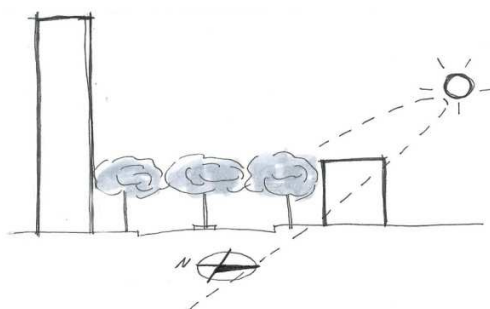
Na Figura 240 e na Figura 241, percebe-se que a proporção entre a altura dos edifícios à direita do eixo (na foto) da avenida e a largura da via somada à posição do edifício em relação ao norte, permitira que houvesse insolação direta na rua em uma porção do dia, principalmente na estação do inverno, quando a trajetória do sol é mais baixa em relação ao zênite e inclinada para o norte. No entanto, as árvores impedem este processo por possuírem copas muito densas e

²⁰ A aglomeração está marcada na **Erro! Fonte de referência não encontrada.** com o ponto vermelho de número 5 e o UAI com a construção denominada pela letra C.

²¹ Esta apropriação está numerada Figura 229 como número 5.

configurarem uma espacialidade bem marcante em relação aos outros quarteirões da praça. Talvez a iluminação, as calçadas estreitas e o trânsito intenso da Avenida Amazonas sejam os fatores responsáveis por se observar poucas apropriações das calçadas neste trecho. O que se encontra são pessoas paradas nos pontos de ônibus e baleiros itinerantes.

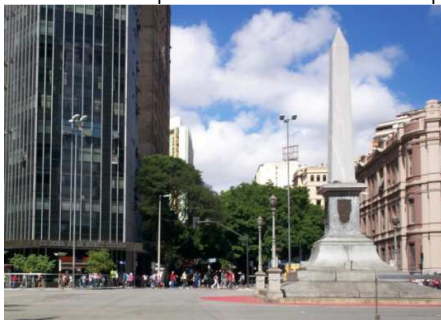
Figura 240 - Esquema de insolação na Av. Amazonas no período de inverno.



Fonte: Elaborado pela autora, 2011.

Na Figura 241 é possível observar também a linha de pessoas desenhada no horizonte pelos pedestres que atravessam seguindo a Avenida Afonso Pena. Esse fluxo é preponderante neste lado da Praça. A foto foi tirada na travessia de pedestres do outro lado do obelisco. O Prédio rosa à direita é a sede da UAI.

Figura 241 - Copas das Árvores do quarteirão da Av. Amazonas à esquerda do obelisco.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2012.

Entrando-se no quarteirão da Rua de Janeiro à esquerda do obelisco, encontra-se mais uma vez, uma situação espacial e de apropriações bem diferente das observadas até agora. Este quarteirão tem uma arquibancada no centro da passagem, onde antigamente era a caixa de rolamento da rua. Este elemento permite a aglomeração de pessoas e serve também de suporte para a exposição de mercadorias de vendedores informais, no caso, predominantemente, integrantes da comunidade hippie. Na Figura 242 observa-se a situação do quarteirão, olhando do obelisco em direção à Rua dos Tamoios. No primeiro plano da foto, observa-se uma banca de revistas que se pronuncia para fora do alinhamento dos edifícios. A implantação aumenta a visibilidade da banca, expondo os produtos de modo diferenciado em relação às outras poucas vitrines existentes no quarteirão, já que, predominantemente, os edifícios neste quarteirão têm caráter de serviço e não possuem lojas no nível térreo, o que gera uma relação das construções com a rua quase que oposta ao que ocorre no quarteirão da Rua Rio de Janeiro do lado direito do obelisco.

Figura 242 - Quarteirão fechado da Rua Rio de Janeiro.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2012.

Na Figura 243, veem-se ao fundo alguns vendedores hippies que trabalham, principalmente, com bijuterias e mais ao fundo algumas pequenas vitrines. O uso das arquibancadas como espaço de parada e descanso ocorre pela ocupação de pessoas das mais variadas idades, mas também por um grupo específico que abrange senhores de idade mais avançada.

Figura 243 - Vendedores hippies no quarteirão fechado da Rua Rio de Janeiro



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2012.

O desnível existente entre a Rua dos Tamoios e a Avenida Afonso Pena é resolvido com um plano inclinado que parece atender às normas de acessibilidade, com uma rampa de inclinação provavelmente menor do que 8,33%. Em função deste desnível é que surgem as arquibancadas, como forma de aproveitar a configuração do terreno a favor do projeto de elementos que insiram complexidade no espaço e limitem porções espaciais criando microlocalidades.

Neste caso, a pavimentação permite o fluxo contínuo do pedestre, pois a textura regular permite que haja fluidez no percurso, mantendo a velocidade da ação dentro da limitação e possibilidade de cada usuário. Por outro lado, quanto à componente espacialização, a conformação dos caminhos direcionados só permite executar ações que caibam em espaços com proporções mais lineares, pois a largura da passagem em relação a seu comprimento não permite a organização em roda, por exemplo, sem que se atralhe o caminhamento de outras pessoas, como nos mostra a Figura 244.

Os princípios que influenciam a velocidade de circulação são muito semelhantes aos princípios físicos de dinâmica dos fluidos. As pessoas, como a água, tendem a se espalharem pelas "fissuras" ou áreas vazias. Quando os fluxos são de sentido único, eles tendem a aumentar a velocidade quando ocorrem estreitamentos dos caminhos, seguindo a relação matemática existente entre a velocidade e área em função da vazão. Quando se tem fluxos em sentidos opostos, o estreitamento dos caminhos age ao contrário, reduzindo a velocidade, pois, para se evitar os choques e esbarrões, as pessoas param e esperam as outras passarem.

A fim de impedir esse comportamento caótico, alguns artificios projetuais são utilizados na Praça Sete com a finalidade de direcionar o caminhar. Figura 246 demonstra como a implantação de um guarda-corpo pode influenciar diretamente na ação de caminhar dos usuários.

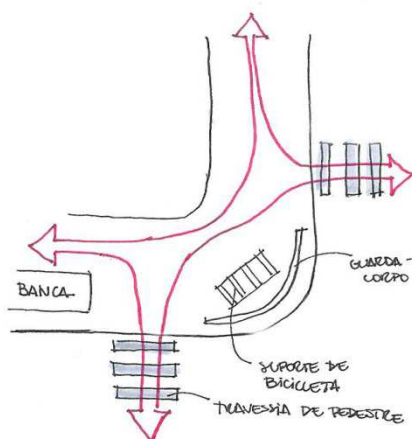
Figura 246 - Guarda-corpo na esquina da Praça Sete de Setembro.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2012.

Através da simulação de fluxos da Figura 247, observa-se que a força de repulsão do elemento é tão forte no trajeto, que é possível incluir entre o guarda-corpo e o local que os pedestres transitam um suporte para bicicletas sem que este seja um obstáculo. Especificamente neste local, as pessoas, comumente, já se aproximam das fachadas dos edifícios em função da existência de uma banca de revistas, o que as impede de atravessar em qualquer ponto. A Ilustração mostra como acontece o estreitamento do fluxo em função da banca de revistas existente e do guarda-corpo. O espaço ocupado pelas bicicletas, em função da disposição dos elementos se torna um espaço à margem, com um caráter de espaço de parada e acumulação.

Figura 247 - Esquema de fluxos diante do guarda-corpo



Fonte: Elaborado pela autora, 2011.

Esta solução, de aplicação de guarda-corpo como elemento de desvio do caminho, é implantada em todas as "quinas" dos quarteirões que compõem a praça, e deste modo criam uma dinâmica de circulação que não impacta somente a microlocalidade, mas o complexo da praça numa escala maior (urbana).

Analisando a praça na planta esquemática (Figura 229), pode se pensar que o círculo desenhado representando o caminho dos pedestres é um retrato forçoso do trajeto, já que o caminho naturalmente mais fácil é sempre a linha reta. Essa conclusão é pertinente, quando se interpreta a praça numa escala de planejamento urbano, algo como 1:1000. No entanto, neste ponto inicia-se a discussão da importância de analisar o espaço livre como um objeto transitório entre a escala de projeto urbana e arquitetônica.

Observando-se o espaço no nível de quem o vive, observa-se que a introdução de guarda-corpos nas "quinas" dos quarteirões, efetivamente direciona as pessoas um pouco mais para dentro do quarteirão para que consiga atravessar (Figura 248). Esta medida arquitetônica, tomada como cautela para evitar atropelamentos, modifica o funcionamento da praça numa escala urbana, pois o fluxo não é interrompido apenas em um ponto, ele determina uma reorganização do caminho de pessoas que vêm caminhando em linha reta de locais mais distantes e naquele ponto, são obrigadas a desviar.

Figura 248 - O guarda-corpo provoca um deslocamento no eixo de caminhada do pedestre.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2012.

Seguindo a análise, atravessando novamente ao lado direito da praça para a região à direita do obelisco, tem-se mais um quarteirão fechado com uma situação espacial diferente. O quarteirão da Rua dos Carijós tem uma dinâmica diferente em relação aos outros quarteirões. Ao contrário do quarteirão da Rua Rio de Janeiro em que existem arquibancadas, neste espaço, os bancos são dispostos de modo linear e sem desnível, o que permite um maior número de possibilidades de caminhamento, pois os bancos têm intervalos permeáveis, ao contrário da arquibancada.

A Figura 249 mostra ao fundo, um grupo de idosos dividindo o mesmo banco. Eles observam as pessoas passando e comentam sobre assuntos que são de seu interesse. Neste caso, a disposição do banco com o eixo em paralelo com o eixo de deslocamento das pessoas o torna apropriado para a ação dos idosos. Caso o banco estivesse no outro sentido, naturalmente se criaria uma barreira para a circulação, transformando a dinâmica de funcionamento do lugar.

Figura 249 - Grupo de idosos na Rua dos Carijós.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2012.

As características quanto ao tipo de comércio e a relação dos edifícios com a rua é bem parecida com a situação do quarteirão da Rua de Janeiro à esquerda do belisco, no entanto, aqui, a vegetação e os pórticos criam uma interferência significativa. Na Figura 249, observa-se que há uma relação diferente entre as dimensões espaciais. Enquanto na Rua Rio de Janeiro é fácil falar de largura e profundidade dos caminhos, aqui existem as três dimensões: largura, profundidade e altura, pois se estabelece um limite vertical que antes não havia. A foto abaixo mostra claramente essa dificuldade de observar o ponto final do trajeto. O que está marcado na paisagem é o pórtico com seus apoios e a massa verde das árvores.

Figura 250 - Pórtico da Rua dos Carijós



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2012.

Esta característica espacial interfere sutilmente nas componentes da ação, muito mais ligada ao caráter psicológico do que propriamente ao físico. Quando se caminha na Rua Rio de Janeiro, a altura dos edifícios e a quase ausência de elementos verticais faz ter a sensação de que se anda mais rápido, pois se avista o destino com mais clareza. Por outro lado, na Rua dos Carijós, a densidade da copa das árvores e a quantidade de elementos verticais permite perceber as distâncias com maior precisão. Primeiro se caminha até o fim do primeiro pórtico, depois até o fim do terceiro, para em fim atingir o destino final, no caso, o fim do quarteirão.

Na Figura 251, mudando a direção de observação d lugar, agora olhando da Rua Espírito Santo em direção ao obelisco, nota-se que a situação permanece igual. Apesar de ter a mesma dimensão do quarteirão da Rua Rio de Janeiro, não se avista a escultura com facilidade.

Figura 251 - Esquina da Rua dos Carijós com Rua Espírito Santo.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2012.

Passando ao quarteirão seguinte, na esquina da Avenida Amazonas com Rio de Janeiro à direita do obelisco, observa-se a apropriação de um ambulante da região da esquina. A Figura 252 mostra o ambulante utilizando o potencial de visibilidade da esquina para expor suas mercadorias. Esta esquina é a mesma utilizada pelos jogadores de dama. A diferença é que uma atividade está de um lado da "quina" no quarteirão e a outra do outro lado. A ocupação do ambulante aproveita a área marginal da passagem, assim como o suporte de bicicletas descrito anteriormente, pois tem a componente espacialização restrita. Quanto à visibilidade ele aproveita tanto a visão do pedestre como a de quem passa dentro dos veículos na Avenida Amazonas, que, como mencionado anteriormente é um eixo viário importante para o deslocamento dentro da cidade, pois traz pessoas de regiões mais distantes. Assim, o comerciante atrai a visão de possíveis compradores que descerão em pontos de ônibus que ficam próximos à praça.

Figura 252 - Esquina da Rua Rio de Janeiro com Avenida Afonso Pena.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2012.

Os pontos de ônibus são elementos muito importantes para o funcionamento da praça. Pode-se observar que a distribuição deles ao redor da praça, torna-a um elemento articulador, facilitando a troca de linhas por quem utiliza o transporte coletivo. É comum encontrar bancas de revistas, baleiros e vendedores de miudezas em torno destes locais.

Na Figura 253, nota-se que nem sempre o equipamento urbano é suficiente para abrigar confortavelmente as pessoas. Quando o excesso de passageiros em espera ocorre, iniciam-se apropriações para fora do passeio e para dentro da pista de rolamento da via, o que funciona como obstáculo, forçando aos motoristas a terem a componente velocidade da ação de dirigir reduzida. Do mesmo modo, isso ocorre com os transeuntes que passam por perto dos pontos de ônibus.

Figura 253 - Ponto de ônibus na Avenida Amazonas

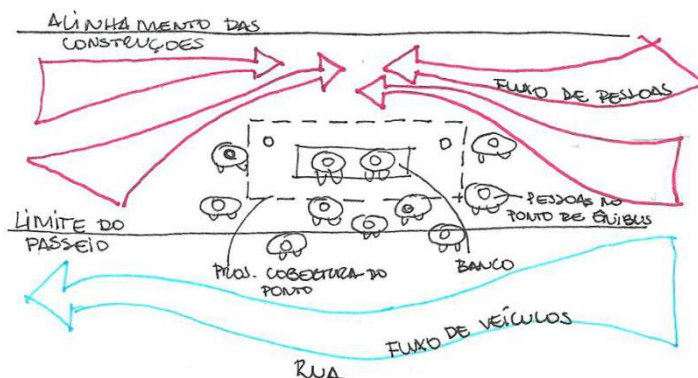


Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2012.

A Figura 254 mostra como os fluxos são desviados quando as ocupações da área do ponto de ônibus ultrapassam a área proposta pelo mobiliário urbano. A seta vermelha mostra como o estreitamento da passagem reduz a velocidade da ação de caminamento das pessoas a fim de evitar esbarrões. Como concluído na comparação do fluxo com a dinâmica dos fluidos, a existência de caminhamentos em direções opostas obriga as pessoas a pararem e esperarem as outras passar. A seta azul mostra o movimento do veículo que desvia das pessoas no ponto de ônibus. Esta relação mostra que a solução dos pontos de ônibus não atinge só a composição da microlocalidade, mas também o

funcionamento "urbano" da região, pois a partir do momento que se define o lugar de uma parada de ônibus, é preciso solucionar o desvio de veículos ou as possíveis interrupções do tráfego.

Figura 254 - Esquema de circulação em torno de pontos de ônibus lotados.



Fonte: Elaborado pela autora, 2011.

Levando em conta que esse tipo de interferência na microespacialidade ocorre em quase todos os quarteirões da Praça Sete, entende-se que o funcionamento dela como um todo depende significativamente das pequenas intervenções em cada quarteirão e em cada quina, das apropriações que existem em cada ponto e do contexto urbano em que ela se localiza. As apropriações e atividades encontradas em cada quarteirão estão intimamente ligadas aos fluxos de veículos e pessoas que passam por ali para chegar a outros pontos da cidade.

Ao contrário das outras formas de praça como a praça-rotatória, a praça-quarteirão e a praça pátio, que tendem a ter seu espaço organizado em torno de uma força centrípeta, a praça-dilatação, principalmente aquelas que se formam a partir de cruzamentos, só têm a sua integralidade de praça constituída a partir da existência da circulação de pessoas.

Como apresentado no caso da Praça Sete, as porções de espaço e as condições oferecidas pelas praças-dilatação para o desempenho das ações são muito distintas dentro das microlocalidades de cada quarteirão e expansão de passeio e muitas vezes podem não formar no imaginário do usuário uma linguagem arquitetônica única que a identifique como um espaço coeso. Por outro lado, quando associadas a espaços comerciais, as praças-dilatação podem funcionar muito bem como local de parada e permanência, pois atraem ações que vão desde práticas altamente dinâmicas como a circulação intensa de pessoas até a necessidade de descanso em decorrência da fadiga de práticas de ações ligadas ao caminhar e à movimentação intensa.

Nota-se também que no caso da Praça Sete, muitas das ações de apropriação não estão dentro do que se espera levantar como referência para a construção do programa arquitetônico de uma praça. Muitas delas acontecem em decorrência de existirem ações que se espera, como a circulação e a parada, mas o jogo de damas, as pregações de pastores e as aglomerações em filas são ações que não se pondera como práticas comumente abrigadas em praças.

Por isso, é importante admitir que não se pode controlar todas as formas de uso destes locais. O que se pode afirmar, apenas, é que quanto maior a importância do local para a dinâmica urbana, maior a chance de surgirem ações as quais não se espera estarem presentes, e conseqüentemente, maior deve ser a preocupação em criar a complexidade do espaço capaz de abrigar estas ações.

4.5 A relação entre as formas das praças contemporâneas e suas condições de uso e inserção urbana

Retomando as categorias propostas para as praças de Belo Horizonte, pode-se levar esta reflexão mais a fundo, observando-se não somente a praça como um objeto único que conforma um vazio passível de apropriação na malha urbana, mas também como um resultado da soma de pequenas porções espaciais (microespacialidades) que são o que se pode efetivamente apropriar.

Sendo assim, a partir das categorias levantadas, têm-se três aspectos importantes para refletir. O primeiro que parte da análise da sobreposição e justaposição das microespacialidades que conformam o objeto da praça. O segundo é como este objeto se relaciona com o entorno imediato e amplia sua função de praça para fora dos limites formais. E o terceiro trata de como a articulação entre estes espaços cria uma rede complexa que resulta finalmente na malha urbana.

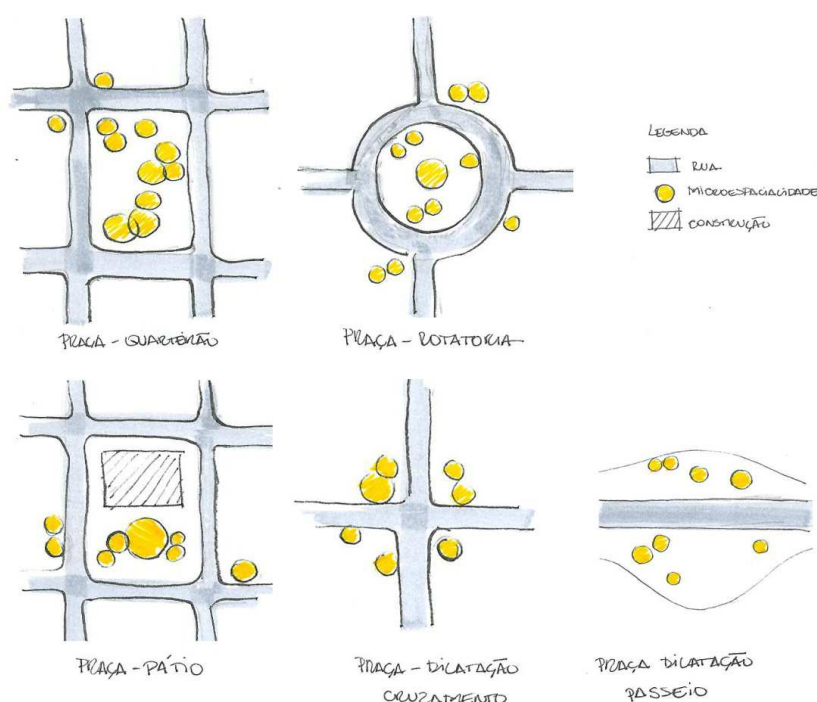
Observando-se a relação existente entre a forma urbana dos espaços livres e a forma arquitetônica destes espaços, nota-se que ambas as abordagens são importantes para que o ambiente se torne adequado para o uso. A forma urbana interfere numa escala macro, promovendo a variação das velocidades dos usuários no que diz respeito à mobilidade. As formas urbanas das praças podem acelerar a circulação - como no caso das praças-cruzamento - ou retardar a circulação permitindo espaços de aglomeração - no caso das praças quarteirões e pátios, por exemplo. Em contrapartida, o desenho arquitetônico-paisagístico pode interferir na velocidade qualitativa na medida em que proporciona caminhos mais estreitos, pavimentação mais estável e plana acelerando o passo do pedestre, ou quando insere bancos em locais sombreados e convidativos à permanência.

Quanto ao grau de espacialização, a forma urbana interfere diretamente nas dimensões do objeto. Uma praça próxima ao tamanho de um quarteirão de dez mil metros quadrados pode abrigar uma diversidade de micro espacialidades muito maior do que uma rotatória de quatrocentos metros quadrados. Por outro lado, na construção arquitetônico-paisagística da espacialidade de praças e parques, a construção de um pátio aberto, por exemplo, permite a aglomeração de pessoas para a prática de rodas de capoeira, shows, enquanto que pátios menores permitem vigiar as crianças, e realizar atividades mais tranquilas.

Quanto ao grau de visibilidade, um espaço livre, do ponto de vista urbano, pode ter grande visibilidade para manifestações ideológicas ou políticas e, dentro de suas microespacialidades, permitir a privacidade a um casal de namorados ou diminuir ruídos para alguém procura um espaço para leitura.

Quanto à sobreposição/justaposição das espacialidades, observa-se que as praças têm tendências distintas direcionadas quanto a sua forma. O esquema a seguir (Figura 255) mostra possibilidades desta distribuição.

Figura 255 - Estudo de distribuição de microespacialidades nas formas de praça presentes em Belo Horizonte



Fonte: Elaborado pela autora, 2011.

As praças-quarteirão tendem a ser a forma que permite maior possibilidade de distribuição aleatória das microespacialidades. Nesse caso, as microespacialidades se organizam em torno de núcleos maiores ou de caminhos propostos em projeto.

Neste ponto, entra em questão, não apenas a forma da praça, mas também as forças centrípetas e centrífugas dos objetos distribuídos dentro e na superfície fronteiriça dos limites do espaço que se concebe como "espaço livre fluido".

Sendo assim, esta "aleatoriedade" da distribuição dos núcleos de microespacialidade não ocorre da mesma maneira nas praças-pátio, nem nas praças rotatória. Devido às relações hierárquicas que a própria forma impõe, pode-se interpretar uma tendência de valorização do centro geométrico. Na praça-rotatória, o centro do rotor é um ponto que se destaca frente a outras possibilidades de microespacialidades, pois a forma circular direciona tanto o olhar quanto a circulação para o centro geométrico, o que pode fazer com que a solução final do desenho da praça distribua núcleos de microespacialidades em torno de uma espacialidade central.

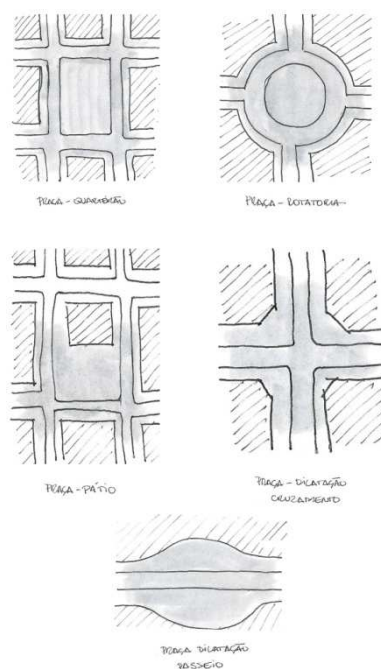
Algo oposto pode ocorrer na praça-pátio onde a força de atração da entrada do(s) edifício(s) pode gerar uma valorização do eixo enunciado pela porta em direção à rua, o que levaria a construções de um núcleo(s) principais nas bordas do pátio, próximo à(s) edificação(ões) e outros menores na porção central.

Quanto às praças-dilatação, quando formadas a partir de cruzamentos, elas têm a distribuição das microespacialidades menos flexível, até mesmo pela falta de área útil. Sendo assim, as microespacialidades, ou os núcleos de microespacialidades tendem a se distribuir nas esquinas sendo suas conexões feitas principalmente pelas faixas de pedestre.

As praças dilatação que surgem a partir do alargamento de passeios tendem a ter comportamentos similares às das praças-quarteirão. Por outro lado, as praças-pátio que surgem de ilhas residuais da malha urbana seguem comportamentos similares às praças-quarteirão. No entanto, as forças de repulsão e tração não ocorrem em direção às áreas centrais das glebas, mas em direção à rua e ao edifício, pois são espaços instalados na intersecção do edifício e do passeio, ou entre passeios (caso das ilhas residuais).

Pode-se arriscar a dizer, que em todos os casos, estas forças de atração para dentro ou para fora, são o fator que influencia a expansão e retraimento do espaço livre fluido, ou seja, a área que tem "significado de praça" pelo sentido de uso, e não pelo limite da forma. Neste caso, as áreas ocupadas pelo "sentido de praça" podem se expandir de acordo com o esquema a seguir (Figura 256).

Figura 256 - Estudo de possíveis expansões do espaço livre fluido sobre as formas de praça encontradas em Belo Horizonte.



Fonte: Elaborado pela autora, 2011.

A praça-quarteirão e a praça-rotatória tem a tendência de expansão da área do espaço livre fluido para além do limite dos núcleos, constituídos respectivamente pelo quarteirão e pelo rotor. De um modo geral, a inclusão das faces dos quarteirões adjacentes que têm uma interface com o núcleo do que se entende como a forma da praça, depende da relação da superfície fronteira. Se os edifícios do entorno estão projetados para terem uma relação íntima com a rua, o espaço livre fluido se alarga e pode chegar inclusive a abranger esquinas próximas adentrando em outros quarteirões. Mas, se esta relação não ocorre de maneira efetiva, o espaço livre fluido tende a se retrair, coincidindo com o limite do quarteirão ou da rotatória ou às vezes sendo menor do que ele, dependendo do tipo de estratégia de projeto empregada para a determinação do limite da praça (barreiras vegetais, construídas ou simbólicas).

No caso da praça-pátio e das praças-dilatação de passeios, a relação com as faces dos quarteirões adjacentes se dá de modo muito similar às descritas para as praças do tipo rotatória e quarteirão, mas dependendo do nível de interação do edifício(s) principal(ais) com a rua, o "sentido" de praça pode invadir o edifício e criar espaços semi-públicos, o que pode resultar em condições de projeto arquitetônico bastante integradas com a cidade.

A praça-dilatação originária de cruzamentos é a mais complexa quando se pretende estabelecer sua área de influência, pois sua forma não caracteriza um limite físico instintivo, ao contrário, o limite é quase sempre subjetivo ao usuário. Obviamente, a interação dos edifícios com a rua, assim como nos outros casos, é um indicador do limite da praça, mas às vezes, a área de influência da praça seja determinada muito mais por fatores sensitivos de ruído e condições visuais do que propriamente pelo projeto e pela forma.

Os limites dos espaços fluidos não são, então, visíveis ou determináveis, eles dependem de interpretações e das condições específicas de cada projeto, mas pode-se afirmar seguramente, que quanto mais expandido for o espaço livre fluido de uma praça, maior a sua relação com a cidade e maior a possibilidade de apropriação, pois uma vez que o usuário percebe que está dentro da área de influência da praça, maior a chance de ele sentir-se impelido a permanecer e usufruir daquele espaço.

O espaço livre fluido expandido indica também que há uma confusão positiva entre o que é rua e o que é praça. Esta condição mostra que a função de mobilidade também intermeia as funções que requerem permanência nas praças (lazer, ócio, comércio e esporte) e contribui a favor da segurança do espaço público, pois se existem sempre pessoas caminhando pela área de influência de uma praça com a finalidade de atingir outros pontos da cidade, existem olhos vigilantes que podem vir em socorro em caso de ameaça. Esta relação gera por consequência também uma inclusão das praças nos roteiros de caminhada das pessoas e resulta num efeito cumulativo; quanto mais usuários em um determinado espaço, mais usuários virão atraídos pela possibilidade de interação com o outro.

Quanto aos usos genéricos abrigados nas praças, não se pode ser determinista a ponto de dizer que uma forma de praça é mais adequada ou menos adequada para abrigar esta ou aquela atividade. O que se pode dizer apenas, é que as microespacialidades criadas dentro das formas ou em seu entorno favorecem a esta ou aquela ação de acordo com a decisão do usuário, ou oportunidade enxergada por ele (no caso de atividades comerciais).

De qualquer modo, observa-se que, em Belo Horizonte, as atividades de lazer são mais compatíveis com as formas de praça-pátio e praça-quarteirão. Não necessariamente pelo desenho da praça, mas mais pela maneira como se aproximam da função de parque, com grandes áreas ajardinadas e a consequente possibilidade de superpor/justapor, um maior número de microespacialidades que podem abrigar atividades de alto grau de espacialização e variações de graus de velocidade.

As praças-dilatação e rotatória, por sua vez, mostraram-se, nas condições de Belo Horizonte, compatíveis com a atividade comercial, pois, o cruzamento em si, tem um grau de visibilidade alta, podendo uma loja ou vitrine ser avistada de diversos ângulos, o que contribui para a promoção da mercadoria. Deste modo, observando-se a relação comercial estabelecida com as antigas praças de mercado, a "praça do comércio", quando se teve as lojas internalizadas em edifícios, foi substituída na cidade contemporânea pelas praças do tipo dilatação e rotatória.

Por fim, tendo-se compreendido como a forma das praças pode ser gerada a partir da sobreposição/justaposição de espacialidades e como a relação com seu entorno torna este espaço mais ou menos atrativo, através da expansão ou retração de seu espaço livre fluido, pode-se então, talvez utopicamente, apontar a solução ideal de forma para a malha urbana, baseada na sobreposição/justaposição de espaços livres fluidos formando um lugar contínuo em que se pode abrigar as atividades humanas fundamentais e as ações individuais; e simultaneamente, permitir a diversidade de usuários.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os hábitos de vida contemporâneos, como apresentados nos levantamentos deste trabalho, requerem condições e qualidades espaciais para que ocorram confortavelmente nas áreas abertas. O levantamento e análise dos espaços públicos em Belo Horizonte mostram que as motivações para as escolhas dos locais onde as pessoas praticam suas ações, constituintes de seu contato com os locais de uso coletivo público, são as mais diversas, desde a proximidade com a moradia, até a condição ambiental adequada da microespacialidade.

Quando se observa pessoas utilizando estes espaços, nota-se que o projeto que dá forma a estes locais, geralmente, não atende somente às funções para as quais ele foi projetado. Existem, naturalmente, ações que configuram "desvios" do uso previsto e dependem fortemente das intenções, desejos e da criatividade do usuário em enxergar novas possibilidades de apropriação destes espaços. Pode-se dizer, assim, que o "desvio do uso" está intimamente ligado à forma e às condições espaciais oferecidas pelas microespacialidades, independentemente de estas constituírem ambiências dotadas de características mais direcionadas às atividades que requerem "aparelhos ou condições específicas" - como quadras, pistas de skate, aparelhos de ginástica; - ou constituírem locais com soluções projetuais neutras, como pátios abertos, caminhos tortuosos, áreas cobertas e não cobertas, etc.

Estes desvios ocorrem, de acordo com as discussões anteriores, por duas razões principais. A primeira engloba a impossibilidade do projetista em prever todas as atividades possíveis de ocorrerem nestes locais e os infinitos desdobramentos gerados pelas formas de desempenhar cada atividade de acordo com o perfil dos inúmeros usuários levando em conta as características que eles inserem individualmente à ação.

A segunda abarca o fato de que alguns espaços são programados para cumprirem atividades muito específicas, e acabam tornando-se "obseletos" quanto à função original quando estas atividades caem em desuso. Este é o caso dos coretos, que deixam de atender às funções de "palco" para admitirem novos usos dentro do cotidiano da vida contemporânea, como espaço de assentar-se, mirante, encontro, etc.

Observando por este viés, nos estudos dos comportamentos e das condições ambientais das microespacialidades, nota-se que, com maior constância, lugares com formas neutras permitem o "desvio do uso" ou a ampliação das oportunidades de uso porque suas características não direcionam o uso e permitem a diversidade de funções sendo, assim, capazes de absorver um maior número de ações. Por outro lado, locais com soluções projetuais muito específicas, estimulam "desvios de uso" mais criativos, porque é mais fácil transgredir o uso em um espaço que têm funções já muito determinadas.

Compreendendo-se que a relação estabelecida entre o usuário e o lugar por meio da apropriação é um fator importante para o sucesso do projeto das praças e parques, diferencia-se claramente o que são *atividades* e o que são *ações* desempenhadas no espaço público. Estes dois termos não podem assumir o mesmo valor dentro do processo de projeto, pois a *atividade* é a concepção genérica que se tem das práticas recorrentes no espaço livre e as *ações* são as atividades praticadas no espaço livre, mas desempenhadas por um usuário específico.

Quando se tem a consciência de que as pessoas fazem coisas de modos diferentes, devido a suas características individuais, (sexo, idade, classe social, cultura e etc.), admite-se que as possibilidades de ações passíveis de serem desempenhadas no espaço público são infinitas, o que inviabilizaria a construção de um programa fechado que contemple às características de todos os usuários. No entanto, pensar somente nas *atividades*, pode levar o projetista a construir um programa que ignore quem são os usuários, dando-lhes faces genéricas e impessoais.

Nenhuma ação humana pode ser considerada atemporal, pois depende sempre de referências existentes com base nos comportamentos sociais. Por isso, não é prudente analisar as ações das pessoas nos espaços livres a partir de rótulos ou concepções pré-estabelecidas. Sendo assim, para viabilizar o estudo dos usos dos espaços públicos pode-se obter uma forma de comparação ou agrupamento das ações que as interprete a partir de sua essência, o que permite comparar atividades diferentes, mas que, devido às características de como os usuários as desempenham, se tornam semelhantes.

Para transformar situações tão diferentes em objetos comparáveis, a divisão da ação em componentes "genéricas" é eficiente e mostra as diferenças de caráter de cada prática. Decompondo-se as ações em fatores essenciais, conclui-se que qualquer ação pode ser descrita genericamente pelas condições de *visibilidade, velocidade e espacialização* que o usuário adota.

Obtendo-se a avaliação essencial das características das ações, pode se perceber, quais fatores ambientais interferem em cada componente, e conseqüentemente na ação como um todo. Esmiuçando os exemplos encontrados, nota-se que existe uma relação dialética no que diz respeito à força de atração que o espaço exerce sobre determinadas ações e o como os usuários encontram possibilidades no espaço para o desempenho destas. Acredita-se, portanto, que a forma mais interessante para o espaço livre é aquela que foca, não em quais atividades são desempenhadas, mas em "como" estas atividades são desempenhadas, ou seja, a partir da observação do comportamento das pessoas e quais as velocidades, graus de espacialização e visibilidade são necessários para que o espaço comporte as ações que se pretende realizar. Torna-se bastante claro, então, que quanto maior a possibilidade de combinação entre as condições espaciais que influenciam as velocidades, os graus de espacialização e a visibilidade de cada ação, maior o número de microespacialidades e maior o número de ações abrigadas. Por conseguinte, maiores

as chances do objeto do espaço livre público manter-se vivo e utilizado. Constatase, assim, que as características da microespacialidade são o que permitem a adesão da ação ao lugar.

Extrapolando as análises para além da escala determinada pelo corpo humano no espaço, inclui-se a microespacialidade como unidade constituinte da forma urbana da praça, e não apenas como um grupo de condições ambientais restritas ao *design* do espaço. É a forma urbana da praça - se pátio, quarteirão, rotatória, ou dilatação - que dita a distribuição das microespacialidades e consequentemente, como elas se encaixam ao longo dos percursos das pessoas, que dentro da praça são determinados pelos caminhos projetados, mas dentro de um contexto urbano, são continuações de eixos de deslocamento maiores. Percebe-se, assim, que os caminhos descritos dentro das praças, principalmente no percurso a pé, não são somente elementos compositivos, mas sim, objetos articuladores entre os fluxos de deslocamento no contexto urbano e ao mesmo tempo elementos aglutinadores das microespacialidades da praça. Deste modo, os percursos propostos para praças podem ser interpretados como o elemento fundamental para a inserção fluida e amalgâmica das praças na malha urbana. De nada adianta os caminhos dentro das praças serem bem resolvidos, se eles não se conectam com os caminhos urbanos. Se os fluxos urbanos não permeiam as praças, elas deixam de ser o objeto transitório entre a escala microlocal e urbana e perdem a chance de serem convidativas.

Quando estas conexões entre as microespacialidades, a forma da praça e a cidade estão bem construídas, observa-se que a praça tem sua área de influência expandida para além de possíveis limites físicos ou simbólicos, o que leva a avaliar que existe uma diferença entre o que se percebe como *forma da praça* e o *sentido de praça*. Surge assim, o conceito de *espaço livre fluido*, que nada mais é do que a praça com sua respectiva área de entorno percebida ainda como praça ou sua expansão e continuidade.

Numa concepção ideal de cidade, o interessante seria que os espaços livres fluidos de cada objeto arquitetônico-urbanístico (praça ou parque) formassem uma continuidade, permitindo que o espaço público fosse uma grande sucessão de microespacialidades, garantindo assim a apropriação efetiva e agradável de todo o espaço livre urbano. No entanto, esta situação hipotética não se concretiza porque alguns espaços da cidade são apenas áreas de passagem, que podem ter microespacialidades adequadas a determinadas ações, mas não caracterizam um ponto de concentração de pessoas que leve à permanência prolongada ou à atribuição do sentido de praça a estes lugares. Neste contexto, é importante que se tenham áreas de acumulação e áreas de passagem dentro da cidade, para que através da diferença de cada espaço (diferença entre a rua e a praça) se valorize as qualidades de cada um destes lugares. A leitura das variações das condições do espaço urbano é que leva o usuário a compreendê-lo. Apenas notando-se o que *não é praça*, é que o usuário é capaz de perceber, ou até mesmo construir o sentido de praça em locais que, a princípio, não possuem a forma adequada para isso.

Verifica-se, assim, que não apenas a dimensão urbana, mas também a dimensão arquitetônica dos espaços livres interfere em como as pessoas podem vir a utilizá-lo. Sem o raciocínio em ambas as escalas, a solução se restringe, diminuindo a possibilidades de "desvio do uso", que é o que na verdade mantém a dinâmica do espaço livre ao longo do tempo, estimulando a sucessão de apropriações por gerações com estilos de vida diferentes.

Em Belo horizonte, nota-se que, mesmo com alterações significativas do comportamento das pessoas, ainda se encontram espaços projetados há décadas sendo altamente frequentados atualmente, mostrando que a alteração no comportamento da sociedade pode se adaptar às formas dos espaços livres pré-existentes, ou o contrário.

Constata-se também que os espaços projetados em outros momentos da história da arquitetura - que não o contemporâneo - e que permanecem utilizados frequentemente -, permitem a possibilidade de expansão do uso, ou seja, não importa qual seja a atividade a ser desempenhada pelo grupo social, ela cabe naquele espaço, porque sua forma e sua localização dentro da cidade são ainda adequadas, mesmo que as atividades que abriga atualmente não houvessem sido imaginadas no momento do projeto daquele lugar.

Não se pode afirmar, então, que estes espaços não correspondem à dinâmica da vida contemporânea, pois muitos deles continuam adequados ao uso. O importante é observar como as pessoas têm interagido com estes lugares, para compreender como serão os espaços públicos do futuro.

Dentro desta realidade, o estudo da relação entre as partes (microespacialidades) formando um todo (praça) compreendido como o lugar de prática das ações humanas no espaço livre, quando comparada aos estudos propostos por Sitte (1992) e Krier (1981) passam a ser um contraponto. Nos estudos destes autores sobre a forma das praças, não se tem a discussão da mutabilidade do espaço ou das ações das pessoas e não se aponta, com grande ênfase, estratégias para manter as funções do espaço ou de adaptar "novas atividades" a "velhas formas de praça". No entanto, a não abordagem destes autores sobre este aspecto, não desmerece suas teorias, pois é importante ponderar que os estudos abordavam outro contexto histórico social, em que a velocidade das práticas cotidianas e a mutabilidade das características a dos estilos de vida não se comparavam às condições atuais. Assim, as teorias de Sitte e Krier são ainda importantes como referência para análises contemporâneas, desde que não sejam adotadas como verdades absolutas para a discussão, pois alguns aspectos precisam ser relativizados, como, por exemplo, com relação às formas das praças no seu sentido urbanístico.

A partir da contraposição entre as teorias anteriores a este trabalho e os estudos de caso, chega-se à conclusão de que é preciso, sim, projetar o espaço livre a partir da problematização desde a sua inserção na malha urbana, pensando nos fluxos urbanos como forte ponto de construção do significado como afirmam Sitte (1992) e Krier (1981), mas não se pode ignorar a influência da qualidade visual do projeto, não como um aspecto que transforme o espaço em

um cenário, mas num elemento que contribui para a construção da microespacialidade onde se desempenha esta ou aquela ação.

Em relação a outro ponto, no sentido da construção do espaço livre fluido, observa-se que a teoria de Krier (1981), quando aborda as condições do limite das praças desperta para a necessidade da relação íntima entre a praça e seu entorno, mas não admite ainda que o entorno possa fazer parte do sentido da praça, expandindo seu significado para fora da forma do quarteirão, da rotatória, etc. A partir destes debates, nota-se que o estudo da forma descolada da condição dos usuários é insuficiente para abordar toda a complexidade envolvida no processo de projeto de uma praça.

Esta pesquisa aponta a necessidade de rever a prática do ato projetual, indicando que talvez seja melhor construir um programa que se baseia, por exemplo, em dimensões de espaço, tipos de pavimentações e condições ambientais do que propriamente listar as atividades que se espera serem abrigadas num local e as condições correspondentes necessárias para que elas sejam desempenhadas. Acredita-se que o espaço tem a possibilidade de se adaptar a novas atividades, desde que tenha sido pensando em sua essência como "espacialidade". Em suma, é melhor projetar o espaço com base nas características espaciais e deixar livre a apropriação, do que tentar levantar um grande rol de possibilidades de apropriação e reproduzir as condições em que elas ocorrem, porque nunca se conseguirá ter a quantidade de ações suficientes para se determinar isto.

Aponta-se assim, algumas características fundamentais dos espaços livres que se compreende como adequados aos hábitos de vida contemporâneos:

- *Segurança ou condições de visibilidade e interação com o entorno*

A segurança é um fator fundamental para que as pessoas frequentem os espaços públicos. Isto pode ser garantido projetando-se espaços que estejam inseridos na malha urbana de modo a tornar coincidentes os caminhos que conectam as microespacialidades dentro das praças com os caminhos de pedestres no contexto urbano em que a praça se insere. A circulação constante de pessoas, sejam as que usufruem da praça como espaço de permanência ou as que a utilizam como "atalhos" na cidade, garante a sensação de segurança, pois a todo o momento haverá alguém para vir em auxílio no caso de furtos, assaltos e etc.

- *Inclusão fluida na cidade para estimular a parada como atividade do espaço público*

Utilizando inicialmente o espaço da praça como espaço de passagem, o usuário pode despertar durante seu percurso a curiosidade pelo local e imaginar usos que pressuponham a permanência. Quando isso ocorre, existe a chance de que ele volte ao local não mais com o intuito de passar por ele, mas de despender seu tempo naquele local e usufruir de suas condições ambientais.

- *Mescla entre espaços neutros e específicos*

Os espaços de uso específicos são tão importantes para os usuários quanto os neutros. Os espaços de usos específicos podem ser utilizados como respostas a necessidades das pessoas que utilizam o ambiente da praça com mais constância garantindo a presença daqueles usuários que precisam de condições muito especiais para a prática de suas ações. Por outro lado, estes espaços podem sofrer "desvios de uso" mais criativos e com maior frequência. Já os espaços neutros podem receber um grupo muito maior de atividades, o que pode garantir a presença de pessoas diferentes na praça. Ou seja, os espaços específicos atraem usuários interessados na "qualidade do espaço", enquanto os espaços neutros atraem uma grande quantidade de usuários interessados em condições espaciais menos específicas.

- *Compatibilidade entre a forma urbana e os tipos de atividades e ações abrigadas nas microespacialidades.*

As formas das praças direcionam os modos de agrupamento das microespacialidades. Algumas formas atraem preferencialmente algumas atividades. As dilatações-cruzamento e as rotatórias, por exemplo, atraem atividades comerciais, e as praças-quarteirão e pátio, as atividades de lazer e esporte. Isso não quer dizer, porém, que nestas formas, não existam microespacialidades propícias a outras atividades. A diversidade de ações dentro das microespacialidades e no entorno da praça contribuem significativamente para a sua vitalidade.

- *Mescla entre tipos de microespacialidades*

Quanto mais variação entre dimensões espaciais, tipos de sombreamento, tipos de pavimentação e etc. maior o número de combinações entre as variáveis, e maior a chance de se ter, em uma mesma praça, microespacialidades com condições ambientais adequadas a um maior número de atividades, e conseqüentemente, maior uso cotidiano da praça.

Como pontos ainda a serem discutidos por futuras pesquisas, indica-se:

- A discussão da importância dos aspectos visuais dos projetos dos espaços livres sobre a apropriação e os níveis de força de atração que este aspecto pode causar.
- A proposição de uma metodologia de projeto dos espaços livres do futuro.
- As conexões existentes entre as relações sociais estabelecidas no espaço público e as relações públicas existentes nos espaços virtuais.

Com o apontamento destas diretrizes de projeto e o direcionamento de novos focos de pesquisa espera-se, com este trabalho, ter evidenciado aspectos relevantes quanto ao espaço livre, alertando sobre a importância de tratar o projeto do ambiente do espaço público como um objeto transicional da escala do urbanismo para o da arquitetura.

REFERÊNCIAS

- 16º PEDAL noturno na Praça JK. [200-?]. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=s18DvunVVOQ>>. Acesso em: 13 out. 2011.
- ABBUD, Benedito. **Criando paisagens: guia de trabalho em arquitetura paisagística**. São Paulo: SENAC São Paulo, 2006.
- ABRAHÃO, Sérgio Luís. **Espaço público: do urbano ao político**. São Paulo: FAPESP, 2008.
- ACIDENTE no pillow fight 2010 em Belo Horizonte Praça da Liberdade [2010]. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=VBMW2tR37Jg>>. Acesso em: 07 maio 2012.
- ALIATA, Fernando e SILVESTRI, Graciela. **Paisagem como cifra de harmonia: Relações entre cultura e natureza através do olhar paisagístico**. Curitiba: Editora UFPR, 2008.
- AMERICAN SOCIETY OF LANDSCAPE ARCHITECTS. American Society of Landscape Architects [200-?]. Disponível em: <<http://www.asla.org>>. Acesso em 03 out. 2011.
- ASCHER, François; SOMEKH, Nadia (tradução). **Os novos princípios do urbanismo**. São Paulo: Romano Guerra, 2010.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PAISAGISMO. Associação Nacional de Paisagismo [200-?]. Disponível em: <<http://www.anponline.org.br>>. Acesso em 03 out. 2011.
- BAETA, Rodrigo Espinha. **A Configuração da Cidade Colonial Hispano-Americana e o Problema do Barroco**. Trabalho apresentado no XI Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – ANPUR. Salvador, 2005.
- BAUMAN, Zygmunt; DENTZIEN, Plínio. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001.
- BÉKER, Carlos Corral. **Lineamientos de diseño urbano**. México: Editorial Trilhas, 1997.
- BELO HORIZONTE. **Deliberação nº 006/2009**: tombamento definitivo do bem cultural Praça Raul Soares, pertencente ao Conjunto Urbano Praça Raul Soares – Avenida Olegário Maciel. Diário Oficial do Município de Belo Horizonte, 16 de abril de 2009. Disponível em www.pbh.gov.br/dom Acesso em: 01 jun 2010.
- BMX praça do papa Belo Horizonte MG. [200-?]. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=pka4qvgdMAo&feature=fvst>>. Acesso em: 21 nov. 2011.
- BRAD pitt do cachorro quente na Praça do Papa. [200-?]. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=fLGjSfwEGQk>>. Acesso em: 21 nov. 2011.
- CABRAL, Luiz Otávio. **Revisitando as noções de espaço, lugar, paisagem e território, sob uma perspectiva geográfica**. Revista de Ciências Humanas, Florianópolis, EDUFSC, v. 41, n. 1 e 2, p 141-155, Abril e Outubro de 2007.
- CAVALHEIRO, F.; NUCCI, J. C.. Espaços livres e qualidade de vida urbana. **Paisagem Ambiente**, São Paulo, n 11, p 277 - 288, dez. 1998.
- CHING, Francis D. K. **Arquitetura, forma, espaço e ordem**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

- DEL RIO, Vicente. **Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento**. São Paulo: Pini, 1990.
- DELPHIM, Carlos Fernando de Moura. **Manual de intervenções em jardins históricos**. Brasília: IPHAN, 2005.
- ENCONTRO bulldog Francês: Praça JK Belo Horizonte. [200-?]. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=p_fGIl3SsygI>. Acesso em: 13 out. 2011.
- ESTAÇÃO 2000: Talkshow: Drag's na Praça Raul Soares. [200-?]. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=AQVI55PxrR4>>. Acesso em: 02 jun. 2010.
- EUROPEAN FEDERATION FOR LANDSCAPE ARCHITECTURE. European Federation for landscape Architecture. Disponível em: <<http://europe.iflaonline.org>>. Acesso em: 03/10/2011.
- EVANGELISMO CRIATIVO NA PRAÇA SETE COM EVANGELISTA RYAN ADAMS: Entrevista com Pastor Leandrinho. [200-?]. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=fCcpH4V6Yfg>>. Acesso em: 21 jan. 2012.
- FEEL god. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=nbUD6qZv_UE>. Acesso em 21 jan. 2012.
- FERNANDES, Maria. **PROGRAMA CENTRO VIVO**: Belo Horizonte/MG. Prefeitura de Belo Horizonte. Disponível em: <<http://www.funcage.org.br>>. Acesso em 04 fev. 2012.
- FLASH mob gospel em Belo Horizonte [200-?]. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=qDqpiNyFA3M>>.
- FONSECA, Lygia Prota; Universidade Federal de Minas Gerais. **Áreas verdes públicas de Belo Horizonte: 1897-1997**. 1997.
- GARCIA LAMAS, JOSE MANUEL RESSANO. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian: Fundação para Ciência e Tecnologia, 2004.
- GEHL, Jan. **Cities for people**. Washington: Island Press, 2010.
- HERMETO Pascoal & Grupo: Praça do Papa BH - Parte 1. [2010]. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=48BekfPPDKk>>. Acesso em: 21 nov. 2011.
- HERTZBERGER, Herman. **Lições de Arquitetura**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2008.
- JOAQUIM na praça do papa: Andando, correndo, comendo banana e fazendo charminho. [200-?]. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=Wojj2LddeTI>>. Acesso em: 21 nov. 2011.
- KRIER, Rob. **El espacio urbano: Proyectos de Stuttgart**. Barcelona: Gustavo Gili, 1981.
- LEFEBVRE, Henri. **A Revolução urbana**. Trad. Port., 2ª edição, Belo Horizonte, EDUFMG, 2002.
- LIBERDADE na Praça [200-?]. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=B7lvndtYAKo&feature=related>>. Acesso em 10 maio 2012.

LUAL na praça do papa. [200-?]. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?NR=1&v=ehSY2E3eMcQ>>. Acesso em: 21 nov. 2011.

LUIZA na praça JK em BH. [200-?]. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=jYc83lRxdKs>>. Acesso em: 13 out. 2011.

LYNCH, Kevin. **A Boa Forma da Cidade**. Lisboa: Edições 70, 2007.

MACEDO, Silvio Soares. **Quadro do Paisagismo do Brasil**. São Paulo: Quapá, 1999.

MAGALHÃES, Manuela Raposo. **A arquitetura Paisagista**. 1. ed. Lisboa: Editorial Estampa, 2001.

MASCARÓ, Juan Luis. **Infra-estrutura da paisagem**. Porto Alegre: +4, 2008.

MILAGRES, Lígia Maria Xavier; **Entre o quintal e o parque**: possibilidades de produção do espaço público cotidiano. Belo Horizonte: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, 2011.

MOTOCANDO: barragem Santa Lúcia. [200-?]. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=TjzDDthdIro>>. Acesso em: 12 nov. 2011.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na História**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

NIEMEYER, Carlos Augusto da Costa. **Paisagismo no Planejamento Arquitetônico**. Uberlândia: EDUFU, 2005.

OLIMPUS campeão do torneio da solidariedade 2004: Barragem Santa Lúcia BH. [200-?]. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=Y26Jlwe-Dhw>>. Acesso em: 12 nov. 2011.

PEDRO de rolê na Praça Raul Soares. [200-?]. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=oquvV7rafrk>>. Acesso em: 02 jul. 2010.

PMMG: Covardia na Praça 7 BH. [200-?]. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=4zt70rLz19Q>>. Acesso em: 21 jan. 2012.

PRAÇA do Papa: Tracy Chapman - Baby Can I Hold You Tonight. [200-?]. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=FPDaZa92v0w>>. Acesso em: 21/11/2011.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. Administração Municipal de Belo Horizonte. Disponível em: <www.pbh.gov.br>. Acesso em: 04 fev. 2012.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. **Cartilha do Código de Posturas**. Belo Horizonte: Prefeitura de Belo Horizonte, 2001.

QUEIROGA, E. F. Praças e pracialidades em design: da visualidade da paisagem à visibilidade dos lugares. In: I Seminário de Semiótica aplicada ao Design, 2003, Rio de Janeiro. **I Seminário de Semiótica Aplicada ao Design**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2003.

REDBULL soapbox:: Belo Horizonte - Praça do Papa. [200-?]. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=e0HnzL3Ge2k>>. Acesso em: 21 nov. 2011.

ROBBA, Fabio; MACEDO, Silvio Soares. **Praças brasileiras**. São Paulo: EDUSP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010.

ROMERO, Marta Adriana Bustos. **A arquitetura bioclimática do espaço público**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

SALDANHA, Nelson. **O Jardim e a Praça: O Privado e o Público na Vida Social e Histórica**. São Paulo: EDUSP, 1993.

SE MATANDO na Praça do Papa. [200-?]. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=GFofuS9v4EE>>. Acesso em: 21 nov.2011.

SEGAWA, Hugo. **Ao amor do público: jardins no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 1996.

SEGAWA, Hugo. Da praça ao jardim público. In: ALVES, Schirley F. N. S. C.; REIS, Simone N.; PAIVA, Patrícia D. D. (org.). **Coletânea de Simpósios de Paisagismo 2002-2008**. Lavras: Ed. UFLA, 2009.

SERPA, Ângelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2007.

SITTE, Camillo. **A construção das cidades segundo seus princípios artísticos**. São Paulo: 1992.

SPEED skate (Mk Ozzy e ClaN): BH, Praça do Papa - MG. [200-?]. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=wsmj46MKOK8&feature=fvsr>>. Acesso em: 21 nov. 2011.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço & Lugar: a perspectiva da experiência**. Tradução Livia de Oliveira - São Paulo: DÍEFEL, 1983.

WATTERMAN, Tim. **Fundamentos de Paisagismo**. Porto Alegre: Bookman, 2010.

WIL de Souza Santarém. [200-?]. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=-j-iQgWHf1o>>. Acesso em: 12 nov. 2011.